

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS  
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
NÍVEL MESTRADO**

**PRISCILLA ALMALEH**

**Ser Mulher:  
Cotidianos, Representações e Interseccionalidades da Mulher Popular (Porto  
Alegre 1889 – 1900)**

**São Leopoldo  
2018**

PRISCILLA ALMALEH

**Ser Mulher:  
Cotidianos, Representações e Interseccionalidades da Mulher Popular (Porto  
Alegre 1889 – 1900)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira

São Leopoldo

2018

A444s Almaleh, Priscilla.  
Ser mulher : cotidianos, representações e interseccionalidades da mulher popular (Porto Alegre 1889 – 1900) / Priscilla Almaleh. – 2018.  
310 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.  
“Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira.”

1. Mulheres – Porto Alegre (RS) – História – Séc. XIX.  
2. Representações sociais. 3. Identidade de gênero.  
I. Título.

CDU 396

PRISCILLA ALMALEH

**Ser Mulher:  
Cotidianos, Representações e Interseccionalidades da Mulher Popular (Porto  
Alegre 1889 – 1900)**

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

---

**Miriam Steffen Vieira** – Unisinos / Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

---

**Ana Paula Korndörfer** – Unisinos / Programa de Pós-graduação em História

---

**Natalia Pietra Méndez** – UFRGS / Programa de Pós-graduação em História

A memória de Lygia Wolff, minha vó e uma mulher  
incompreendida.

## AGRADECIMENTOS

Essa dissertação só foi concluída graças a um conjunto de elementos: contribuições, amizades, companheirismos e conhecimentos. Meu orientador Paulo Moreira é uma pessoa que carrega todos esses elementos e a ele só tenho a agradecer. Acolheu-me na Iniciação Científica com grande carinho quando eu mal sabia o que era o fazer histórico e desde então tenho o privilégio de ser orientada por ele, profissional que compartilha com os demais seu imenso conhecimento e que tenho grande admiração como historiador e professor, mas principalmente como pessoa. Compreendeu meus anseios, preocupações e, principalmente, momentos de aflição. É um privilégio aprender com o mestre!

Agradeço a professora Miriam Vieira, que com muito carinho aceitou ser membro da minha qualificação e nas aulas de Seminário de Antropologia apresentou grandes autores que contribuíram para a dissertação, mas também, pra mudar a perspectiva da minha vida. Aos professores e membros do Programa de Pós-Graduação de História da Unisinos por todo o conhecimento nesses anos de graduação e pós.

Agradeço aos colegas pelos dias de organização do II Cehla (Colóquio discente de Estudos Históricos Latino-Americano), Camila Silva, Cyanna de Fochesatto, Estela Benevenuto, Jonathan Fachini e Lidiane Friderichs. Foi ótimo participar e aprender com vocês, numa organização pacífica e amistosa como foi o Cehla.

Ao grupo do *WhatsApp* composto pelos amigos Carlos Pacheco, Giane Flores e Leonardo Giordani, pelas *selfies* diárias, leituras atentas aos textos, encorajamento, bobagens compartilhadas, pelos resumos dos *realities*, mas principalmente por saber entender e se colocar no lugar do outro. Vocês são demais! Carlos, que conheci tímido no Mestrado, rapaz de Jaguarão que hoje desbrava São Paulo. Marcelo Silva, amigo desde o início da graduação, obrigada por todos os momentos de eventos, bares e lanches.

Há na sociedade um mito de que estudar é fácil. Há quem diga que *apenas* estuda. Talvez para algumas pessoas realmente seja fácil, mas de qualquer forma, tem que saber dosar. Ficar horas na frente do computador, na companhia dos livros ou nos pensamentos que nunca chegam a ter um consenso final, pode ser estressante. A rigidez acadêmica com a exclusão que tem que ser feita para o fim de

uma dissertação tem que ser medidos e aliados com momentos de prazer e de relaxamento e por isso agradeço a meus amigos, por mostrar que a vida tem que ser vivida. Alana, Ana Paula, Guilherme, Pablo e Thalia, vocês foram amigos de muitos momentos.

Sem as motivações e *aquela força diária*, talvez eu tivesse tido um percurso bem mais difícil, repleto de paranoias e sem a confiança necessária para a elaboração desse texto. Obrigada meu amigo, parceiro e amor Leonardo Giordani, por sempre confiar e acreditar em mim, por lembrar a minha capacidade e por estar comigo em todos os momentos, dos mais difíceis aos mais alegres da minha vida e, claro, pelas ajudas nos quadros e Excel. Obrigada minha amiga Giane Flores, que conheci na Iniciação Científica como colega e hoje é uma irmã. Obrigada por todo o companheirismo e pela nossa trajetória. Vocês são especiais.

A minha irmã Adriana, pelo exemplo do que é ser mulher, forte e linda. Obrigada por cuidar tão bem de todos, por ser uma fortaleza e por tudo que tu faz por mim e pela mãe. Minha mãe, a mulher mais guerreira e sentimental que já conheci. Obrigada por acreditar e me apoiar em todas as decisões, até as que não tinham *pé e nem cabeça*.

Aos meus amores Théo e a Analua, que chegaram de surpresa no meio do Mestrado e que mudaram minha vida.

“Mulheres comportadas raramente fazem História”.  
(MONROE, Marilyn)



## RESUMO

Essa dissertação busca analisar as mulheres populares na cidade de Porto Alegre em fins do século XIX, a partir dos 29.918 homens e mulheres que frequentaram a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre nos anos de 1889 a 1900, encontrados nas fontes do Livro de Matrícula Geral dos Enfermos, e dos 20 processos criminais pesquisados, em que a maioria das mulheres são réis. Buscamos a partir de uma metodologia que visa tirar o aspecto de subalternidade e vitimização, historicamente relacionado às mulheres, coloca-las no centro da análise para então descobrir como eram seus relacionamentos, vivências, trabalhos e em geral, aspectos cotidianos. A partir de nossas fontes também conseguimos observar como são as representações e os estereótipos construídos sobre as mulheres, os quais nos mostram estar sempre em dinâmicas não estruturadas, podendo mudar a partir de determinado contexto situacional e relacional. As interseccionalidades também são fundamentais para compreender como as mulheres organizavam suas vidas, pois observamos que a partir de determinada característica de classe ou de raça, as atribuições e representações a respeito dessas mulheres mudavam. Encontramos mulheres gerenciando suas vidas de plurais maneiras, seguindo estereótipos na forma de mulheres casadas, trabalhadoras domésticas ou indo contra eles, como as prostitutas e criminosas, mas em geral, mulheres que sabiam manejar suas vidas conforme as situações lhe eram postas.

**Palavras-chave:** Mulheres. Cotidiano. Representações. Gênero.

## **ABSTRACT**

This dissertation seeks to analyze the popular women in the city of Porto Alegre in the late nineteenth century, from the 29,918 men and women who attended the Santa Casa de Misericórdia of Porto Alegre in the years 1889 to 1900, found in the sources of the “Livro de Matrícula Geral dos Enfermos”, and of the 20 criminal cases investigated, in which the majority of women are accused. We seek from a methodology that aims to take the aspect of subalternity and victimization, historically related to women, put them at the center of the analysis and then find out how their relationships, experiences, work and in general, everyday aspects. Starting from our sources we can also observe how representations and stereotypes are built on women, which show us to be always in unstructured dynamics, able to change from a determined situational and relational context. The intersectionalities are also fundamental to understand how women organized their lives, as we observed that from a given class or race characteristic, the attributions and representations about these women changed. We found women managing their lives in a variety of ways, following stereotypes in the form of married women, domestic workers, or going against them, such as prostitutes and criminals, but in general, women who knew how to manage their lives as situations arose.

**Key-words:** Women. Everyday. Representations. Gender.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Processo da Preta Fausta - 1898 .....	256
--	-----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Enfermas identificadas pela classe na SCMPA (1889 – 1900).....	83
Gráfico 2 - Os enfermos da SCMPA (1889 – 1900) .....	86
Gráfico 3 - Mulheres na SCMPA, por continente (1889 - 1900) .....	87
Gráfico 4 - Homens na SCMPA, por continente (1889 - 1900).....	87
Gráfico 5 - Mulheres na SCMPA, por procedência (1889 - 1900) .....	88
Gráfico 6 - Homens na SCMPA, por procedência (1889 - 1900).....	88
Gráfico 7 - Nacionalidades das Mulheres internadas na SCMPA (1889 – 1900) .....	89
Gráfico 8 - Nacionalidades dos homens internados na SCMPA (1889 – 1900) .....	89
Gráfico 9 - Mulheres na SCMPA por estado (1889- 1900).....	91
Gráfico 10 - Estado Civil das Mulheres a partir da SCMPA (1889 – 1900) .....	155
Gráfico 11 - Estado Civil dos Homens a partir da SCMPA (1889 – 1900).....	156
Gráfico 12 - Idade das mulheres da SCMPA (1889 – 1900) .....	157
Gráfico 13 - Homens e mulheres que não declararam sua profissão na SCMPA (1889 – 1900).....	173
Gráfico 14 - Total de homens e mulheres na SCMPA (1889 – 1900) .....	173
Gráfico 15 - Doenças sexualmente transmissíveis das mulheres na SCMPA (1889 – 1900) .....	209
Gráfico 16 - A <i>cor</i> das mulheres na SCMPA (1889 – 1900).....	274
Gráfico 17 - A <i>cor</i> dos homens na SCMPA (1889 – 1900).....	275
Gráfico 18 – Idade das Mulheres Africanas na SCMPA (1889 – 1900).....	280

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Condição de saída das enfermas na SCMPA (1889 - 1900).....	62
Quadro 2 – Abortos, gravidezes, problemas e doenças relacionadas ao estado puerperal na SCMPA (1889/1900). .....	105
Quadro 3 - Estado civil a partir de abortos, gravidezes, problemas e doenças relacionadas ao estado puerperal na SCMPA .....	114
Quadro 4 - Idade das mulheres relacionadas a abortos, gravidezes, problemas e doenças relacionadas ao estado puerperal na SCMPA.....	115
Quadro 5 – Profissões/ofícios das enfermas da SCMPA (1889-1900).....	169

## LISTA DE ABREVIATURAS

AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
APERS	Arquivo Público do Rio Grande do Sul
CHC	Centro Histórico-Cultural da Santa Casa
HNSD	Hospital Nossa Senhora das Dores
LMGE	Livro de Matrícula Geral dos Enfermos
POA	Porto Alegre
SCMPA	Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1 COMEÇANDO UM QUEBRA-CABEÇAS</b> .....	<b>15</b>
<b>2 DA CARIDADE AO PROTAGONISMO FEMININO NA SCMPA</b> .....	<b>41</b>
2.1 CARIDOSAS E POPULARES: A CRIAÇÃO DA SCMPA.....	49
2.1.1 Ângela Reiuna, uma mulher negra na fundação da SCMPA.....	52
2.2 “DEUS PROVIDENCIARÁ E DEUS PROVIDENCIARA!”: AUTONOMIAS E AGÊNCIAS DAS IRMÃS DE CARIDADE.....	67
2.3 A PRESENÇA DE MULHERES ENFERMAS NA SCMPA.....	80
<b>3 NEM RECATADAS, NEM PUTAS: A MATERNIDADE E AS REPRESENTAÇÕES FEMININA</b> .....	<b>97</b>
3.1 CLARA MARKENDORF: A CRIADA DESLUMBRADA.....	99
3.2 A MATERNIDADE COMO REPRESENTAÇÃO FEMININA.....	102
3.3 O CASO DE ALÍPIA: REPRESENTAÇÃO DE UM SUPOSTO DEFLORAMENTO .....	116
<b>4 DIFERENTES E ÚNICAS: DIVERSOS COTIDIANOS</b> .....	<b>121</b>
4.1 NEM DO PRIVADO NEM DO PÚBLICO: FRAGMENTOS DE PRÁTICAS COTIDIANAS .....	123
4.1.1 De injúrias a “ouvir dizer”: Vizinhos e conhecidos em atritos .....	125
4.1.2 Entre a devassidão e a imoralidade .....	134
4.1.3 Curiosas e Fofoqueiras.....	140
4.2 – “SE LEVAVA BORDOADAS ERA DE SEU HOMEM”: RELAÇÕES DE GÊNERO.....	143
4.2.1 A honra masculina: sexualidade e o bom trabalhador. ....	143
4.2.2 <i>Turbulentas</i> relações .....	150
4.2.3 Amasiada ou casada? Relações conjugais. ....	155
<b>5 REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DE SERVIÇOS FEMININOS: SOMOS TODAS TRABALHADORAS!</b> .....	<b>163</b>
5.1 UMA FORMA JUSTA DE TRABALHO: PROSTITUIÇÃO. ....	193
5.1.1 Somos todas prostitutas! .....	195

5.1.2 Ofensa ou ocupação? .....	199
5.1.3 Estratégias a partir das trocas nominais .....	204
5.1.4 Prostitutas: Perversas e doentes.....	207
<b>6 MULHERES NEGRAS ATIVAS: REPRESENTAÇÕES SOBRE RAÇA E GÊNERO.....</b>	<b>213</b>
6.1 A CRIOULA DA CASA: <i>ESSA NEGRA</i> JANUÁRIA .....	221
6.2 A <i>SERPENTE DE ASAS</i> : JOANNA EIRAS. ....	231
6.2.1 Joanna Eiras e o roubo de cavalos .....	234
6.2.2 Joanna Eiras e as cabras.....	244
6.3 ANNA FAUSTA MARÇAL: LAVA, ENGOMA E RECEBE HOMENS.....	254
6.3.1 <i>NEM PRETA, NEM BRANCA</i> : A COR DE FAUSTA E DAS PORTO-ALEGRENSES.....	270
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	283
LISTA DE FONTES.....	289
APÊNDICE A – PROFISSÕES MASCULINAS .....	304
APÊNDICE B – SIGNIFICADO DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS.....	308



## 1 COMEÇANDO UM QUEBRA-CABEÇAS

Essa dissertação tem como tema central as mulheres populares na cidade de Porto Alegre, na década final do século XIX. As motivações que levaram ao investimento nesta temática são acadêmicas e pessoais. Acadêmicas, pois precisamos saber e descobrir muito mais sobre as rotinas e as vivências que as mulheres das diversas classes, etnias e idades experimentaram ao longo da história. Muito se avançou na escrita sobre as mulheres nos últimos anos, mas ainda há muitas lacunas as quais devemos preencher. Acreditamos<sup>1</sup> que a cidade de Porto Alegre, como capital do estado, é ainda um ótimo lócus para a pesquisa sobre as mulheres populares, principalmente se pensarmos na junção das fontes que utilizamos, as quais nos permitem ter um acesso privilegiado a fragmentos de vida de algumas mulheres, mas que não deixa de contemplar uma mentalidade e uma cultura compartilhadas por outras da mesma época.

Cada pesquisa acadêmica que surge sobre a temática das mulheres compreende para a história maior conhecimento sobre as experiências e práticas de vidas femininas. Com isso, aos poucos, vamos conseguindo encaixar essas investigações, independente do foco que o pesquisador dê a sua escrita, como se cada uma delas fosse uma peça de quebra-cabeças, sendo essenciais para o conhecimento do 'todo' e para a formação de um panorama geral do que era ser mulher nos diversos tempos e locais da história. Cada pesquisador carrega em sua escrita, suas experiências de vida e de pesquisa e isso gera uma fascinante variação de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses sobre essa temática, que aos poucos vai surgindo como tema recorrente nos programas de graduação e de pós-graduação. Infelizmente, ainda não são todas as universidades que trabalham com temas relacionados a gênero ou História das Mulheres, tornando essas pesquisas marginalizadas e vistas como não tão importantes em comparação a outros assuntos. Mas aos poucos vamos conquistando nosso lugar nos programas e na sociedade.

---

<sup>1</sup> Ao longo da dissertação o leitor observará a utilização da escrita na primeira pessoa do plural. Isso se deve ao fato de que há muitas contribuições que ocasionaram a finalização desse texto, seja pelas leituras de meu orientador, das disciplinas feitas ao longo do mestrado, como também auxílios diversos de amigos e familiares. A utilização dessa narrativa não deixa de ser uma forma de agradecimento a todos que me auxiliaram de alguma forma.

Ser mulher e estudar outras mulheres faz com que essa pesquisa se torne pessoal e especial. Vivenciamos hoje diversos retrocessos sobre direitos conquistados na nossa sociedade, especialmente sobre avanços que nós feministas conseguimos sobre o direito de se falar sobre as diferenças e desigualdades de gênero no espaço escolar, buscando entender o ser humano nas suas diferentes sexualidades e a entender a construção cultural que se fez/faz presente sobre ser mulher e ser homem. Esse fato e tantas outras facetas políticas que remetem a retrocessos, além da atuação das mídias e religiões que estabelecem padrões sobre o “ser feminina“, o “ser mulher“ e a estereótipos de conduta, fazem com que olhemos a um passado, não tão distante, diga-se de passagem, onde as diferenças de gênero eram justificadas cientificamente e naturalizadas. Isso se assemelha e muito, com o nosso dia-a-dia. Muitas mulheres ainda são vítimas de um sistema machista, seja em casa ou no espaço público, onde as desigualdades de gênero recaem sobre o feminino de uma forma que mata, oprime e subjuga. Mas ainda há esperanças, e a história tem um papel fundamental para a compreensão do passado e na aquisição de expectativas para o futuro, pois vemos diversas mulheres conquistando espaços que não eram originalmente seus e que hoje podemos usufruir sem que haja tanta repressão. O estudo da história das mulheres é fundamental para uma sociedade mais justa e igualitária.

Como pesquisadora, iniciei minha trajetória no ano de 2013, quando entrei no programa de iniciação científica do curso de Licenciatura em História/Unisinos, como bolsista CNPq, sob a orientação do Professor Doutor Paulo Roberto Staudt Moreira, meu orientador desde então. A partir do início da pesquisa, transcrevemos e problematizamos os dados registrados nos Livros de Matrícula Geral de Enfermos da (LMGE) da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (SCMPA) até o ano de 1895, o que adiante explicaremos mais detalhadamente, com a minha colega de vida e curso Giane Flores.

Estudar as mulheres começou a ser arquitetado como possibilidade de pesquisa no período em que me inscrevi na disciplina de introdução ao trabalho de conclusão de curso (TCC) e, a partir de então, comecei a formular um pré-projeto que se tornou minha monografia, intitulado “Pobres Mulheres ou Mulheres Pobres? Uma análise da condição de vida feminina no século XIX (1889 – 1895)”. Com o levantamento dos dados dos LMGE consegui obter informações sobre as mulheres que frequentavam a instituição nos anos de 1889 a 1895, mapeando o perfil das

enfermas que se internavam na SCMPA. Além de perceber quem eram as mulheres que frequentavam a instituição, suas idades, estados civis, cores, origens, doenças e condições de saída, a fonte possibilitou um acesso a uma parte das camadas populares da sociedade de Porto Alegre. Foram transcritos para aquela pesquisa 12.632 dados referentes a todos os enfermos da instituição, homens e mulheres, após foi feita uma filtragem apenas das mulheres, totalizando o número de 2.887 enfermas.<sup>2</sup>

Desde então comecei a aprofundar as leituras sobre mulheres populares, pensando nas questões que a fonte remetia, tais como trabalho, cor e estado civil, mas principalmente sobre as experiências cotidianas, o ser mulher e o ser pobre na capital do Rio Grande do Sul, em fins do século XIX. Especialmente após a realização da monografia, surgiram outros problemas de pesquisa, que deram origem a essa dissertação, pois, apesar da renovação historiográfica ocorrida das últimas décadas e do afloramento de temáticas antes consideradas sem relevância, como a história das mulheres e de outros considerados “excluídos”, persistem muitas lacunas, sendo ainda reproduzidos conceitos não problematizados ou tidos como naturais pela sociedade da época e a de hoje. Como dito, aos poucos os programas de graduação e pós-graduação no Rio Grande do Sul vão aderindo à história das mulheres, porém, ainda há poucos trabalhos especializados em mulheres na região, apesar de sabermos a importância que esses estudos carregam para a história, mas principalmente para as mulheres na nossa sociedade. Temos e devemos saber mais sobre nossas antecessoras, mudar o aspecto das oposições binárias encontradas no senso comum, “*santas x putas* e *recatas x mulheres públicas*”, por exemplo, desnaturalizando essas dualidades. Devemos, como pesquisadores financiados por órgãos públicos, mudar o que é transmitido nas escolas/universidades sobre as mulheres e sobre o gênero, aliás, devemos começar a falar sobre estas temáticas ainda esquecidas ou pouco mencionadas.

Foram as lacunas deixadas pela monografia que me fizeram e fazem (re)pensar as mulheres populares do final do século XIX, em suas singularidades e

---

<sup>2</sup> A Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre era a principal instituição de auxílio, caridade e assistência dos considerados pobres e o perfil dos doentes que atendia abrangia não somente a capital, mas todos aqueles que precisassem de algum auxílio, como mostram diversas bibliografias, tais como as das historiadoras Yonissa Marmitt Wadi (2009); Nikelen Acosta Witter (2007); Beatriz Teixeira Weber (1999) e Cláudia Tomaschewski (2007). Contudo, pensando que a instituição era localizada na cidade de Porto Alegre e considerando questões de locomoção e de cura da época estudada, acreditamos que a maioria das enfermas fosse da capital do estado, porém, não podemos descartar a hipótese de que algumas mulheres vieram de outras regiões.

totalidades, seus problemas diários, experiências sociais, ações, lutas e conquistas. Infelizmente, ainda se vê a mulher a partir de discursos marcados por naturalizações sociais e biológicas, pois vivemos em uma sociedade construída, historicamente, por heranças machistas e patriarcais. Essas concepções se reproduziram/em pela literatura, historiografia e pelas gerações seguintes, ou seja, o papel da mulher e suas funções foram se impregnando nas mentalidades e na cultura da nossa sociedade e a nossa intenção com essa dissertação é mostrar que as mulheres tinham atuações sociais além do que era esperado e, em alguns momentos, faço analogias de como ações passadas refletem em problemas atuais, pois acredito que, além de historiadora, também sou professora e a profissão docente deve refletir sobre essas questões.

Tentando compreender mais profundamente e além do que a bibliografia atual escreve sobre as mulheres, pretendemos mostrar certas vivências de mulheres populares na cidade de Porto Alegre, remontando alguns aspectos do cenário da cidade e das mentalidades<sup>3</sup>, tendo como problema central a sua cotidianidade, explorando a diferença de caminhos que podiam seguir em vários âmbitos de suas vidas. Para tanto, a ideia é apresentar ações, agências, formas de sustento e trabalho, relacionamentos, oposições de classes e raças, estereótipos e discursos, fatores ligados à vida diária, nada ordinária, destas mulheres.

Ao chegar na SCMPA homens e mulheres deixaram registrados dados extremamente importantes e ricos que podem ser analisados principalmente quantitativamente, mostrando algumas peculiaridades sobre estes frequentadores e moradores da capital, no geral. Estes dados são: seu nome, idade, cor, origem, filiação, estado civil, classe, doença, trabalho e situação quando da saída da instituição. Vemos estas fontes como um observatório das pessoas da cidade de Porto Alegre e as usamos na intenção de ajudar a compreender o perfil dos seus moradores. Analisar os frequentadores da instituição (os enfermos) também nos ajuda a refletir sobre os que não procuravam a SCMPA, ou melhor, sobre como as práticas de cura ainda eram marcadas pela privacidade, pela sociabilidade primária da vizinhança, da parentela, questões abordados no começo do texto.

Importante citar que, apesar da fonte estar relacionada à medicina e a doença, essa dissertação não tem a intenção de trabalhar com a história da

---

<sup>3</sup> Quando falamos sobre mentalidades nos referimos de maneira coloquial. Não é nossa intenção falar sobre a história das mentalidades.

medicina feminina. Compreendemos a importância destas pesquisas para a história da mulher e observamos que a fonte é excelente para essas investigações, mas esta não é nossa intenção. Utilizamos de uma fonte médica para compreender cotidianos, relações e ações, devido a outros dados (além dos médicos) que podemos encontrar nela e ao potencial que verificamos nestes documentos como propiciadores de cruzamentos.

Apesar da rica documentação, gostaria de ter um acesso ainda mais profundo aos entraves que essas mulheres tinham em seu dia-a-dia e, para tanto, estou utilizando os processos judiciais destes mesmos anos (1889 – 1900). Metodologicamente, selecionei apenas os documentos judiciários em que mulheres constam como réis, relacionando-os constantemente com a bibliografia, sendo analisados cerca de 20 processos criminais. A escolha dessa metodologia foi baseada na tentativa de escrever uma história em que a mulher não fosse só a vítima, nem que se reproduzisse o discurso da mulher vitimizada, passiva e do lar. Mostraremos o quanto a moral da época afetou os julgamentos dos magistrados em relação às mulheres, os estereótipos que foram manejados por elas como estratégia, ou não, e ainda acessaremos as situações vividas por estas mulheres, entre outras peculiaridades da vida cotidiana. Por meio da análise dos processos criminais podemos ver relações de poder entre vários âmbitos e as experiências sociais dessas agentes no dia a dia, além disso, como testemunhas e réis, essas mulheres em seus depoimentos podem nos transmitir perspectivas próprias, uma espécie de *escritas de si*, mesmo que sujeitas a filtros repressivos.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Importante lembrar que os relatos que chegaram à esfera judicial são aqueles que não tiveram solução no âmbito doméstico. Sobre a justiça e o uso dos processos judiciais como fontes históricas, ver: CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas barras dos tribunais: direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX*. 2003. (Tese de Doutorado) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003. ; ROSEMBERG, André. *Ordem e burla: processos sociais, escravidão e justiça, Santos, década de 1880*. São Paulo: Alameda, 2006; SANCHES, Nanci Patrícia Lima. O crime e a história na jurisdição do Império do Brasil. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*. Nº 38, ano 21, p. 29-44; FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. 2012. (Tese de Doutorado) Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2012; CANCELLI, Elizabeth. *A cultura do crime e da lei: 1889-1930*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001; CORRÊA, Mariza. *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983; FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001; GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de. (orgs.) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009; ZENHA, Celeste. As práticas da Justiça no cotidiano da pobreza. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 10, março/agosto de 1985, pp. 123-146; GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. In: \_\_\_\_\_. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 280-292.

O período que a dissertação abordará (1889-1900) compreende uma época de profundas mudanças no mercado de trabalho, de governo, economia, sentimentos de privacidade<sup>5</sup> e da valorização da família e do lar. Sabendo disto, pretendo observar o impacto que essas situações tiveram na vida cotidiana daqueles que frequentavam a SCMPA, como também das mulheres encontradas nas fontes judiciais. Contudo, não há nenhum marco fundamental para a escolha destes anos, obviamente levamos em consideração essas modificações sociais citadas, mas a principal escolha foi o tempo que uma pesquisa de mestrado (além da redação final) tem para se efetivar.

Porto Alegre tem importância não só como capital do estado, centro administrativo, econômico ou portuário, mas, principalmente, por que foi palco de moradia de minhas, talvez nossas, avós e bisavós e ao reconstruir o cenário da cidade e de algumas mulheres, faço jus e dou vida às mulheres que foram julgadas por suas escolhas, muitas vezes, nem tão escolhas assim, e que pagaram um preço muito alto, ou ainda pagam nas memórias alheias. Mostrar que seus comportamentos não eram *tão* diferentes naquela sociedade e algumas de suas escolhas como mulheres e pobres acabavam sendo consenso por elas, se tornou uma tarefa pessoal.

Esses pequenos rastros<sup>6</sup> que as fontes comportam acabam trazendo indícios de desconstrução de conceitos enraizados na sociedade, mostrando que o considerado natural não existe como verdade, mas que é uma construção com bases na dominação de um sexo sobre o outro, através dos tempos, das heranças não materiais que vão de geração para geração. Importante esclarecer que apesar de falarmos sobre mulheres, não enxergamos os homens como se fossem “vilões” dessa história, ou àqueles que marginalizaram as mulheres a determinados setores sociais de forma consciente. Aliás, conceitos como machismo e patriarcado não estão presentes apenas na cultura masculina, as próprias mulheres reproduzem/reproduziram esses conceitos. Aos poucos (em detalhes, em gestos,

---

<sup>5</sup> Gonçalves (2006) explica que o século XIX estimulou a criação de mecanismos de controle sobre sensações, sentimentos e de privacidade, fruto do individualismo burguês e suas noções de intimidade.

<sup>6</sup> De acordo com Pesavento (2008, p.11): “Tais rastros são, pois, representações do ocorrido, tanto na sua feitura original, a trazer a marca da temporalidade que os construiu no passado, como fato ou personagem, em um momento dado, quanto na sua construção desde o presente, a participar de uma rede de possíveis e plausíveis para a elucidação de um problema. Se tais fontes são portadoras de razões, intenções, estratégias e sensibilidades de uma outra época, tais elementos presidem também o olhar do historiador que, desde o presente, os vai manipular e analisar”.

palavras, explicações e tantas outras formas de reproduções sociais e culturais) que foram se formando o que hoje temos como educação<sup>7</sup> que forma uma sociedade em que mulheres recebem menos salários do que os homens, que mães são julgadas e culpabilizadas por serem solteiras e por não seguirem os padrões de maternidade, ou ainda, em que mulheres são abusadas verbalmente, mentalmente e fisicamente por serem consideradas *sexo frágil* e passíveis destes abusos. Em curtas palavras, uma educação desigual e formadora de papéis específicos.

A partir de alguns procedimentos da Micro história Italiana<sup>8</sup>, mais precisamente da redução de escala de análise, da maleabilidade das normas sociais, da percepção das práticas sociais como estratégias, da compreensão das agências humanas como ações desenvolvidas em campos de incertezas, a Micro História nos auxilia a fazer uma articulação entre os comportamentos, normas, sujeitos e contextos. Assim, teremos informações mais específicas do que totalizantes, que vão além dos discursos e análises generalizantes e que se integram a diferentes dimensões da experiência social, recriando assim, o passado a partir de novos questionamentos.

A escolha dos processos criminais e dos documentos da SCMPA é devido as suas *excepcionalidades*, baseada na visão de Edoardo Grendi, que define o excepcional ligado ao documento e a partir do que ele expressa e revela, assim o historiador trabalha com uma série de evidências indiretas e nesta situação, o documento excepcional pode ser excepcionalmente 'normal', exatamente porque relevante.<sup>9</sup>

Assim, sua afirmação alude à frequente inevitabilidade do uso de documentos indiretos diante da falta de informações de primeira mão. Neste caso, o excepcional pode revelar em negativo aquilo que se definiria como normal, mas isto não implica necessariamente, que ele estivesse defendendo a adoção de casos excepcionais para o estudo histórico. (SERNA; PONS, 2012, p.43)

---

<sup>7</sup> Educação aqui não é compreendida como apenas a escolar, mas uma troca de conhecimento entre pessoas e que pode ser transmitidas em diversos locais.

<sup>8</sup> De acordo com Levi (1992) a micro-história, foi uma proposta nova na verificação de materiais, uma reordenação de dimensões, de personagens, de perspectivas. E também da valorização da história dos pequenos e excluídos, ou seja, dos momentos, das situações, das pessoas que indagadas com um olhar analítico, em âmbito circunscrito, recuperam peso e cor.

<sup>9</sup> Ver mais em: SERNA, Justo; PONS, Analet. O buraco da agulha. Do que falamos quando falamos de micro-história? In: MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Orgs.). *Uma história em escalas: A microanálise e a historiografia latino-americana*. Editora Oikos: São Leopoldo, 2012.

Carlo Ginzburg, no seu artigo “Sinais. Raízes de um Paradigma Indiciário” argumenta que é possível reconstruir traços culturais e sociais a partir de indícios, detalhes e sinais existentes nas fontes que parecem, inicialmente, não ter importância, mas que são ótimos para compreender diversos aspectos históricos. O historiador italiano nomeou esse método de pesquisa de “paradigma indiciário”. Tal método é semelhante ao usado pela Antropologia Interpretativa, pois identifica os “indícios” presentes nas fontes, os pormenores, pequenos traços antes negligenciados, mas que agora podem servir e revelar para o historiador grandes significações a partir de uma visão interdisciplinar.<sup>10</sup>

Outro viés presente em nossa abordagem diz respeito às trajetórias pessoais, pois ao escolhermos certos percursos de vida e histórias particulares conseguimos analisar questões sociais e culturais mais amplas, podendo visualizar uma sociedade repleta de estratégias e tramas de vidas.

O caso em análise, ou o fato-micro torna-se um poço que permite descer aos subterrâneos da urbe, compondo também, talvez uma espécie de janela, da qual se aprecia todo o desfilar dos atores sociais, ou ainda uma lupa, através da qual se revelam as minúsculas tramas e estratégias para a manutenção de uma ordem dada. (PESAVENTO, 2008, p. 16)

Natalie Zemon Davis (1987), em seu livro “O Retorno de Martin Guerre”<sup>11</sup>, utiliza de diversas estratégias narrativas e conjecturais, demarcadas pelo uso de expressões como: *talvez* e *pode ser*. A historiadora, diante da impossibilidade de afirmação e da documentação ambígua ou insuficiente, recorre a essa narrativa cheia de possibilidades e poucas certezas. Como aborda Carlo Ginzburg (1989), Natalie Davis não se baseia na contraposição da verdade e nem do imaginado, mas da realidade e das possibilidades subjacentes a ela, partindo de uma imaginação histórica orientada por outras fontes, autores e por sua experiência como pesquisadora.<sup>12</sup> Inspirada nesta autora, portanto, pretendo traçar uma narrativa

---

<sup>10</sup> Ver mais em: GINZBURG. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: \_\_\_\_\_, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais*. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das letras, 1989. (p.143 – 179).

<sup>11</sup> O Retorno de Martin Guerre aborda a história de Martin Guerre, um camponês francês do século XVI que abandona a família e fica sem dar notícias durante anos. Contudo, após algum tempo um falsário que se auto denomina Martin Guerre se estabelece na família. Após algum tempo e por desconfiança de alguns, o falsário é levado a julgamento, onde divide as opiniões dos camponeses e da própria família. Por fim, o verdadeiro Martin retorna e o falsário é julgado a pena de morte. Ver mais em: DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>12</sup> Pensando que a verdade é subjetiva e que esta é baseada em diversas perspectivas, a rejeito da minha narrativa.



ancorada às variadas possibilidades de ação e comportamento das mulheres do final do século XIX em diversos aspectos da sua vida, lembrando que essas hipóteses são voltadas a um público e localidade específicos a partir de um tempo histórico, mas que não são isolados e podem ser repensados para outros contextos.

A partir desses autores associados a Micro História e desses conceitos, pretendo analisar as fontes, mas não esquecendo o que Donna Haraway (1995) chama de saber localizado, ou seja, que a escrita e a pesquisa não é isenta de uma perspectiva pessoal dos autores. A autora fazendo uma crítica à perspectiva masculina na ciência acredita que o lugar de onde se vê e se fala determina a visão de fala e mundo. Portanto, para a autora é imprescindível deixar claro para o leitor quem sou, ou minha visão de mundo, pois isto influencia diretamente em minhas formulações, pensamentos e escrita. Portanto, apesar de estar estudando o passado (um segmento de uma classe popular, no fim do século XIX), carrego bagagens pessoais e experiências de vida como acadêmica, mãe e mulher branca de classe média. A partir disso, devo esclarecer que possivelmente (ou provavelmente) não sofri o que essas mulheres sofreram em uma sociedade marcada pelo domínio masculino, contudo, a intenção não é me colocar em seus lugares, mas tentar analisar suas experiências sociais como também as situações que as motivaram a tais comportamentos.

Nosso local de fala, muitas vezes, acaba limitando ou expandindo nossas escritas, dependendo do contexto e do objeto que está sendo estudado. Um exemplo da importância de deixar claro meu lugar de fala: por ser branca não significa que não posso estudar e compreender as mulheres negras, contudo, não sinto o preconceito diário que as mulheres negras carregam em seus corpos, apesar de ter conhecimento sobre isto. Quando nós pesquisadoras temos uma visão mais parecida com nossos objetos de pesquisa, nosso comprometimento, engajamento e compreensão mudam, pois o conhecimento de qualquer fenômeno depende da interpretação dentro de um contexto do mundo material e social.<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Mary Gergen (1993, p.112 – 113), ao estudar sobre as metodologias feministas e citando os psicólogos como exemplo, explica que esses profissionais tradicionalmente defenderam a necessidade de manter a objetividade em suas pesquisas. “Para atingir esse objetivo, idealmente, o cientista é um observador independente, que minimiza qualquer relacionamento entre si e o objeto do estudo. Pensa-se que na medida em que o cientista está distante, não envolvido e neutro, os objetivos não serão influenciados pelo cientista e dados confiáveis serão recolhidos. Se existe alguma forma de relacionamento pessoal entre o cientista e o sujeito, essa interação irá, como se diz, ‘contaminar as descobertas’. Muitos escritores feministas criticaram essa perspectiva (Chodorow 1978; Gilligan 1982; Harding 1986; Keller 1982). Eles sugeriram que, por diversas razões, essa visão

Adriana Piscitelli (2008), Kimberlé Crenshaw (2002) e Angela Davis (2016) observam a importância de não esquecer outras categorias interseccionais que permeiam o gênero. Essas três autoras auxiliam a identificar as várias formas de subordinação que refletem os efeitos interativos das discriminações sobre gênero, sendo a raça e a classe categorias de diferenciação preconizadas por elas. Além disso, Adriana Piscitelli (2008) chama a atenção para o conceito de *agency* ou *agência* – as possibilidades no que se refere à capacidade de agir, mediadas pela cultura e pelo social.<sup>14</sup> Esses conceitos serão abordados ao longo do texto de uma forma intrínseca, contemplando as diferentes formas de agir e de diferenciação dessas mulheres.

No decorrer do texto haverá espaços onde falaremos sobre as *cores* ou raças das pessoas. Raça, de acordo com Antônio Sérgio Guimarães (2008, p.66), é uma construção social, compondo: “Discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, pelo sangue [...]”. A raça também foi uma construção social usada para dar sentido a um modelo escravista e excludente, alocando as pessoas em diferentes posições sociais devido as suas origens e *cor*. Como raça, a *cor* das pessoas refletia/reflete significados e hierarquias sociais. Utilizamos muito a nomenclatura *cor* pelo fato das fontes denominarem o tom de pele das pessoas dessa maneira e pela sociedade da época também utilizar o termo no cotidiano.<sup>15</sup>

Rodrigo Weimer (2013) em sua tese observa que apesar de alguns documentos não mostrarem a *cor* do indivíduo, ou da sociedade ter deixado

---

é limitada e androcêntrica. Por exemplo, Nancy Chodorow (1978) argumentou que os homens desenvolveram uma identidade pessoal através da separação e diferenciação em relação a seus agentes maternos. Esse padrão de separação estimula o desenvolvimento de uma preferência mais geral pela separação ao invés da interdependência. Muitas feministas acreditam que aquilo que boa parte dos cientistas considera o método adequado para organizar a realidade social é simplesmente uma extensão do desenvolvimento masculino. É claro, a ironia está em que no argumento tradicional qualquer forma de relacionamento, próximo ou distante, entre cientista e o objeto de estudo constitui uma mensagem de relação, independentemente do contexto, com o objeto. [...] A possibilidade alternativa, talvez mais harmoniosa em relação desenvolvimento feminino, é a que admite a conexão entre as pessoas. Desse ponto de vista, a abordagem mais viável para a pesquisa científica é reconhecer esse laço entre as pessoas nos contextos sociais e construir métodos científicos nessas bases”.

<sup>14</sup> Obviamente, quando se fala em *agência* nos estudos históricos, não se pode escapar de destacar a influência do (neo)marxista inglês E. P. Thompson. Sobre isso, ver: MÜLLER, Ricardo Gaspar. *Razão e utopia: Thompson e a história*. Tese de Doutorado. São Paulo, PPGH/Universidade de São Paulo, 2002.

<sup>15</sup> De acordo com Guimarães (2008) a categoria predominante em termos de classificação social passou a ser *cor* e não raça, possivelmente pela pressão e pelo avanço social dos ex-libertos e descendentes.

subentendido não haver preconceitos raciais, a realidade era outra. Hierarquias raciais eram vivenciadas pelos personagens históricos (e presentes, visto que o autor aborda até a atualidade) diariamente, seja na escola, nos bailes ou no trabalho, marcando uma sociedade fortemente *racializada*, onde a *cor* age como fator de hierarquização social a partir de categorias historicamente construídas. Rodrigo Weimer (2013) observa que a *cor* dos indivíduos pode mudar conforme fossem se alterando seus lugares sociais, mas também de acordo com aspectos relacionais, no sentido de a quem cabia determinar a *cor* de outros.<sup>16</sup>

Ana Maria Rios e Hebe Maria Mattos (2004. p.170) explicam que até a década de 1990 apenas a marginalização dos libertos no mercado de trabalho era enfatizada nas análises. No pós a abolição, “os escravos pareciam ter saído das senzalas e da história, substituídos pela chegada em massa de imigrantes e europeus”. Inúmeros trabalhos se dedicaram a estudar os projetos das elites a respeito dos libertos e dos chamados “nacionais livres” como mão-de-obra e suas visões, esquecendo-se de contemplar a visão dos libertos sobre o período. O pós-abolição como um problema de análise social e histórico nos permite estabelecer novas perspectivas sobre os considerados “novos cidadãos”, resgatando a agência dos libertos na construção da sociedade neste período, suas alternativas em uma conjuntura altamente racializada, suas relações familiares e laborais.<sup>17</sup> Contudo, pretendo analisar essas questões cotidianas em um âmbito feminino, ou seja, como as mulheres descritas como negras/mulatas/morenas, entre outras designações encontradas nas fontes, agenciavam seu cotidiano. Para que seja possível essa forma de análise é importante ressaltar que a fonte produzida pela SCMPA traz dados importantíssimos. As autoras apontam para a dificuldade dos pesquisadores encontrarem nos documentos (principalmente judiciários) dados sobre a *cor* dos indivíduos envolvidos.

No Brasil, entretanto, é especialmente acentuada, não apenas pela inexistência de práticas legais, baseadas em distinções de cor e raça ou pela presença demograficamente expressiva, e mesmo majoritária, de negros e mestiços livres, antes da abolição, mas pelo desaparecimento, que se faz notar desde meados do século XIX, de

---

<sup>16</sup> Como no caso de Manoel, personagem estudado pelo autor, que teve muitas *cores* ao longo da vida. Em um momento foi considerado pardo, mas não por sua epiderme, mas pelo lugar em que ele ocupava socialmente e por suas condições financeiras.

<sup>17</sup> Os novos estudos de pós-abolição mostram o ex-escravizado ativo, em busca de seus próprios interesses, cheios de experiências culturais e sociais que não se resumiam a vitimização do cativo.

se discriminar a cor dos homens livres nos registros históricos disponíveis. (RIOS, MATTOS, 2004, p.176)

É importante ressaltar que, apesar da *cor* ser inexistente em algumas fontes, ela não deixava de ter relevância no estabelecimento de hierarquias sociais e de ter significações no dia a dia das pessoas. Os significados da liberdade estão relacionados à falta de menção das *cores* nas fontes, relacionado com a inserção do negro na sociedade como um cidadão. Apesar de a sociedade ter sido hierarquizada e desigual, tentou-se “democratizar”<sup>18</sup>, pelo menos nas fontes, a população, embranquecendo os registros ou invisibilizando as *cores*.

\*\*\*

Muito se vem problematizando sobre as mulheres nas ciências sociais e com isso, novas visões sobre o assunto vão surgindo, mas nem sempre foi assim. De acordo com Joana Pedro (2005) a antiga forma de escrever a história, chamada de “positivista”, dava destaque a personagens, em geral masculinos, não havendo espaço neste tipo de história para as mulheres. Nesta perspectiva masculina de “governantes e de batalhas”, conforme denomina a autora, as mulheres só participavam quando ocupavam, eventualmente, o trono (e ainda em casos de ausência do filho varão) ou então numa clara insinuação sensual/sexual que acredita(va) que as coisas são/eram decididas nos leitos de amantes. Estas histórias reforçaram mitos carregados de estereótipos de diversos tipos (santidade x malvadez, por exemplo), a respeito das poucas mulheres que ocupavam algum cargo de influência. Michelle Perrot (2007) complementa que quando eram citadas, as mulheres eram vistas pelas perspectivas dos homens, sob a forma de como eles as enxergavam, além de serem personagens que se sobressaíram por algum de seus atos, ou seja, não eram mulheres ditas “comuns”, populares, como as trabalhadoras, mães e donas de casa, as quais essa dissertação pretende privilegiar.<sup>19</sup>

---

<sup>18</sup> Essa democratização não é no sentido pleno da palavra, de tornar acessível algo, mas carregada de um silenciamento, ou seja, silenciar o racismo e a sociedade hierarquizada das fontes oficiais.

<sup>19</sup> Michelle Perrot (2007, p.16) observa que na sociedade oitocentista, a invisibilidade e o silêncio das mulheres faziam parte da ordem natural das coisas, garantindo uma cidade tranquila, pois de certa forma, a mulher causava medo, visto que era comparada a desordem. Essa indecência da mulher aparecer em público sozinha, ou a justificativa para não deixar uma mulher no controle da situação, vem sendo argumentada há muitos anos pela bíblia, o apóstolo Paulo já dizia “que a mulher conserve o silêncio”. A justificativa era porque primeiro foi formado Adão, depois Eva “e não foi Adão que foi seduzido, mas a mulher que, seduzida, caiu em transgressão” (primeira epístola a Timóteo 2, 12-14).

Mas a história das mulheres vem se modificando. Partindo de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar aos espaços públicos, contemplando a cidade, trabalho e criação, essa temática abrange vários campos e ambientes. Não é apenas uma história de grandes mulheres ou daquelas que marcaram a sociedade da época pelos seus feitos, apesar de reconhecermos o valor deste tipo de pesquisa, mas uma história de mulheres ativas, comuns, imersas em múltiplas interações, que vêm provocando mudanças na forma de estudar e entender as experiências femininas e suas singularidades. Hoje, além das histórias das mulheres, encontramos histórias de gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade, alargando suas perspectivas culturais. As mulheres, na nova historiografia<sup>20</sup>, deixaram de estar apenas no cenário como coadjuvantes, para integrar os papéis principais.

Foi a Escola dos *Annales*, constituída por March Bloch<sup>21</sup> e Lucien Febvre em torno da revista *Annales*, que rompeu com a visão da história dominada pelo exclusivismo político, gerando outros campos de pesquisas historiográficas. Portanto, após os *Annales* os grupos considerados *subalternos*, começaram a emergir na historiografia, ocasionando uma análise diferenciada das fontes.

O uso da palavra gênero tem uma história que é tributária de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas, como aborda Joana Maria Pedro (2005) no artigo intitulado “Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica”, acompanhada por lutas de diversos direitos e respeito que esses grupos conquistaram e vêm conquistando. Para o feminismo<sup>22</sup>, a palavra gênero

---

Ou seja, a mulher sempre foi causadora da desordem humana e ela deveria ser confinada a exclusão de certos âmbitos da sociedade, pois não teria capacidade para tais cargos e papéis.

<sup>20</sup> Quando falo em nova historiografia quero remeter as pesquisas feitas desde o ano de 1980, quando a abordagem feminina começa a desenvolver um papel decisivo na história. Maria Odila Leite da Silva Dias tornou-se base e uma das precursoras para os estudos femininos no Brasil e para uma nova historiografia em seu livro “*Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*”, se propondo buscar as minúcias e de ler nas entrelinhas das fontes.

<sup>21</sup> Marc Bloch no seu livro-testamento “o ofício do historiador”, permite-nos pensar no passado não só pelas questões do presente, como, também, observar outras fontes, além das unicamente oficiais e narrativas. Ver mais: BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

<sup>22</sup> O feminismo, de acordo com Pedro (2005), é dividido em duas “ondas”. A primeira se desenvolveu em fins do século XIX, para reivindicar direitos como o voto, trabalho remunerado, estudo, propriedade e herança, já a “segunda onda” surgiu após a Segunda Guerra Mundial, reivindicando direitos associados ao corpo e ao prazer e lutando contra o patriarcado (entendido como o poder dos homens na subordinação das mulheres). O presente trabalho dialoga bastante com o que ficou convencionalizado chamar-se de *feminismo negro*: “um campo epistemológico e político que não apenas pode ser vinculado à negritude, mas faz parte da sua matriz de experiência. Movimento surgido nos Estados Unidos (*Black Feminist Movement*) nos anos 1970 e desenvolvido no Brasil a partir da

passou a ser usada no interior dos debates que se travaram dentro do próprio movimento, que buscava uma explicação para a subordinação das mulheres.

Gênero só foi introduzido nos debates acadêmicos a partir da Segunda Guerra Mundial<sup>23</sup>, mais precisamente nos anos 1960 nos Estados Unidos,<sup>24</sup> para reivindicar o que se fazia em nome da “mulher”, e não do “homem”, pois elas acreditavam que a linguagem e conseqüentemente as ações sociais mostravam apenas uma abordagem, a do “homem universal”, não representando questões e ações que eram específicas das mulheres. Joana Pedro (2005, p.79) complementa: “era como ‘Mulher’ que elas reafirmavam uma identidade, separada da de ‘homem’”. A grande questão que as feministas queriam responder e que buscavam nas várias ciências era o porquê de as mulheres, em diferentes sociedades, serem submetidas à autoridade masculina e porque essas atividades destinadas às mulheres eram sempre desqualificadas em relação àquilo que os homens desta mesma cultura faziam. Joan Scott (1990) argumenta dizendo que as feministas também queriam enfatizar o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo, indicando uma rejeição do determinismo biológico e características sociais implícitas em termos como a própria palavra “sexo”. Joan Scott (1988) ao explicar a diferença entre os sexos observa que o significado é construído através do contraste e que uma definição positiva se apoia na negação ou na representação do oposto, de acordo com a autora:

Cualquier análisis de significado implica desmenuzar estas negaciones y oposiciones, descubriendo como están operando em contextos específicos. Las oposiciones se apoyan em metáforas y referencias cruzadas; y em el discurso patriarcal, com frecuencia la diferencia sexual (el contraste entre masculino y femenino) sirve para

---

década seguinte, o feminismo negro desafia as formas de dominação de uma sociedade tradicionalmente branca e masculina e coloca em tensionamento a produção de conhecimento deste grupo. Um dos conceitos chave do feminismo negro é a interseccionalidade. Para Kimberle Crenshaw (2002, p. 8), a interseccionalidade ‘pode servir de ponte entre diversas instituições e eventos e entre questões de gênero e de raça [...] – uma vez que [...] visa incluir questões raciais nos debates sobre gênero e direitos humanos e incluir questões de gênero nos debates sobre raça e direitos humanos’ (WESCHENFELDER, 2018, p.20) Ver também: CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*. Ano 10, p.171 – 188, semestre de 2002; CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

<sup>23</sup> Michelle Perrot (2007) afirma que a modificação da história das mulheres ocorreu entre as duas guerras, pois a partir daí as mulheres começaram a ter acesso às universidades e acabaram se interessando por suas histórias.

<sup>24</sup> De acordo com Pedro (2005, p.79): “Tiveram como liderança o trabalho de Betty Friedan, ‘A mística feminina’; publicado nos Estados Unidos em 1963, e a organização, em 1966, do NOW – National Organization of Women. Na França, o trabalho de Simone de Beauvoir, ‘O segundo Sexo’, publicado em 1949, também repercutiu no ressurgimento do movimento feminista francês”.

codificar o estabelecer significados que no están relacionados com el género o el cuerpo. (SCOTT, 1988, p.91)

Dessa forma, os significados de gênero se vinculam com demasiados tipos de representações culturais e se estabelecem como as relações que homens e mulheres se organizam e são entendidos em cada cultura. Margareth Mead (1988), antes de Joan Scott ou Joana Pedro, já demonstrou uma análise interessante sobre o temperamento dos sexos. Ao fazer uma etnografia com três diferentes tribos, chega a seguinte conclusão:

Se aquelas atitudes temperamentais que tradicionalmente reputamos femininas – tais como passividade, suscetibilidade e disposição de acalantar crianças – podem tão facilmente ser erigidas como padrão masculino numa tribo, e na outra ser prescritas para a maioria das mulheres, assim como para a maioria dos homens, não nos resta mais a menor base para considerar tais aspectos de comportamento como ligados ao sexo. (MEAD, 1988, p.268)

Ou seja, a cultura que afirmaria e diferenciaria os papéis sociais, ou em outras palavras, o temperamento, está totalmente separada do fator biológico. Contudo, autoras como Joana Pedro (2005) e Chandra Mohanty (2008) recordam que ao trabalhar com questões de gênero ou história das mulheres, devemos prestar atenção para que as explicações não se tornem as mesmas, ou seja, a subordinação não era/é a mesma para todas as mulheres, e nem aceita por todas, tudo depende do contexto histórico, cultural e social de cada região.

O final do século XIX é um período marcado por diversas transições no âmbito social, cultural e político.<sup>25</sup> A abolição da escravidão, a industrialização, a urbanização, o advento da República e os grandes empreendimentos científicos e tecnológicos com certeza dividiram opiniões entre a população, mesmo para aqueles que não estavam diretamente envolvidos nessas discussões. Acreditamos que grande parte da população, apesar de não ter um saber dito letrado, possuía outros meios de educação, informação e aprendizagem, como a própria circulação de ideias via a oralidade, a leitura de jornais em voz alta nos bares, ruas ou praças entre outras. Portanto, homens e mulheres estavam atentos ao discurso de

---

<sup>25</sup> No final do século XIX temos o início da República e a então recente abolição, além de fatores ligados ao caráter positivista da época, discurso relacionado a uma nova ordem moral e civilizatória voltada ao progresso. Havia, também, uma ação higienista que visava à limpeza da sociedade, tanto no âmbito físico, mas principalmente no moral. Esta política era gerida e pensada pelos médicos, governantes e intelectuais do período que acreditavam serem os pobres, por exemplo, o problema central da sociedade, dificultando o almejado progresso.

comportamento dos gêneros, mesmo os que não soubessem de sua *imposição*, se apropriando e discutindo-os (mesmo que através de suas práticas cotidianas), suas situações específicas. Mesmo que suas vidas não coubessem nos padrões de comportamentos e que a cotidianidade fosse marcada por outras formas de condutas, estes discursos acabam ficando estabelecidos como *naturais*, balizando várias formas de controle social.

O discurso de comportamento dos gêneros, de acordo com Fabíola Rohden (2001), foi paulatinamente firmado na sociedade a partir da cientificidade médica e do poder que ela começou a exercer sobre as pessoas. O século XIX foi marcado por saberes ditos científicos<sup>26</sup> criados por médicos que se afirmavam e expandiam a partir da diferença, separação, oposição e hierarquia, produzindo o contexto das significativas transformações socioeconômicas que caracterizariam o século. Esta mesma autora, ao analisar os escritos médicos deste período, percebe um esforço por parte desta classe em propor uma clara distinção das funções e das características socialmente aceitas dos sexos, tratando a diferença entre eles como algo natural e intrínseco, esclarecendo as razões de suas existências e redefinindo, só que agora pautado num discurso científico e biológico em base das diferenças de papéis e gêneros como naturalmente distintos em suas características físicas, morais, sociais e psicológicas.

A partir destas afirmações científicas e médicas e do rumo que a sociedade com pensamentos positivistas<sup>27</sup> se encaminhava, desígnios *naturais* do papel da mulher teriam como resultado uma boa preparação para assumir seu papel de mãe e esposa, com características ligadas a fragilidade, a docilidade e a sensibilidade, devido a sua natureza física e psicológica. Sendo assim, eram reservadas a esfera

---

<sup>26</sup> Acredito que seja importante para o entendimento deste texto o que considero como ciência. De acordo com Novaes (2015, p.50): “Descartes no berço das descobertas científicas do século XVII, colocou em dúvida o conhecimento, propondo um método que fosse científico, destruindo as certezas para reconstruí-las inteiramente por meio de um processo metódico e único. A partir disto, a busca da verdade passou a se fundamentar numa separação entre sujeito e objeto, considerando que o polo que irradia a certeza é o sujeito que pensa e que produz o conhecimento. Portanto, podemos pensar que a ciência foi uma criação humana e quem irradiava a ciência era um seletivo grupo formado por homens de elite e brancos”. Se pensarmos por este ângulo, as perspectivas femininas não eram/são vistas. Este método coloca/va as suas perspectivas como uma verdade já que seria “comprovado”.

<sup>27</sup> O positivismo é baseado nas ideias de Augusto Comte. O Rio Grande do Sul com a República estava embebido nos ideais de ordem e progresso e para tanto o governo, como os intelectuais, promulgavam a organização da sociedade a partir de novos hábitos disciplinadores pautados na razão e na ciência, os quais levariam o Estado e o país ao rumo da modernidade e da civilização. Célio Pinto (1986) ao estudar o Partido Republicano Rio-grandense diz que o positivismo adotado pelo Estado eram caracterizados como ideológicos das leis de evolução natural, garantindo o sucesso do grupo mais desenvolvido, deixando, portanto, os populares distantes das ações do Estado.



do lar e os afazeres domésticos como ações naturais e normais, ideais e recomendados moralmente para a mulher honrada socialmente e virtuosa moralmente.<sup>28</sup> Vemos um discurso pautado em uma esfera binária de oposições: cultura e natureza versus razão e emoção, o que acaba por justificar relações exploratórias por características *inatas* e *predeterminadas* femininas e masculinas. Emoção e natureza reservadas às mulheres e razão e cultura para os homens, com isto o lar está socialmente aceito para as mulheres como a rua para os homens.

Contudo, Elizabete Novaes (2015) nos recorda que as pessoas se relacionam intermediadas pelas suas próprias culturas, crenças e pelas representações que possuem sobre as suas realidades sociais. Ou seja, elas próprias, conscientes ou não, se apropriavam do discurso, conforme suas possibilidades de ações e interpretações. Seria ilusório e ingênuo pensar que mulheres e homens seguiam padrões de conduta definidos e definitivos. Suas ações eram norteadas de acordo com as possibilidades encontradas em cada situação e crença particular. Por mais que houvesse um discurso determinante de comportamentos, as vivências cotidianas poderiam levar para outros caminhos, muitas vezes não os idealizados.<sup>29</sup> Devemos compreender que falamos de mulheres populares, que precisavam na maioria das vezes, trabalhar, andar pelas ruas e se relacionar. Suas vidas eram diferentes do que era esperado por estes padrões, pensados por uma classe abastada de recursos em que os estereótipos e padrões até poderiam se manter, diferente da popular, que possuíam outros meios de vida.

Importante é compreender que além destes padrões e estereótipos, ainda havia mentalidades imaginadas e criadas a partir destas características do sexo feminino. Sandra Pesavento (2008) lembra que o poder de sedução era caracterizado como um atributo próprio da mulher, desencadeando instintos e impulsos, onde os homens perderiam a sua capacidade de ser racional. Nessa via de pensamento, o ato de seduzir, imputado a mulher, promove o alerta e o perigo em relação às artimanhas femininas.<sup>30</sup> A autora explica que “deixado à solta, sem

---

<sup>28</sup> Ver mais em: ROHDEN, *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

<sup>29</sup> Não podemos esquecer de que havia um discurso de comportamentos ideais e que isso de alguma forma interferia em suas vidas.

<sup>30</sup> Sandra Pesavento (2008, p.81) explica que o autor Michelet foi um dos precursores no resgate desta dimensão do imaginário social sobre a mulher: “Na sua conhecida obra *La sorcière*, Michelet indica que foi a Natureza que fez da mulher feiticeira. Sem querer cair na questão levantada pelo autor – os mistérios do corpo feminino e suas funções – que acaba por opor a *mulher-natureza* ao *homem-cultura*, entendemos que o que se poderia chamar de *natureza feminina*, ou o *feminino* é uma

controle, este traço identificador do feminino é capaz de privar o homem de sua racionalidade, e desviá-lo de uma conduta regrada e ordeira” (PESAVENTO, 2008, p.65). Ou seja, a mulher era culpabilizada pela sua sedução, era ela que levava o homem ao *mau caminho*, que por seus instintos desviava o homem da sua conduta moral, fator que responde o porquê da mulher ser socialmente desclassificada pela sua condição de prostituta, já que esta profissão era/é símbolo do desregramento, da perdição, da destruição da família e do homem.

\*\*\*

Os personagens que dão vida a essa dissertação tiveram suas vivências no contexto urbano de uma capital, que estava em plena mudança, crescimento, modernização, se tornando um lugar da diferença, de etnias, cores, classes, sexos, representações, ou seja, da novidade e do enfrentamento com o *outro*. As mulheres, como veremos, ficavam expostas aos perigos da vida urbana, que iam desde a sua conhecida feição moralizante até os perigos diários que uma cidade em crescimento como Porto Alegre pode acarretar.<sup>31</sup>

José Geraldo Moraes (1994) em “Cidade e cultura urbana na Primeira República” explica que as cidades brasileiras nas últimas décadas do século XIX e nos primeiros anos do século XX, passaram por grandes transformações, tais como a intensa imigração, a abolição da escravidão, a decadência da monarquia e a proclamação da república, o início da industrialização e a formação dos centros urbanos de maior porte. Mas essas transformações se concretizavam na realidade nacional de forma contraditória e invertida.

---

construção simbólica. E esta, no caso, é dada pelo olhar e pelo julgamento dos homens sobre mulheres. Com propriedade, Jacques Le Goff afirma que Michelet enfoca bem a questão quando centraliza sua análise num aparente paradoxo: é justamente no momento em que a mulher emerge como uma personagem de maior presença na história que é preciso diabolizá-la. É neste momento, na passagem do século XIV para o século XV, em que se acentua a sua faceta de bruxa, de sexualidade desregrada, dotada de malícia, capaz de realizar sortilégios e malefícios. Mais do que isso, esta representação feminina trabalha com a ideia de que a mulher é perigosa, por ser capaz de trair e seduzir”.

<sup>31</sup> Não estamos com isso defendendo que tais representações sobre o feminino não circulassem e influenciassem também as áreas rurais. Ou que nessas zonas a racialização e o controle sobre as mulheres fossem mais amenos e imperceptíveis. Apenas estamos considerando que os centros onde a urbanização era mais acentuada essas ideias circulavam com mais facilidade, seja pelos jornais ou pelas sociedades literárias. Assim, parte dos letrados que saíam dos centros universitários encontravam maiores possibilidades de inserção profissional nesses centros urbanos, seja nas instituições hospitalares, seja nos serviços públicos, que estavam em franco crescimento.

No campo político, a República prometia, inspirada na tradição liberal francesa e norte-americana, liberdade, igualdade, participação e democracia. Por diversos motivos, essas bandeiras republicanas foram rapidamente frustradas. Para a maioria da população, o exercício da cidadania ainda era algo distante, uma vez que o direito básico ao voto era restrito aos homens alfabetizados e as pressões políticas sobre os eleitores eram uma constante. Além disso, a República também afastava de seus centros de poder grande parte dos brasileiros, pois sua estrutura federativa descentralizada foi dirigida por décadas pelos cafeicultores paulistas e mineiros e reforçou o poder das oligarquias regionais. (MORAES, 1994, p.5)

A partir da segunda metade do século XIX, as cidades acompanharam um crescimento urbano<sup>32</sup>, as pequenas vilas transformaram-se em pequenas cidades, os pequenos e médios centros urbanos evoluíram, e as grandes cidades cresceram ainda mais, devido a fatores que evoluíram na mesma velocidade, como o avanço da medicina, saneamento básico<sup>33</sup>, a industrialização, revolução nos transportes e o avanço da ciência e da tecnologia. Tudo isso com a intenção de criar uma cidade mais moderna, conforme os centros europeus.<sup>34</sup> Esse crescimento inspirava uma população que tinha a intenção de obter melhorias de vida, como a possibilidade de trabalho regular e remunerado, o acesso mais rápido e fácil às mercadorias, uma vida cotidiana menos monótona e com mais atrativos. Mas também, não deixava de ser uma cidade onde a vizinhança se pronunciava, contando o que havia visto, espiando pelas frestas, se policiando, onde tudo era visto e registrado, como veremos.

---

<sup>32</sup> Dóris Bittencourt (2013, p. 189) explica que no ano de 1890 a cidade de Porto Alegre possuía: “9 fabricas de cerveja, 7 de sabão e velas, 18 de charutos e cigarros, 6 de chapéus, 6 de banha, 51 de calçados, 62 de olarias, 6 armadores, 6 refinarias de banha e 51 curtumes”. Ver mais: BITTENCOURT, Dóris Maria Machado de. *Casa, alcova e mulher*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. SINGER, Paul. *Desenvolvimento e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. 2ed. São Paulo: nacional, 1977.

<sup>33</sup> O serviço de limpeza das ruas passou a ser feito por máquinas varredoras Sohy, precedido por uma irrigação feita com irrigadores a tração animal. “No Império existiam leis e posturas que regulamentavam a vida das cidades. Entretanto, pode-se afirmar que a emergência do regulamentarismo no sentido do saneamento da cidade surgiu no final do século XIX, intensificando-se nas duas primeiras décadas do século XX. Na gestão do espaço público e na arquitetura houve progressos que atestaram o avanço do projeto de desodorização” (BITTENCOURT, 2013, p. 146)

<sup>34</sup> José Geraldo Moraes (1994, p.21) explica que: “[...] as ideias de progresso, civilização, moderno e bom-gosto eram representadas pela Europa, sobretudo por Paris e Londres, ‘berços da modernidade’. Essas ideias, criadas e assumidas principalmente pelo imaginário da elite brasileira, iriam marcar definitivamente as características, a vida e as construções das principais cidades de nosso país. O desejo inconfundível de se parecer com a Europa, na forma e no conteúdo, se revelaria de maneira espantosa no Brasil, influenciando profundamente o modo de vida de muitos brasileiros do início deste século”.

Contudo, a expansão e o crescimento urbano foram repletos de situações que mostraram que as cidades não estavam preparadas estruturalmente para receber tamanha população. Problemas como a falta de moradia, abastecimento de alimentos e de água, a insalubridade geradora de doenças e epidemias, o subemprego ou desemprego, a violência e a mendicância também foram partes constitutivas do quadro urbano, principalmente para uma população sem recursos de ordem material.<sup>35</sup> Porém, como uma consequência leva a outra, e a falta de recursos financeiros, de trabalho e da precariedade nos transportes geraram para aqueles que queriam um centro urbano moderno, limpo, ou seja, sem os pobres, uma cidade repleta de moradias coletivas (cortiços),<sup>36</sup> próximas ao centro da cidade (ou no próprio centro) que desafiavam a elite, a polícia, os médicos e os políticos pela aglomeração das *gentes*, mas que deve ser visto como um local de resistência e luta diária.

Além dos cortiços, Sandra Pesavento (2008) aponta, ao estudar o caso de Catharina Palse e José Ramos, o açougueiro da Rua do Arvoredo que a partir de “crendices populares” supostamente vendia carne humana <sup>37</sup>, que havia uma prática, de certa forma comum entre alguns setores da população, onde indivíduos de pouca renda albergavam terceiros, às vezes por cumplicidade, favor ou questões econômicas, onde uma espécie de aluguel deveria ser pago, como se a casa fosse uma hospedaria para pessoas de poucos recursos e ocupação incerta. É comum nas fontes judiciais encontrarmos mulheres que residiam em quartos localizados em quintais, *casas de pasto* e edifícios/sobrados que sublocavam peças, mostrando as

---

<sup>35</sup> José Geraldo Moraes (1994) explica que a política pública e privada procurou disciplinar e ‘educar’ essa população, através do controle de natalidade, discursos médicos que operavam como propulsor da família ‘limpa’ e honesta, do trabalho como moralizador, das entidades assistenciais, casas do trabalhador e de correção, reformatórios, e outros. Ou, ainda, por uso da repressão e políticas contra ‘vadiagem’, uso da violência e reformas nas cidades. Nos meios urbanos em crescimento o principal veículo de controle social passou a ser a polícia. Ver: MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929*. Porto Alegre, PPGH/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011; MAUCH, Cláudia. *Ordem Pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004.

<sup>36</sup> Dóris Bittencourt (2013) define o cortiço como local de moradia daqueles que não possuíam condições financeiras, sendo o terror dos arquitetos e médicos, devido a grande aglomeração de pessoas era considerado um local de total promiscuidade e falta de higiene.

<sup>37</sup> Ver mais em: PESAVENTO, Sandra. *Os sete pecados da capital*. São Paulo: Hucitec, 2008; ELMIR, Cláudio Pereira. *A história devorada: no rastro dos crimes da Rua do Arvoredo*. Porto Alegre, Escritos, 2004; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; ELMIR, Cláudio. *Odiosos Homicídios: O Processo 5616 e os crimes da Rua do Arvoredo*. São Leopoldo : Oikos Editora / Editora UNISINOS, 2010.

alternativas encontradas de vivência, mas também as formas de socialização peculiares que ali ocorriam.<sup>38</sup>

A vida nos grandes centros urbanos mudou o homem e suas relações sociais a partir do século XIX. O trabalho, o lazer, o comportamento, as relações com a natureza, a política, a literatura, o tempo, enfim, os mundos materiais e culturais, foram profundamente afetados pelas novas experiências de vida urbana, implicando, também, toda uma mudança nas avaliações e formas de proceder, em um contexto onde se fixavam normas e condutas, onde o progresso enfrentava a tradição, onde os comportamentos mudavam, e com eles os valores e as expectativas, redefinindo os papéis sociais (Pesavento, 2008). Pobres e ricos, intelectuais e analfabetos, jovens e velhos, homens e mulheres, ninguém escapou a essas transformações e todos acabavam se relacionando de uma forma ou outra em diferentes relações de poder.

No centro da cidade recaíam as vigilâncias, pois ali estavam os famosos “becos”, estavam localizadas as “bodegas”, prostíbulos, casa de jogos, ou seja, onde todo o *mal social* estava reunido. Os jornais regularmente denunciavam os becos, de acordo com Dóris Bittencourt (2013), a Rua General Paranhos era um foco de meretrizes, como a “caxixa” ou a “china”, que se relacionavam de forma violenta com os vizinhos. O jornal “A gazetinha” desde 1891 alertava sobre as ruas que precisavam constantemente da visita dos fiscais, que são: Rua Clara, Arroio Bela, Vasco Alves, Ponte, Becos do Fanha, Poço, Rua da Ladeira, e outras que eram caracterizadas por possuir odores considerados pútridos e que grudavam simbolicamente nos seus moradores, que eram tratados pelas autoridades e pelos jornais como também sujeitos a higienização médico-moral. O jornal também documentava e denunciava sobre um dos mais famosos *bordéis* da cidade, “a Flor

---

<sup>38</sup> A partir da segunda metade do século XIX, segundo Silvia Arend (2001), o espaço urbano no Rio Grande do Sul adquiriu maior relevância devido, principalmente, a transformações comerciais. Nos anos de 1870 e 1900, as primeiras fábricas foram instaladas em Porto Alegre, transformando o núcleo urbano em um grande espaço de atuação econômica capitalista. Sobre os serviços urbanos em Porto Alegre, por exemplo, a expansão ocorreu na passagem da década de 1860-70, iniciando-se com a rede de água encanada (1861), as linhas de bondes puxadas por animais (1872) e a implantação da iluminação pública a gás (1874). Do início da década de 1880 até os últimos anos do século, começaram a despontar nas cidades alguns símbolos da modernidade, como o sistema telefônico e escolas de engenharia (1896) e Medicina (1899). Pesavento (2008, p.26) mostra que na segunda metade do século XIX, Porto Alegre já tinha, pois, um certo ar cultural: “Um belo teatro, um Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, criado por intelectuais da província em 1860 e que estendeu suas atividades até o ano de 1864, o Liceu D. Afonso, prestigiosa escola secundária da capital da província, que desde 1846 funcionava na esquina da Rua da Ladeira (atual Rua General Câmara) com a rua do Cotovelo, no local que é hoje a Biblioteca Pública do Estado”.

da Mocidade”, de propriedade da *preta* Anna Fausta Marçal. Como veremos, as mulheres construía propriedades e acumulavam capital por seus próprios meios (às vezes ilícitos), mas demonstrando que nem só sob a dominação masculina viviam, pelo contrário. Os processos judiciais vão demonstrar as agências femininas, trabalhos, relacionamentos e sociabilizações.

Outro ponto importante para a pesquisa é o conceito de classe social:

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de interesse entre si, e contra outros homens cujos os interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é formada como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistema de valores, ideias, formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe (THOMPSON, 1987, p. 10).

Para Thompson as experiências comuns são fundamentais para a formação de classe, no seu caso, da classe operária inglesa, pois produziram uma identidade de interesses e experiências entre os indivíduos. Contudo, Silvia Arend (2001) explica que:

[...] a elaboração simultânea de diferentes identidades pelos membros do grupo leva-nos a afirmar que os populares não constituía uma classe como define E.P. Thompson. Para o historiador inglês, a classe acontecia quando predominava enquanto identidade, sobre as demais identidades. Por esse motivo, tratamos os populares como um grupo social. (ARENDA, 2001, p. 48)

Avrah Brah (2006) em “Diferença, diversidade, diferenciação” alerta para as variáveis em tomo das relações sociais, classe, raça e gênero, que são algumas articulações que devem ser ponderadas ao se trabalhar com um grupo social e suas identidades. Em outras palavras, um mesmo grupo se identifica e cria identidades através do viés econômico, contudo, outras experiências são formadoras de exclusão e inclusão, como as citadas variáveis, não sendo fixas, mas marcadas pela multiplicidade de posições que constituem o sujeito ao longo da vida, em processo. Por popular compreendemos todos aqueles sujeitos com condições de vida comuns, com estratégias de sobrevivência ligadas ao trabalho. Maria Paula Parolo (2008) ainda esclarece:

Podemos identificar lo *popular*, entonces, com aquello que no formaba parte de la elite, de la cultura letrada ni del mundo de los privilegios. Aplicado a La sociedade, se trataria, em general, del variado universo social que se caracterizaba por hallarse excluido del mundo del privilegio y del ejercicio del poder, es decir, um amplio sector de la sociedade que no estaba em uma posición dominante em lo econômico, lo político y lo social. Em El habria, por lo tanto, uma enorme diversidad ocupacional, de tradiciones culturales, em riqueza e prestigio, las que permitirian establecer diferentes segmentos. (PAROLO, 2008, p. 25)<sup>39</sup>

Sandra Pesavento (1994, p.8) na introdução de sua obra “*Os pobres da cidade*” nos auxilia a traçar um perfil comum desses populares. A historiadora considera os populares como cidadãos, mas de segunda ordem: “[...] se o discurso liberal afirma que todos os homens são iguais, a dura realidade do mundo urbano demonstra que ‘uns são mais iguais que os outros’”. Sobre subalternidade Sandra Pesavento (1994, p.13) explica que os populares são os economicamente pobres, com acesso ao consumo limitado, poucos meios de subsistência, com meios de trabalho não formais e geralmente empregados de alguém, como também com relações ligadas a dominação em vários âmbitos sociais, como na “[...] ausência ou presença pouco significativa de direitos frente o grande acúmulo de deveres”. Porém, esses conceitos não devem ser vistos de uma forma plastificada, aliás, todos os conceitos usados nessa dissertação são maleáveis e elásticos, não há uma regra imposta a eles e todos podem contar com exceções.

Com Silvana Santiago (2006) e Giovana Cortês (2012) vemos como foram constituídos estereótipos relacionados à sensualidade, beleza e sexualidade da mulata e da mulher negra a partir da literatura e de processos criminais. Para Silvana os estereótipos são os resultados de processos de fixar significados às coisas

[...] passível de gerar identidades contraditórias, constantemente recriadas e contestadas e incapazes de existir fora de um sistema de significação. Os estereótipos em relação aos negros de modo geral, e às mulheres foram construídos a partir de uma circulação de pensamentos provenientes de diferentes segmentos da sociedade, cruzando pensamentos do universo letrado com o iletrado e todas as

---

<sup>39</sup> Segundo a historiadora Martha Abreu (1999, p. 28 - 29): “cultura popular não é um conjunto fixo de práticas ou textos, nem um conceito definido aplicável a qualquer período histórico. Neste sentido, cultura popular não se conceitua, enfrenta-se. [...] O conceito emerge na própria busca de como as pessoas comuns, as camadas pobres ou os populares (ou pelo menos o que se considerou como tal) criavam e viviam seus valores [...] considerando sempre a relação complexa, dinâmica, criativa e política mantida com os diferentes segmentos da sociedade: seus próprios pares, representantes do poder, setores eruditos e reformadores”.

camadas sociais. Os estereótipos surgem nos mais diversos discursos sociais, são lidos e relidos das mais diversas formas.” (SANTIAGO, 2006, p.1)

Essas autoras enfatizam que dentro das discussões de gênero da época (final do século XIX e início do XX), esses estereótipos aparecem diretamente atrelados com os discursos acerca da moralidade, mas também da sexualidade, principalmente quando se trata de mulheres negras, lembrando que o corpo é tido como portador de características definidoras de caráter e comportamento.<sup>40</sup>

Nossos capítulos não apresentam uma rígida separação no que diz respeito à utilização das fontes. A abordagem é construída de plurais maneiras, a critério da pesquisa e da fluidez do texto. Após a leitura detalhada das fontes por nós investigadas, selecionamos alguns eixos temáticos que consideramos (com grau consciente de arbitrariedade) com a finalidade de adensar nosso entendimento das agências femininas do período e das suas cotidianidades, e das representações sobre o Ser Mulher.

\*\*\*

No capítulo “Da caridade ao protagonismo feminino na SCMPA” o leitor encontrará uma maior contextualização sobre a SCMPA. Acreditamos ser de suma importância o leitor ser inserido nessa historicização da instituição, já que alguns dos dados apresentados ao longo da dissertação são provenientes dessa fonte. Também atribuímos importância à instituição por ser o único serviço de recolhimento e assistência existente em POA ao longo do século XIX para as mulheres populares, nosso alvo de pesquisa, fazendo parte de suas vidas e cotidianos, como também por sua trajetória na cidade e na vida da população como meio de amenização de doenças e cuidados diversos, até os dias atuais.<sup>41</sup> Apesar da SCMPA estar caracterizada pela historiografia como espaço masculino, devido aos envolvidos com

---

<sup>40</sup> Silvana Santiago (2006) explica que esses critérios raciais de identificação também funcionariam como uma forma de distinguir as brasileiras negras das brasileiras de cor branca, sendo as primeiras consideradas sexualmente disponíveis, enquanto que as outras eram consideradas merecedoras de respeito.

<sup>41</sup> Antes de ser uma potência médica, como é hoje, a SCMPA era instituição de origem portuguesa, oriunda do período colonial, tendo como finalidade funções de caridade e assistência, recolhendo os alienados, menores abandonados, doentes e necessitados que não tivessem para onde ir e enterrar os mortos indigentes, ou seja, todos aqueles que eram considerados incapazes de cuidar de si ou não tivesse quem os amparasse. Começaremos nossa dissertação abordando sobre a criação e o protagonismo feminismo na instituição de Porto Alegre, como as mulheres se fizeram presentes em meio a um campo masculinizado.



o gerenciamento e direção da instituição serem homens, as mulheres ali marcaram a história e nesse capítulo serão representadas.

Relacionando os dados entre homens e mulheres, veremos que a porcentagem de mulheres era relativamente menor da que a dos homens e com este capítulo trataremos de identificar as razões que causavam essa disparidade. É de extrema importância, como veremos ao longo do texto, compreender porque as mulheres frequentavam menos a instituição, já que os motivos identificados são extremamente ligados com a cultura e a cotidianidade da época.

Nosso capítulo “Nem recatadas, nem putas: a maternidade e as representações femininas” prezará pelo estudo das representações femininas. A maternidade como função atrelada ao dever feminino atribuiu características próprias e consideradas inatas, ligadas ao ser mulher no século XIX. A partir disso apresentaremos dados sobre partos, abortos e gravidezes que nos auxiliarão a compreender como as mães lidavam com a maternidade e a prenhes indesejada, relacionando com itens ligados a compreensão sobre ser mulher, estereótipos e imagens das mulheres. Buscando entender sobre representação, mostraremos como os discursos sobre o feminino podem ser modificados em um único processo criminal, pois as imagens são construídas a partir de condutas ligadas a um padrão de ser feminino, que mudam a partir da perspectiva de quem o atribui.

O capítulo “Diferentes e únicas: diversos cotidianos” compreenderá aspectos vitais das vivências de nossas personagens. Serão abordados temas que envolvem as dinâmicas de interdependências sociais, tais como o “ouvi dizer”, ou seja, modos que essas pessoas encontravam para circular pensamentos, ideias e *fofocas* que serviam tanto para atribuir qualidades quanto para manchar a imagem das pessoas. Tudo isso se relaciona com o modo de socialização destas mulheres/homens, o modo como moravam. Buscando compreender as cotidianidades da vida dessas mulheres populares o capítulo também tratará sobre os relacionamentos. Como o amasiamento ou o casamento se faziam presentes na vida de nossas personagens? A masculinidade para o entendimento da relação entre homens e mulheres também é fundamental para perceber como essas relações estavam fundamentadas.

O mundo do trabalho também será explorado no capítulo “Reflexões e experiências de serviços femininos: Todas somos trabalhadoras!” . Apresentaremos os dados extraídos da SCMPA sobre o trabalho feminino relacionando com o masculino, buscando entender as variáveis profissões encontradas. Desvinculando

de questões moralistas, buscaremos vincular a prostituição como uma relação legítima de trabalho e sobrevivência que proporcionava redes de sociabilidade e mesmo de mobilidade social para algumas mulheres.

O último capítulo “Mulheres negras ativas: Representações sobre raça e gênero” será exclusivo para a compreensão de questões raciais. Apresentaremos processos criminais em que as *cores* das réis e das testemunhas são evidenciadas, buscando compreender o porquê destas caracterizações. Iremos trabalhar com os processos de Anna Fausta Marçal, negra e proprietária de um famoso *bordel* da cidade, Joanna Eiras, famosa estelionatária da cidade de Porto Alegre, e Januária, uma criada negra acusada de roubo e incendiária. Buscaremos, a partir dos dados da SCMPA, compreender as *cores* e nacionalidades daquelas mulheres, identificando os seus significados através de bibliografias e autores como Paulo Moreira; Hebe Mattos; Marcus Rosa; Giovana Xavier; Adriana Dantas e Rodrigo Weimer. Ao analisar essas mulheres negras buscamos atribuir autonomia as suas vivências e evidenciar os marcadores de diferenciação, como gênero e raça, através dos quais foram representadas. A partir dessas interseccionalidades veremos que as mulheres negras oitocentistas gerenciavam suas vidas não só a partir de formas subalternizadas de trabalho ou a partir da sexualização de seus corpos.

Ao mergulhar no cotidiano das mulheres populares do século XIX, conseguimos imaginar as ruas de Porto Alegre cheias de mulheres, trabalhadoras, prostitutas ou serviçais, negras ou brancas, em busca de uma vida melhor, de um sustento ou apenas vivendo a vida. Com essas palavras desejamos uma boa aventura nesse cotidiano repleto de autônomas. Boa leitura!<sup>42</sup>

---

<sup>42</sup> Ao longo dessa dissertação procuro fazer uma escrita que envolva não somente historiadores, mas interessados nos estudos sobre as mulheres, de uma forma não tão formal e que busque dar visibilidade ao nome dos autores.

## 2 DA CARIDADE AO PROTAGONISMO FEMININO NA SCMPA

A SCMPA, nos dias atuais, é um hospital de referência internacional em medicina, principalmente em algumas áreas como transplantes de órgãos. A abrangência de sua clientela e a importância de suas atividades são ilustradas pelo movimento diário de ambulâncias, estacionadas em seus pátios ou na frente da instituição, com identificações de prefeituras do interior do estado do RS e de outras unidades da federação. Antes de recontar a história dessa instituição, que inevitavelmente está atrelada ao desenvolvimento da medicina, é interessante termos uma breve visão da discussão do que é ser/estar doente e saudável, afinal, estar doente ou saudável pode ser mais subjetivo do que parece.

Segundo Sandra Caponi (1997), a problematização dos conceitos correntes acerca da saúde evidencia que o âmbito dos discursos está em permanente cruzamento com o âmbito do não-discursivo, do institucional, fator que implica diretamente nas intervenções feitas sobre corpos e espaços. Esses discursos e intervenções são característicos de cada momento histórico, conjuntamente as suas concepções sociais, políticas e econômicas. A saúde e a doença, por sua vez, estiveram presentes nas práticas e expectativas humanas nas diferentes culturas, se misturando ao saber coletivo e popular, criando imagens e estereótipos. Como veremos ao longo dessa dissertação, muitas intervenções foram feitas e justificadas em nome da saúde, seja pelos estereótipos e discursos que associavam a doença à pobreza ou as fisionomias e as genéticas que predispunham a degeneração e ao crime.

Cada povo construiu ao longo de gerações formas de cura e de amenização da enfermidade por métodos e profissionais da cura diversos, como:

[...] os sacerdotes incas; os xamãs e pajés entre os índios brasileiros; as benzedeiras e os curandeiros na África. Considerados líderes espirituais com funções e poderes de natureza ritualística, mágica e religiosa, mantinham contato com o universo sobrenatural e com as forças da natureza. Encarregados de realizar a cura, erradicando o mal e reintegrando o doente a partir de diferentes recursos extáticos de convocação, captura e afastamento dos espíritos malignos, os curandeiros valem-se de cânticos, danças, instrumentos musicais, infusões, emplastros, plantas psicoativas, jejuns, restrições dietéticas, reclusão, tabaco, calor, defumação, massagens, fricção, escarificações, extração da doença pela provocação do vômito, entre outros recursos terapêuticos. (BATISTELLA, 2007, p.29)

Quando falamos em práticos de cura, abrangemos um grande número de pessoas que agiam na função de auxiliar na cura da doença ou na amenização dos seus sintomas, e eram reconhecidos como *curadores* pela comunidade em que estavam inseridos. Falamos desde os enfermeiros, que nem sempre tinham uma educação institucional, até os religiosos, que cuidavam da alma e conseqüentemente do corpo físico, visto que havia conexões muito fortes entre pecado x doença e mundo físico x espiritual.<sup>1</sup> Carlos Batistella (2007) também alerta que o conjunto de relações sociais e vínculos estabelecidos no interior das comunidades entre os práticos de cura e o enfermo são fundamentais no processo de cura, já que os aspectos psicológicos são importantes ferramentas no processo de amenização da doença.<sup>2</sup> Quando a comunidade, a família ou o indivíduo acredita/va e respeita/va as crenças/atividades que estão sendo geridas no corpo, essa legitimidade se constitui como um importante agente no processo de reestabelecimento da saúde.<sup>3</sup>

Tanto a doença quanto a saúde são difíceis de conceituar sob um caráter objetivo. A pretensão de objetividade na construção do conhecimento científico, classicamente traduzida nos modelos matemáticos, mostra-se insuficiente principalmente no campo das ciências humanas e sociais, visto a relatividade e os limites de um conceito que dê conta das diversas culturas, sociedades, temporalidades e visões de vida. Estar/ser saudável/doente difere de pessoa para

---

<sup>1</sup> Conforme o clássico pensamento do antropólogo Claude Lévi-Strauss: “Não há, pois, razão de duvidar da eficácia de certas práticas mágicas. Mas, vê-se, ao mesmo tempo, que a eficácia da magia implica na crença da magia, e que esta se apresenta sob três aspectos complementares: existe, inicialmente, a crença do feiticeiro na eficácia de suas técnicas; em seguida, a crença do doente que ele cura, ou da vítima que ele persegue, no poder do próprio feiticeiro; finalmente, a confiança e as exigências da opinião coletiva, que formam a cada instante uma espécie de campo de gravitação no seio da qual se definem e se situam as relações entre o feiticeiro e aqueles que ele enfeitiça” (LÉVI-STRAUSS, 1985, p. 194 - 195). A respeito dos vínculos entre cura e magia já existe boa produção bibliográfica no Brasil e por isso citaremos apenas algumas referências: MAGGIE, Yvonne. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional de Pesquisa, 1999; SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *A História do Feiticeiro Juca Rosa: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro Imperial*. Tese de doutorado. Campinas, PPGH/Unicamp, 2000; WITTER, Nikelen Acosta. *Males e epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. 2007 (Tese de Doutorado) Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro; WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928*. Santa Maria: UFSM, 1999.

<sup>2</sup> Beatriz Weber (1999), ao analisar os jornais da época e os registros de polícia, mostra que havia diversas descrições de rituais religiosos tratando problemas de saúde, amor, dinheiro e felicidade em geral. Práticas como o batuque e o espiritismo tinham como intenção fazer as pessoas compreenderem que seus males eram problemas causados além de si, pelo sobrenatural, podendo ser resolvidos de forma mística.

<sup>3</sup> Não estamos com isso afirmando a homogeneidade absoluta das comunidades. Os seres humanos que compunham essas comunidades eram plurais em suas crenças sobre cura e doença, que por vezes coincidiam e confundiam, mas também se atritavam.

pessoa e de cultura para cultura, pois as impressões a respeito são variáveis e apresentam graduações, indo desde “[...] sensações de estar incomodado, ‘amolado’, ter achaques, um pouco doente ou padecer de uma terrível moléstia” (WITTER, 2007, p.106). A evolução de uma doença para outra e de um mal-estar para uma enfermidade mais grave, poderiam ser repentinos, contudo poderia haver estados intermediários entre a doença e a saúde. Nikelen Witter explica que havia diferenças entre essas concepções, principalmente em épocas de epidemia ou em tempos de perigos e resguardos.

Incômodos, mal-estares (no Rio Grande do Sul é costume dizer, ainda hoje, “estar amolado”) e mesmo os “achaques” parecem ter tido características mais vagas do que moléstias, que podiam ser nomeadas a partir de determinados sintomas. Isso também ocorria pelo fato de que, por vezes, os mal-estares não pareciam ter sintomas muito definidos: um aperto no coração, uma dificuldade em conciliar o sono, ou em urinar, uma dor que “caminha”. Aqueles que tinham incômodos podiam não chegar a *estar* enfermos [...]. Às vezes, os incômodos podiam ser localizados pelos sofredores em um determinado órgão: na bexiga, quando havia problemas relacionados à urina; no estômago, quando relacionados à digestão; ou nos intestinos quando relacionados às evacuações e flatulências. Nesses casos, os incômodos podiam mesmo ser colocados, pelos sofredores, como obstáculos a determinadas agências que lhes eram exigidas (WITTER, 2007, p. 107-108).

De acordo com Carlos Batistella (2007) os conceitos de doença e saúde são fundamentais para que discussões e intervenções sejam feitas, opções de conhecimento necessário no desenvolvimento de métodos, técnicas e instrumentos e, em última análise, na própria forma de a sociedade organizar-se para provê-la (a saúde) ou evita-la (a doença). Contudo, o próprio autor reconhece a importância de saber os limites destes conceitos, pois são a partir de suas definições que os médicos questionam e renovam seus saberes. Para auxiliar no entendimento destes conceitos, Carlos discute três formulações sobre a problemática, que são: a) a saúde como ausência de doença<sup>4</sup>; b) a saúde como bem-estar<sup>5</sup>; c) a saúde como um

---

<sup>4</sup> Batistella (2007, p.56) explica: “Para as pesquisas antropológicas, a ausência de enfermidade não implica necessariamente a saúde. Indivíduos considerados doentes sob o ponto de vista clínico e laboratorial, que resistem e afirmam estarem bem, são considerados saudáveis em seu meio. Canguilhem, por sua vez, afirma que saúde implica poder adoecer e sair do estado patológico. Em outras palavras, a saúde é entendida por referência à possibilidade de enfrentar situações novas, pela margem de tolerância ou de segurança que cada um possui para enfrentar e superar as infidelidades do meio (Canguilhem, 2006: 148), ou ainda um guia regulador das possibilidades de reação. A ameaça da doença é, portanto, um dos elementos constitutivos da saúde”. Ver também: SILVEIRA, Anny Jackeline Torres da; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. A doença revelando a

valor social. Todas essas três concepções são abordadas pelo autor como discussões e não como conceitos fixos e rígidos, pois todas possuem problemas e limites, dependendo da visão individual e da sociedade em questão.

Destaco, a partir do nosso conhecimento e visão, a terceira formulação de Carlos Batistella, *a saúde como um valor social*, pois, conforme o autor explica, são diversas as condições que proporcionam a saúde, tais como: alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, liberdade, fatores psicológicos e outros. Ou seja, fatores resultantes das organizações sociais e contextos históricos específicos, e não somente do indivíduo único, mesmo que esta discussão não negue que o indivíduo tenha influência sobre seu corpo e organismo.

Após essa breve discussão sobre como a saúde e a doença podem ser relacionais, nos convém uma breve explanação sobre a medicina, para compreendermos como era antes do nosso período analisado e termos conhecimento de que as mudanças ocorridas foram peças fundamentais para a sociedade de que se almejava no século XIX. A medicina brasileira sofre do isolamento e do descaso da metrópole durante o período colonial. Os médicos eram raros, e as Faculdades de Medicina no território colonial<sup>6</sup> inexistentes, tampouco havia uma preocupação com a saúde com a intenção preventiva. “A ação era mais negativa do que positiva. A isso se aliava uma imagem dos poucos hospitais existentes como lugares de doença e morte” (ROHDEN, 2001, p.53). Contudo, como

---

história. Uma historiografia das doenças. In: NASCIMENTO, Dilene R. e CARVALHO, Diana Maul de. (orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

<sup>5</sup> Bem-estar se relaciona com tudo aquilo que em uma sociedade e em um determinado momento histórico é valorizado como “normal”. Por exemplo nos dias atuais seria “normal” e ligado ao bem-estar, uma rotina de exercícios, boa alimentação, rotinas médicas, entre outros. No século XIX, seria “normal” uma família sem vícios e com uma rotina de trabalho. O problema nesta teoria seria que a responsabilização das pessoas por estilos de vida “não-saudáveis” tenderia a desviar a discussão de fatores sociais, ambientais e econômicos de responsabilidade da sociedade para apenas um indivíduo.

<sup>6</sup> Sobre medicina colonial ver mais em: NOGUEIRA, André Luís Lima. *Entre Cirurgiões, Tambores e Ervas*. Calunduzeiros e curadores ilegais em ação nas Minas Gerais (século XVIII). Rio de Janeiro, Garamond, 2016; ABREU, Jean Luiz Neves. Higiene e conservação da saúde no pensamento médico luso-brasileiro do século XVIII. *Asclepio (Madrid)*, v. 62, pp. 225-250, 2010; ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina Mestiça. Saberes e práticas curativas nas minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 2010; BASTOS, Cristiana; BARRETO, Renilda. (orgs.) *A Circulação do Conhecimento: Medicina, Redes e Impérios*. Lisboa: IMT-ICS on line. Disponível on line: [www.imprensa.ics.ul.pt](http://www.imprensa.ics.ul.pt) ; FIGUEIREDO, Betânia. Barbeiros e cirurgiões: atuação dos práticos ao longo do século XIX. *História, ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 2, jul-out. 1999; GROSSI, Ramon Fernandes. “Dos físicos aos barbeiros: aspectos da profissão médica nas minas setecentistas”. *História & Perspectivas*, n. 29 e 30, Jul./Dez. 2003, Jan./Jun. 2004, pp. 255-282; MARQUES, Vera Regina Beltrão. Magia e Ciência no Brasil Setecentista. In: CHALHOUB, Sidney et al. (org.) *Artes e Ofícios de Curar no Brasil: Capítulos de História Social*. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 2003, p. 163-195; PIMENTA, Tânia Salgado, “Barbeiros, sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28)”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 1998.

veremos ao longo desta dissertação, essa afirmação pode ser questionável, pelo menos para o período republicano.

Essa situação tende a mudar com a vinda da família real portuguesa que, ao se instalar no Rio de Janeiro em 1808, procura inaugurar certo cuidado com a população das grandes metrópoles. “D. João VI cria, por exemplo, a Provedoria de Saúde, a Escola de Anatomia e Cirurgia da Bahia e manda instituir no Hospital Real Militar uma Escola de Anatomia, Cirurgia e Medicina. As escolas foram transformadas nas Academias Médico-Cirúrgicas” (ROHDEN, 2001, p.53). A partir dessas intervenções acadêmicas e institucionais, ideias de uma política sanitária na cidade progredem em um contexto de urbanização e controle das cidades. Com isso, a ideia da necessidade do ensino médico por meio da criação de instituições adequadas e com sede no Brasil foram sendo colocadas em práticas e entre os anos de 1830 e 1831 os membros da sociedade de medicina elaboraram o projeto das faculdades do Rio de Janeiro e na Bahia (1832). Esses espaços foram transformados em academias e palcos de diversos estudos médicos, mas também de recepção e circulação de teorias eugênicas e darwinistas sociais.<sup>7</sup>

Durante toda a primeira metade do século XIX, a Academia de Medicina defenderá o seu projeto de uma sociedade medicalizada na qual o direito, a educação, a política e a moral seriam condicionados à verdade primeira definida pela medicina. [...] Desde a década de 30 a academia se empenha em criticar a legislação e a administração da Justiça como incompetentes. Em contraposição, pretende que a justiça seja baseada na verdade e na imparcialidade científicas, a única garantia inquestionável para a liberdade e segurança do indivíduo. A medicina legal deveria ser chamada não só para estabelecer a verdade sobre um crime, mas também para orientar e regular a época do casamento e da maioridade, a legitimidade dos filhos, o direito de paternidade etc. Quanto à política, os médicos associam medicina e patriotismo, tentando mostrar a importância para a nação de contar com cidadãos saudáveis. [...] A moral interessa aos médicos na medida em que ela faz parte, juntamente com o físico, do estabelecimento do equilíbrio ou das doenças do indivíduo. É com base nesse equilíbrio que todos os excessos, as paixões, os vícios precisam ser disciplinados. E como a medicina é a detentora do conhecimento sobre o homem e seu organismo, incluindo as influências que ele sofre em função do estado social em que vive, ela deve ocupar o posto de frente na batalha em prol de uma sociedade organizada, livre das desordens provocadas pelos desregramentos individuais. A ideia da temperança, continência, moderação nos costumes, está por trás da noção de uma república dos médicos (ROHDEN, 2001, p.55).

---

<sup>7</sup> Teremos uma discussão maior sobre esses temas no último capítulo.

A partir disso é que a medicina se torna social e preventiva, onde o médico deve atuar vigiando as causas das doenças e protegendo os indivíduos contra o que possa interferir no seu bem-estar físico e moral. Para tanto, os médicos devem conhecer bem a população com a qual estão lidando, e quanto maiores as informações, mais fácil ficaria para fazerem avaliações em relação entre o biológico e o ambiente no qual o homem vive, além de confirmar/reafirmar as diferenças de classe, raça e gênero. Por isso, a SCMPA possui tantos dados relevantes através dos quais hoje podemos compreender um pouco mais da sociedade da época, além de uma visão restrita e médica no sentido laboratorial. Ou seja, esses dados que serviam como necessidades na prestação de contas dos provedores aos Irmãos da Irmandade e aos órgãos que contribuía financeiramente para a manutenção institucional, como a Câmara de Vereadores e a Presidência da Província, também evidenciam certa dose de avaliação e observação dos médicos para com a população, sendo, portanto, riquíssimos para compreendermos o ambiente social no qual a população estava inserida.<sup>8</sup>

Em fins do século XIX, como Sandra Pesavento (1994) bem explica e como ao longo da dissertação se tornará mais claro para o leitor, os saberes científicos se relacionavam com o social, fazendo dele um campo de pesquisa e atuação. A autora com essa afirmação tenta nos mostrar que com o desenvolvimento do capitalismo e o florescer das cidades modernas havia uma mentalidade de que as pessoas precisariam ser socializadas para que houvesse uma modernização, como a Europeia. Essa socialização não incluía somente formas de educação de uma geração mais velha para uma mais nova, como tentamos fazer em nossas escolas nos dias atuais, mas despertavam estratégias de abordagem e interferência na vida cotidiana dos moradores populares.<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> Fabíola Rohden (2001, p.57) explica, ao analisar a produção científica das escolas de medicina na década de 70 do século XIX, que o contexto da ameaça das epidemias, Guerra do Paraguai e o crescimento dos problemas urbanos contribuíram para o aumento de importância da medicina, sendo que uma década depois, já haveria chamado período áureo da medicina nacional. “Um dos fatores que teria contribuído para esse sucesso seria a reforma do ensino médico empreendida pelo Visconde de Sabóia. [...] Entre 1881 e 1889 assiste-se a uma remodelação do ensino, dos costumes e das instalações da faculdade carioca, em uma época em que também progredem o conhecimento e o prestígio médicos. Além da reforma do ensino, ocorreram as reformulações da legislação sanitária de 1882 e 1884, a criação da Policlínica do Rio de Janeiro, em 1882, do Instituto Pasteur do Rio de Janeiro, em 1888 e os primeiros congressos médicos nacionais, em 1888 e 1889”.

<sup>9</sup> Aqui temos um problema de classe e raça, pois aqueles que deveriam ser socializados mais radicalmente eram os populares, os que circulavam na cidade, os trabalhadores e ex-escravizados.



Justificando uma vida mais saudável, os médicos, higienistas, políticos e juristas tentavam enquadrar os populares em uma ordem de vida normatizada, para isso eles criaram o que chamaremos de *passos* que as pessoas deveriam seguir. Estes *passos* defendiam uma vida subordinada ao trabalho para os homens, ligada à rua e aos espaços laborais, e o trabalho feminino ligado a casa e a família. Cada membro da família tinha suas respectivas obrigações e representações ligadas a valores morais e sociais da época, tais como: não beber, não viver na *imundície* e na *promiscuidade*, não ser ocioso e tantos outros aos quais iremos ao longo da dissertação revelar.

É a partir desse consenso que o indivíduo deveria ser e agir, conforme estes *passos*, o doente passa a aparecer não só como sujeito uno, ocupando um lugar no conjunto social, mas também no coletivo, discriminados por raça, classe e gênero. Os médicos começam a sair da sua área estrita, considerando a associação entre o meio e a doença, reconhecendo a relação do homem no contexto de sua evolução e no contexto urbano. A intenção era mostrar que o centro das cidades e sua população ali frequentadora deveriam seguir normas e condutas regulares.

Beatriz Weber (1999) nos auxilia a compreender que os médicos agiam socialmente e na vida de pessoas com a *desculpa* de controlar epidemias. A autora mostra que em várias regiões havia um consenso de que a redução da ocorrência de moléstias transmissíveis dependia da realização de obras urbanas:

[...] como drenagem do solo, estabelecimento de uma rede de água potável e abundante e de uma rede de esgoto, o que diminuiria a incidência de febre tifoide, cólera, perturbações gastrointestinais e até da mortalidade infantil. Para outras moléstias, como sarampo, coqueluche, escarlatina e tuberculose, a profilaxia recomendada era o isolamento e as desinfecções. Nesse contexto, as regulamentações adotadas e as ações executadas visavam a sanear o meio ambiente para restabelecer a saúde das populações. (WEBER, 1999, p.52)

Os médicos e todos aqueles que pregavam por uma cidade mais limpa, com pessoas saudáveis fisicamente e moralmente, acreditavam na intervenção, e todos aqueles que não seguiam declaradamente esses preceitos eram vistos como prejudiciais.<sup>10</sup> Portanto, vemos que para esses profissionais, estar doente não significava só um estado do corpo, mas um estado moral e social.

---

<sup>10</sup> Para a cidade de Porto Alegre algumas medidas foram realmente adotadas pela administração municipal, visando uma cidade mais urbanizada e saneada. Entre elas: "a criação de potes para o

Contudo, mesmo com todas as ações de intervenção dos médicos, as pessoas não deixavam de manifestar suas escolhas pessoais, por mais que elas fossem contra a ordem médica e social. Sandra Pesavento (2008, p. 366), tratando de Porto Alegre, explica que “uma outra cidade se escondia sob as formas e a imagem da urbe dos cidadãos”, diferente da branca e civilizada que as elites almejavam. Rituais e cultos religiosos não-oficiais, por exemplo, persistiam praticados às escondidas e incomodando as famílias *de bem*.<sup>11</sup>

Mostramos essa citação, como o exemplo dos rituais e cultos, para que o leitor compreenda que ser saudável ia muito além de uma questão de moléstias físicas, era estar em dia com os bons hábitos e costumes, com a representação do homem e da mulher, do trabalho regular e subordinado a um patrão fixo, além da família (patriarcal). Tudo que se desassociava destes preceitos era visto como desviante e doente e por isso precisaria de muita vigilância. Obviamente essas questões estavam ligadas a classe dos indivíduos, sendo uma colocação paradoxal:

[...] pois são justamente os desafortunados os que necessariamente são obrigados a se converter em trabalhadores para subsistirem, associação que se dá justamente na época da valorização do trabalho como crédito de honra e dignidade, mas os desvalidos só se converterão em trabalhadores ordeiros se sobre eles exercer-se feroz vigilância, disciplinando corpos e mentes, pois são grandes os riscos de caírem na contravenção ou apresentarem comportamentos desviantes. [...] É preciso, pois, que o sistema aja, se antecipe, preveja para garantir o controle de tais elementos que contém em si o germen da rebelião. (PESAVENTO, 1994, p. 10)

Faremos essa discussão sobre a ligação da honra com o trabalho em outro momento da dissertação, contudo, é importante termos essa compreensão para então visualizarmos melhor como agiam e pensavam esses intelectuais (médicos, sanitaristas, juristas, e outros).

---

recolhimento de matérias fecais e a construção, em 1896, de uma linha férrea à Ponta do Dionísio, para o transporte desses potes. Em 1887, o recolhimento passou a ser feito em cubos, que carroças fechadas transportavam pela cidade quatro ou cinco vezes por semana. Era feita apenas a decantação da água (água encanada havia desde 1866 para a área central da cidade), recolhida de pontos não insalubres do Guaíba, e distribuída ao povo, porém, em 1904 o fornecimento de água era feito pela Hidráulica Guaibense, empresa particular adquirida pelo município.” (WEBER, 1999, p. 54) Ver também: RÜCKERT, Fabiano Quadros. *O Saneamento e a Politização da Higiene no Rio Grande do Sul (1828-1930)*. 2015 (Tese de doutorado). Unisinos, São Leopoldo.

<sup>11</sup> A historiadora explica que a repressão contra batuques e outras práticas religiosas, manifestava medo e preconceito. Os jornais denunciavam casas que praticavam esses rituais em pleno centro da cidade, mesmo com todo o controle da polícia, mostrando que mesmo condenadas, essas práticas estavam muito presentes entre a população.

## 2.1 CARIDOSAS E POPULARES: A CRIAÇÃO DA SCMPA

Conceitos como saúde ou doença também fazem parte de uma história que perpassa a métodos de cura e instituições, para chegar ao que hoje compreendemos como medicina e hospitalização. No começo, a prática médica hospitalar era ligada a religiosidade e por ventura a amplos processos de assistência e caridade. Na Idade Média é que surgem as primeiras instituições de origem religiosa, destinadas a acolher os pobres e doentes. Daniel Oliveira (2012, p.91) ressalta que os aspectos sociais e econômicos da Idade Média na Europa foram fundamentais para o surgimento dessas instituições de acolhimento, como também das Misericórdias, tais como as doenças em formas de pestes e a alimentação precária, devido a uma cultura de subsistência, desastres das colheitas e transportes ineficientes. Esses aspectos foram fundamentais para que houvesse o surgimento dessas instituições, pois além de auxiliar os mais necessitados a partir de uma religiosidade cristã, também agiam como assistência mútua.

Acolher, não curar. Cláudia Tomaschewski (2007), baseando-se em Michel Foucault (1982), lembra que essas práticas na Idade Média eram justificadas pela religião, mas, também, como uma alternativa de controlar os pobres através de atos considerados de benemerência.<sup>12</sup> Ou seja, havia uma expectativa social e religiosa sobre aqueles que nasceram com boa saúde e condições melhores de vida para auxiliar os despossuídos, para que estes considerados menos favorecidos suportassem com resignação e um pouco mais de dignidade o seu destino na vida, tudo isso com o intento de os que faziam os atos de benemerência pudessem gozar do paraíso após a morte e de prestígio social em vida. Fazer a caridade ao outro, era fazer um bem a si mesmo. Portanto, a história da institucionalização do hospital se confunde com a história da religião e da moralidade.

[...] um ato de bondade ou de humanitarismo para com os “deserdados da fortuna”. Sendo justificada desta forma, a assistência não poderia ser compreendida como um direito, e as ações dos indivíduos ou instituições que prestavam assistência não poderiam ser pensadas como atos de justiça social. As principais instituições no Brasil a gerir bens provenientes da caridade e da filantropia com o objetivo de prestar assistência aos pobres foram as Santas Casas de Misericórdia. (TOMASCHEWSKI, 2007, p.16)

---

<sup>12</sup> Para Foucault (1982) antes do século XVIII, o hospital era essencialmente uma instituição de assistência aos pobres, mas também de separação e exclusão desta classe pelos mais favorecidos.

Cláudia Tomaschewski (2007, p.14) explica que a assistência era uma forma encontrada de auxiliar os considerados incapazes de prover sua subsistência e despossuídos de amparo, em situação de pobreza material e relacional. Essa assistência poderia ser gerida a partir de uma “sociabilidade primária”, onde os membros de uma comunidade seriam capazes de amparar os necessitados de uma forma mais direta, sem o auxílio institucional encontrada em sociedades chamadas primitivas, como também no feudalismo cristão, ou a partir de uma “sociabilidade secundária”, como em sociedades mais complexas, onde haveria a criação de instituições específicas e especializadas em cuidados para gerir assistências. A autora, amparada nas percepções de Robert Castel, explica que a assistência era gerada em dois campos de ação, o primeiro diz respeito às práticas de ajuda aos incapazes de conseguir um trabalho ou subsistência e o segundo seriam os grupos que poderiam trabalhar, mas não encontravam emprego por dificuldades ou por escolha individual. Sendo, portanto, a Santa Casa uma instituição de sociabilidade secundária, ela mantinha como objetivo principal a prática da caridade por meio das obras de misericórdia, tais como:

[...] organização e/ou administração de hospitais, asilos para órfãos, casas para expostos, recolhimentos para mulheres, asilos para loucos, e cemitérios; além de prestarem auxílio jurídico, alimentarem e cuidarem nas doenças os presos pobres, acompanharem os padecentes da justiça à força e distribuírem esmolas a pobres; também mantinham capelas cuja principal função era cuidar das almas dos benfeitores. Para exercer estas atividades, as Santas Casas contavam com alguns privilégios concedidos pelo rei, a subvenção direta do Estado, o monopólio dos enterramentos e, principalmente, as doações feitas em vida e os legados deixados por benfeitores em seus testamentos. (TOMASCHEWSKI, 2007, p.17)

A caridade em forma de bens, dinheiro ou prestações de serviços em instituições, também surgiam como uma forma de ter um abrigo, em caso de enfermidade ou abandono. Com exemplo, vemos Dona Anastácia Junqueira, uma das grandes colaboradoras para a existência do Hospital Nossa Senhora das Dores (HNSD)<sup>13</sup>, mantido e organizado pelas Irmãs Franciscanas (antes delas exercerem seus ofícios na SCMPA – como logo veremos), que em vida doou casas, terrenos,

---

<sup>13</sup> O HNSD foi uma instituição hospitalar particular criada pelas Irmãs de Caridade no ano de 1888, antes delas irem trabalhar na SCMPA. O hospital parou de exercer suas funções quando as Irmãs foram para a instituição.

entre outras contribuições, para a elaboração e manutenção da instituição, sendo que:

Desde o início do ano de 1890, Dona Anastácia, que já completara 65 anos – começou a sentir diminuírem-se-lhe as forças físicas. Um mal cardíaco, reumatismo, incômodos do estômago, juntaram-se aos achaques da velhice, veio baixar-se no hospital; durante quatro semanas, as Irmãs a trataram com carinhosa solicitude.<sup>14</sup>

Dona Anastácia, após sua morte, também deixou em confiança das Irmãs uma filha de criação. Os atos de caridade eram preceitos fundamentais para a manutenção de uma boa fé católica, mantendo em dia as obrigações com Deus e com os menos favorecidos, mas também garantia um bom acolhimento em caso de necessidade ou a confiança de alguém querido, como mostramos acima. A caridade podia ser não só uma vontade pessoal, mas de terceiros, como a do Dr. Carlos Wallau, que no mesmo hospital assumiu, sem remuneração, o cargo de médico-diretor dedicando-se a causa a pedido de sua mãe, Dona Catarina Wallau, falecida há 8 anos da criação da instituição (1888) pois ela idealizava ver seu filho trabalhar com as Irmãs.<sup>15</sup>

Cláudia Tomaschewski (2007, p.20) também explica que a estrutura social e de caridade foram se modificando no decorrer do tempo, como por exemplo, quando o regime de trabalho escravizado gradualmente se extingue. Os senhores deveriam gerenciar seus escravizados sendo responsáveis por sua assistência e saúde, sendo a caridade da SCMPA voltada aos pobres livres.<sup>16</sup> Nesse sentido, a assistência prestada opera na lógica de uma postura paternalista. A partir da universalização do trabalho livre, período estudado nessa dissertação, todos os

---

<sup>14</sup> Introdução à crônica da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1886-1892), p.5. Disponível no CHC/POA.

<sup>15</sup> Introdução à crônica da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1886-1892), p.3. Disponível no CHC/POA.

<sup>16</sup> Nesse sentido Nikelen Witter (2007, p.109) explica que o tratamento das moléstias dos cativos era uma obrigação econômica que o tempo, o medo de revoltas e o controle sobre as escravarias fizeram com que os senhores dessem conta. Além, é claro, das exigências e contratos informais entre os próprios escravos e senhores. Para explicar, a autora utiliza a citação de Paulo Moreira (2003, p. 48): “Em 1872, após raptar, por ciúmes, a parda Joana e seus três filhos, o escravo Fidélis foi interceptado por dois cativos com os quais brigou, acabando por ferir mortalmente um deles. Interrogado pelo Inspetor do Quarteirão disse: “[...] que seu senhor era o culpado deste atentado, pois que há muito tempo andava doente, e que quando pedia remédio a seu senhor, o senhor respondia-lhe que fosse tomar remédio no inferno, ele Fidélis pedindo-lhe carta para procurar senhor, respondendo ele senhor que fosse embora, pois que queria dinheiro”. A autora cita esse trecho para explicar que para o escravo Fidélis, o senhor tinha a obrigação de tratar suas moléstias, como também explica que a partir das contas nos inventários *post mortem* percebemos que era recorrente os gastos com curas e remédios para escravos.

trabalhadores deveriam ser responsáveis por si, predominando o discurso de uma ação promotora do desenvolvimento do progresso onde os assistidos seriam aqueles sem recursos e sem sociabilidades ou em situação de risco.

### 2.1.1 Ângela Reiuna, uma mulher negra na fundação da SCMPA

A atuação das “Misericórdias” no auxílio em tempos de pestes e pragas fez com que sua reputação se afirmasse ao longo de mais ou menos 300 anos, monopolizando juntamente com as Igrejas, a assistência em forma de caridade a estes considerados *menos afortunados*.

A primeira irmandade com o nome de Misericórdia foi fundada em 1498, na cidade de Lisboa/Portugal, por iniciativa da rainha Leonor, com o auxílio do frei trinitário Miguel de Contreiras<sup>17</sup> Inicialmente foi uma irmandade de católicos leigos destinada à prática da caridade. Apesar de ter uma forte ligação com as práticas religiosas, essa instituição era marcada pela ligação com a coroa e não com a Igreja, tendo como composição os membros das elites locais e a ajuda material distribuída principalmente a terceiros.<sup>18</sup>

Com a expansão do Império Português, as Santas Casas se disseminaram para outras regiões, como na África, América, Ásia, Ilhas Atlânticas e Brasil. No Brasil elas foram fundadas em várias cidades, similares às construídas em Portugal, com um aspecto importante em comum: se constituíam como irmandades caritativas voltadas ao atendimento da população considerada pobre em suas vidas materiais e espirituais, com o objetivo de atender a algumas necessidades humanas, dando guarida aos desamparados, enjeitados, miseráveis, enfermos, enfim, a todos aqueles que alguma ajuda necessitasse.

De acordo com Yonissa Wadi (2002), em Porto Alegre José Antônio da Silva, o popular Nabos a Doze, nas décadas finais do século XVIII, vestia seu balandrau<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> Podemos citar o trabalho Cláudia Tomaschewski (2007) e Daniel Oliveira (2012).

<sup>18</sup> Esta instituição passaria a centralizar boa parte da assistência dada aos desamparados em Portugal, sendo que, poucos anos depois da sua fundação, tomou a si a administração do hospital de Todos os Santos, fundado por D. Manuel, que havia centralizado muitos pequenos hospitais fundados na cidade (Tomaschewski, 2007). Sobre o assunto ver também: ABREU, Laurinda. *O Poder e os pobres. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI e XVIII)*. Lisboa, Gradiva, 2014.

<sup>19</sup> Balandrau ou *balandrão*: “Vestidura antiga, como capa de irmandade, com capuz e mangas largas, usada dos Mouros” (Antonio de Moraes Silva. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Tomo 1. Rio de Janeiro, Oficinas da S. A. Litho-Litotipographia Fluminense, 1922. (Edição fac-símile da 2ª edição, de 1813), p. 254).

preto e pedia esmolas pelas ruas do povoado para os presos da cadeia, distribuindo um caldo aos domingos, o qual preparava em sua casa. Os atos de caridade de José Antônio da Silva tiveram sequencia após sua morte. Sendo assumidos pela “negra Ângela Reiuna”, que morava na sua vizinhança e que fundou um albergue onde eram recolhidos doentes e necessitados de amparo, especialmente marinheiros.

No início do ano de 1795, começara a funcionar uma enfermaria maior no chamado Largo da Forca, na encosta da colina do Alto da Bronze [...], proximidades da Praia do Arsenal, na qual, após a morte de Ângela Reiuna, Antônio José da Silva Flores e Luiz Antônio da Silva deram sequencia a seu trabalho, tratando enfermos pobres e forasteiros. Era cirurgião nesta enfermaria, sem nenhum salário ou vencimento, um filho do dito José Antônio da Silva, o qual a esse tempo era Cirurgião de um corpo de tropas, que fazia a guarnição desta cidade. A manutenção da enfermaria era possível às esmolas e donativos do povo. (WADI, 2002, p.40)

A saga caridosa iniciada por Nabos a doze seria continuada, após a morte de Ângela Reiuna, por Antônio José da Silva Flores e Luiz Antônio da Silva, apoiados por esmolas e a proteção de alguns devotos. Daniel Oliveira (2012, p.94) explica que, em 1795, com a construção de uma enfermaria mais ampla, passaria a funcionar a primeira casa hospitalar da cidade de Porto Alegre, no largo da Forca, atual Praça da Harmonia.<sup>20</sup>

Nesse contexto, segundo os historiadores Yonissa Wadi (2002) e Daniel Oliveira (2012), Joaquim Francisco do Livramento, um ambulante ermitão voltado para a oração e prática do bem e com experiência na questão, pois já auxiliara na fundação da Santa Casa de Caridade do Desterro, na Ilha de Santa Catarina, se interessou em auxiliar os porto-alegrenses na fundação de uma instituição congênere.

Peço desculpas aos leitores ao interromper a história da SCMPA, mas acho importante nesse momento e para o andamento da leitura da dissertação, algumas explicações. A historiografia sobre a instituição sempre mencionou Ângela Reiuna como aquela que levou adiante as obras de caridade de José Antônio da Silva,

---

<sup>20</sup> Conforme apontado pelo historiador, a SCMPA tem sua origem vinculada a essas obras de caridade, contudo, cabe salientar que a cidade de Porto Alegre já contava com irmandades leigas de práticas devocionais e assistencialistas: “A primeira foi a Irmandade de São Miguel e Almas, em 1773, a segunda, do Santíssimo Sacramento (1774), a terceira, da Nossa Senhora do Rosário (1786) e a quarta, da Nossa Senhora da Conceição, de 1790. Conforme Tavares, as duas primeiras atenderiam aos membros do clero e da parcela econômica mais privilegiada da população. Nossa Senhora do Rosário atenderia aos negros e da Conceição, aos pardos”. (OLIVEIRA, 2012, p.94)

criando um albergue. O fato de ela ser negra e provavelmente forra também sempre foi mencionado. Contudo, passa despercebido o protagonismo de Ângela, mulher negra em uma conjuntura escravista. Seu protagonismo é evidente e seu empenho em ter condições físicas e emocionais de auxiliar necessitados, também.

Alguns trabalhos de antropologia e história<sup>21</sup> que tratam de assuntos ligados ao gênero e a raça procuram explicar as experiências das mulheres negras na vida social, utilizando como base as referências de beleza, erotização e de desejo, criticando um processo racial iniciado no período colonial, em que essas referências são utilizadas para confirmar a submissão e exploração dos corpos das escravizadas, que explicaria seus papéis apenas com base em seus corpos erotizados.<sup>22</sup> Ronaldo Vainfas (1997) comenta que no Brasil Colonial, época de Ângela Reiuna, havia uma associação entre mulheres solteiras e públicas com as mulheres negras, justificando desigualdades e abusos de todos os gêneros, ou seja, o imaginário colonial as inferiorizava por sua condição feminina, racial e servil. Submissas e passivas. Em contrapartida, há outra linha de raciocínio que relaciona os corpos dessas mulheres como metáfora da patologia e da corrupção, identificando o corpo feminino negro como doente e anormal, de caráter duvidoso perante os pensadores de uma nação em construção. Um corpo com estereótipos negativos.

Preferimos compreender que as experiências sociais destas mulheres negras não se subsumiam aos estereótipos criados sobre seus corpos, por isso utilizamos autoras como Adriana Alves (2010) e outras, que nos mostram que apesar dessas explicações estereotipadas, as mulheres negras mantinham o controle possível sobre suas vidas e não precisavam utilizar seus corpos no sentido erótico para isso.<sup>23</sup> Sandra Graham (2012), observando a história de três mulheres negras, três ex-escravas urbanas que ganhavam a vida alugando seu trabalho a ganho, observa o grau de independência que elas adquiriram, complementando que era uma qualidade essencial para o convívio e sobrevivência nas cidades. Essas três mulheres deixaram vestígios via seus testamentos, mostrando que a partir de seus

---

<sup>21</sup> Gilberto Freyre ([1933] 2006), em sua argumentação, salientava o caráter erótico das relações afetivo-sexuais dos portugueses com as mulheres índias e negras (principalmente as escravizadas).

<sup>22</sup> Slenes (1997) ao falar sobre relações e submissões explica que no período escravista, além de uma permanência do poder privado do senhor sobre seus escravos, havia uma manutenção da política de gênero, que estabelece o poder masculino como referência das relações.

<sup>23</sup> A autora utiliza os versos de Gregório de Mattos para mostrar a exaltação do corpo e da beleza negra, sob uma perspectiva marcada pela romantização.



trabalhos<sup>24</sup> elas conseguiam legar casas para terceiros, barracas de quitanda, escravos e, ao falecer, pagavam suas dívidas, fato que nos mostra autonomia de vida e de escolha, além de evidenciar que elas pensavam nas suas reputações após a morte. Ou seja, os estereótipos negativos construídos por intelectuais brancos (ou socialmente brancos) sobre essas mulheres passavam longe de suas experiências cotidianas de trabalho e afetividade.

A literatura e muitos textos historiográficos continuam representando essas mulheres com base em suas atividades sexuais, seus belos corpos exaltados ou a negação da beleza e da humanidade, além de uma associação racista com o animalesco. Mas a vida real, a cotidianidade, contava com mulheres negras trabalhadoras, escravizadas ou não, mães, que sobreviviam e realizavam suas atividades diárias. Ângela Reiuana nos mostra isso, que, apesar de toda a carga negativa que uma sociedade altamente racializada, *machista* e classista poderia ter, as negras agenciavam suas vidas, fazendo a caridade aos necessitados e provavelmente tentando com isso a obtenção de prestígio social e mesmo satisfação pessoal.

Numa religiosidade ostentatória dar esmolas e fazer caridade era mais uma exposição pública de prestígio. A percepção dos mais abastados era de que estariam cumprindo com seus deveres cristãos ao exercer a virtude da caridade, que quase se compreendia restritivamente com o gesto de dar esmolas. Não se questionava a escravidão ou a existência da pobreza, considerada um sofrimento que tinha de ser suportado, podendo haver ajuda em caso de doença. O pobre estava num purgatório, que era, no entanto, uma anteporta do céu. Era visto como um desamparado da sorte, um doente, merecedor de toda compaixão. (WEBER, 1999, p.136)

Adriana Dantas (2010) explica que ser mulher e negra em uma sociedade escravista tornou a existência dessas mulheres muito mais difícil e complexa, já que elas acabavam estando mais sujeitas a investidas e injúrias, mas que isso não era

---

<sup>24</sup> Conforme Graham (2012) e Reis (2012), no século XVIII e XIX, os centros urbanos eram marcados pelos trabalhadores envolvidos na comercialização de produtos e prestação de serviço. Conforme Reis (2012, p.173) as escravizadas se encontravam “[...] nas ruas, praças e becos com os seus balaios, tabuleiros e muita zoada para realizar o comércio dos mais variados produtos. Se havia indivíduos de ambos os sexos, a predominância era sem dúvidas das mulheres. Eram elas as figuras típicas desse ramo de atividade, fazendo-se acompanhar por seus filhos pequenos atados às costas, envolvidos em grandes variedades de tecidos coloridos”. Merece destaque: GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana Diz Não*. São Paulo, Companhia das Letras, 2005. Sobre a agência das escravizadas no Rio Grande do Sul ver: MOREIRA, Paulo. Joana Mina, Marcelo Angola e Laura crioula: os parentes contra o cativo In: *RS Negro: Cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010, p. 46-62.

um impedimento para a construção e obtenção de qualidade de vida. A forma de resistência encontrada por Ângela Reiuna foi fazer a caridade em forma de abrigo e acolhimento a doentes e necessitados. Provavelmente ela reunia em sua mentalidade os preceitos religiosos e morais da sua época, compreendendo a pobreza como um fardo a ser carregado e que a caridade funcionaria como a amenização do sofrimento desses desamparados, além de possivelmente compreender que a caridade também agia como meio simbólico de ascensão social. Praticar a caridade era uma forma eficiente de destacar-se socialmente, de emergir dentre os demais, de qualificar-se simbolicamente como alguém que *tinha para dar aos outros*. Designada às vezes como *preta*, Ângela deveria ser africana ou filha de africanos e certamente possuía um passado recente ligado ao cativeiro. Ela morava em uma casa na rua hoje denominada de general Bento Martins (no centro histórico de Porto Alegre) e antes (talvez no tempo em que fora cativa) morara em São José do Norte.

Isabel Reis (2012) aponta que os relacionamentos e laços afetivos cresciam em importância para indivíduos que haviam experimentado trajetórias de vida marcadas pela exploração e pelo desenraizamento.

A solidariedade e o amparo mútuo eram elementos indispensáveis e podiam contribuir para que os africanos e afrodescendentes conquistassem uma vida com alguma dignidade ou obtivessem socorro nos momentos de maior dificuldade. O apoio de familiares e parentes era fundamental, sobretudo para aqueles que ficavam doentes ou inválidos [...]. (REIS, 2012, p. 177)

Vemos, portanto, que apesar de narrativas que mostram o estigma sobre seus corpos, comportamentos e caráter, a análise das experiências sociais destas mulheres negras revela diversas agências no sentido de se inserirem num campo marcado por reciprocidades, onde a caridade e o acolhimento ocupavam parte consistente. Sob as representações racializadas e falocêntricas que as descreviam como submissas e de comportamento patologicamente imoral, encontramos experiências femininas marcadas pela consciência dos entraves sócio-raciais que tinham que enfrentar.

Segundo o funcionário público, literato e abolicionista negro Aurélio Viríssimo de Bittencourt – ele próprio membro de várias irmandades de Porto Alegre, entre as quais a do Senhor dos Passos da Santa Casa da capital -, quando faleceu o *Nabos*

a Doze José Antonio da Silva é que se consolidou a iniciativa da *preta* Ângela Reiuna:

Fallecendo algum tempo depois, a *preta* Angela Reiuna, que morava n'uma casa contigua á de José Antonio da Silva na rua hoje denominada do general Bento Martins, fundou um asylo para recolhimento e curativo de enfermos, pela maior parte marítimos, com quem mantinha relações desde S. José do Norte, onde antes residira. Fallecendo esta *preta*, Antonio José da Silva Flores e Luiz Antonio da Silva, com o auxilio de esmolos, conseguiram edificar, sobre pilares de tijolo, uma enfermaria em maiores proporções no largo que depois se chamou da – Forca. (BITTENCOURT, 1872, p.3)

Mesmo que ainda saibamos muito pouco sobre essa personagem podemos imaginá-la como uma mulher escravizada que já tivesse conquistado a alforria e que provavelmente geria um *fogo*, uma família, com autonomia.<sup>25</sup> O fato de ser descrita como *preta* não a identifica epidermicamente, mas reafirma sua proximidade com o cativo e provavelmente a sua naturalidade africana. Como já se sabe, mesmo numa sociedade fortemente marcada pela hierarquia de gênero e raça, os jogos de poderes nem sempre tiveram resultados negativos para as mulheres, fossem elas escravas, libertas ou livres. As escravas, por exemplo, poderiam se destacar na aquisição de alforrias, formação de famílias e formas hierárquicas no trabalho, as libertas na quantidade de bens, tendo uma vida igual ou próxima às livres, mostrando um alto protagonismo social.

\*\*\*

Retomando a história da SCMPA, em 19 de outubro de 1803 foi fundado o Hospital de Caridade<sup>26</sup> de Porto Alegre, porém a inauguração efetiva da instituição para o recebimento dos enfermos ainda demorou alguns anos, devido às tentativas de instalação de doentes militares ao invés do público alvo maior, os pobres desamparados (Wadi, 2002). Somente foi inaugurada em 1º de janeiro de 1826.<sup>27</sup>

<sup>25</sup> Sobre a proliferação de mulheres negras forras como chefes de domicílio no Brasil setecentista e oitocentista, ver: BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007; FURTADO, Junia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador de diamantes – O outro lado do mito*. São Paulo, Cia. Das Letras, 2003; ALVES, Adriana Dantas Reis. *As mulheres negras por cima, o caso de Luzia Jeje*. Escravidão, família e mobilidade social – Bahia, c. 1780 – c.1830. 2010 (Tese de Doutorado) Universidade Federal Fluminense. Niterói.

<sup>26</sup> A caridade e a benevolência não se modificaram com o advento da República, esta, contudo, continuou a ter uma preocupação ostentatória na qual a caridade era vista como um dever.

<sup>27</sup> A partir do momento em que essas associações passavam a se organizar e se intitular com o nome de “Santa Casa de Misericórdia”, deveriam adotar, na falta de compromisso próprio, o da Misericórdia

Para se tornar um irmão e participar da Mesa Administrativa, segundo o Compromisso de 1857, o homem precisava ser católico e pagar uma quantia referente à joia. Apesar de não ficar explícita a não participação de mulheres, elas ficavam ausentes da Mesa Administrativa no período estudado. A partir de um requerimento, qualquer cidadão *homem* poderia tornar-se irmão, desde que tivesse algumas “qualidades”, entre elas: bons costumes, ser temente a Deus, modesto, humilde, saber ler e escrever, ter 21 anos (se fosse solteiro), que não tivesse sofrido condenação passada em julgamento por crime de homicídio, furto, roubo, estelionato, que não tenha sido escravo ou casado com mulher de cor preta, que tenha comércio ou bens, sem cair em necessidade, entre outros (Weber, 1999; grifos nossos).

Vemos neste trecho a referência sobre atitudes modelos, consideradas morais, como os “bons costumes” e a religiosidade, como também aspectos ligados à compaixão e a caridade, como a humildade e a modéstia. Destacamos os estigmas sobre a cor *preta* da mulher e a condição de escravo. O interessante é pensar que se esta cláusula está inclusa, nos mostra a preocupação de uma camada da elite com essa parte da população e que havia homens ex-escravizados com posses e mulheres negras casadas com homens de certa notabilidade, os quais poderiam ocupar este cargo. Adriana Alves (2010) explicita, a partir das poesias de Gregório de Mattos, que as mulheres negras, pardas, mulatas, crioulas ou cabras eram consideradas belas e desejadas pelos homens e que nenhuma das mulheres *de cor* destes poemas de Mattos aparecem como submissas e dominadas, pelo contrário, todas estão no controle, mesmo que seja no processo de sedução.<sup>28</sup>

As obrigações destes irmãos, no estatuto de 1857, seriam de:

[...] comparecer aos atos com balandraus, obedecer ao provedor, comparecer aos atos solenes que são: festividade da abertura do hospital (1º de janeiro), procissão do Senhor dos Passos; Endoenças (quinta-feira Santa), dia do ofício por alma dos benfeitores, não fazer

---

de Lisboa. Pensando que a de Porto Alegre só organizou seu estatuto em 1857, supostamente deveriam adotar certas normas presentes no compromisso da Misericórdia de Lisboa, as quais eram retrógradas devido ao ano em que foram criadas (1519). Porém, se não foram seguidas “a risca”, pelo menos serviram como forma de orientação de conduta. (Wadi, 2002).

<sup>28</sup> O impedimento a participação de homens escravizados ou libertos pode ser facilmente compreendido naquela conjuntura fortemente escravista, e o entrave a participação de homens envolvidos em relações inter-raciais significava, provavelmente, uma perspectiva negativa com relação à mestiçagem. A respeito da produção histórica da mestiçagem, ver: MOUTINHO, Laura. *Razão, 'Cor' e Desejo*. Uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul. São Paulo, Unesp, 2004.

negócio com os bens da Santa Casa, aceitar cargo a que não tenha legítimo impedimento. Vantagens dos irmãos: O irmão que ficar reduzido ao estado de indigência será recolhido à Santa Casa tendo alimentação, cama e vestuário enquanto não achar ocupação segundo o permitirem as forças, estado físico e moral; na indigência e doença os irmãos e suas mulheres terão enfermaria separada; irmão mulher e filhos não emancipados terão honras fúnebres; irmão despedido pode pedir reingresso dentro de três anos; receber honorarias: irmão zelador (por serviços importantes); irmão benfeitor (por doação de 10 contos); irmão benfeitor benemérito com retrato (por doação de 20 contos). Em ato da mesa todos os irmão são iguais quanto à ordem dos trabalhos e discussão. (não dispõe sobre votação). (TOMASCHEWSKI, 2007, p.63)

Ou seja, além de atos de benevolência, prestígio e integridade, havia vantagens sociais<sup>29</sup>. Como explica Diego Pufal<sup>30</sup> (2013, p.29), foi pelo “anseio de emergir economicamente e como forma de *status* social, é que os primeiros Irmãos ali chegaram, logrando subsidiar as misericórdias e permitindo que a Santa Casa perpassse seus mais de 200 anos”. As vantagens sociais e o status que os irmãos tinham socialmente foram fundamentais na manutenção das Santas Casas como instituições, principalmente pelo valor moral e religioso que a caridade como aspecto social constituía-se na época.

Até aqui percebemos que a historiografia geralmente salienta a participação masculina na gerencia das Santas Casas. Nada de mais natural para a sociedade da época, onde apenas os homens poderiam participar de trabalhos administrativos. Contudo, adiante perceberemos que a administração exclusivamente masculina, pelo menos na SCMPA, é questionável.

---

<sup>29</sup> Tomachewski (2007) explica que as Santas Casas eram normalmente associações fechadas. Tinham em muitos casos um número máximo de irmãos e seus compromissos explicitavam as “qualidades” que os candidatos ao ingresso deveriam ter, permitindo o acesso aos nobres e mestres de ofício que não trabalhassem por suas mãos, ou a uma parcela mais rica e de bom “conceito” das populações locais. Segundo Pufal (2013) inicialmente a Mesa da SCMPA permitiu o ingresso de 200 Irmãos, seguindo o Compromisso da congênere de Lisboa e que apesar da Mesa exibir certa preocupação elitista, pode-se dizer que se tratava de uma sociedade relativamente aberta, pois, para temos uma ideia, em 1822 não se recrutariam duzentos irmãos em Porto Alegre sem apelar para as camadas emergentes social e politicamente.

<sup>30</sup> O autor faz um levantamento dos primeiros 26 anos da irmandade (1825-1851), encontrando um total de 475 irmãos, todos homens, sendo possível conhecer e traçar o perfil dos primeiros integrantes da Irmandade da Santa Casa, seus locais de origem, suas idades, títulos e meios de vida, além de outros aspectos. “Eram homens na média de seus 39 anos, a maior parte portuguesa, seguida dos rio-grandenses, [...] negociantes em geral de profissão, dado que aponta a classe econômica e social pujante em Porto Alegre durante os anos de 1825 a 1851” (PUFAL, 2013, p.25). Concluindo que muitos desses Irmãos chegaram à Instituição por força de relações consanguíneas, por parentes que já exerciam essa *qualidade* de Irmão, ou em razão de outro ponto em comum, pessoas de uma mesma classe de atividades econômicas, relações sociais e/ou políticas.

A organização espacial da SCMPA, no ano de 1855, compunha cinco enfermarias: a dos homens (inclusive praças do Corpo Policial); das mulheres; dos menores do Arsenal de Guerra; dos sócios da Sociedade Portuguesa de Beneficência; e dos presos civis desamparados. Sobre as enfermarias vemos que as divisões não eram por caráter médico, mas uma separação social, de gênero e de *classe* (separando aqueles que entravam a partir de convênios estabelecidos com a SCMPA e instituições privadas ou órgãos públicos, daqueles vistos como perigosos sociais, como é o caso dos presos civis). A explicação para a inexistência de um critério médico para as enfermarias provavelmente é o pequeno número de médicos que esporadicamente passavam pelo hospital e a pouca consistência do saber médico na época, devido também à falta de Faculdades de Medicina e do correspondente pouco peso desses profissionais na organização/gerenciamento institucional.

Dos anos 50 até o final dos anos 80, a Pia Instituição contava, anualmente, com o trabalho de dois a três médicos e um reduzido número de enfermeiros e serventes. Cabe deter a atenção, mesmo que brevemente, para os enfermeiros: primeiramente, é importante destacar que não se tratavam de profissionais diplomados, mas sim de práticos. Alerta-se para o fato de que os enfermeiros poderiam ser recrutados entre os próprios enfermos da instituição. (OLIVEIRA, 2012, p. 139-140)

Como uma instituição ligada à caridade, a sustentação da SCMPA ocorria pela concessão de esmolas por benfeitores, as quais passavam a integrar o patrimônio da irmandade. Estes patrimônios poderiam ser doados em vida ou em testamentos, comportando imóveis, dinheiro, escravizados, terras, objetos, roupas e outros. De posse da instituição, esses bens poderiam ser alugados, arrendados ou vendidos, sendo o capital convertido em apólices de dívida pública, porém, a Mesa Administrativa tinha a obrigação de evitar a diminuição do patrimônio institucional.<sup>31</sup> A instituição também recebia ajuda do governo (tanto no Império como na República), pois era praticamente a única entidade hospitalar de atendimento para pessoas sem condições ou amparo, além de abrigar doentes da cadeia e militares. Contudo, é importante considerar que, tanto no período Imperial quanto no início da

---

<sup>31</sup> Weber (1999) mostra que os documentos da provedoria sempre ressaltam o aumento do patrimônio da instituição ao longo das diversas administrações. No início do século XX, tal patrimônio assumira dimensão considerável, em 1912, a Santa Casa possuía 86 prédios alugados que forneciam renda para a instituição.

República, a preocupação com a saúde da população não constituía a base das preocupações do Estado.<sup>32</sup>

Podemos tentar imaginar como era a entrada das pessoas na SCMPA. Os enfermos chegavam como em qualquer outro hospital, com dores e vários tipos de sintomas debilitantes, se queixando, muitos cambaleando (devido a ferimentos), com familiares, parentes, vizinhos ou mesmo agentes do controle social (policiais, soldados) em seu auxílio, ou sozinhos, em busca de conforto, amparo e *cura*. Provavelmente estas pessoas passavam por algum tipo de triagem na sala de bancos, feita por enfermeiros e *práticos*, visto que os médicos eram de número reduzido e compareciam pouco na instituição. Mas nem todos que chegavam logo ficavam internados, alguns iam para a sala de bancos:

[...] espécie de consultório médico, no qual os médicos ligados à instituição prestavam seus serviços (consultas, curativos, etc.) à comunidade pobre não internada na Santa Casa. Este tipo de atendimento foi deflagrado pela medicina social brasileira, no século XIX, para se contrapor aos chamados “charlatões” e, garantir uma presença mais intensa na sociedade. (WADI, 2002, p.42)

Beatriz Weber (1999, p.149) complementa dizendo que a sala de banco foi um recurso organizado devido ao grande fluxo de pacientes. Assim, os que se dirigissem a instituição, poderiam receber medicamentos e continuar o tratamento em suas residências, evitando, assim, o acúmulo de enfermos internados na instituição. A sala de bancos funcionava pela manhã e tinha este nome devido a grande espera que os enfermos sofriam ao aguardar os atendimentos, “principalmente, por mulheres, mães pobres com suas crianças doentes, que aguardavam, por muito tempo, o atendimento médico sentadas em bancos de madeira”.

Quando estavam de fato internados acreditamos que os internos poderiam dar saídas, obviamente dependendo de cada caso e da liberação do enfermeiro ou médico, pois regularmente encontramos na fonte observações de saída, como “não voltou”, “saiu e não voltou”, “fugiu”. Como o caso da alemã Elizabeth Lamb, de 55

---

<sup>32</sup> Nikelen Witter (2007, p.176) explica que havia contratos entre o governo e a SCMPA, principalmente pelo fato de alguns dos provedores serem presidentes da província, no sentido do “cuidado dos presos pobres enfermos e dos menores do Arsenal de Guerra, ‘hospedagem’ da enfermaria do hospital militar, fornecimento de medicamentos para o Exército e para as ambulâncias deste e criação dos expostos”.

anos, viúva, com cisto no ovário, que “saiu para voltar depois”<sup>33</sup>; Cândida Teixeira, branca, de 47 anos, casada, com ovarite e alienada, que “a pedido do marido” saiu da instituição<sup>34</sup>; ou ainda como a doméstica de origem alemã Theresa Linke, de 23 anos, viúva, que “entrou de noite e saiu pela manhã”, não sendo vista pelo médico<sup>35</sup>. São apenas alguns casos de pessoas que saíram sem estar curadas, falecidas ou em bom estado, o que nos mostra que o enfermo não se obrigava a ficar na SCMPA, podendo sair por sua vontade ou a de terceiros.

Quadro 1 - Condição de saída das enfermas na SCMPA (1889 - 1900)

	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900
A pedido	3	65	72	62	105	143	158	109	125	80	89	135
Curada/alta	1	79	189	165	218	192	198	284	321	425	557	512
Faleceu	77	100	101	76	89	110	108	125	131	144	144	165
Acompanhante	-	6	6	2	-	1	-	-	1	-	1	5
Melhorada/boas condições	-	14	8	15	27	19	24	36	49	55	44	87
Não quis sujeitar-se ao tratamento	-	1	1	1	1	1	2	1	-	5	2	7
Incurável	-	-	4	-	-	-	1	1	3	-	3	2
Saiu e não voltou/sem licença	-	-	4	3	6	6	5	10	11	2	-	-
Removidas para o Lazareto	-	-	2	7	4	-	-	-	1	-	1	1
Removidas para sala de bancos/ambulatório	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-
Removidas para o Asilo de Mendigos	-	-	-	-	-	-	-	-	1	10	1	1
Removidas para o Hospital São Pedro	3	6	1	1	-	1	3	2	6	6	5	1
Sem moléstia	-	-	-	-	-	5	1	-	-	-	2	2
Por faltar com o respeito	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Fugiu	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1	3
Vazias/ilegível	225	94	5	7	11	21	8	7	22	8	1	5

Fonte: LMGE, números 6, 7, 8 e 9 – Disponível em CHC/POA.

A partir do quadro feito com a condição de saída de todas as enfermas que frequentaram a SCMPA no nosso marco cronológico, vemos que vários aspectos tornavam-se motivo para a saída das mesmas. Desde a cura até a falta de respeito e falecimento. Muitas mulheres iam para acompanhar seus filhos, outras não se

<sup>33</sup> LMGE, número 7, ano 1893. Disponível em CHC/POA.

<sup>34</sup> LMGE, número 7, ano 1896. Disponível em CHC.

<sup>35</sup> LMGE, número 8, ano 1899. Disponível em CHC/POA.



sujeitavam ao tratamento ou as regras do hospital e acabavam por fugir, além daquelas que pediam para sair dizendo que voltariam e não retornavam. As remoções também podiam ocorrer para Lazaretos, o Asilo de Mendigos Padre Cacique ou o Hospital São Pedro, conhecido pelo tratamento dos alienados. Os motivos de saída são os mais diversos, mas o importante é perceber que a maioria dessas mulheres saíam curadas, ou pelo menos com seus males amenizados, já que nessa época a cura propriamente dita era difícil de ser obtida. Apenas nos anos de 1889 e 1890 é que as falecidas são em número maior, contudo, o número de lacunas vazias também é alto, o que nos faz compreender que na época essas anotações não possuíam tanto rigor no preenchimento, visto que as lacunas sobre o trabalho também não estavam, na maioria dos casos, preenchidas. Na historiografia é comum vermos autores afirmando que as pessoas não frequentavam a SCMPA, pois havia um consenso de que era um local onde as pessoas já entravam moribundas ou vinham a falecer na própria instituição<sup>36</sup>. O quadro acima nos mostra ao contrário, a cada ano o número de curadas aumenta, se compararmos com os números de falecimento. Talvez a população tivesse receio de se tratar com médicos e boatos ocorressem sobre os falecimentos, contudo, a partir do LMGE não vemos que as mortes fossem predominantes no Hospital.

As Crônicas das Irmãs de Caridade<sup>37</sup> mostram relatos de alguns casos interessantes que aludem situações vividas dentro da instituição e que foram consideradas por elas como momentos complicados e de dificuldades, mas que nos ajudam a remontar a história da Instituição com descrições de enfermos:

Um doente da 1º cirurgia, num acesso de delírio saltou da cama, agarrou uma cadeira e queria atirá-la à cabeça da Irmã. No mesmo momento, dois outros doentes se colocam a sua frente. O furioso, em trajas menores, passa pela porta, num pulo salta os 20 degraus da escada e sai para a rua, onde o guarda Militar não consegue segurá-lo; enfim é cercado por 14 homens que o levam de volta para a Santa Casa. [...] Numa outra ocasião, quando a Irmã da ronda foi despertar as Irmãs, um doente de delírio, salta pela janela do 2º andar, cai, sem se pisar, na calçada da rua e até começou daí em diante a melhorar.

---

<sup>36</sup> Autores como Beatriz Weber (1999) e Daniel Oliveira (2012) concordam que a SCMPA era um local onde a mortalidade era muita alta, motivo que fazia com que as pessoas tivessem medo de se sujeitar ao tratamento da Instituição.

<sup>37</sup> As Crônicas das Irmãs de Caridade da SCMPA são relatos anuais onde as religiosas deixaram percepções sobre a estadia na instituição, como também relatos que abordam desde a criação do Hospital Nossa Senhora das Dores, seu fechamento, algumas doações e dificuldades. Nesse documento as Irmãs deixam vestígios de desafios, caridades e religiosidades. Trata-se de documentação avulsa e sem autor. Disponível no CHC/POA.

Um outro tentou suicidar-se, procurando abrir o ventre com um caco de vidro.<sup>38</sup>

A situação da SCMPA se transforma após a fundação da Faculdade de Medicina, em 25 de julho de 1889, composta pelo curso de Medicina, Farmácia, Obstetrícia e Química industrial.<sup>39</sup> Após a instauração da Faculdade mudanças gradativas ocorreram na instituição, pois os alunos começaram a praticar suas aprendizagens nos enfermos internados. A Faculdade ocasionou maiores percepções sobre a medicina e isso auxiliou na organização da instituição em si, mas mesmo com os médicos que ali eram formados, a ocorrência deles na instituição ainda era baixa.<sup>40</sup>

Contudo, com as Crônicas das Irmãs de Caridade da SCMPA vemos que os estudantes causavam certos incômodos para as religiosas, que temiam exageros por partes daqueles jovens:

Embora não se dessem excessos desagradáveis, o curso traz certas dificuldades e muitas provas de paciência exige das Irmãs. É de suma importância que as Irmãs estejam vigilantes para que os estudantes só vão onde forem mandados pelos professores e somente pelo tempo indicado.<sup>41</sup>

Mas apesar da existência da SCMPA e mesmo da Faculdade de Medicina, os pesquisadores por nós analisados remetem que as práticas de cura, no período que abordamos, eram bastante amplas, bem como parece ter sido comum aos enfermos recorrerem não somente apenas a um, mas a vários curadores ao mesmo tempo. Essas práticas exercidas por curadores *populares* ofereciam curas e explicações de entendimento mais espirituais, eram indolores e ofereciam certo alívio e conforto psicológico, já que as relações com a doença e a dor eram diferentes e não se buscava a cura propriamente dita, mas a amenização do sofrimento e da dor. A medicina ainda se apresentava como mais uma entre as possibilidades de cura, além de oferecer tratamentos considerados mais agressivos e dolorosos. Quando

---

<sup>38</sup> Introdução à crônica da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1886-1892), p.13. Disponível em CHC/POA.

<sup>39</sup> Os fundadores da faculdade foram os mesmos que criaram, em 1892, a Sociedade de Medicina de Porto Alegre. A faculdade se originou da fusão de duas outras escolas, a de Farmácia, fundada em 1895, e o curso de Partos, ambos instalados na Santa Casa em 1897.

<sup>40</sup> De acordo com Weber (1999) apenas três médicos atendiam em 1882 e em 1910 eram 42.

<sup>41</sup> Introdução à crônica da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1886-1892), p.31. Disponível em CHC/POA.

havia médicos, estes eram caros e sem relação social com a comunidade de *sofredores*.<sup>42</sup>

\*\*\*

A SCMPA nasceu para a caridade e acabou por se devotar à ciência, ela possuía funções assistenciais e gradativamente adquiriu funções terapêuticas e de produção de conhecimento médico. A partir do livro, oriundo de sua dissertação de mestrado, Yonissa Wadi (2002) mostra o avanço da medicina social no século XIX, através de várias práticas heterogêneas e de afirmação de classe. A organização da Sociedade de Medicina e Cirurgia no Rio de Janeiro, em 1829, marcou o avanço desta nova medicina, a qual estabeleceu como objetivos fundamentais a saúde pública (higiene) e a defesa da ciência médica. De acordo com Foucault (1982), o surgimento do Estado Moderno colocou a saúde como um valor, como fonte de poder e riqueza para o fortalecimento dos países. Consequência dessa perspectiva, a medicina do século XIX tende a se modificar, tentando introduzir o controle dos corpos através da normatização dos espaços, dos processos e dos indivíduos. A nova ordem econômica tornou necessário o estabelecimento de novas normas e padrões de comportamento e a relação entre paciente e enfermidade muda, antes vista como uma ação direta sobre a doença para restabelecer a saúde, a medicina passou a ser compreendida como prevenção, controlando sua manifestação com modificações nos espaços urbanos, nas vidas familiares, na higiene pública e outras formas de controle.

O corpo passa a receber uma investida política e social, passa a ser monitorado por meio das estatísticas vitais e de morbidade, o indivíduo passa a ser responsável por sua própria saúde, seus atos, pagando por suas consequências. A imposição de um cordão sanitário no interior das cidades, separando os ricos dos pobres garantiria, indiretamente, a proteção dos segmentos mais abastados e a diminuição da possibilidade de fenômenos epidêmicos, gerando atritos e resistências, como veremos melhor no segundo capítulo.

A medicina era enunciada como uma verdade, pois era calcada na ciência e no método experimental. O paciente deixa de seguir simples conselhos e passa a

---

<sup>42</sup> Na regulamentação da Santa Casa de Misericórdia, de 1882, as atribuições dos médicos eram ainda vagas, com funções de supervisão. Weber (1999 p.163) explica que as funções cabíveis a eles eram as visitas às enfermarias pela manhã, indicação de receitas de medicação, cuidado com a dieta dos pacientes, atribuição de alta aos curados e “aos que solicitassem”.

seguir ordens, começa a era da ciência (Rohden, 2001). Por isso os médicos eram legitimados em suas afirmações, contudo, seu lugar de fala só foi enaltecido com a ajuda e intervenção do Estado e de Instituições como a Santa Casa de Misericórdia, onde podiam fazer experimentações e atuar sua profissão.

Como dito, os médicos diagnosticavam tanto doenças quanto problemas sociais, propondo soluções que consideravam mais pertinentes. Considerando esse quadro é que se entende como a medicina passa a falar com tanta ênfase sobre diferenças sexuais e, em particular, sobre o gênero e o papel feminino. No plano da sexualidade, os médicos elaboraram evidências de que as funções de mãe e esposa dominavam a identidade feminina, baseados em justificativas de natureza biológica.

As mulheres que reivindicavam direitos eram apontadas como *espécies híbridas, não-sexuadas, mulheres-homens, degeneradas*, ou então descritas como incapazes de conseguir um marido e manter uma família. Fabíola Rohden (2001) explica que as mulheres consideradas na época com *excesso de desejo*, como as prostitutas e mulheres públicas, não eram apenas consideradas doentes, mas perigosas para a família, a ordem moral, a civilização, devendo ser controladas. A mulher, portanto, seria determinada em seu corpo e mente pela função sexual e, conseqüentemente, a fisiologia e patologia sexual afetariam o seu comportamento, com conseqüências sociais e morais que não teriam paralelos no caso do homem. A noção dessa dominação natural que se passa na mulher era tão propagada que servia para justificar sua absolvição em casos de infanticídio<sup>43</sup>, por exemplo, pois em momentos como o parto e o puerpério ela se tornaria física e moralmente vulnerável e não poderia ser responsabilizada plenamente pelas suas ações.

Havia uma grande apreensão sobre a condição da natureza humana e da civilização ocidental devido a problemas como a pobreza, raça, vícios, doenças mentais, percebidas como ameaças ao futuro da humanidade moderna, do capitalismo e da urbanização. Esses *problemas* deveriam ser logo resolvidos e para isso contava-se com ajuda de intelectuais acadêmicos, médicos e juristas.<sup>44</sup> Era preciso vigiar e controlar estes pré-dispostos aos crimes. Com base nessa visão de hierarquização do humano, algumas propostas seriam elaboradas, tais como os

---

<sup>43</sup> Ver mais em: WADI, Yonissa Marmitt. *A História de Pierina: Subjetividade, crime e loucura*. Uberlândia: EDUFU, 2009.

<sup>44</sup> Lilia Schwarcz (2015) explica que, em finais do século XIX, no interior de estabelecimentos acadêmicos, juristas e médicos tomaram como tarefa encontrar saídas para o destino da nação, sendo a questão racial uma das discussões mais fecundas, devido as teorias racistas e evolucionistas presentes na época.

programas eugênicos, que incentivariam a reprodução de indivíduos potencialmente (hereditariamente) talentosos e bem dotados, enquanto desencorajavam a reprodução daqueles considerados indesejáveis. Essa diversidade humana considerada como dada pela natureza, justificaria outras distinções sociais, como divisão do trabalho por gênero, classe, raça e nacionalidade. Mulheres x homens, negros x pardos x brancos, pobres x ricos, todos teriam modelos de comportamentos e status para seguir. Contudo, com base nessas concepções elabora-se um esquema no qual o homem branco, civilizado, europeu, representaria a maturidade evolutiva em contraste com a mulher, o negro, primitivo, num discurso que perpassava os meios sociais, judiciais e médicos. A própria natureza já definia as escalas e os valores.<sup>45</sup>

## 2.2 “DEUS PROVIDENCIARÁ E DEUS PROVIDENCIARA!”: AUTONOMIAS E AGÊNCIAS DAS IRMÃS DE CARIDADE.

As irmãs da Penitência e Caridade da Ordem Terceira de São Francisco de Heythuizen, oriundas da congregação franciscana cuja sede era na Holanda, mais conhecidas pela historiografia apenas como as Irmãs de Caridade, fazem parte da

---

<sup>45</sup> No final do século XIX a antropologia criminal se desenvolvia como nova ciência, envolta em debates estimulados pela abolição, imigração, civilização e o (des)controle das chamadas classes perigosas. Era preciso vigiar e, principalmente, identificar os suspeitos e para tanto à antropologia criminal surgia para detectar e agir sobre os indivíduos considerados criminosos e suspeitos. O crescimento populacional nos centros urbanos era potencialmente perigoso, os espaços urbanos ainda estavam em delimitação, os subalternos circulavam pelos centros juntamente com as “classes superiores”, portanto, nada mais claro do que a necessidade da identificação do criminoso. No Brasil, a Antropologia Criminal teve voz a partir dos anos 1870, com ideias ligadas ao positivismo e ao darwinismo. De acordo com Ortega e Augusto (2011), o clima do iluminismo atrasado absorve boa parte dos estudiosos que queriam chegar aos níveis de aprimoramento da civilização, superando o dito atraso cultural. Essa concepção abarcou diversas áreas do conhecimento, tais como a medicina, a ciência jurídica, a psicologia e a sociologia. Procuravam desculpas para os atos criminosos, pois pessoas de boa conduta e moral não praticariam crimes. Nina Rodrigues, médico e professor, acreditava que as pessoas estariam em estágios evolutivos diferentes e os de nível mais atrasado, portanto, mais suscetíveis a cometer crimes. Por estarem em um grau de evolução diferente dos demais deveriam responder diferentemente por seus crimes, visto que não possuíam plena consciência dos crimes cometidos. Este debate foi defendido por Rodrigues (formado em medicina em Salvador), que compreendia o mestiço com um “hibrido social”, um ser estimulado por impulsos. Nota-se que vários debates cercavam a medicina e a antropologia criminal para a obtenção de um perfil criminoso. Lombroso explicitaria o tipo nato de criminoso, este teria as orelhas afastadas, grandes maxilares, pouca barba, muito cabelo, maçãs do rosto salientes, queixo quadrado e de gestos frequentes. Após a identificação dos traços típicos de um criminoso, a cadeia seria a opção para a exclusão social. Ver mais em: PESAVENTO, Sandra. *Visões do cárcere*. Porto Alegre: ZOUK, 2009; SILVEIRA, Eder. *A Cura da Raça. Eugenia e Higienismo no Discurso Médico Sul-rio-grandense nas primeiras décadas do século XX*. Passo Fundo, Editora da Universidade de Passo Fundo, 2005; FERLA, Luis. *Feios, sujos e malvados sob medida: A utopia médica do biodeterminismo*. São Paulo: Alameda, 2009; SCHWARCZ. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 - 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

história da SCMPA e demonstram que nem só dos homens emergiam as regras e a administração do hospital. A maior parte da bibliografia sobre a instituição cita as Irmãs, mas nem todas apontam para esse protagonismo, principalmente em uma sociedade governada por preceitos masculinos.

A partir do documento Introdução à Crônica da Santa Casa de Misericórdia e Porto Alegre (1886 – 1892) conseguimos ter acesso a informações sobre como foi o início das atividades destas religiosas na instituição. Esse documento começa explicando que as notas históricas do pequeno Hospital Particular Nossa Senhora das Dores, servem de preâmbulo à crônica da SCMPA, portanto, assim o consideramos.

Com a República e as reformas no catolicismo brasileiro, as Irmãs de caridade tiveram um papel fundamental, no sentido de recolocar o catolicismo socialmente e de instalar uma relação hierárquica e disciplinada a partir de seus princípios, no cotidiano das instituições nas quais atuavam.<sup>46</sup>

Já há muito existia em Porto Alegre um desejo de se ter um Hospital sob a direção das Irmãs de Caridade, mas inúmeras foram as dificuldades e obstáculos que retardaram a realização do desejo de exercer a enfermagem por parte das Irmãs, contudo, Madre Anna Moeller, “a alma” da ideia, escreveu a Superiora Geral externando seu desejo de “sacrificar-se” nesta obra de caridade. Suplicava com instância lhe mandasse uma Irmã só; com a mesma, sem outro auxílio além da Providência Divina, iria viver numa casa pequena, sustentando-se de esmolas, para começar a cuidar dos enfermos”.<sup>47</sup> Apesar da insistência da Irmã, a Superiora não permitiu o sacrifício nessa obra de caridade, “reputando irrazoável esse plano”. “Foi então que a Divina Providência começou a intervir”<sup>48</sup> e Dona Anastácia Junqueira apresentou-se as Irmãs com a intenção de doar uma de suas casas para “qualquer

---

<sup>46</sup> Importante ressaltar que, ao longo do século XIX, foi amplamente discutido e executado um projeto voltado à imigração. Para justificar a preferência por certas “etnias” europeias para o estado, algumas alusões foram sustentadas, como a preferência por povos que habitavam países frios, pois estes teriam maior adaptabilidade, organização e persistência. De acordo com Marcus Rosa (2014) o Rio Grande do Sul já possuía uma crença que afirmava a sua diferenciação perante outros Estados, visto que seu ambiente mais frio propiciava para os europeus um clima mais ameno e, por isso, um melhor ambiente voltado para o trabalho. O Rio Grande do Sul também teria uma miscigenação praticamente ausente e seria povoado por açorianos, ditos na época como melhores que outros portugueses, por sua força e persistência. Esperava-se da imigração europeia a elevação do grau da civilidade com a vinda de bons trabalhadores, que limpariam o *sangue* (a raça) nacional e elevariam o progresso da nação. (ROSA, 2014)

<sup>47</sup> Introdução à crônica da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1886-1892), p.1. CHC/POA.

<sup>48</sup> Introdução à crônica da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1886-1892), p.1. CHC/POA.

obra boa”. Mas a casa em questão ainda era pequena para um hospital, mas logo a situação fora resolvida:

Foi na primeira sexta-feira do Coração de Jesus, de maio de 1886, que apareceu o primeiro raio de esperança. As Irmãs redobram suas orações para reconhecer a vontade de Deus. Várias senhoras, membros da Ordem Terceira procuravam confirmar Dona Anastácia em sua intenção. Como a casa que ela pretendia doar, fosse muito pequena. Estava disposta a ceder outra maior, em que ela mesma morava. Foi o primeiro sopro do ar que iriam avivar a fagulha sob as cinzas. “Deus providenciará” e Deus providenciara!<sup>49</sup>

As atitudes de Dona Anastácia são um exemplo do que seria uma obra de caridade na época, uma senhora com bens, dona de várias casas, que resolve doar um patrimônio para a Igreja, confiou que as Irmãs Franciscanas da Penitência e da Caridade Cristã fizessem uso para obras boas. Com a ajuda de “várias senhoras, membros da Ordem Terceira” Dona Anastácia resolveu ajudar ainda mais, cedendo uma das casas que morava para o empreendimento do hospital, tão desejado nas orações das Irmãs.

Com a casa doada por Dona Anastácia faltavam ainda subsídios para a reforma e a construção de alguns cômodos. A comunidade alemã logo foi solidária a causa:

Nesta altura, o senhor farmacêutico Theo Firmbach convocou uma assembleia geral de cidadãos, a fim de ponderar a fundação de uma sociedade, cujos membros ajudariam a manutenção do novo Hospital, mediante uma contribuição mensal. Não se chegou a um acordo, a maioria não achava aconselhável entregar, sem mais formalidades, o dinheiro às Irmãs. Resolveram fundar uma Sociedade sob a denominação de “Sociedade Germânica” com o fim de erigir um Hospital próprio... Contavam com arrecadar em pouco tempo uns 400 contos, pois toda a população da zona rural tomaria parte. Mas, erraram o cálculo. As Irmãs fizeram a proposta de ceder-lhes a casa, doada por Dona Anastácia. Eles iriam nomear uma diretoria de senhores para o novo Hospital a fim de que as Irmãs – assim julgavam- livres de toda responsabilidade material, pudessem sem embaraço dedicar-se à enfermagem. Muito judiciosos observaram ser muito difícil para senhoras, sem auxílio de uma administração masculina, dirigir e sustentar um Hospital, e apresentaram outras razões semelhantes...<sup>50</sup> (grifos nossos)

Vemos na parte sublinhada que a intenção da assembleia formada de cidadãos, provavelmente a maioria de origem germânica, foi a de nomear uma

<sup>49</sup> Introdução à crônica da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1886-1892), p.1. CHC/POA.

<sup>50</sup> Introdução à crônica da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1886-1892), p.2. CHC/POA.

diretoria de homens, deixando apenas às Irmãs a responsabilidade da enfermagem, sob a desculpa de ser muito difícil para senhoras, sem auxílio de uma administração masculina, dirigir e sustentar um hospital. No começo da citação já vemos que, apesar da intenção de criar uma sociedade cujos membros iriam ajudar a manutenção do hospital mediante contribuição, a maioria não considerou aconselhável entregar o dinheiro às Irmãs. As Irmãs como mulheres deveriam se interessar apenas por suas tarefas *femininas*, deixando para os homens a parte administrativa. Claramente um discurso de diferenciação dos sexos presente na época, além de uma intenção particular desses homens de ascenderem socialmente a partir da administração da sociedade e do hospital.

As Irmãs, porém, não se deixaram persuadir. Declararam ser desnecessária uma diretoria administrativa por não existirem fundos. Achavam preferível dispensar o seu auxílio, a tornarem-se dependentes. E foi assim que, confiando na proteção especial da Divina Providência, as Irmãs se conservaram independentes e livres de todos os embaraços provenientes do desacordo e desarmonia que geralmente existem numa diretoria externa.<sup>51</sup>

Preferindo a autonomia de gestão e já sabendo dos embaraços provenientes de uma administração diferente da delas, as Irmãs mesmo sem fundos acreditaram que conseguiriam erguer o hospital. Logo, com o auxílio de algumas doações e da atividade de senhoras com “projeções sociais” que auxiliaram com rifas, bazares e exposições, as religiosas conseguiram arrecadar fundos para, então, começar os planos para erguer o hospital.<sup>52</sup>

E, no começo de 1888, o Hospital estava instalado. No dia 25 de janeiro de 1888, cinco irmãs saíram do Colégio Nossa Senhora dos Anjos a fim de iniciarem a missão do HNSD: “Madre Anna Moeller, Superiora; Ir. Leontina Ferbers, professora da aula dos negrinhos; Ir. Francisca Daudt, Irmã Angela Stulp. Ir. Scholastica Machry e Irmã Elzeara Dreckmann, mais uma senhora brasileira, D. Florentina.”<sup>53</sup> A

<sup>51</sup> Introdução à crônica da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1886-1892), p.2. Disponível em CHC/POA.

<sup>52</sup> As crianças do Colégio N. Sra. dos Anjos também trabalharam em favor da instalação do Hospital, assim as Irmãs já mostravam aos alunos a importância da caridade: “A crina vegetal para colchões, a crina animal para travesseiros foi preparada pelas alunas nas horas de recreio. Durante as férias todas, renunciando ao recreio, tratou-se de preparar o mais possível para o Hospital. O refeitório parecia uma grande oficina; com certeza Jesus, no tabernáculo, observava com prazer as obras de caridade em favor dos seus membros padecentes, pois tratava-se também de uma nova moradia sua”. Introdução à crônica da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1886-1892), p.2. Disponível em CHC/POA.

<sup>53</sup> Introdução à crônica da SCMPA (1886-1892), p.3. Disponível em CHC/POA.



responsabilidade médica ficou com o médico Carlos Wallau, que assumiu sem remuneração o cargo de médico diretor, graças aos desejos de sua mãe.

O hospital, apesar do sonho de exercer a caridade para os enfermos, era particular. Contudo, os primeiros doentes foram pobres em completo abandono: “Deus proverá também, quando as despesas superarem a receita”. Os primeiros a serem atendidos foram uma “pobre negrinha que fora entregue às Irmãs do Colégio, [...] depois veio uma velha mendiga em trapos e farrapos, que não se deixou despedir. E assim seguiam outros”. Mas como instituição particular, “doentes de boas famílias procuravam o Hospital” e, ao longo do primeiro ano, 257 enfermos passaram pela instituição.<sup>54</sup>

Além do cuidado aos enfermos, as Irmãs exaltam suas missões religiosas nas crônicas, mostrando que, além de curar o corpo, auxiliavam os enfermos a encontrar a paz com Deus:

Grande consolação tiveram as Irmãs em verem que, com raras exceções, os doentes católicos, antes da morte, recebiam os últimos sacramentos; entre eles, vários que durante longos anos não haviam cumprido os deveres religiosos. Um alemão, que na juventude recebera uma educação cristã, viveu, aqui, no Brasil, durante 40 anos afastado de Deus, não recebendo os santos sacramentos. (No Hospital) calmamente expirou, reconciliado com o Criador. Outros que recuperavam a saúde, foram instruídos e preparados para a primeira comunhão, e deixavam o Hospital curados no corpo e na alma.<sup>55</sup>

De acordo com as crônicas, o laço com a SCMPA começa com a visita do bispo Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão (em outubro de 1890), que mostrou o desejo de ver as Irmãs no grande Hospital da SCMPA. Quinze dias mais tarde, o mesmo visitou novamente as Irmãs afim de retomar os assuntos sobre a SCMPA, mostrando grande interesse de ver as religiosas exercendo suas tarefas naquela instituição. Em 1891 Pedro Alves, vice-provedor da SCMPA, pediu novamente ao bispo Cláudio para que intervisse a favor da instituição e para que as Irmãs assumissem logo a enfermagem. Com a ajuda do Revdo. Sr. Pe. Trappe foi redigido o contrato apresentado a Superiora Geral, para as Irmãs terem a autorização para

---

<sup>54</sup> Além do atendimento a particulares, o HNSD se mantinha com doações de terceiros, como o senhor Warnke, de Hamburgo, que ofereceu 250\$000, renda de seus circos, na importância de 703\$000, e ofertas de loteria, importando em 250\$000, além de sociedades, como a União do Clube de Santa Cruz, que doou 211\$000. A partir dessas e de outras contribuições, as Irmãs conseguiam atender alguns pobres no hospital. Introdução à crônica da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1886-1892), p.3. Disponível em CHC/POA.

<sup>55</sup> Introdução à crônica SCMPA (1886-1892), p.4. Disponível em CHC.

assumirem a enfermagem. Nada passava sem a supervisão e autorização da Superiora.

No dia 31 de julho, realizou-se no Palácio Episcopal uma assembleia sob a presidência do Exmo. Sr. Bispo. Estavam presentes 12 senhores da Diretoria da Santa Casa e Madre Anna, superiora do Hospital N. Sra. Das Dores, a fim de tratar da redação definitiva do contrato, e, dar-lhe pleno vigor pela assinatura. [...] Deus provas de seu grande interesse logo nos dias seguintes, indo em companhia de alguns sacerdotes à Santa Casa, para conferenciar com o Sr. Provedor, em favor das Irmãs, a respeito de algumas reformas necessárias. Em particular, procurou convencer os senhores da Mesa ser preciso cuidar de uma clausura para as Irmãs. Após várias ponderações a questão foi resolvida. Seria feita uma construção ao lado da Igreja para a moradia das Irmãs, que logo se iniciou. As reformas não se fizeram já, pois o Provedor Pedro Alves depôs o cargo em outubro, e a entrada das Irmãs também ficou adiada.<sup>56</sup>

Como o Provedor renunciou a seu cargo em outubro e as obras foram adidas, a ida das Irmãs na SCMPA não ocorreu e elas continuaram seguindo suas ações de enfermagem e religiosidade no HNSD. A partir das Crônicas conseguimos visualizar que as Irmãs tinham muito firmeza em suas ações, não agiam levemente, mas sim a partir de escolhas próprias que visavam o melhor para elas e suas realizações. Não acreditavam em promessas, por mais bonitas que fossem. Rejane Jardim (2013, p.135), ao estudar o contrato das Irmãs, levanta a hipótese de que a demora se deveu justamente ao fato de as Irmãs imporem condições, afrontando a norma, e a espera pode ter sido um artifício utilizado pela Irmandade. “As irmãs estavam lidando com o poder, e o poder faz esperar. Elas exigiam espaço. Suas condições revelam o desejo de exercerem a administração, de forma direta e autônoma, elas não abriram mão de terem poder”. O contrato diz o seguinte:

A superiora terá inteira e plena administração do Estabelecimento em tudo quanto diz respeito ao serviço interno do hospital e suas dependências, dos expostos e da Capela, exercendo severa vigilância sobretudo quanto se referir a boa ordem do serviço, a economia e a moralidade. A superiora terá plena liberdade em mandar as Irmãs e seus empregos, e só ela dará ordens. Pertence à Superiora escolher e nomear os enfermeiros e criados, cujo número e vencimentos serão fixados pelo Provedor de acordo com esta, bem como despedi-los quando as circunstâncias o reclamarem.<sup>57</sup>

Em 1892 as negociações recomeçaram. Com um novo Provedor (Sr. Francisco José Velloso) as Irmãs puderam dar continuidade aos planos de exercer a

<sup>56</sup> Introdução à crônica da SCMPA (1886-1892), p.7 - 8. Disponível em CHC/POA.

<sup>57</sup> Registro de Contratos. Livro 4. 1891. p.25. Disponível em CHC/POA.

enfermagem na SCMPA: “Madre Anna replicou que dependia apenas das condições estipuladas: terminar as necessárias instalações e despachar os soldados doentes. A experiência já ensinara que não podia confiar em promessas. Belas palavras sem obras!”<sup>58</sup> Provavelmente as Irmãs não queriam tratar dos soldados e exigiam que eles dispusessem de outro lugar por fatores de constante insubordinações. Em 1897 as Irmãs relatavam que, de 15 em 15 dias, era preciso ler o Regulamento para eles (soldados) e quando algo ocorria fora da ordem estabelecida bastava lembrar-se do regulamente que “ninguém se zangava”.

Pelo que nos mostra as Crônicas, as propostas sempre vieram da Mesa Administrativa e dos Provedores, as Irmãs compreendiam que a SCMPA era um hospital muito maior e assim ali poderiam auxiliar muito mais em suas obras de caridade e enfermagem. O projeto constituído pelo HNSD não ia findar com a ida para a outra instituição, mas transformar-se-ia no Orfanato “Nossa Senhora da Piedade”, como era o desejo de Anastácia Junqueira, doadora de boa parte dos recursos para a construção do Hospital. Antes mesmo das Irmãs irem de fato para a SCMPA, o novo projeto do Orfanato já estava sendo colocado em prática. No ano de 1892, em 23 de janeiro, foi entregue a primeira órfã, uma menina “nativa” de 10 anos, resgatada por um casal de italianos, que a “compraram dos selvagens que queriam mata-la”, contudo, devido ao mau comportamento da menina, que “parecia ter inatas a rudeza e a imoralidade”, ela logo foi retirada do orfanato, não sendo descrito o seu destino, pois ela poderia “exercer influência funesta nas outras órfãs”.<sup>59</sup>

Com a comoção causada pela Revolução Federalista (1893 - 1895) as Irmãs perceberam que a retirada dos soldados e militares ainda demoraria muito e por isso desistiram dessa exigência, mas sob a condição da retirada ser logo que possível efetuada, persistindo as outras condições a serem cumpridas antes de sua entrada, que seriam as obras de moradia das Irmãs e melhorias gerais. Na páscoa de 1893, finalmente, após anos de negociações, as Irmãs chegam a SCMPA, mas não como almejavam. “Na Terça e Quarta-feira da Semana Santa, foram transferidos os doentes do HNSD. Alguns fizeram o trajeto a pé – outros foram levados de carro. Ninguém ligava atenção às Irmãs, nem aos doentes.” Apesar de tantos anos de

---

<sup>58</sup> Introdução à crônica da SCMPA (1886-1892), p.8. Disponível em CHC/POA.

<sup>59</sup> Introdução à crônica da SCMPA (1886-1892), p.8. Disponível em CHC/POA. Percebe-se neste texto o claro teor racializado da argumentação, tendo aquela menina indígena um comportamento *inato*, claramente condicionado pelo seu pertencimento racial.

conversas e contratos, as religiosas se queixaram do modo como foram para a instituição da Santa Casa, sem auxílios para elas ou para os doentes que foram transferidos. Reclamaram da desatenção e da falta do que fazer, já que a administração ainda não havia sido entregue a elas, e por isso “não podiam pôr e dispor”.<sup>60</sup> Essa desorganização causada na entrada não foi do agrado das Irmãs, como mostrado acima em suas falas, logo elas que possuíam uma organização, ao que parece, exemplar, fator que possivelmente motivou as Mesas Administrativas e aos Provedores para trazê-las a SCMPA. Vemos uma demonstração disso nas especialidades que as Irmãs possuíam dentro do HNSD, as quais foram transferidas para a SCMPA:

Madre Anna, Superiora; Irmã Maria Dutra, assistente, secretária e dispenseira; Irmã Francisca Daudt para as salas de operação; Irmã Aloysia Gassen, enfermeira das mulheres inválidas; Irmã Juliana Duber, das pensionistas e 1º cirurgia; Irmã Michaela Heinen, sacristã e rouparia; Irmã Elzeara Dreckmann, na medicina dos homens; Irmã Leonarda Eschberger, porteira; Irmã Arnolda Martin, na cirurgia das mulheres; Irmã Johanna Borren, dos homens inválidos; Irmã Ângela Stulp e Irmã Libalda Sump, para a cozinha; Irmã Apolônia Stulp, para a lavanderia; Irmã Mônica Finger, na cirurgia dos homens e das crianças; Irmã Philomena Sandri, para a ronda e o serviço de casa<sup>61</sup>.

Logo após as mudanças, as Irmãs foram para seus respectivos cargos e começaram o seu trabalho, colocando ordem e asseio. Elas relatam que os doentes estavam “entregues a sorte”, cheios de parasitas e percevejos, sendo um árduo trabalho a remoção dessas “pragas”, além das queixas sobre a falta de roupas de cama e de corpo e da bagunça que se encontrava a cozinha, que de acordo com as crônicas encontrava-se em péssimas desordens. Notamos evidentemente nestas Crônicas uma auto elogiosa narrativa, que pretende salientar o papel positivo dessas irmãs na organização da SCMPA.

Mas nem todos se acostumavam com as ordens das Irmãs, elas próprias queixavam-se que era difícil acostumar os doentes a pontualidade dos horários e das regras que mantinham, além, é claro, da rotina religiosa que pregavam, cheias de missas e de acompanhamento da fé cristã.

[...] veio um famigerado chefe de bandido, o terror da redondeza, mortalmente ferido por um tiro, pela boca, na cabeça. O seu estado era desesperados. O Padre foi vê-lo, mas ele escreveu num bilhete,

<sup>60</sup> Introdução à crônica da SCMPA (1886-1892), p.11. Disponível em CHC/POA.

<sup>61</sup> Introdução à crônica da SCMPA (1886-1892), p.11. Disponível em CHC/POA.

mandando que se afastasse. A Irmã rezou perto dele uns atos e pendurou-lhe no pescoço a medalha do Coração de Jesus. As Irmãs, na oração da noite rezaram em comum pela conversão deste pecador, prometendo publicação no Mensageiro. O bandido, mal beijara a medalha, queria também o crucifixo e já pediu o padre. O ladrão contrito confessou-se. Durou ainda alguns dias. Quando via uma Irmã, estendia-lhes as mãos, pedindo oração.<sup>62</sup>

As pessoas em momentos de dificuldade e em frente à morte, principalmente, tendem a recorrer à fé, rituais e tantas outras formas sobrenaturais que podem existir. O caso acima, como outros casos abordados nas crônicas mostram que as Irmãs tentavam de todas as formas a submissão dos pacientes a sua fé, seja por meio de palavras ou por doação de uma medalha, que serviria para reza e salvação do enfermo. Em 1895, as Irmãs começam suas crônicas queixando-se de calúnias que lhes foram dirigidas: “o demônio também não ficou ocioso”. Reclamavam que havia pessoas as difamando nos jornais e no próprio hospital, serventes em combinação com funcionários da farmácia e enfermos acusavam as Irmãs de relações duvidosas com médicos, denunciando a morte prematura de doentes, entre outros crimes.

G. Hasslocher (provavelmente o advogado Germano Hasslocher) também publicava nos jornais denúncias sobre as Irmãs. De acordo com as religiosas o advogado e jornalista sentia-se revoltado com a imposição dos santos sacramentos, pois era Maçom. G. Hasslocher tentou visitar um enfermo, sendo que este se encontrava na hora confessando: “o visitante viu nisto um enorme crime e acusava as Irmãs e o sacerdote como responsáveis pela morte do ferido”. Provavelmente, Hasslocher compreendia que as Irmãs impunham a fé antes da medicina, além de não respeitar a privacidade religiosa de cada um. O fato é que as Irmãs deixavam claro, de acordo com as crônicas, de que iam seguir conforme lhes convinha: “Nós, Irmãs, consideramos nosso primeiro dever preparar os doentes à recepção dos santos sacramentos e a uma boa morte... Neste sentido, não nos deixamos impedir por ninguém”. Elas acreditavam estar fazendo um bem ao enfermo, elevando e garantindo a salvação da alma com a fé cristã, assegurando uma morte segura, tudo em forma de caridade, “lhes é lembrado o seu dever. Quanto a este ponto, exigimos plena liberdade de ação; se no-la quisessem negar, seria motivo de retirarmo-nos da Santa Casa”.<sup>63</sup>

---

<sup>62</sup> Introdução à crônica da SCMPA (1886-1892), p.15. Disponível em CHC/POA.

<sup>63</sup> Introdução à crônica da SCMPA (1886-1892), p.16. Disponível em CHC/POA.

Não foi apenas os jornalistas, serviçais ou Hasslocher que criaram problemas com as Irmãs, os médicos também. Beatriz Weber (1999) aponta que a religiosidade fazia parte daquele período para a sociedade como um todo e que, além das Irmãs, fiéis católicos ajudavam a propagar a fé dentro da instituição. Apesar de a instituição ter esse caráter ligado à religião, os médicos não gostavam das intervenções das Irmãs e se queixavam do caráter não científico que regia as suas atividades.<sup>64</sup>

Em 1905 as Irmãs registram o caso de um doente, “de boa família”, mas que vivia em miséria moral, numa vida baseada em vícios. Ele estava em tratamento por cerca de um ano e o seu fim estava próximo. As Irmãs lhe recomendaram “pôr em ordem sua vida”, mas isso não causou o efeito pretendido e o enfermo recusou o auxílio espiritual. Nada adiantava, nem as rezas nem as advertências das Irmãs: “até devíamos ficar quietas, para não provocar pragas e blasfêmias” e logo o enfermo veio a falecer, “isolado sem assistência qualquer”.<sup>65</sup> Provavelmente as Irmãs impunham advertências aos que não queriam se redimir ao seu Deus ou até mesmo ameaças, provável motivo das denúncias nos jornais e de funcionários, que não concordavam com tal situação, principalmente pelos enfermos já estarem em situação de vulnerabilidade emocional e física.

Outra situação curiosa é que muitos dos casos utilizados como exemplos de readmissão da fé ou de conversão são de pessoas negras. Notamos que no decorrer de todas as páginas das Crônicas, são pouquíssimos os exemplos que não são de pessoas desse grupo étnico-racial. As Irmãs tiveram a tendência de ressaltar a cor das pessoas. A primeira enferma a se tratar no HNSD, era uma “pobre *negrinha*” entregue as Irmãs do Colégio; outros 45 *negrinhos* receberam a primeira comunhão; um *negrinho* de 4 anos recebeu o batismo, entre outros casos. Não é salientado batismo ou comunhão de pessoas brancas ou de outras cores, por exemplo. Dona Anastácia (doadora do HNSD), adotou uma “*negrinha*”, educando-a com cuidado maternal e que com sua morte foi aceita no Hospital para “aprender costura e o serviço doméstico”. As Irmãs mostram em suas crônicas atitudes de diferenciação racial, típicas do período, como já explicamos.

Também nos chamou atenção os exemplos de indivíduos negros convertidos:

---

<sup>64</sup> Os médicos atacavam aqueles que eles chamavam de *charlatões*, que *vendiam* promessas de cura. Esses *charlatões* prometiam a cura mais facilmente a partir de uma benzedura, uma substância para se ingerir, uma reza ou outros mecanismos que eram utilizados. Pela facilidade do acesso e pela proximidade social que essas pessoas tinham com a população eles acabavam sendo mais requeridos que os médicos, que estavam em um momento de luta de reconhecimento social.

<sup>65</sup> Introdução à crônica da SCMPA (1886-1892), p.36. Disponível em CHC/POA.

Outro exemplo igualmente edificante deu um negro de 80 anos. Conhecia algo da religião e estava disposto a deixar-se instruir mais, para poder receber os santos sacramentos. Quando o Padre lhe mostrou a santa Hóstia antes da comunhão, exclamou cheio de alegria: “Ó meu Deus, sempre implorei vossa Misericórdia, agora me atendestes” [...] Um outro negro, com 95 anos de idade, ficou igualmente repleto de alegria ao receber, antes da morte, os santos sacramentos.<sup>66</sup>

Notamos que os exemplos de conversão usados são de pessoas com idade avançada, como um senhor de 115 anos, que recebeu a 1º Comunhão, bandidos, pessoas com delírios e negros. Casos extremos foram utilizados como exemplos em todos os escritos das Crônicas. Possivelmente as Irmãs achavam que os enfermos negros tinham inclinação a outras religiões diferentes da Católica ou eram pessoas que deveriam ser *catequisadas/civilizadas*, achando que a conversão deles era uma obra de grande santidade, colocando-os como se vivessem em estado de permanente *pecado*, por sua cor, diferente das pessoas brancas, que tendiam a religião católica. Liane Muller (2013), ao estudar a Irmandade do Rosário, explica que os negros foram praticamente expulsos da Igreja Madre de Deus, em virtude de verem proibidas suas danças e cânticos e, portanto, os devotos do Rosário buscaram edificar uma igreja onde pudessem exercer sua fé sem restrições. A partir de Irmandades, como a do Rosário (fundada em 1786), esses devotos negros exerciam os cuidados com os órfãos, mortos e tantas outras atividades que às vezes se tornavam similares as Irmãs. A historiadora explica que essa Irmandade procurava manter elementos importantes de suas tradições, mas que também utilizavam da linguagem simbólica do catolicismo, para que houvesse respeito pela sociedade. “Nos festejos da noite, os elementos católicos cediam espaço, aparecendo então os batuques, comes e bebes, representações que, não raro, desgostavam o clero mais conservador” (MULLER, 2013, p.48). Utilizamos esse breve exemplo do Rosário para mostrar que os negros possuíam elementos próprios, rituais e crenças, mas que também mantinham ligações com Igreja Católica, seja por algumas obras de caridade ou como o própria sincretismo religioso, ou seja, eles não eram alheios a fé Cristã, como parece que as Irmãs queriam demonstrar nas Crônicas.<sup>67</sup>

---

<sup>66</sup> Introdução à crônica da SCMPA (1886-1892), p.30. Disponível em CHC/POA.

<sup>67</sup> No terceiro capítulo trataremos a fundo as questões raciais da época.

Também encontramos uma tendência pouco sutil de reclamação. As Irmãs tendem a falar que os pedidos referentes às aquisições ou melhoramentos eram atendidos de boa vontade, mostrando boa resignação e bom relacionamento entre a Mesa Administrativa e as Irmãs, mas logo abaixo mostravam insatisfações, mostrando que nem tudo funcionava tranquilamente nessa relação:

Faltam quartos de isolamento. Os cômodos dos pensionistas são muito precários. Apenas existiam dois quartinhos; um deles está ocupado pelo antigo administrador, Sr. Corrêa, que tem mesa e moradia grátis. [...] Seria muito necessário separar os tuberculosos, a fim de evitar o contágio. Outros melhoramentos, cuja execução foi prometida para logo, tiveram de ser adiados, por falta de verbas.<sup>68</sup>

Além dessas queixas indiretas, as Irmãs mostram autonomia nos serviços, cuidados que vão dos enfermos a limpeza e a organização geral dos ambientes. Em 1898, por fim, os soldados doentes da Brigada Militar foram retirados. Os cômodos desocupados foram limpos e reparados. Os médicos propuseram planos para aqueles quartos, mas as Irmãs não aceitaram, por “achar que os seus eram melhores, pois visavam separar as enfermarias dos homens e das mulheres”. Sem retirar da verba da SCMPA, as Irmãs conseguiram arrumar:

[...] 6 enfermarias e 10 quartinhos e, para o outro lado, 6 salas para consultórios das pessoas de fora: militares, pobres e crianças, todos separados. Para a portaria do 2° pátio, foi posto um porteiro especial. No dia 1° de setembro, tudo estava pronto e distribuimos os doentes nas salas, separados conforme a doença. A enfermaria do lado da porta, em cima, foi dividida: um terço para o quarto de costura das Irmãs, e dois terços para a sala das crianças. Todos os soldados da Brigada foram alijados em duas salas do primeiro andar, uma para cirurgia, outra para medicina. Em dois quartos ficaram os homens tuberculosos, separados dos outros doentes; à sua disposição ficou o 2° pátio para passear. No andar térreo abrigaram-se os homens velhos, inválidos. Os antigos cômodos dos homens tuberculosos foram ocupados pelas mulheres tuberculosas e os pequenos quartos serviam para as mulheres isoladas. No outro lado, foi instalado para os homens um quarto de banho com caldeira e fogareiro. Ao lado da 1° classe de homens e mulheres foram instalados dois quartos de 2° classe para homens e mulheres.<sup>69</sup>

A partir da leitura das Crônicas vemos que as Irmãs não se deixavam levar por promessas, mostrando forte autonomia em suas escolhas, mesmo perante pessoas de notável influência social, como os Provedores da Santa Casa, médicos e empresários. A SCMPA estava acostumada a ser regida num ambiente

<sup>68</sup> Introdução à crônica da SCMPA (1886-1892), p.14. Disponível em CHC/POA.

<sup>69</sup> Introdução à crônica da SCMPA (1886-1892), p.22-23. Disponível em CHC/POA.



masculinizado. Sabemos que muitas mulheres que iam para tratamento acabavam fazendo serviços diversos, como os de limpeza e de cuidado aos enfermos.<sup>70</sup> Mesmo sendo uma religiosa, a superiora, Madre Anna Moeller, não deixava de ser mulher, e por seu sexo deveria se submeter às ordens masculinas, e não ao contrário. Fator que não aconteceu. Vimos no começo deste texto que quando as Irmãs tentaram conseguiram ajuda para o HNSD, era à custa de uma administração masculina, pois os homens não queriam deixar o dinheiro em poder das religiosas e mesmo sem verba para a construção, as Irmãs procuraram outros caminhos.

A historiografia sobre a História das Mulheres traz vários exemplos de mulheres que tinham suas agências, trabalhavam, construía fortunas e distribuía seus bens conforme melhor lhes convinha (como Dona Anastácia), contudo, ter esse poder administrativo e de escolha em grandes instituições, como os hospitais mencionados, nos mostra a autonomia que as Irmãs conquistaram, claro, sempre tendo que reafirmar suas exigências. Levando em consideração que eram Irmãs de Caridade e, com os estereótipos de *santas*, mesmo assim houve diversas intrigas e momentos em que elas se sentiram vulneráveis, tais como a mudança do HNSD para a SCMPA, onde elas se queixam de estar *abandonadas* com os seus doentes, além dos comentários maliciosos que corriam nos corredores da instituição da Santa Casa que não eram de seus agrados e muito as ofendia.

Como vimos, as Irmãs de caridade tiveram um papel de suma importante na instituição da SCMPA e na cidade de Porto Alegre, seja tratando dos enfermos, fazendo melhorias internas e acalmando as almas que lhes pediam socorro. O fato é que essas mulheres representaram na história da instituição uma presença e uma administração feminina que não é abordada pela historiografia tradicional da instituição. Pelo menos não com o poder que elas de fato representaram, de forte autonomia e conquista de respeito. Sempre colocada como uma instituição masculina regida por homens, vimos que as mulheres representadas pelas Irmãs de Caridade tinham suas exigências e criavam suas próprias regras, mostrando comando e grande agência.

---

<sup>70</sup> Sabemos disso devido as nossas referências, como a dissertação de Daniel Oliveira (2012).

### 2.3 A PRESENÇA DE MULHERES ENFERMAS NA SCMPA

Ao transcrever os dados da SCMPA notamos que as enfermas mulheres frequentavam bem menos a instituição, se as compararmos com os homens. Após algumas palestras e apresentações vistas sobre a história da assistência e da caridade nas Santas Casas, percebemos que as respostas sobre a menor presença feminina eram ainda insuficientes. Não queremos, de modo algum, julgar estes historiadores, até porque o foco deles não eram os estudos relacionados ao gênero, mas acreditamos que a resposta que salienta que “as instituições assistiam preferencialmente militares e guardas cívicos”, não é suficiente para explicar o afastamento das mulheres. Realmente, a quantidade de guardas que chegavam à instituição era significativa, como veremos no gráfico logo em seguida, mas isso não anula ou explica a pouca quantidade de mulheres presentes na instituição. Para tanto, criamos algumas explicações que nos parecem cabíveis, pensando no contexto da época, que explicassem essa reduzida presença de enfermas no decorrer dos anos abordados. Explicações que também nos auxiliam a entender um pouco mais o cotidiano das mulheres populares.<sup>71</sup> Trazemos gráficos ao longo desse texto que nos fazem perceber dados sobre as enfermas, auxiliando a traçar um perfil dessas mulheres<sup>72</sup> como também a compreender a baixa frequência.

Buscamos também compreender como era a situação da instituição, higiene e organização das enfermarias, por exemplo, na busca de explicações que nos auxiliem a entender a baixa frequência. A SCMPA era um dos únicos hospitais que atendiam o segmento feminino da população o que nos mostra a relevância da instituição como fonte e observatório feminino. Daniel Oliveira (2012) nos mostra um amplo estudo sobre a medicina feminina praticada na SCMPA, além de uma

---

<sup>71</sup> No decorrer da vida feminina escutamos muitas *crendices* que podem nos levar a compreender que por nossa condição de mulher somos menos vulneráveis a dor que os homens, por sermos biologicamente feitas para gerar e parir. Escutamos nossas mães, tias e avós comentando que os homens param o trabalho por qualquer “resfriado”, sempre se queixando, e nós, por sermos mais fortes à dor, fazemos os serviços domésticos da família, cuidamos das crianças, entre outras tarefas consideradas banais pela sociedade, mas que, a nosso ver, são de extrema importância para a vida em sociedade. Essas *crendices* populares referentes à dor me soam mais como explicações das mulheres para consigo mesmas, uma forma de afirmação da força e da garra necessárias nas horas de dor, sofrimento e enfermidade, mas também, de valorização inconsciente de suas jornadas duplas ou triplas de trabalho.

<sup>72</sup> Para compreender o perfil das mulheres que frequentavam a instituição ver: ALMALEH, Priscilla. *Pobres Mulheres ou Mulheres Pobres? Uma análise da condição de vida feminina no século XIX (1889 – 1895)*. 2015 (Trabalho de Conclusão de Curso). Unisinos: São Leopoldo, 2015.

abordagem ampla da historiografia e dados importantíssimos sobre a organização da instituição e da cidade. A partir de seu estudo vemos que no ano de 1890, sob a administração do provedor interino José Pedro Alves, foram reorganizadas as enfermarias, sendo que cada uma passava a ser gerenciada por meio de um diretor e um adjunto. Neste período, mais precisamente após 1890, houve um aumento do número dos médicos e a criação da enfermaria de ginecologia e partos<sup>73</sup>, além da já existente enfermaria para as mulheres. Ou seja, mesmo com uma enfermaria própria para as mulheres e para partos, a presença feminina não aumentou, consideravelmente.<sup>74</sup>

A falta de higiene na instituição era uma reclamação usual dos jornais, Beatriz Weber (1999) expõe que em 1905 o jornal *Gazeta do Commercio* denunciou que os cubos onde eram despejadas as fezes dos enfermos de cada andar ficavam no final dos corredores descobertos, causando fortes odores:

A situação do hospital era caótica, conforme relatado em um trabalho minucioso defendido na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, em 1906. Dentre outros, citava os seguintes problemas: o prédio era considerado uma edificação antiga e pesada, construída sem a observação das mais elementares regras da moderna higiene; faltavam leitos, equipamentos, luz e ventilação; as enfermarias eram instaladas em porões; havia muita umidade; precaríssimas latrinas; péssimo recolhimento dos materiais fecais; poucos enfermeiros, que também prestavam serviço incompleto; as irmãs nem sempre cumpriam as ordens dos médicos, pois estavam mais atentas à fé do que à ciência, além de prestarem um atendimento diferenciado àqueles que não fossem cristãos ou que fossem “de vida fácil” (incluindo a aplicação de “bordoadas”); e a inexistência de adequada separação entre os diversos serviços. Reclamava, ainda, que a congregação diretora não dava ouvidos às opiniões dos médicos em assuntos como edificações de novas instalações, sendo eles obrigados a não intervir em deliberações que careceriam enormemente da sua opinião técnica e atualizada. (WEBER, 1999, p.151-152)

Beatriz Weber (1999), ao analisar o jornal *A gazetinha* em 1898, mostra que esse periódico reclamava das condições médicas da população, pois os pobres

---

<sup>73</sup> Oliveira (2012) salienta que com a extinção da enfermaria dos alienados, pois houve a criação de um hospital próprio para este fim (o São Pedro), a enfermaria de ginecologia e partos se estabeleceu neste local. Essa enfermaria era dividida em sete peças: enfermaria geral, sala de partos, de isolamento, de operações, de exames, quarto de banho, de enfermeiras e depósito de utensílios de serviços.

<sup>74</sup> Importante salientar que nos anos pesquisados por nós a cidade de Porto Alegre contava com pelo menos três hospitais, sendo o mais antigo a SCMPA. Havia também o Hospital da Sociedade de Beneficência Portuguesa, funcionando a partir do ano de 1870, que não recebia mulheres em suas enfermarias até o ano de 1911. Havia o HSND, que era particular, mas que como vimos praticava certo atendimento de enfermos desamparados.

quando atacados de algum mal, ficavam a mercê dos remédios caseiros e dos práticos de cura, quando ainda os tinham, ou apenas da bondade divina e das rezas. O jornal também denunciava a SCMPA, pois esta não prestava a quarta parte dos benefícios que poderia e deveria prestar, alegando que para um “infeliz enfermo” ser socorrido na instituição, seria preciso ou que fosse recolhido ao hospital ou que fosse postar-se de manhã cedo no saguão, à espera dos médicos do estabelecimento, que ali se dignassem examinar a quem os esperava e dar-lhes a devida receita com direito a ser aviada na farmácia da Santa Casa. Ou seja, a própria instituição, era naquele periódico, representada negativamente.<sup>75</sup>

A população pobre aqui estudada se preocupava com a saúde e com a doença, mas não como uma forma de prevenção como conhecemos hoje. Eles procuravam os práticos de cura quando achavam que algum mal lhes era acometido, mas provavelmente tinham outras preocupações diárias que acabavam sendo colocadas a frente à saúde, já que viviam parte das suas vidas em trabalhos voltados para a sobrevivência. A partir de suas crenças pessoais essas pessoas se tratavam, já que as experiências com a doença tinham uma carga significativa na vida delas, umas acreditavam ser destino ou merecimento, gerando conformidade ou não, buscando alternativas que iam além da compreensão física, fator que contribui para entender a baixa frequência de enfermas.<sup>76</sup>

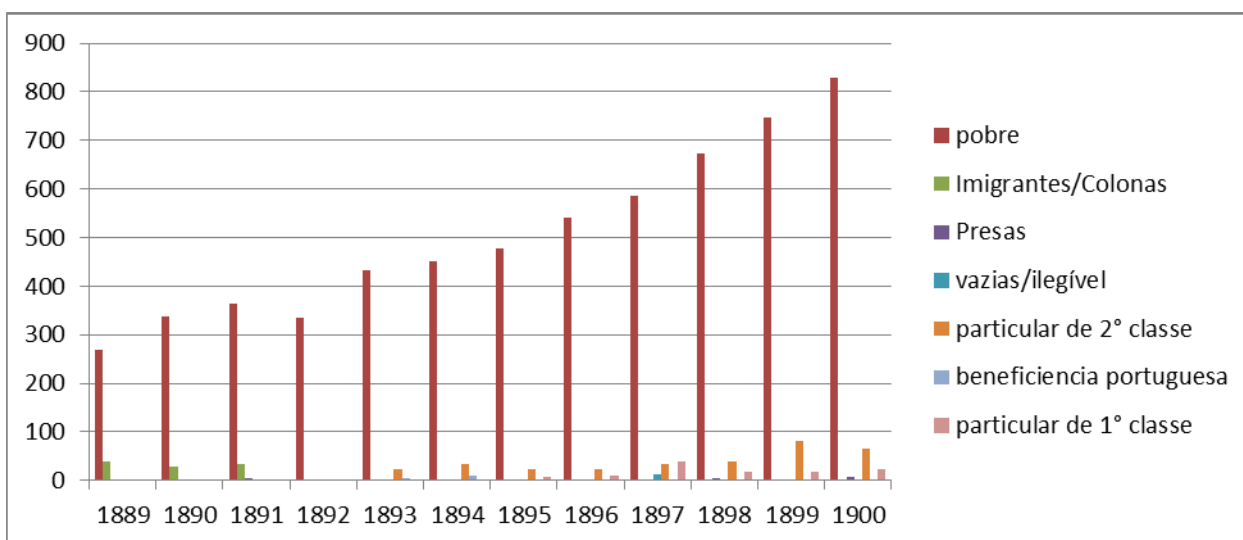
---

<sup>75</sup> Daniel Oliveira (2012) observa ao analisar as atas da provedoria da SCMPA do ano de 1890, além de brigas de cunho político, a descrição de péssimas condições de salubridade e precários serviços de limpeza nas enfermarias. O Irmão Baptista Lisboa chamava a atenção para os serviços que trabalhavam na limpeza institucional, relatando que todos eram ex-alienados e que não prestavam um bom serviço.

<sup>76</sup> Nikelen Witter (2007, p.101) utilizou fontes produzidas por “chefes farroupilhas, diários da época, como o do Cel. Manoel Lucas de Oliveira escrito durante a Guerra do Paraguai; os Requerimentos feitos pela população ao presidente da província; testamentos; além, é claro, das cartas trocadas por particulares [...]”, além de utilizar o autor Georges Vigarello, para explicar que a saúde era uma preocupação constante no cotidiano da população, assim como a sua prevenção “Cartas, diários e outros escritos pessoais são a prova de serem as questões de saúde uma presença constante no dia a dia dos sujeitos e grupos estudados, não como um conceito abstrato, mas na forma de ações positivas para evitar e enfrentar as moléstias que os atingiam. A tendência de se ver esta como uma preocupação própria de nossas sociedades hodiernas, onde a saúde foi medicalizada e mercantilizada, tem sido bastante criticada. Georges Vigarello, por exemplo, opôs-se a isso escrevendo duas obras em que a prevenção, os cuidados com o corpo e a manutenção da vida por parte de mulheres e homens comuns ao longo da história aparece como tema principal. Por outro lado, os trabalhos realizados por pesquisadores do folclore e mesmo as memórias dos cronistas de época aparecem inundados de cuidados seja de prevenção seja de tratamento de moléstias. Os Processos-crime são também uma fonte excepcional de informações”. (WITTER, 2007, p.100) A autora também explica que as análises destas fontes citadas acima podem levar o leitor a um problema de generalização. Para tanto, ela recorre a fontes que dão conta dos não-letrados, como os processos-crime e o folclore e, com isso, percebe que a preocupação em relação a saúde “é mais fugidia entre aqueles grupos que não dominavam a escrita” (WITTER, 2007, p.112), estando ligada a resguardos, receitas ancestrais, além de alguns tipos de tônicos ou xaropes prometedores de

A maior parte das mulheres que frequentavam a SCMPA era de origem popular.<sup>77</sup> Esse dado nos auxilia a identificar e compreender algumas situações cotidianas e, conseqüentemente, o porquê delas não frequentarem tanto a instituição em comparação aos homens. Com base na entrada dessas mulheres, pelos dados da coluna denominada *classe*, vemos que a maioria entrava na instituição sem condições de efetuar qualquer pagamento pelo tratamento recebido.

Gráfico 1 - Enfermas identificadas pela classe na SCMPA (1889 – 1900)



Fonte: LMGR, números 6, 7, 8 e 9. Disponível em CHC/POA.

A opção por evitar hospitais era comum a qualquer segmento da população no período, independente das classes sociais. Contudo, os indivíduos com mais posses poderiam recorrer a consultórios particulares ou chamar um médico em suas casas, diferente dos mais pobres que não tinham condições para tal e acabavam optando culturalmente pelo cuidado em casa. As bibliografias analisadas por nós tais como Daniel Oliveira (2012) e Nikelen Witter (2007), explicam que a procura dos hospitais se dava em situações especiais, tais como não ter o cuidado de familiares e pessoas próximas. Essa relação entre a família, o enfermo e o doente faz com que pensemos que as pessoas que frequentavam a SCMPA eram pobres não só no quesito material, mas também em termos de relações sociais, já que o papel da

---

fortalecimento físico que eram noticiados nas propagandas dos jornais. Contudo, a mesma autora percebe uma grande heterogeneidade das possibilidades de agir e das escolhas efetuadas, que se modificavam a partir dos lugares e dos atores, “as incertezas e medos e seu papel na adoção e na rejeição de determinados procedimentos, terapias, curadores, etc.” (WITTER, 2007, p.111 -112).

<sup>77</sup> Consideramos as mulheres enfermas frequentadoras da instituição como populares devido a grande porcentagem delas estarem ligadas a trabalhos da esfera doméstica, considerado pela sociedade da época como subalternos e, também, pelo fato da maioria estar classificadas como pobre, pela instituição.

família, parentes e/ou amigos próximos eram fundamentais no amparo da enfermidade.<sup>78</sup> Procurar uma instituição poderia significar um ato vergonhoso e de abandono já que explicitaria que o enfermo não teria a quem recorrer, sendo, portanto, pobre em seus meios relacionais:

A presença de alguém [...] que pudesse acompanhar e amparar as mazelas de um enfermo revestia-se de grande importância nesse período. Conforme demonstram os documentos que veremos adiante, tal fato era a garantia dos cuidados das moléstias tinha como foco principal a atuação a casa, o lar, e não quaisquer outros espaços. A casa do enfermo, assim como a família, ocupava um lugar central na cartografia terapêutica. Aí eram ministrados os cuidados domésticos e demandados os auxílios a outras formas de terapia. [...] Quando não possuíam escravos, familiares ou amigos que pudessem lhe dispensar cuidados, alguns doentes – caso tivessem recursos financeiros para isso – podiam contratar, em troca de dinheiro, benefícios ou casa e comida. (WITTER, 2007, p.92)

Ao longo da dissertação veremos que as mulheres poderiam possuir redes de sociabilidade, seja no amparo com seus filhos, com as parteiras, ou conhecidos. Também veremos que os homens acabam casando menos do que as mulheres, ou seja, eram na maioria solteiros. Tais considerações nos fazem compreender que o sexo masculino não tinha tantas opções se tratando de uma rede de cuidados na doença ou a quem recorrer nessas situações, e por isso, frequentava mais a SCMPA, diferente das mulheres.

As Crônicas das Irmãs da SCMPA atestam a análise de Nikelen Witter (2007), acrescentando que, além de abandonados, a instituição atendia aos “seres mais depravados” e numa sutil reclamação, elas mostram que havia prescrições da ordem e da moral fixadas na parede.

A Santa Casa é o refúgio de todos os abandonados e, muitas vezes, dos seres mais depravados da sociedade, da humanidade. Compreende-se que aconteçam coisas menos edificantes e que, só pela força da religião é possível estabelecer e manter a ordem. Aliás, as Irmãs não encontram dificuldades da parte dos doentes, com raras exceções, todos são respeitosos, observam as prescrições da ordem

---

<sup>78</sup> Nikelen Witter (2007) faz uma análise importante para compreendermos como pensar e analisar os enfermos. A autora não utiliza o termo doente, mas sim a denominação *sufredores*. Tal categoria incluiria não apenas o enfermo, mas todo o seu grupo de relações, ou seja, todos aqueles que, de uma forma ou de outra, se viam ligados pela incerteza da enfermidade e com a morte. O termo, tomado do historiador inglês Roy Porter (1985), faz uma inversão da compreensão dos processos que envolviam enfermidade e cura, que por muito tempo ficaram centradas, como explica a autora, no olhar dos curadores. A partir deste termo, os males são vistos não somente pela visão da medicina, mas daqueles que eram afligidos pelos mesmos, os *sufredores*.

e da moral, as quais estão afixadas em todas as enfermarias e várias vezes é feita sua leitura, em público.<sup>79</sup>

A exigência de submissão às regras do hospital fazia com que muitos pacientes não quisessem aceitar a internação por muito tempo, preferindo fugir, como vimos no quadro número 1. Como mostra a citação acima e também como percebemos no sub capítulo anterior, as Irmãs eram rígidas nas questões de ordem e de moral, tendo em toda a enfermaria afixadas as regras, e para aqueles que teimavam a rescindir, era feita a leitura em voz alta de 15 em 15 dias, como no caso dos Militares.<sup>80</sup> Essas questões de subordinação à ordem provavelmente circulavam na mentalidade da sociedade e, talvez, contribuisse para a procura de outros meios de cura e tratamento.

Daniel Oliveira (2012) faz uma observação que nos auxilia a compreender mais essa baixa presença feminina. O autor observa que a medicina da mulher no Brasil pode ser definida como um conhecimento científico permeado por aspectos sociais, culturais e morais. A partir disso, podemos compreender que os médicos eram influenciados pelos pensamentos de sua época, onde o homem e a mulher deveriam ter determinadas condutas e o corpo feminino visto com estigmatização. Neste sentido, Fabíola Rohden (2001) atribui à especialidade ginecológica, que no início era só dedicada a reprodução da mulher, como uma ciência da diferença, já que possuíam argumentos e intervenções calcadas no caráter biológico e predeterminadas, sendo naturalmente distintos em suas características físicas, morais e psicológicas.

No gráfico 2 podemos perceber a porcentagem e o número de enfermos classificados por sexo que procuraram a Santa Casa de Misericórdia para amenizar seus males.<sup>81</sup>

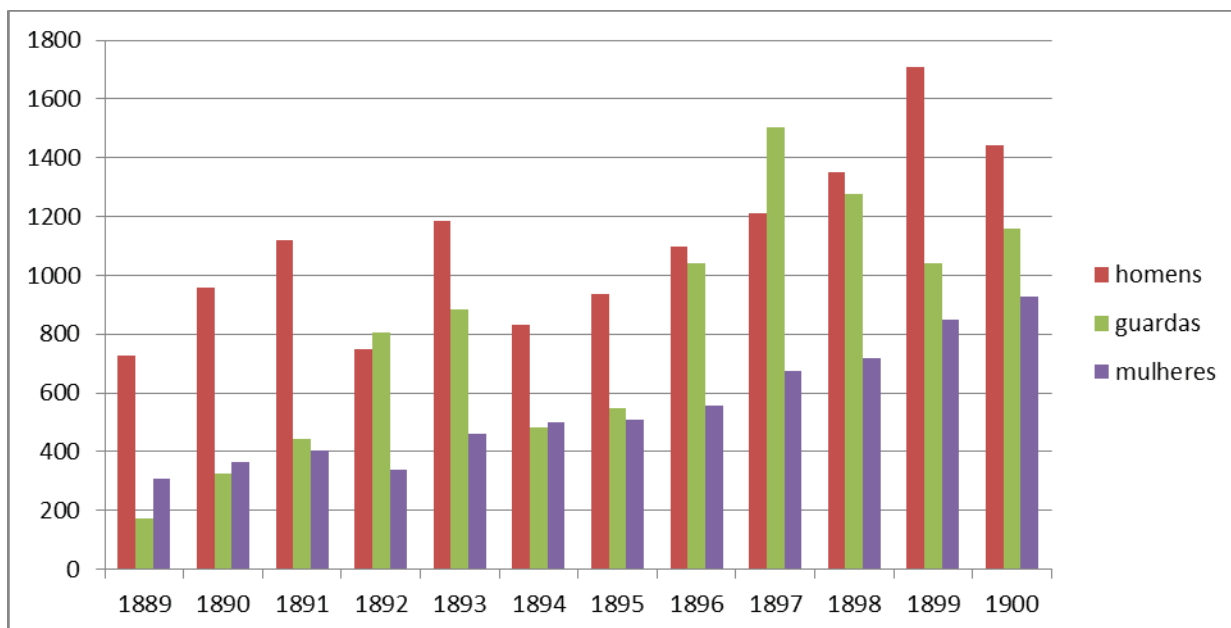
---

<sup>79</sup> Introdução à crônica da SCMPA (1886-1892), p.13. Disponível em CHC/POA.

<sup>80</sup> Weber (1999) explica que seguidamente os médicos se queixavam que a Igreja vendia santinhos, pílulas, pomadas com nomes de santos e remédios, muitos distribuídos gratuitamente, prejudicando-os, pois a religião estava estabelecida há mais tempo e os padres e/ou pastores exerciam suas influências nos fiéis. Com isso os médicos perdiam os clientes, descrentes na ciência. Afirmavam que “os padres do convento, em suas peregrinações pelas capelas do município, distribuíam aos doentes as mais diversas “patifarias” como únicos e infalíveis remédios, que os “ingênuos e ignorantes” colonos aceitariam convencidos de que, com sua aplicação, o doente melhoraria”. Os médicos pagavam pesados impostos, e essas práticas diminuía seus recursos. As Igrejas, por intermédio de seus párocos, não tinham a menor o menor constrangimento em autorizar a sua própria marca de remédios milagrosos e águas bentas.

<sup>81</sup> Uso a palavra amenizar, pois a medicina estava, como disse, em processo de desenvolvimento, os recursos eram reduzidos e os processos médicos rudimentares (principalmente aqueles voltados as mulheres), ocasionando uma melhora da enfermidade, mas não uma cura propriamente dita. Desenvolvo essa ideia, pois percebo que os enfermos que chegam a Santa Casa de Misericórdia

Gráfico 2 - Os enfermos da SCMPA (1889 – 1900)



Fonte: LMGE números 6, 7, 8 e 9. Disponível em CHC/POA.

Para compreendermos um pouco melhor se realmente a SCMPA era frequentada majoritariamente por guardas cívicos/militares fizemos um gráfico onde consta as mulheres (roxo), os homens (vermelho), que não estão classificados na classe como guardas, e somente aqueles que entraram e estão classificados como guardas na coluna. Assim, vemos que a quantidade de mulheres que frequentava a instituição é quase metade se compararmos com os homens (vermelho), na maioria dos anos. Os militares (aqui considerados todos aqueles que atuavam em instrumentos de controle social) realmente frequentavam em grande número a instituição, sendo que nos anos de 1892 e 1897 eles formavam um contingente maior do que os homens que não possuíam essa profissão, os *paisanos*.<sup>82</sup>

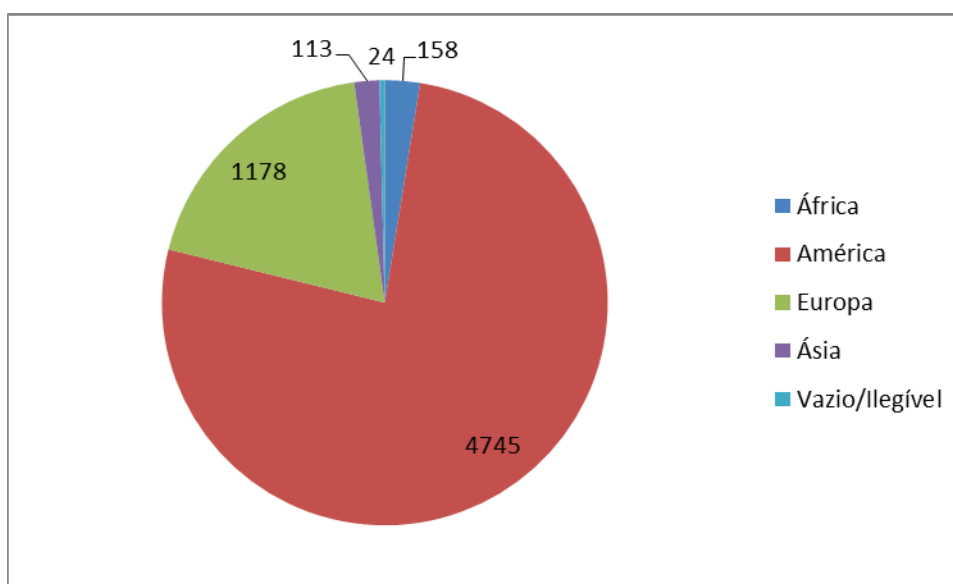
Vimos que com o decorrer dos anos a instituição vai ganhando legitimidade e, conseqüentemente, cresce o número de enfermas. A população da capital também tende a aumentar devido à imigração de trabalhadores europeus, como também a migração interna de zonas periféricas para os grandes centros, como Porto Alegre. Vemos isso melhor nos gráficos a seguir.

---

com doenças difíceis de uma cura total acabam saindo como *curados*, doenças como o câncer, por exemplo

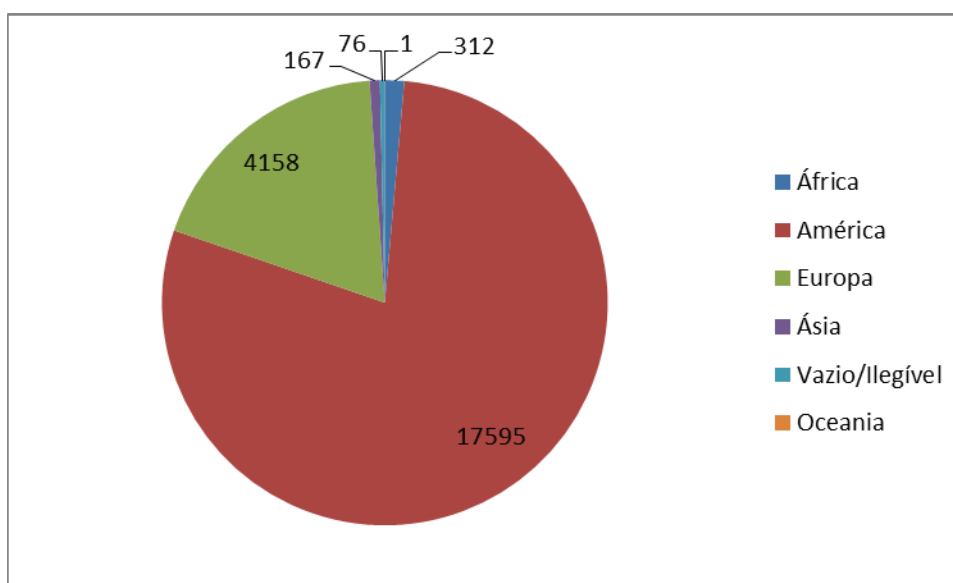
<sup>82</sup> Vemos que nos anos de 1894 e 1895 o número de guardas cívicos/militares teve uma grande queda. Esse fato possivelmente se atribui a Revolução Federalista quando muitos destes militares acabaram se deslocando para o interior. Ver mais em: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.



Gráfico 3 - Mulheres na SCMPA, por continente (1889 - 1900)<sup>83</sup>

Fonte: LMGE - número 6, 7, 8 e 9. Disponível em CHC/POA.

Gráfico 4 - Homens na SCMPA, por continente (1889 - 1900)



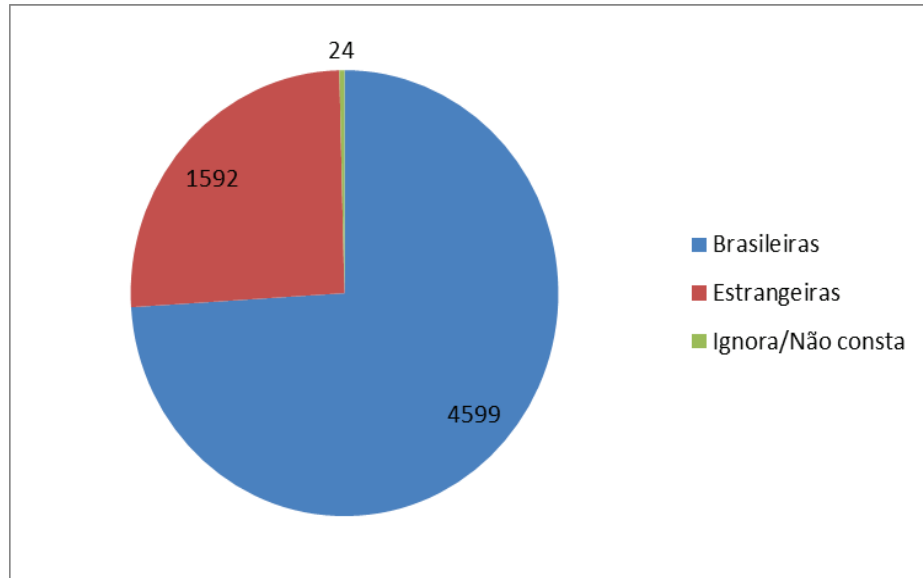
Fonte: LMGE - número 6, 7, 8 e 9. CHC/POA.

Pensando uma análise relacional dos dados buscamos comparar os dados das nacionalidades masculinas com as femininas. Nossa intenção não é trabalhar questões imigratórias, mas evidenciar as plurais origens/nacionalidades dos

<sup>83</sup> Nos gráficos 11 e 12 inserimos as pessoas oriundas da Rússia no continente Asiático. Sabemos que a Rússia devido a sua posição geográfica estaria inserida no continente “Eurásia”, contudo, para melhor visualização dos dados, preferimos classifica-la como pertencente na Ásia. A Turquia, devido a sua posição é a mesma situação, contudo a classificamos como Europa.

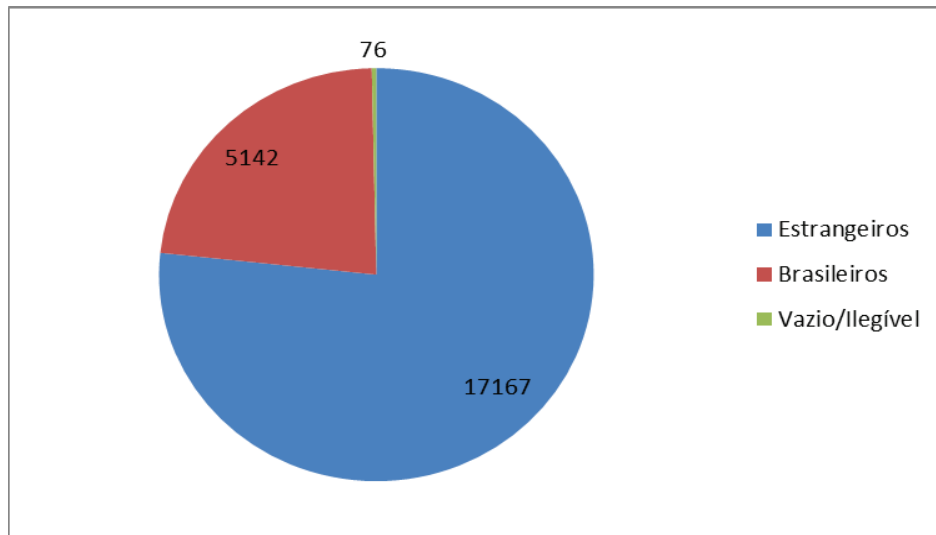
enfermos da SCMPA, na busca de tentar compreender um pouco mais sobre a instituição e seus frequentadores.

Gráfico 5 - Mulheres na SCMPA, por procedência (1889 - 1900)



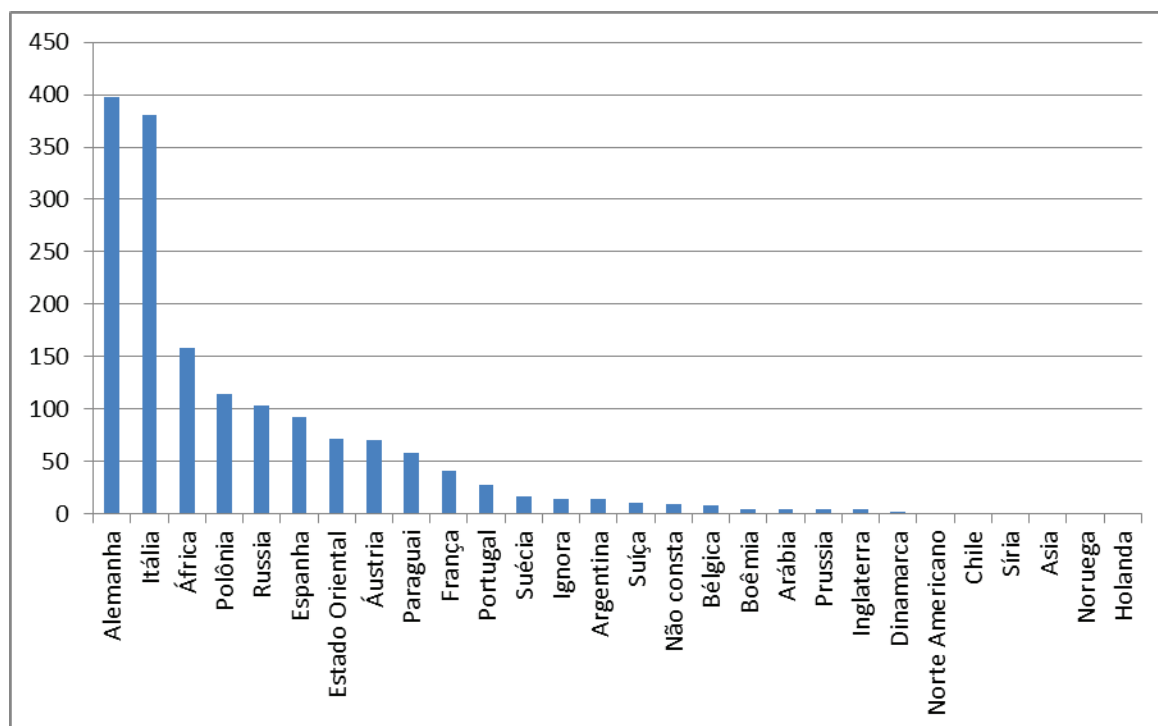
Fonte: LMGE, número 6,7, 8 e 9. Disponível em CHC/POA.

Gráfico 6 - Homens na SCMPA, por procedência (1889 - 1900)

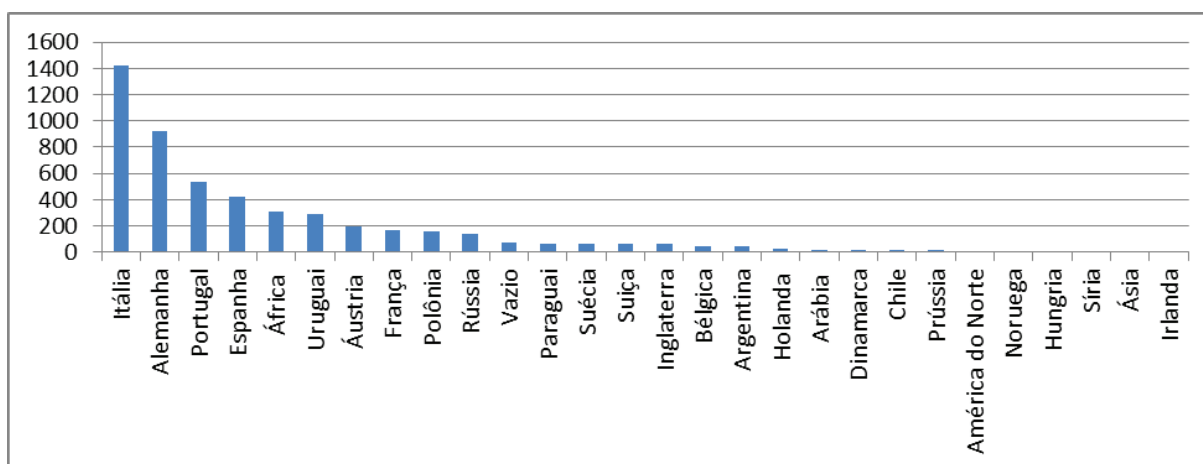


Fonte: LMGE - número 6,7, 8 e 9. Disponível em CHC/POA.

Gráfico 7 - Nacionalidades das Mulheres internadas na SCMPA (1889 – 1900)



Fonte: LMGE - número 6, 7, 8 e 9. Disponível em CHC/POA.

Gráfico 8 - Nacionalidades dos homens internados na SCMPA (1889 – 1900)<sup>84</sup>

Fonte: LMGE - número 6, 7, 8 e 9. Disponível em CHC/POA.

Inicialmente, buscamos perceber se na nossa fonte da SCMPA encontraríamos o que Maíra Vendrame (2016), ao analisar os italianos, constatou, isto é, que os homens vinham antes das mulheres para conquistar trabalho, moradia e relações sociais na busca de espaço social antes da vinda da família. Os homens

<sup>84</sup> Esse quadro não consta as seguintes nacionalidades: Egito, Marrocos, Grécia, Colômbia, Austrália, Japão e Turquia, todos com apenas 1 homem, respectivamente, em todos os anos.

italianos são encontrados em maior número do que as mulheres italianas nas fontes da SCMPA. Já em relação às mulheres, percebemos que as estrangeiras são na sua maioria de origem alemã, provavelmente evidenciando uma imigração de tipo mais familiar e já enraizada no estado em geral e na capital especificamente (no ano de 1824 temos a primeira leva de alemães<sup>85</sup> e em 1875 começaram a chegar a grande imigração italiana). Observamos que a maioria das pessoas internadas na Santa Casa de Porto Alegre era nascida no próprio país, mas podemos perceber o impacto de uma forte imigração de variadas localidades, de forte presença alemã<sup>86</sup> e italiana<sup>87</sup>.

---

<sup>85</sup> Os alemães continuaram vindos após essa data. Evidenciamos esse ano, pois é o marco da chegada desse grupo étnico.

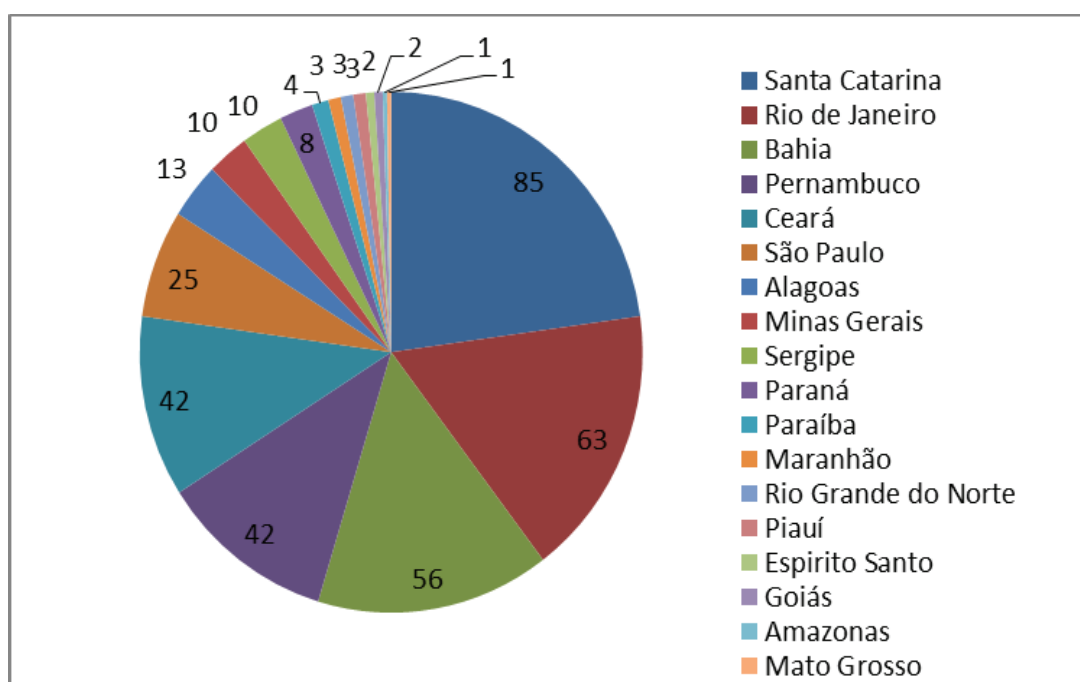
<sup>86</sup> Martin Dreher (2014) explica que por muito tempo as populações oriundas de regiões *alemãs* eram tidas como pacatas, ordeiras e trabalhadoras, visto que os *maus elementos* tinham sido retirados dessas localidades e que a convivência aqui no Brasil se estruturava em núcleos coloniais fechados. Contudo, os novos estudos mostram que as diferentes etnias e nacionalidades não viviam em isolamento (TRAMONTINI, 2000). Marcus Rosa (2014) mostra, no segundo capítulo de sua tese, que muitos lugares da cidade de Porto Alegre eram tidos como demarcados por representações de inferioridade racial, porém, no geral, eram lugares habitados de famílias pobres, indiferente da nacionalidade ou grupo étnico. Como vizinhos, amigos, parentes e desafetos essas pessoas se relacionavam e estendiam suas redes diárias de convivência e cotidianidades, contudo os critérios étnicos e raciais ainda se faziam presente em certas aglutinações (ROSA, 2014, p.165). Sobre a imigração europeia Paul Singer (1968) explica que foi resultado de um conjunto de fatores, entre eles: o avanço do capitalismo que produziu um excedente populacional, interesses capitalistas no financiamento da colonização pelos países e consciência de diversificação da produção pelos países coloniais. Singer não chega a abordar sobre questões de miscigenação ou branqueamento, assim como as políticas do país no interesse dessas populações, contudo é uma ótima referência para compreendermos as questões de ordem econômica. Sobre a imigração alemã, o autor explica que, entre 1824 e 1830 (chegada da primeira leva de imigrantes) chegam em torno de 5.350 alemães no estado, tendo uma pausa devido as verbas destinadas a imigração terem sido eliminadas do orçamento imperial, devido a pressão de fazendeiros que encaravam a política de colonização como uma “concessão a política abolicionista preconizada pela Inglaterra”. (SINGER, 1968, p.156) Durante o século XIX várias levas de imigrantes alemães desembarcaram no estado, muitos com promessa de terras não concretizadas acabaram escoando para a Capital e vivendo na mendicância, apesar da construção de uma identidade regional gaúcha racializada com base nas aptidões e potenciais intrínsecos dos imigrantes, não impedia a hierarquia de classe: “Quando se deparavam com imigrantes que abandonavam ‘as colônias’ e se amontoavam nas praças da cidade, pedindo moedas à saída dos teatros, imundos, maltrapilhos e cheirando a bebidas alcoólicas as autoridades públicas e muitos jornalistas não enxergavam europeus livres cheios de qualidades, mas uma grande horda de dissimulados, pilantras, criminosos, bêbados por hábito e vadios por opção”. (ROSA, 2014, p.82)

<sup>87</sup> Sobre a imigração italiana Paul Singer (1968) observa que o ano de 1875 foi de grande vinda dessa população e entre 1875 e 1889 vieram cerca de 51.340 imigrantes para o estado, sendo que apenas 11% eram alemães e 89% italianos. Maíra Vendrame (2016) explica que a vinda de imigrantes italianos não foi resultado de uma desordenada fuga de miseráveis do campo ou uma consequência do processo de industrialização, como aborda Singer (1968). Maíra, a partir das considerações de Levi (1992), explica que emigravam aqueles que podiam e que possuíam uma rede sólida parental e recursos materiais, fazendo transferências de investimento familiar como estratégia de gerenciamento das oportunidades. Contudo, os motivos de vinda para o estado variavam, sendo diferentes para cada família ou indivíduo, podendo ser um movimento comunitário articulado através de redes parentais e amizades na busca de melhor condição de vida e *status*, “através da consolidação de um patrimônio imaterial, garantindo, ao mesmo tempo, o incremento da riqueza material”. (VENDRAME, 2016, p.117)

Um dos fatores que poderiam influenciar nossas mulheres a frequentar menos a instituição poder ser a questão linguística e cultural. Como vemos, a SCMPA recebia estrangeiros de todas as localidades, mas o principal público era formado por brasileiros. Não saber a língua local, como também os costumes, pode ter sido um fator que inibiu a presença de frequentadoras estrangeiras, a cultura do país de origem pode ser pensada como um distanciamento da instituição para com essas pessoas, que preferiam seguir suas culturas.

Joana Pedro (1994), ao comentar sobre as mulheres de Porto Alegre na virada do século XIX, aponta que a cidade recebeu muitos imigrantes italianos, mal sucedidos ou pouco adaptados nas atividades rurais e que se estabeleceram nos cortiços da capital, situação que pode ser percebida no gráfico 8. Mas a autora também explica que a capital recebia pessoas de várias cidades e regiões, como: Pelotas, Camaquã, Gravataí, São Gabriel, etc. Essas variáveis também aumentam o número de enfermos.<sup>88</sup>

Gráfico 9 - Mulheres na SCMPA por estado (1889- 1900)



Fonte: Livro de Matrícula Geral de Enfermos, número 6, 7, 8 e 9. Disponível em CHC - SCMPA.

<sup>88</sup> No ano de 1890 Porto Alegre contava com cerca de 52.421 mil habitantes, em 1900 esse número subiu para 73.674, dando um salto no ano de 1920 para 179.263. Esses números tendem a crescer, pois as fábricas começam a se instalar na capital e os trabalhadores a terem maior expectativa de vida, devido a chances de empregos e qualidade de vida. Dados obtidos em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6> Acessado em 13 de dezembro de 2017.

Vemos no gráfico acima a presença maior de mulheres vindas de Santa Catarina (85), possivelmente pela proximidade. Após vemos mulheres vindas do Rio de Janeiro (63), Bahia (56), Pernambuco (42), Ceará (42), São Paulo (25), Alagoas (13), Minas Gerais (10), Sergipe (10), Paraná (8), Paraíba (4), Maranhão (3), Rio Grande do Norte (4), Piauí (3), Espírito Santo (2), Goiás (2), Amazonas (1) e Mato Grosso (1).<sup>89</sup> Contudo, a maioria das mulheres era nascida no próprio estado (4226). Esses dados são comprovantes de diversidade étnica-cultural da SCMPA, como também da mobilidade populacional da época.

Analisando a sociedade da época já vimos que havia um ideal de mulher ligada a casa, aos serviços domésticos familiares e a manutenção da família. Interessante pensar que pela maternidade a mulher é relacionada à sensibilidade e a fragilidade, contudo, essa explicação é essencialista, pois gerar e criar uma criança, independente das condições destas mulheres, demonstra a força incrível que elas tinham, fisicamente, socialmente e psicologicamente. Principalmente se pensarmos na falta de recursos e amparos na gravidez, na mortalidade infantil da época, subalternidade dos empregos, dos horários estendidos e outras dificuldades pessoais às quais elas poderiam enfrentar.

Sabemos que mesmo nos dias atuais uma mulher desacompanhada andando pelas ruas é suscetível a vários tipos de ataques físicos e/ou psicológicos por homens que consideram variáveis como: roupas, maquiagens, local, hora, fragilidade e passividade (disponibilidade) feminina, entre outros diversos motivos que encontram para justificar esses ataques. Sabemos que essas variáveis são resultados de uma mentalidade e comportamentos históricos-sociais que se perpetuam ao longo dos anos e das gerações. Veremos no próximo capítulo, que as mulheres que frequentavam locais públicos poderiam ser confundidas e relacionadas a *mulheres públicas*, justificando esses tipos de agressões, já que seu principal lugar de convívio deveria ser a casa, ou o trabalho, caso fosse honesta e não possuísse bens materiais, nunca a rua.<sup>90</sup>

Paulo Moreira (2009) ao analisar os espaços públicos urbanos, observa que estes lugares eram demarcados simbolicamente pela masculinidade de seus

---

<sup>89</sup> Talvez muitas destas mulheres tenham vindo para o estado acompanhando seus esposos/amásios, recrutados para o Exército ou Marinha.

<sup>90</sup> Fabíola Rohden (2001) explica que o desenvolvimento do capitalismo industrial e urbano reforçou, especialmente na classe média, a divisão sexual do trabalho, apoiada pelos médicos com base nas teorias que preconizavam a restrição das atividades femininas à esfera doméstica. Mas isso não modificou o pensamento binário entre privado x público.

frequentadores e que mulheres honestas não deveriam ali circular, ainda mais sozinhas.<sup>91</sup> O autor esclarece que a mobilidade dessas mulheres poderia ser controlada e isso determinaria a forma como eram tratadas pelas autoridades em geral e pelos seus pares. Esse fator poderia impossibilitar ou reduzir a movimentação de mulheres nas ruas, fazendo com que procurassem meios de cura mais próximos.

Pelo que ou por quem as mulheres se responsabilizavam? Claro que não podemos cair em generalizações, pois cada mulher tinha um controle específico sobre seu corpo e isso poderia variar de acordo com suas crenças e modos de vida particulares. Todavia, estamos falando de um período que possui determinada mentalidade e isso auxilia a pensarmos em hipóteses e possibilidades gerais. A mulher, por gerar seus filhos, acabava ficando com a responsabilidade de sua criação e educação. Não havia divisão de tarefas com seus parceiros, mas sim auxílios de terceiras, em alguns casos, já que o cuidado pelas crianças se remete ao feminino. Porém, como dito, muitas trabalhavam e acabavam sendo submetidas a duplas e triplas jornadas de trabalho, com responsabilidades sobre a casa, a família e o trabalho. Devido a todas essas responsabilidades e pensando que muitas não tinham com quem dividi-las, ficaria difícil se internar e passar um tempo fora de suas obrigações.

A falta de conhecimento médico também é uma hipótese a ser pensada sobre o menor número de mulheres enfermas, na comparação com os homens. Fabíola Rohden (2011) explica que no ano de 1900 ainda era comum admitir-se a incompetência científica diante dos mistérios do corpo feminino, e que no final do século XIX muito pouco se conhecia sobre as doenças femininas e sobre a maternidade.<sup>92</sup> Daniel Oliveira (2012) mostra que nos anos por ele estudados (1855 – 1899) os médicos facultativos não passaram de três na SCMPA e nenhum portava uma especialidade voltada à medicina da mulher ou aos cuidados com o feminino. Contudo, passaram na instituição médicos que se preocupavam, de certa forma, com as mulheres. Israel Rodrigues Barcellos Filho (nascido em 1845 e falecido em

---

<sup>91</sup> Veremos no próximo capítulo que apesar da mulher não poder/dever frequentar os espaços públicos, ela não aceitava essa imposição com facilidade e mesmo com as diferenças e marcadores sociais ela os frequentava.

<sup>92</sup> A ginecologia cresce a partir dos desenvolvimentos do século XIX, articulando-se com o movimento científico mais geral. Essa especialidade médica, além de tratar problemas relativos à mulher e à reprodução, também desenha os parâmetros para a distinção entre os sexos, atrelando a mulher à função reprodutiva.

1923) se ocupou de temas relacionados à gravidez e no ano de 1883 pediu a provedoria um “arsenal cirúrgico” com diversos instrumentos utilizados para a medicina da mulher. Apesar de ter um bom relacionamento com a administração, conforme expõe o autor, Israel não conseguiu que a mesa administrativa aprovasse a compra dos materiais. De qualquer forma, esse pedido mostra que havia médicos que se preocupavam com a medicina feminina, não esquecendo que na mesma época essa temática se torna recorrente nas faculdades de medicina do Brasil.<sup>93</sup>

Fabíola Rohden (2001) ao explicar o surgimento da ginecologia faz uma interessante interpretação. A autora percebe que a ginecologia está atrelada mais a um método de investigação do corpo feminino do que ao cuidado com as doenças. Ela pesquisou nos dicionários da época uma especialidade que tratasse as doenças sexuais e reprodutivas masculinas, como a andrologia, percebendo que não havia qualquer menção a isso.

A ciência dos problemas sexuais masculinos está relacionada com a doença que vem de fora ou que é decorrente do excesso sexual. Em ambos os casos, ela sinaliza uma anormalidade. É porque está doente, fora do normal, que o homem e seus órgãos sexuais precisam ser tratados. No caso da mulher e da ginecologia, estuda-se e trata-se a normalidade feminina, que é, por natureza, potencialmente patológica. [...] O andamento a vida feminina, nas suas várias fases, desde a puberdade até a menopausa, é percebido como propício a perturbações e desordens e por isso exige um cuidado constante. [...] A andrologia associada à sifilografia parece mais ligada às perturbações que não são inerentes aos homens, mas decorrentes de fatores que o retiram da ordem moral. (ROHDEN, 2001, p.38)

A autora explica que a ginecologia constitui-se com pretensões muito mais amplas do que a do simples cuidado das doenças femininas, pois ela partiria dos estudos das próprias diferenças sexuais. Como a mulher seria governada pela sua fisiologia e esta é patológica, ou seja, dominada pelas funções sexuais e por isso

---

<sup>93</sup> No ano de 1890 as atas da Provedoria chamavam a atenção para o tratamento das mulheres e dos recém-nascidos. Ramiro Barcellos, provedor da instituição, expõe a necessidade de construir pavilhões no terreno para os serviços de partos e enfermidades das mulheres. No mesmo ano, a enfermaria de ginecologia e partos começou a funcionar no local onde antes era a enfermaria dos alienados, dividida em sete peças: “enfermaria geral; sala de partos; de isolamento (não indica para que casos); de operações; de exames; quarto de banho; de enfermeiras e depósito de utensílios de serviços” (OLIVEIRA, 2012, p.161). O autor ainda ressalta que nas Mesas de 1890 e 1891 houve uma maior ocupação de médicos e isso refletiu em maiores ações científicas, criações de especialidades médicas, enfermarias, compras de instrumentos e melhorias na instituição como um todo. Nessa maior participação médica dois indivíduos eram conhecidos por tratar de doenças femininas e partos, João Adolpho Josetti e Protásio Alves. Josetti, além de ser um médico conhecido, pioneiro em determinados procedimentos cirúrgicos, também era considerado um ótimo obstetra. Protásio Alves se especializou em ginecologia e obstetrícia e foi médico diretor da enfermaria de ginecologia e partos.



eram caracterizadas como mais físicas, instintivas e emotivas. Sendo assim, a mulher deveria ser regularizada pela ginecologia.

Pensando em questões mais do cotidiano, sabemos que a sociedade estava ainda muito ligada à religião, além de toda uma questão de comportamento especial para o gênero feminino. Ou seja, como se tratar com um médico homem? O que seus familiares achariam disso? A moral comportamental feminina sempre foi uma questão forte na sociedade e nas mentalidades. A questão moral e o não conhecimento do corpo estão ligados ao tratamento domiciliar, pois uma mulher ir a um médico homem ia contra a moralidade tradicional analisada anteriormente. A autoridade masculina familiar poderia ser posta em cheque, quando houvesse o contato da mulher com o médico.

Outra questão que podemos citar é que as mulheres procuravam auxílio com outras mulheres, pois também pensavam que o corpo feminino só poderia ser entendido por outra semelhante ou, talvez, se sentissem mais confortáveis de falar sobre certos assuntos ginecológicos e íntimos. As parteiras auxiliavam em questões ginecológicas e pessoais, gerando uma rede de confiança e parentesco espiritual (compadrio) entre essas pessoas. Os práticos de cura poderiam ser vizinhos, familiares, conhecidos ou, também, indicados por pessoas próximas. Poderiam utilizar rezas, crenças, chás ou benzeduras. O século XIX ainda estava muito marcado por esses costumes. Essas pessoas estavam mais próximas, o que facilitaria a locomoção, mas também poderiam ter uma relação pessoal mais intimista e proximal, fazendo com que essas mulheres procurassem seus auxílios.

As possibilidades de dissociação do par mulher-reprodução na explicação dos papéis sociais femininos eram vistas como grandes ameaças para a sociedade. Entre essas possibilidades, destacam-se as tentativas de controle da natalidade, a educação e o trabalho feminino, fenômenos relacionados à emancipação feminina e à instauração de uma nova ordem social. Essas perturbações remetem tanto a desordens do próprio corpo feminino implicando em problemas sociais. A medicina, principalmente para as mulheres, tende a não tratar somente as doenças, mas funciona como uma ciência da feminilidade marcada por diferenças entre os sexos. A baixa frequência das mulheres em uma instituição ligada à medicina e a ciência também pode ser entendida como um meio de resistência e reivindicação da liberdade de escolha sobre si e seu corpo, podendo escolher o tipo de tratamento e de cura. Deixar de frequentar um espaço constituído por médicos e religiosas, após

a entrada das irmãs, deveria constituir-se um problema na vida das mulheres que precisavam recorrer à instituição, já que tanto à medicina quanto religião tendiam a delimitar papéis, que muitas vezes não correspondiam a realidade social destas mulheres.

Concluimos, portanto, que não há um motivo específico para o baixo número de mulheres internadas na SCMPA, mas sim variáveis sócio-culturais que poderiam agir em conjunto ou individualmente, fazendo assim com que essas mulheres frequentassem outros meios de cura. Compreender o porquê da frequência menor em comparação aos homens fez com também entendêssemos melhor o cotidiano feminino, marcado de dificuldades, mas principalmente, possibilidades.

### **3 NEM RECATADAS, NEM PUTAS: A MATERNIDADE E AS REPRESENTAÇÕES FEMININA**

Como visto anteriormente e como a autora Dóris Bittencourt (2013) salienta, a sociedade elitista, baseada em preceito cientistas buscava dividir o grupo familiar como uma rede complexa de relações, onde cada um tem uma identidade e papel próprio. O homem, pai e bom trabalhador, de vida pública; a mulher, mãe, esposa, do lar, do privado.<sup>94</sup> Esse modelo era interessante para aqueles que possuíam capital, que deixariam uma herança, pois assim a hierarquia familiar seria mantida. A mulher, como geradora da vida devia ser privada do público, pois ali ela corria riscos externos (agressões, abusos e persuasões sexuais), além de correr riscos de envolvimento emocional e físico, por vontade própria ou por abusos de outros homens, colocando em cheque a sua idoneidade e a paternidade de sua cria, além de sua moralidade como mulher respeitada.

Andréa Gonçalves (2006) explica que no século XIX ocorreu a reatualização do medo que as mulheres inspiravam, devido ao avanço da participação feminina no espaço público. Cláudia Fonseca (1997) compreende que há uma tendência das tradicionais análises em se espelhar no sistema binário de classificação, o qual dividia as mulheres em santas x demônios, donas de casa x mulheres públicas. Essas imagens são historicamente construídas e mudadas ao longo do tempo. Como exemplo, podemos lembrar-nos da figura medieval da mulher bruxa, porta do diabo, armadilha do Maligno.<sup>95</sup> Outro exemplo seria sobre o mito da primeira mulher: Pandora. Ela foi criada por Hefesto, com um belo corpo, virgem e sedutora. Seus belos atributos físicos são suas qualidades, mas também, sua perdição, ela é um mal, porque é bela. Com construções iguais a essas, as mulheres ficaram nas mentalidades como sedutoras, as quais precisariam ser vigiadas para não levar o

---

<sup>94</sup> O privado é lugar do dever e do prazer, sendo espaço do triunfo doméstico, da família. Sueann Caulfield (2005) explica que a reclusão das mulheres de elite fazia-as moralmente superiores às mulheres do povo, assegurando a endogamia de sua classe.

<sup>95</sup> Segundo Lipovetski (2000, p. 113), “a arte medieval traduziu em imagens essa estigmatização cristã da beleza feminina. Assim, em certos afrescos se vê o Diabo travestir-se de bela moça. Em outros lugares, a mulher aparece sob os traços de serpentes antropomorfadas, de criaturas com rosto diabólico; ela pode ser igualmente representada ao lado de monstros repugnantes a fim de desviar os homens de seus encantos funestos. [...] nada de hinos ao belo sexo enquanto a arte estabeleceu como sua missão não representar o mundo das aparências visíveis, mas traduzir a verdade das escrituras, simbolizar o sagrado invisível. Para que se constituísse a sagração do belo sexo, foi preciso não apenas que a beleza feminina se impregnasse de uma nova significação positiva, mas também que a própria arte se atribuísse uma finalidade outra que não a de ser uma linguagem teológica estrita”.

homem à perdição. Ao longo do tempo essas construções vão se modificando, adquirindo novos símbolos.<sup>96</sup>

Elas são, com as suas incríveis histórias de vida, as exceções que confirmam uma regra: as mulheres são, basicamente, *perigosas*. Elas são uma *alteridade inquietante*, a marcar, pela sua *natureza mutável*, um risco permanente para a sociedade da qual deveriam ser o esteio. A ameaça reside, basicamente, no seu poder de ação, sedução, autodeterminação, o que mostrava que, não sendo postas sob controle, as mulheres ameaçavam toda a ordem social (PESAVENTO, 2008, p.12.).

De uma forma ou de outra a mulher precisa de vigilância, ou pela sua perspicácia ou por sua inocência. A mulher é sempre vista como um mal, o que difere é a imagem que os outros viam/veem dela, a qual dependerá do contexto, da classe, da raça e de outras tantas variantes. Sandra Pesavento (2008), tratando sobre Maria Degolada, uma mulher assassinada pelo amante Bruno Soares Bicudo, em 1899, informa que este seria apenas mais um crime passionnal se não fosse à forma como a história foi narrada pelos jornais e pelo imaginário das pessoas, tornando o caso um exemplo de como os estereótipos podem mudar no decorrer do tempo. Maria Degolada saiu do anonimato de uma vida de moça humilde para tornar-se atualmente uma santa milagrosa ou uma virgem mártir, de acordo com cada crença. Contudo, esse estereótipo muda a partir da fonte pesquisada pela autora.

De prostituta a santa, Mara Francelina, a Degolada, vai de um extremo ao outro das representações sociais bipolares sobre a mulher, que eram vigentes da época. Poucas chances ela teria, segundo os padrões da época, para subsistir. Uma vez decaída, lhe restava a prostituição ou, no caso, conseguir um amante mais ou menos fixo, como parecera ser Bicudo. Como mulher de vida fácil, ela é o estereótipo de um lado bruxa do feminino, do puro instinto, da fêmea sempre prestes a trair se não estiver sob controle. [...] Morta, ela pode virar santa, pois é vítima. (PESAVENTO, 2008, p.354)<sup>97</sup>

Nos processos criminais é comum vermos os dois discursos sobre a mulher. De um lado a defesa da ré, tentando provar sua inocência, utilizando discursos

<sup>96</sup> Na Renascença, por exemplo, vemos o oposto da mulher sedutora e perigosa, acompanhado de uma nova significação da beleza feminina, em ruptura com sua diabolização tradicional, sendo colocada nos meios letrados como divina, anjo, bela, frágil, passível de enganação, seduzida, a qual precisa de proteção devido a sua inocência (Lipovetsky, 2000).

<sup>97</sup> De acordo com Pesavento (2008) o nome de Maria Degolada muda de acordo com as fontes, assim como seu estado civil e idade. Maria Francelina, Maria Celina ou Maria Francisca, com sobrenome Trenes, Trene, Treves, etc.

sobre sua inocência, e de outro a acusação mostrando a malícia sobre o ato referido. Um exemplo para melhor compreendermos como os estereótipos podiam ser manejados é o de Clara Markendorf.

### 3.1 CLARA MARKENDORF: A CRIADA DESLUMBRADA

No dia 19 de janeiro de 1890, Clara Markendorf, trabalhadora doméstica, de vinte anos de idade e solteira, é acusada de ter começado o incêndio na casa de morada de seu patrão, Nicoláo Ely, à Rua Voluntários da Pátria, na cidade de Porto Alegre. Ely e sua esposa estavam dormindo quando foram despertados por *estalidos*, que acreditavam ser início de um incêndio. Com o auxílio de vizinhos e curiosos o incêndio foi apagado. Nesse interim, Clara ainda é acusada de roubo de fazendas, sendo o incêndio, portanto, um subterfúgio para eliminar os vestígios desse delito. Os presentes à cena do crime logo estranharam a conduta da acusada, que se ausentou do cenário e logo foram ao seu encalço. Talvez Clara tenha se afastado do local do incêndio com receio dos olhares desconfiados das testemunhas ou mesmo das injúrias que poderia sofrer. O fato é que a atenção deveria estar recaída sobre ela, motivo que talvez a tenha levado a tomar uma decisão drástica, o suicídio através do enforcamento. No sótão, local onde era seu *compartimento*, ou seja, seu dormitório, Clara foi encontrada tentando enforcar-se, mas logo foi salva<sup>98</sup>. Pedro Rosas, de trinta e dois anos de idade, solteiro, comerciário, testemunhou que além da tentativa de suicídio, a ré ficou deitada no chão,  *fingindo-se* de morta, por grande espaço de tempo, até a hora em que o médico Sebastião Leão declarou achar-se Clara em boas condições. Vemos que para Pedro, seria normal (natural) uma mulher criminosa fingir um comportamento, pretextando fragilidade. Pelo comentário de Pedro, Clara seguia o estereótipo de mulher falsa.<sup>99</sup>

O advogado Germano Hasslocher, curador de Clara, ao elaborar a defesa da ré, advoga explicando que não havia coerência em incendiar uma casa de furto. Sobre o motivo da tentativa de suicídio por enforcamento, Hasslocher esclarece que Clara era a amante de seu patrão e que:

---

<sup>98</sup> Descrever o local como *compartimento* pode nos indicar suas reduzidas dimensões e também que ali não era um espaço reservado a *intimidade* daquela trabalhadora doméstica, mas apenas onde ela descansava da labuta diária e depositava seus objetos particulares.

<sup>99</sup> APERS - Processo número 1731, maço 70, estante 11.

O destino força-a esta dolorosa confissão que por si só basta para não ser condenada.

Testemunhos d'isso? Como? Quem os soma?

No entanto a desgraçada foi descoberta.

Virgem que entrara para aquella casa esquecer-se tudo e deslumbrou-se a pobre criada de servir, aceitando as carícias do amo.

A mulher d'este tudo descobriu.

Começa aqui o conflicto das presumpções.

É ou não lícito aventurar-se sem juízo?

O que conhecido nas queixas celebre pelo o nome de affair e amante o que nos mostra até que ponto se pode simular um delicto. (grifos no original).

A partir dessa citação, vemos que o advogado Hasslocher modificou o discurso sobre a ré, além de lhe atribuir novas características. Antes Clara era criminosa, agora passa a ser virgem, desgraçada, jovem e passiva, em síntese, *deslumbrada* pelo poder de sedução do seu amo. Hasslocher apenas reproduz um discurso estereotipado dirigindo-o a favor da ré, ressaltando sua passividade e inocência por ter ela aceitado as carícias de seu patrão, aventurando-se sem juízo e sorte, por ter sido descoberta. Lembrando que esses estereótipos são resultados de processos de fixar significados às coisas, criando imagens em constantes recriações e incapazes de existir fora de um sistema de significação.

Estereotipadas, tais imagens presentificam uma determinada faceta do real, tal como é vista e representada pelos indivíduos. Há que ter em conta que a autenticidade das imagens não se mede pela sua veracidade ou aproximação com o “real concreto”. As imagens precisam ter a “aparência” da verdade, precisam convencer que aquele é o real (PESAVENTO, 1994, p.9).

Isso nos mostra que o discurso moral, independente de ser usado ou não na vida particular das mulheres, poderia ser utilizado em casos específicos a partir da (re)criação de imagens construídas, agindo como forma de desqualificação e/ou de qualificação, como neste caso, usado por Hasslocher para vitimizar a ré, mostrando sua ingenuidade, virgindade e passividade, destacando como nefasta aquela hierarquia entre criada e amo, que poderia levar a depravação<sup>100</sup>. De acordo com Caulfield (2005), uma moça considerada de família honesta era ingênua e transparente; seus pensamentos e atos eram totalmente previsíveis, portanto ela só

<sup>100</sup> Salientemos que o já citado Gilberto Freyre ([1933], 2006, p. 351), ao estudar a sociedade brasileira colonial e imperial, destacou que “não há escravidão sem depravação sexual”, mostrando como práticas sexuais abusivas conviveram com aquela estrutura social e racial violentamente desigual.

iria manter relações sexuais (antes do casamento) caso fosse ludibriada ou muito inocente. Vemos que o curador ressalta sua qualidade de virgem ao entrar na casa, pois a honra moral era estritamente ligada à integridade sexual.<sup>101</sup>

A acusação feita pelo promotor José de Almeida Martins Castro Jr. atribuía a autoria do incêndio e dos furtos a Clara. Em suas palavras:

A denunciada não trepidou um instante em fazer arder a casa de seu amo, expondo-os, bem como sua esposa, a morte excruciante pelo fogo, só para que não fossem colhidas as provas da sua rapacidade sinistra. É revoltante!

E para que não fosse possível que alguém viesse a pôr em dúvida a sua capacidade para tanto, a denunciada, vendo-se perdida, a sua arca arrombada e encontradas as fazendas, o peso esmagador das circunstâncias calcando-se como ré de um crime verdadeiramente satânico, corre ao suicídio, ao desespero brutal que rejeita as sugestões do próprio instinto da vida.

Mas, não basta. Salva por um soldado que cortou a corda em que a denunciada tentava enforcar-se, estava Ella restituída à justiça que bem depressa havia a pedir lhe contas da sua monstruosidade. Era pois, necessário um expediente, mas que não destoasse dos antecedentes, postas em prática sem resultado.

A denunciada, que menoscabara a sua honra com o furto, a existência e interesses de seus amos com o incêndio, a própria vida com a tentativa de suicídio, não admira que venha em juízo e pela bocca de seu curador dizer sem reboço que era amante de seu patrão, motivo pelo qual o dito seu patrão e esposa d'este lhe havião imputado a autoria do incêndio!!

Com esse expediente extenuou-se decididamente a verve da satanicidade.<sup>102</sup> (grifos nossos).

A acusação tem um discurso contrário sobre Clara. Aqui, ela é representada com a honra menoscabada devido ao seu caráter criminoso, ao satanismo pela tentativa de tirar a própria vida e pelo crime cometido, além de todos seus atos serem classificados como monstruosos e teatrais. Vemos um discurso que atribui

---

<sup>101</sup> Não é fortuito encontrarmos o advogado Germano Hasslocher manuseando discursos fortemente estereotipados na esfera jurídica, absolutamente de acordo com os preceitos intelectuais do período. Ele bacharelou-se na Faculdade de Direito de Recife, em 1883, centro acadêmico de recepção e divulgação de ideias novas que entraram no país a partir de 1870. Em Porto Alegre foi professor da Faculdade de Direito local, jornalista, vereador, deputado pelo partido republicano e promotor público interino. Em 29 de fevereiro de 1896, o presidente do estado Júlio de Castilhos, com base no regulamento elaborado pelo advogado Dr. Germano Hasslocher. Em vários outros processos em que atuou como profissional do direito, Germano Hasslocher justificou suas argumentações com preceitos lombrosianos. Ver mais: MOREIRA, Paulo. *Os Cativos e os Homens de Bem*. Experiências Negras no Espaço urbano. Porto Alegre: Edições EST, 2003. MOREIRA, Paulo. *Entre o deboche e a rapina*. Os cenários sociais da criminalidade popular (Porto Alegre - século XIX). Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

<sup>102</sup> APERS - Processo número 1731, maço 70, estante 11.

desqualificações ao seu gênero, ligado ao sobrenatural e a monstruosidade, já que as características femininas não correspondiam a esse comportamento inapropriado.

Ao fim do processo vemos que a versão hegemônica foi de que, provavelmente acometida por ciúmes, um dos motivos de intervenções policiais mais encontrados por diversos autores conforme cita Silvana Santiago (2006), a mulher de Ely teria iniciado o incêndio para acusar sua empregada, possível amante de seu marido, visto que Clara foi absolvida das acusações. Podemos interpretar que o próprio Ely, a mando ou não de sua esposa, motivado ou não por outras questões pessoais, cometeu o crime, também a fim de acusar Clara, sua provável amante. Contudo, aqui não nos interessa o culpado, mas sim pensar as possibilidades de articulação destes personagens nessa sociedade.

Vimos que apesar de um discurso moralizador de gênero, as mulheres poderiam agir conforme melhor lhes convinha, aceitando ou não este discurso em seu cotidiano, o que também não significa que tinham uma total liberdade sobre suas vidas, pois estavam submetidas a relações de poder em vários âmbitos culturais e sociais. O uso desse processo é uma ótima ilustração para compreendermos que os estereótipos femininos podiam variar de um extremo ao outro. Inocente, virgem, deslumbrada e resignada *versus* satânica, desonrada e monstruosa.

### 3.2 A MATERNIDADE COMO REPRESENTAÇÃO FEMININA

Gilles Lipovetsky (2000), explanando sobre a desigualdade estrutural dos lugares dos homens e das mulheres na cultura do amor e da sedução, lembra-nos que os sentimentos amorosos também são historicamente construídos e constituidores de papéis estereotipados. Às mulheres cabia mostrar-se pouco acessíveis, multiplicar os obstáculos a aproximação de pretendentes, não ceder rápido nem facilmente aos rogos masculinos. O autor explica que o homem mentalizava/mentaliza possuir a mulher, toma-la como posse e a mulher como possuída. Em suas palavras:

[...] no masculino, o amor não se dá como uma vocação, uma mística, um ideal de vida capaz de absorver o todo da existência: é mais um ideal contingente que uma razão exclusiva de viver. Muito diferente é a atitude da mulher apaixonada, que vive apenas para o amor e só pensa no amor, toda a sua vida se construindo em função do amado,



único e exclusivo fim de sua existência. [...] afirma-se na mulher uma necessidade de amar mais constante, mais dependente, mais devoradora que no homem. (LIPOVETSKY, 2000, p.22)

A receita para uma mulher ideal envolvia várias imagens, tais como: a mãe piedosa da Igreja, a educadora, juntamente com a esposa. Todas essas *receitas* contrastando com a pureza sexual. Assimilada a uma criatura caótica e irracional, a mulher é supostamente predisposta, por natureza, às paixões do coração, diferente do homem, que é visto como reservado e moderado, da razão. Vemos mais uma imagem sobre a mulher, a passiva, que não é capaz de controlar seus sentimentos, devendo ser protegida, vigiada:<sup>103</sup>

Cabe refletir sobre o poder de sedução, atributo da mulher, a desencadear instintos e impulsos, a fazer os homens perderem a sua capacidade racional. Nesta medida, se revela o perigoso deste *eterno feminino*: as mulheres são movidas por sentimentos e afeições, a instintos de natureza animal, os homens pela racionalidade. Deixada à solta, sem controle, este traço identificador do feminino é capaz de privar o homem de sua racionalidade, e desviá-lo de uma conduta regrada e ordeira. (PESAVENTO, 2008, p.65)

Até hoje quando cedemos somos *putas* e *vagabundas* versus os *garanhões*, que quanto mais se relacionam mais são identificados como *machos*. Por mais forte que a cultura igualitária tenha se tornado nos dias atuais não conseguiu tornar similares às exigências amorosas dos dois sexos e nem as imagens carregadas nas mentalidades. Cabe aqui compreendermos o que são as representações, já que é um conceito que perpassa nosso texto. Elas não correspondem à realidade. Porém segundo Roger Chartier (1990) as representações são construídas socialmente e historicamente e se internalizam no inconsciente coletivo, se apresentando como naturais. Buscando compreender as representações femininas temos consciência de que elas são forjadas por grupos de pessoas, com interesses, poderes de dominação que são envolvidos por divisões e classificações, assumindo, portanto, uma percepção do real, uma dimensão simbólica que pode produzir legitimidade social a partir de quem/como as vê.<sup>104</sup>

<sup>103</sup> Até os dias atuais, salvo algumas ressalvas, as meninas são ensinadas a não deixar-se *cair na tentação* masculina, como já dizia a frase de dito popular - “prendam suas cabras que meu bode está solto”. Ensinaram/ensinam para as nossas meninas que não podemos ceder ou doar nosso corpo, visto (ainda) como sagrado e maternal.

<sup>104</sup> Sobre representações ver: CHARTIER, Roger. *História Cultural: Entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p.17. CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier.

Porque falamos sobre amor, sedução e imagens femininas? Por que é importante ter conhecimento sobre como era o imaginário sobre a mulher na época estudada, como ela *deveria* se comportar, como a figuravam caso tivesse bom ou mau comportamento e como *deveriam*<sup>105</sup> visualizar e se comportar com o sentimento do amor, da sedução, etc.

A partir de agora entraremos em um assunto considerado *tabu* nos dias atuais, romantizado, demonizado e tão caro as mulheres: aborto e maternidade. Digo dias atuais, pois é importante vislumbrar o quão ainda somos reféns dessa lógica histórica. Quanto desconhecimento, ignorância e negligência ainda tiram vidas de mulheres e criam crianças indesejadas e jovens/pais frustrados. Apesar de ser uma dissertação acadêmica histórica, ela não é isenta de minha percepção, como mulher brasileira na sociedade do século XXI, e como tal, considero importante lembrar o genocídio mental e físico que a sociedade a partir de suas mentalidades e culturas fazem com as mulheres. Não temos direitos e liberdade sobre o nosso próprio corpo e vida, mesmo quando isto custa à vida de milhares de mulheres por ano, por consequência de abortos mal feitos.<sup>106</sup> Como Rita Machado e Vanessa Gil (2016) argumentam, o corpo continua sendo santificado pela maternidade e pela negação da livre sexualidade feminina.<sup>107</sup> Com base no que vimos neste capítulo até agora, podemos concluir que ainda somos reféns de uma mentalidade histórica calcada em preceitos masculinos. Começamos visualizando o quadro a seguir:

---

*Diálogos*. Maringá, v.9, n.1, 2005, p.149. BOURDIEU, Pierre. A Força da Representação. In: \_\_\_\_\_. *Economia das Trocas Linguísticas*. EDUSP, São Paulo, 1996.

<sup>105</sup> Importante lembrar que apesar da mulher ser cercada de discursos de ação, muitos outros fatores estavam envolvidos, tais como a cultura de classe, a hereditária, princípios religiosos, morais, entre tantos outros.

<sup>106</sup> De acordo com Machado; Gil (2016, p.123) são feitos cerca de um milhão de abortos por ano no Brasil, causando a quinta causa de morte materna. Além disso, as autoras afirmam que as mortes têm uma classe e uma cor específica: "São, em sua maioria, mulheres negras e pobres, uma vez que as clínicas clandestinas cobram um alto valor, e quanto mais segura, mais cara. As mulheres pobres buscam soluções caseiras e perigosas, como a utilização de agulhas para perfurar a placenta, medicamentos comprados clandestinamente, entre outras técnicas perigosas. As que possuem condições financeiras buscam clínicas onde as condições de higiene são mais altas, compram medicamentos e locais mais confiáveis, ainda que, no caso de ocorrer algum problema, não possam responsabilizar ninguém".

<sup>107</sup> Kathlen Luana de Oliveira (2016) explica que o aborto é um problema político, especialmente porque as questões de gênero ainda não são pensadas por homens políticos, sexo que ainda é maioria no poder estatal. Além disso, gênero é visto como antitético ao negócio real da política, como uma questão moral e questões morais permanecem à margem da política.

Quadro 2 – Abortos, gravidezes, problemas e doenças relacionadas ao estado puerperal na SCMPA (1889/1900).

	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900
Aborto	-	1	-	-	3	-	2	5	9	6	4	14
Ameaça de aborto	-	-	-	-	3	1	2	-	-	-	-	-
Infecções	-	-	-	-	2	4	1	4	5	7	3	1
Gravidez/Prenhes	-	5	7	6	3	8	6	13	15	25	51	64
Parto	2	2	7	3	8	13	10	22	18	21	10	1
Puerperalidade	-	-	-	1	3	1	-	-	-	-	-	-
Retenção da placenta	-	-	-	-	-	1	-	2	2	5	4	3
Total	2	8	14	10	22	28	21	46	49	64	72	83

Fonte: LMGE números 6, 7, 8 e 9 – Disponível em CHC/POA.

A partir deste quadro conseguimos visualizar as mulheres que frequentavam a Santa Casa de Misericórdia para ter bebês, para cuidar de problemas relacionados à gravidez e a partos problemáticos, abortos mal feitos, abortos espontâneos, infecções ou placentas retidas. Pensando na proporção de mulheres que frequentavam a instituição e comparando com este quadro, temos um número baixo de mulheres, visto que a maioria das mulheres, como veremos adiante, estavam em idade reprodutiva. O que podemos concluir é que grande parte dos partos e doenças/problemas relacionados ao estado puerperal eram feitos e tratados em casa, na privacidade das residências destas mulheres:

[...] o local fundamental para o exercício dos cuidados e terapias com vista ao restabelecimento e a cura dos enfermos é a casa, o espaço do lar e da família. Não se tratava de considerar o hospital um lugar onde se ia para morrer, ou de se desconsiderar as práticas ali realizadas. O significado de ter de ir ao hospital estava ligado tanto a “sina da pobreza” quanto a da *desvalia*, isto é, ao fato de não ter ninguém por si (WITTER, 2007, p.178).

A instituição da SCMPA não era o primeiro lugar de procura de tratamento dessa população feminina, mas sim um lugar que estava iniciando um processo de legitimação social, como instituição médica (fins do XIX). Esses números [quadro 2] mostram mulheres que estavam com dificuldades na hora do parto, com infecções, provocações de abortos (espontâneos ou não) e outras complicações que não

podiam ser tratadas por *práticos de cura*, como as parteiras, as quais não possuíam as mesmas técnicas e instrumentos dos médicos. Seu recurso, portanto, era a instituição.

Com a valorização do privado, a mistificação e vergonha do corpo feminino, o melhor local para ter uma criança era a casa da parturiente, ambiente mais acolhedor (em comparação as instituições hospitalares), com pertences pessoais e possível aconchego da família. Definitivamente era um lugar e um momento feminino, onde o homem esperava em outro cômodo. Era uma metodologia diferente da do hospital, onde homens (médicos) estranhos à maternidade que tratariam da mulher, com certeza de uma forma mais indiferente, onde aquela ela seria apenas mais uma. Também não podemos esquecer que o parto poderia ser um momento difícil para mulheres sozinhas, sem recursos financeiros e com problemas de saúde. Nossas antepassadas também sofriam na hora de dar a luz, pelas dores, possíveis mortes das parturientes e dos bebês, além dos sofrimentos diários e a ausência de melhores condições de vida.

Certo grau de invisibilidade – que vem sendo gradualmente dissipado – permeou a ocupação feminina das parteiras, diminuindo a sua trajetória histórica que, além de cuidar de assuntos relacionados à gravidez, puerperalidade e doenças femininas, poderiam trazer acalento, já que também eram ligadas a redes de solidariedade comunitárias<sup>108</sup>. O papel da parteira era tão forte para as mulheres, que muitas se tornavam madrinhas dos recém-nascidos, pois participavam dando conselhos pessoais, ouvindo, auxiliando na trajetória da gravidez e estavam presentes quando a criança ou a mãe corriam risco de vida e precisavam do batismo.<sup>109</sup> A mulher, portanto, também tinha relação com a saúde e tinha um papel de prestígio comunitário muito importante para a população da época.

---

<sup>108</sup> Ver: JARDIM, Rejane Barreto. *Desvelando o implícito: irmãs de caridade e parteiras na formação do saber médico em Porto Alegre, 1872-1940*. 1998 (Dissertação de Mestrado) Pontifícia Universidade, Porto Alegre, 1998.

<sup>109</sup> Fabíola Rohden (2001, p.46) recorda que a Igreja também se preocupava com a atividade das parteiras, já que elas poderiam denunciar crimes como infanticídio e aborto, além de certificar a paternidade e, até mesmo, batizar a criança em risco de vida, sendo que em casos extremos, ainda dentro do útero. Sobre o *amadrinhamento* por parteiras, ver: WITTER, Nikelen Acosta. Os muitos obséquios das senhoras: mulheres em Santa Maria, século XIX. In: WEBER, Beatriz Teixeira e RIBEIRO, José Iran. *Nova história de Santa Maria: contribuições recentes*. Santa Maria: [s.n.], 2010; SILVA, Eduarda Borges. Parteiras Madrinhas (Sul do RS, 1960-1990). *História em revista / publicação do Núcleo de Documentação Histórica*. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. v.21/v.22, (dez. 2015/ dez. 2016). – Pelotas: Editora da UFPel.

Tanto é que em 1897 foi instalado o curso de Partos<sup>110</sup>, visando qualificar parteiras para atuar no Estado. “No dia 15 de março, abriram um curso para parteiras. Quatro médicos se incumbiram de administrar as aulas. Inscreveram-se 12 candidatas. Para as aulas servia a sala de operações das mulheres [...]”<sup>111</sup> A instauração do curso mostra que os médicos sabiam da necessidade de maiores técnicas e saberes, principalmente para as parteiras, que eram as maiores responsáveis sobre os partos e a gravidez.

[...] Leonor, de 16 anos, moça dada também por enfeitiçada. Apresentando ataques histéricos e estando com as *regras* suspensas de três para quatro meses... O feiticeiro, chamado pelos pais, a fizera beber, todas as noites *uma água suja*, que se conservava por 24 horas no gargalo de uns castiçais de cobre, *enzinhavrados* e sebentos. Os efeitos da poção mágica sobre a moça enfeitiçada haviam sido surpreendentes:

*Esta beberagem, após prolongados sofrimentos, a fez expelir um bicho, inteiramente desconhecido para os pais e os irmãos da chininha enferma. O feiticeiro não cabia em si de contente e asseverava que aquele estranho animalzinho era o feitiço que Leonor havia conservado durante quatro meses... A mãe da rapariga depositara o bicho-feitiço num copo com espírito de vinho e andava de casa em casa mostrando-o [...]*

Naturalmente, o ilustrado doutor fez ver à inocente mãe que se tratava de um aborto, e a infeliz moça veio a falecer dias depois de infecção, levando o doutor-repórter a bradar pelos jornais para que os rigores da lei se abatessem sobre o responsável por aquele crime! (PESAVENTO, 2008, p.384)

A partir dessa citação da historiadora Sandra Pesavento (2008), vemos que os jornais da época (neste caso o Independente) procuravam diminuir os conhecimentos e sensibilidades populares, com isso legitimando um saber médico emergente. Há tempos verificava-se uma disputa simbólica e mercadológica entre médicos e parteiras. Desde 1886 provisionavam-se as parteiras através da Inspeção Geral de Higiene e a criação desse curso deve ser percebido como mais um capítulo desse diálogo (às vezes tenso) entre estes profissionais da cura. Evidentemente que a alta mortalidade das parturientes (às vezes no momento dos abortos naturais/provocados ou dos partos) e dos recém-nascidos era uma realidade histórica, o que exigia uma intervenção política-profissional. Os médicos estavam

<sup>110</sup> O curso de Partos foi fundado por Protásio Alves, Deoclécio Pereira e Sebastião Leão, visando qualificar parteiras para atuar no Estado Ver mais em: WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928*. Santa Maria: UFSM, 1999.

<sup>111</sup> Introdução à crônica da SCMPA (1886-1892), p.19. Disponível em CHC/POA.

cientes dessa situação, até porque como mostra a historiadora, histórias como essa faziam parte da rotina dos jornais da capital. Isso mostra a preocupação dos médicos por complicações de partos mal feitos que chegavam a SCMPA. Não esquecendo que era também uma forma de fiscalizar suas funções e atribuições, sendo que nem sempre as parteiras faziam apenas as atividades recomendadas moralmente, mas agiam em casos de abortos provocados, como Marinete Silva nos lembra na citação abaixo:

Outra medida proposta era a regularização e fiscalização das funções e atribuições das parteiras. Para Costa Júnior (1911, p.115), as parteiras diplomadas ou não, eram “o maior fator da prática do aborto criminoso”. Além dos anúncios nos jornais nos quais ofereciam suas atividades ilegais, elas não se limitavam às suas atribuições e invadiam aquelas próprias aos médicos ao realizar procedimentos ginecológicos. Deveriam, então, ser fiscalizadas para que se limitassem às suas funções e, uma vez envolvidas em processos criminais, a simples presença em suas casas de instrumentos cirúrgicos impróprios ao seu ofício já seria prova incontestante de sua responsabilidade criminal. (SILVA, 2012, p.1251)

Se pensarmos pela ótica que a gravidez e criação de crianças eram, pode se dizer que até hoje são, assuntos restritos ao feminino, enfrentar um médico homem que não tinha sequer alguma experiência física ou psicológica sobre gravidez e parto, mesmo que tivesse algum estudo, não fazia sentido, sendo que elas poderiam ter *uma igual* a quem recorrer. Todavia, como a instituição angariava cada vez mais clientela, como podemos perceber pelo aumento crescente do número de partos e de gravidezes no decorrer dos anos, algumas poucas mulheres recorreram, por escolha própria ou de seus familiares, a ganhar seus filhos na SCMPA. Outras iam à instituição quando não tinham alternativa, mulheres sem família, sem qualquer recurso para uma parteira, ou ainda as que não queriam seus filhos, deixando-os ao nascer no hospital ou colocando-os na roda dos expostos.<sup>112</sup>

Acreditamos que na maioria dos casos eram mulheres que corriam algum risco de vida e não tinham mais opções a recorrer, como é o caso de duas Marias encontradas na fonte, no ano de 1889: Maria, de 18 anos, preta, solteira e natural dessa província e Maria Henriques, morena, de 29 anos, solteira e também natural

---

<sup>112</sup> Ver: GERTZE, Jurema Mazuhy. *Infância em perigo: a assistência às crianças abandonadas em Porto Alegre 1837-1880*. 1990 (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1990; RODRIGUES. Andréa da Rocha. *As Santas Casas da misericórdia e a Roda dos Expostos*. In. VENÂNCIO, Renato Pinto.(Org.). *Uma história social do abandono de crianças*. De Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX. São Paulo: Alameda. 123-143. p. 2010.

dessa província. Essas ‘Marias’ tiveram partos “laboriosos”, como é referenciado na fonte, e acabaram falecendo. Elas possivelmente tentaram receber seus bebês em seus lares, mas pela dificuldade do parto tiveram que ir às pressas à instituição.<sup>113</sup>

Os casos de infecção e de retenção da placenta também mostram que a instituição poderia ser um dos últimos recursos, além de uma complementação do que já estava sendo feito em domicílio, por outros práticos, parteiras ou médicos. Pacientes como Rita de Cássia que, parda, solteira, em 1894 morreu com septicemia puerperal aos 32 anos; a criada Maria Joaquina Lopes, parda e viúva que, em 1895, entrou com sete dias após o parto, com infecção puerperal, mas que sobreviveu, ou ainda, os casos de gravidezes complicadas, como o da doméstica italiana Dominga Canavese, branca, que aos 42 anos, em 1900, teve uma gravidez ectópica,<sup>114</sup> vindo a falecer.<sup>115</sup> São exemplos que mostram que, em casos de complicação, a SCMPA era procurada, além de evidenciar o quão perigoso poderia ser engravidar naquela época.

Vemos no quadro 2 que a taxa de aborto de 1897 e 1900 são mais altas, com 9 e 14, respectivamente. Para estes números temos duas hipóteses, podem ser mulheres que provocaram o aborto em outro lugar, como, possivelmente, Helena Vicente da Rosa, de 30 anos, e a imigrante alemã Anna Boor, de 33 anos, que em 1900 entraram na instituição com “aborto fora do hospital”<sup>116</sup>. Ou podem ser abortos de causas naturais.<sup>117</sup> Outras tantas, como exemplo, a lavadeira Virgilina de Oliveira<sup>118</sup>, natural deste Estado e indiática, que em 1893 teve metrite<sup>119</sup> em consequência de um aborto, possivelmente tiveram infecções por um procedimento mal feito. São especulações, pois se foi provocado ou não, não seria dito ao médico, pois era um ato imoral e ilegal<sup>120</sup> e, além disto, a SCMPA era uma instituição

<sup>113</sup> LMGR número 6 – Disponível em CHC/POA.

<sup>114</sup> A *gravidez ectópica* ou tubária é uma gravidez que ocorre fora do útero.

<sup>115</sup> LMGE, números 6 (ano 1889), 7 (1894), 7 (1895), 6 (1890). Disponível em CHC/POA.

<sup>116</sup> LMGE, número 9, ano 1900. Disponível em CHC/POA.

<sup>117</sup> Usando estatísticas atuais percebemos que uma em cada cinco mulheres, até a idade de 40 anos, já realizou um aborto, e dentre esses abortos, na adolescência, por exemplo, alguns são decorrentes da vontade familiar e do parceiro. Ver mais em: OLIVEIRA, Kathlen Luana de. Corpo como palco político: tramas e entraves nas lutas pelos direitos das mulheres no Brasil. In: Castro, Amanda Motta; Machado; Rita de Cássia Fraga (org.) *Estudos Feministas: mulheres e educação popular*. Curitiba: Editora CRV, 2016.

<sup>118</sup> LMGE, número 7, ano 1893. Disponível em CHC/POA.

<sup>119</sup> Inflamação uterina.

<sup>120</sup> Schnor e Alvarenga (1994, p.19) explicam que o Código Penal, que atualmente vigora em nosso país, data de 1940 e é o terceiro existente no Brasil. “Os dois primeiros, de 1830 e 1890, eram bem mais rigorosos que o atual, não prevendo a exceção do aborto para salvar a vida da mãe ou em caso de gravidez decorrente de estupro, conforme se tem hoje. Segundo o Código Penal hoje em vigor,

religiosa e as mulheres teriam que lidar com a vergonha e os julgamentos de ter que recorrer a uma instituição, a um homem e, também, enfrentar seu Deus.

O aborto sempre foi uma prática realizada pelas mulheres que eram abandonadas, sem família, fruto de uma relação passageira ou apenas que não queriam filhos em determinado momento. O difícil é quantificar ou qualificar um aborto provocado, devido a seu caráter ilegal e imoral socialmente, por isso foi/é uma prática silenciada.<sup>121</sup> Schnor e Alvarenga (1994) explicam que com o Cristianismo o aborto passou a ser definitivamente condenado com base no mandamento “Não Matarás”, posição que, aliás, é mantida até hoje pela Igreja Católica. Com uma explicação mais voltada a economia, estes autores explicam que no Século XIX, o aborto expandiu-se consideravelmente entre as classes mais populares, em função do êxodo crescente do campo para a cidade e da deterioração de seu nível de vida, constituindo uma ameaça a classe dominante já que representava um decréscimo na oferta de mão-de-obra.<sup>122</sup>

Considerado um crime,<sup>123</sup> o aborto era visto como algo que ameaçava o domínio dos maridos sobre as esposas e o controle dos atos médicos em relação ao

estas duas modalidades de aborto previstas por lei só podem ser praticadas por médicos; o auto-aborto é punido, teoricamente, da mesma forma que o praticado por terceiros, sendo menor a pena para o primeiro (detenção de 1 a 3 anos, de acordo com o artigo 124). Quanto ao aborto provocado por terceiros, as penas diferem quando há consentimento da gestante, sendo a pena de reclusão de 1 a 4 anos no primeiro caso e de 3 a 10 anos no segundo. Em caso de haver lesões corporais graves na gestante, ou mesmo sua morte, as penas podem ser aumentadas de um terço, ou duplicadas. Continuam proibidos em nossa legislação os casos de aborto por incesto ou eugénico”.

<sup>121</sup> Marinete dos Santos Silva (2012, p.1250) ao falar sobre os problemas que a identificação do aborto causava na área jurídica, explica: “Entretanto, é necessário atentar para o caminho cheio de percalços entre as leis que criminalizavam o aborto e sua real punição. O primeiro problema surgia justamente em relação à efetiva constatação da existência da gravidez. A mulher acusada de ter provocado o aborto estava verdadeiramente grávida ou se tratava apenas de um atraso menstrual? Em seguida, questionava-se se o aborto fora espontâneo ou provocado. Se provocado, qual o meio utilizado? O aborto era realmente necessário para salvar a gestante da morte? Essas eram algumas das perguntas às quais os médicos legistas deveriam responder para que se pudesse constatar a prática do aborto criminoso”.

<sup>122</sup> Lembrando que no século XIX a prática de colocar um filho em casa de terceiros para trabalhar era comum. A historiadora Lorena Feres da Silva Telles (2011), ao recontar o caso de Dona Rizoleta, filha de escravos que permaneceu na casa senhorial de seu pai, explica que até os 22 anos ela nunca recebeu salário. Prática comum entre os populares, entregar uma criança a terceiros era doar a força de trabalho desta, em troca de comida, roupa ou educação. Ver: FONSECA, Claudia. Pais e filhos em camadas populares no início do século. In: D’INCAO, Maria Ângela (Org.). *Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

<sup>123</sup> Não foi encontrado nos processos criminais aos quais analiso nenhum tipo de crime por aborto. Mas é importante entender como o jurídico compreendia o aborto. Para isso Marinete dos Santos Silva esclarece (2012, p.1250) “O Código Penal de 1890 (Brasil, 11 out. 1890) promulgado, portanto, já sob a República, veio, por fim, contemplar aqueles que ansiavam por uma punição das mulheres que praticavam o aborto. Em seu artigo 30, o novo Código tratava-o como crime contra a segurança da pessoa e da vida. As penas para os abortadores variavam de seis meses a um ano. Se, em consequência do ato, sobreviesse a morte da mulher, a prisão celular seria de seis a 24 anos. Caso o



corpo feminino. Contudo, conforme explica Marinete Silva (2012), os médicos relatavam a facilidade com que ele poderia ser provocado, tanto pelos indivíduos mais ricos até os mais pobres. A autora, ao analisar as teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, os boletins da Academia Nacional de Medicina e matérias publicadas nos jornais,<sup>124</sup> nos dá um panorama muito interessante de como eram realizados os abortos:

Geralmente, começavam por utilizar meios reputados na cultura popular e que poderiam ser empregados sem a ajuda de ninguém. Entre eles figurava o uso das sangrias, sanguessugas, banhos de assento, marchas forçadas, quedas, longas caminhadas, compressão do ventre, massagens etc. Alguns deles poderiam efetivamente agir, como as quedas e as massagens no ventre, a maioria, no entanto, não exercia qualquer efeito nefasto sobre a evolução da gravidez (Costa Júnior, 1911, p.83). O passo seguinte era a ingestão de chás e decocções de certos tipos de ervas ou mesmo de substâncias químicas. A cila, a salsaparrilha, o gaiaco, a melissa, o açafraão, a camomila e a artemísia eram algumas das comumente utilizadas (Mattos, 1923, p.24). Algumas dessas substâncias tinham certa ação direta sobre o útero, como o teixo, a sabina, o zimbro, a tuia, a atanásia, a arruda e o centeio-espigado. Produziam intoxicação ou envenenamento que poderia levar a gestante a abortar. Dentre as substâncias químicas empregadas, destacavam-se venenos gerais como arsênico, fósforo, antimônio, mercúrio, chumbo, sulfureto de carbono, iodeto de potássio, sulfato de quinina, clorofórmio, cantáridas, permanganato de potássio, veratrina e pilocarpina. (SILVA, 2012, p.1247 e 1248.)

Técnicas como a de inserir cateteres ou objetos pontiagudos no útero, também eram empregados pelas mulheres, parteiras e médicos. Isso fazia com que a bolsa do líquido amniótico fosse rompida e a gravidez interrompida. Porém, essa prática, além de perfurar outros órgãos, também causava serias infecções. Havia cateteres feitos de borracha, suprimindo objetos pontiagudos e um procedimento que consistia em injetar um líquido no útero, em virtude do princípio de que mesmo

---

aborto fosse provocado por médicos ou parteira habilitada, a penalidade seria igual, com o agravante da privação do exercício da profissão por tempo igual ao da condenação. Pelo artigo 301, a pessoa que provocasse o aborto com a anuência e o acordo da gestante estaria sujeita à pena de prisão celular de um a cinco anos. Em igual pena incorreria a gestante que conseguisse abortar voluntariamente, mas ela lhe seria reduzida da terça parte se o crime fosse cometido para ocultar a desonra. O artigo 302 tratava do aborto legal ou necessário para salvar a gestante de morte inevitável. Mesmo nesses casos, se o médico ou a parteira ocasionasse a morte por imperícia ou negligência sofreria pena de prisão celular variável de dois meses a dois anos, bem como a privação do exercício da profissão pelo mesmo tempo da condenação. A diminuição da pena concedida às mulheres que abortavam para esconder a desonra merece algumas considerações. Procurava-se justificá-la sob a alegação de que a sociedade já punia de forma bastante dura a mulher que engravidava fora dos parâmetros sociais considerados ideais para se gestar um novo ser, ou seja, fora do casamento”.

<sup>124</sup> *Correio da Manhã* e *O Globo*.

no início de gravidez é possível provocar contrações por irritação de suas paredes. Esses dois últimos métodos aliviavam o medo de perfuração do útero, mas só eram utilizados por profissionais no método abortivo (parteiras e médicos).

Descreviam ainda uma infinidade de manobras abortivas diretas com a introdução no útero – para se obter o despedaçamento e a punção das membranas – de agulhas de tricô, hastes de madeira, penas de ganso, palitos, grampos, sondas etc. Em grande número de casos, esses instrumentos perfuravam a parede uterina causando graves danos à saúde da mulher e, não raro, a morte. Nas autópsias, verificava-se constantemente a presença de fragmentos de hastes ou então sinais de sua passagem por ali [...]. (SILVA, 2012, p.1248)

Apesar de o aborto ser uma prática recorrente, temos que analisar o que é ser mãe. Ser mãe em fins do século XIX, principalmente sem condições financeiras, não era uma atividade isolada. A mãe não cuidava sozinha de sua cria. Havia redes de apoio e solidariedade, como explica Cláudia Fonseca (1997), com uma circulação de crianças entre uma casa e outra, onde estratégias de sobrevivência eram acionadas para as crianças e para as mães que precisavam trabalhar ou que não podiam/queriam ficar com seus filhos. A noção de lar e de privado se aplicava parcialmente as famílias mais pobres, que tinham que morar em cortiços, quintais e espaços alugados com outras pessoas. A grande movimentação humana nas mesmas propriedades habilitava a circulação de pessoas responsáveis pelas crianças. Avós, tios e tias sem filhos, irmãos mais velhos, madrinhas e padrinhos com melhores recursos eram acionados para cuidados, convivendo integralmente com eles. Contudo, muitas crianças acabavam fazendo o serviço doméstico da casa ou outras tarefas em troca dessa moradia, comida e roupas. Era comum, também, como aborda Lorena Telles (2011), que as mães colocassem desde cedo uma criança a trabalhar em casa de terceiros em troca da criação.<sup>125</sup> Cláudia Fonseca (1997), ao estudar os processos judiciais, recorda que os pais também recorriam a instituições filantrópicas ou estaduais para internação de suas crianças, chegando à

---

<sup>125</sup> As relações não eram somente de exploração do trabalho infantil, como lembra Fonseca (1997, p.538), visto que as crianças se tornariam adultos e aqueles que os criaram poderiam precisar de ajuda, já que não existiam aposentadorias nem outros tipos de pensões. “Pais requeriam custódia dos filhos que suas mulheres tinham entregado para ‘o espanhol Elias de Tal’, ‘um sargento’, ‘um velho casal’ etc. mães pediam para retirar suas crianças colocadas pelos maridos com ‘um casal do Partenon’, ‘uma mulher de nome Frica’, ‘um parente dele em Mostardas’ etc. Muitos requerentes declaram, sem qualquer escrúpulo, que queriam a guarda de um menor para entrega-lo a algum terceiro: parente ou madrinha. E vemos pelos processos com contraprocessos inclusos – em que o pai e a mãe em ordem consecutiva mandam apreender filhos um do outro – que muitas vezes, quando o adulto ganhava a custódia do filho, deixava-o logo em casa de uma terceira pessoa sem laço de parentesco algum”.

conclusão que a maioria das crianças populares em circulação viviam com outras famílias, às vezes, tão pobres quanto a sua.<sup>126</sup> Contudo, os laços consanguíneos permaneciam e depois de certa idade as crianças poderiam voltar aos pais biológicos.<sup>127</sup>

Nas Crônicas das Irmãs da SCMPA podemos perceber alguns exemplos e tipos de abandonos. Crianças eram deixadas no Colégio Nossa Senhora dos Anjos, como a primeira enferma do HNSD, “pobre negrinha que fora entregue às Irmãs” ou na própria SCMPA:

Uma pobre mulher veio restituir à Santa Casa uma menina de 6 anos, com a alegação de que estava na idade de aprender e ela não podia ensiná-la. Ficou aqui uns 15 dias; era tão agarrada às Irmãs e tinha tanta vontade de aprender que Madre Jacinta, com o consentimento do Mordomo dos Expostos, a levou para o Orfanato, onde é educada com as órfãs.<sup>128</sup>

Encontramos nas Crônicas casos como o de uma menina de 12 anos que hospitalizou-se com febre tifoide e reconheceu a voz de uma mulher como a de sua mãe, que após uns dias da internação da menina deu entrada na mesma enfermaria. “A menina perguntou o nome dela, pois achava-a muito parecida com sua mãe, julgada falecida. Ouvindo o nome, reconheceu a mãe da qual havia sido separada aos 5 anos de idade, sem mais ter notícias dela.”<sup>129</sup> Também havia a opção da Roda dos Expostos na SCMPA, onde no ano de 1894, 12 crianças recém nascidas foram colocadas.<sup>130</sup> As Irmãs reclamavam que as crianças vinham nas piores condições, às vezes enroladas somente em papel.

<sup>126</sup> Maíra Vendrame (2016, p.75), ao estudar os imigrantes italianos e as redes de solidariedade, explica que “as relações de solidariedade visavam uma autoproteção diante do desconhecido, podendo esta rede de reciprocidade ser acionada em diversas situações”. Nem todas enfermas eram italianas, mas essa lógica de reciprocidade poderia ser acionada, principalmente quando se tratava de crianças.

<sup>127</sup> Estas estratégias faziam parte das culturas populares brasileiras, merecendo destaque a questão do *abandono temporário* que ocorria nas rodas dos expostos, administradas geralmente pelas Santas Casas. Muitas famílias populares deixavam filhos nessas instituições, mas *marcando-os* de várias formas (seja indicando o nome e mesmo os padrinhos do batismo do exposto), deixando objetos que os identificassem posteriormente. Segundo Rodrigues (2010, p. 134), “Identificar a criança mediante cartas e bilhetes não foi um meio adotado pelas mães para romper com regras, e sim uma forma de garantir o reconhecimento futuro de seus rebentos. Conhecedoras das regras, estas mulheres sabiam que podiam registrar, por escrito, elementos que facilitariam a identificação dos filhos no futuro”. Ver mais em: RODRIGUES, Andréa da Rocha. As Santas Casas da misericórdia e a Roda dos Expostos. In: VENÂNCIO, Renato Pinto.(Org.). *Uma história social do abandono de crianças*. De Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX. São Paulo: Alameda. 123-143. p. 2010.

<sup>128</sup> Introdução à crônica da SCMPA (1886-1892), p.18. Disponível em CHC/POA.

<sup>129</sup> Introdução à crônica da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1886-1892), p.23. CHC.

<sup>130</sup> O Mordomo dos Expostos cuidava dessas crianças levando-as para criadeiras, mediante uma bonificação.

Essas explicações tornam-se importantes, pois nos auxilia a compreender que o aborto poderia ser feito como um meio de contracepção e interrupção, e o era, mas que os segmentos populares se encarregavam de outras formas de criação de crianças, que não só a família nuclear, aliás, o conceito de família era bem mais abrangente, sendo composto por outros sujeitos que podiam ser parentes ou não. Não podemos esquecer que havia um discurso social e religioso que incentivava a maternidade e essas mulheres não eram alheias a isso. Era essencial para uma mulher ter filhos, principalmente para consolidar sua rede familiar e social de apoio, “as crianças que quando pequenas, dependiam dessas redes para sobreviver, eram as mesmas pessoas que, alguns anos mais tarde, assumiam a responsabilidade pelo sustento dos mais velhos ou mais fracos da rede”. (FONSECA, 1997, p.540)

A partir de todas as mulheres que frequentaram a instituição da SCMPA por motivos relacionados a abortos, gravidezes, problemas e doenças relacionadas ao estado puerperal [quadro número 2] criamos o quadro número 3, o qual nos informa o estado civil destas mulheres para entender um pouco mais sobre os seus relacionamentos.

Quadro 3 - Estado civil a partir de abortos, gravidezes, problemas e doenças relacionadas ao estado puerperal na SCMPA

	Casadas	Solteiras	Viúvas
1889	0	2	0
1890	5	3	0
1891	4	8	2
1892	5	5	0
1893	14	6	3
1894	11	14	3
1895	12	7	2
1896	14	27	5
1897	21	27	1
1898	24	38	2
1899	32	31	9
1900	29	48	6
Total	171	216	33

Fonte: LMGE, números 6, 7, 8 e 9. Disponível em CHC/POA.

A partir desse quadro vemos que a maioria das mulheres enfermas cujas internações tinham relação com a gravidez eram solteiras, mas o que não significa que não possuíam um companheiro. Muitas viviam em estado de amasiamento, ou seja, viviam em um relacionamento estável e de reconhecimento social. Vemos,

também, que nos anos de 1893, 1895 e 1899 aparecem mais mulheres casadas. Não podemos esquecer que a instituição é religiosa, composta por irmãs de caridade, o que poderia causar certo receio por quem não vivia conforme a Igreja e a moralidade discursavam. Outro fator que chama a atenção no quadro 3 é o número de mulheres viúvas. Pensando que todas estavam em idade reprodutiva, seriam jovens viúvas.<sup>131</sup>

Mas, a partir dos discursos encontrados nos processos criminais, percebemos que o amasiamento não era um relacionamento considerado simbólica e moralmente similar ao casamento, não possuía o mesmo grau de validade e muitas mulheres eram desqualificadas e desvalorizadas na área jurídica, pois não viviam em um relacionamento legal.<sup>132</sup> Contudo, é importante lembrar que o judiciário era composto por uma maioria masculina e dotado de recursos financeiros, que via o casamento como sinônimo de idoneidade moral, diferente da maioria da população das cidades, que não viam tanto sentido em casar no papel.

Quadro 4 - Idade das mulheres relacionadas a abortos, gravidezes, problemas e doenças relacionadas ao estado puerperal na SCMPA

Faixa etária	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900
10 – 14	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
15 – 19	1		4		4	2	5	5	7	11	13	13
20 – 24		2	5	5	4	11	10	19	12	23	14	31
25 – 29	1	3	4	4	7	5	2	9	16	13	23	17
30 – 34	-	2	1	1	5	8	2	5	4	9	13	11
35 – 39	-	1	-	-	1	3	2	3	7	5	9	8
40 – 44	-	-	-	-	2	-	-	5	1	3	-	2
45- 49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Não consta	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
Total	2	8	14	10	23	29	21	46	49	64	72	83

Fonte: LMGE, números 6, 7, 8 e 9 – Disponível em CHC/POA.

<sup>131</sup> Importante lembrar que, nesta época, incidentes, doenças mais complexas de tratamento, diminuíam a expectativa de vida de muitas pessoas e que talvez se declarassem viúvas para esconder que eram mães solteiras. O estado passou, entre 1893 e 1895, por uma cruenta guerra civil, a revolução Federalista, fator que, porventura, pode ter consequência nos dados apresentados.

<sup>132</sup> Lereci Garzoni (2007) explica que havia associação entre casamento e moralidade nos processos por ela analisados.

O quadro acima mostra a idade das parturientes ou vítimas de doenças relacionadas ao estado de gravidez. Vemos que essas mulheres variavam de 14 a 45 anos, mas que a maioria encontrava-se entre 20 – 29 anos. A partir desta tabela podemos ter uma pequena visualização da idade reprodutiva das mulheres na cidade de Porto Alegre. Claro, não podemos generalizar, pois o número é muito pequeno, mas o usamos aqui como amostragem.

As mulheres buscaram saídas próprias para o dilema de assumir ou não a maternidade. O recurso ao aborto mostra que muitas delas, apesar de todo o discurso negativo e de ódio, tinham algum domínio sobre o seu corpo. Essa autonomia que o aborto causava/causa e as estratégias obtidas na criação dos filhos faziam com que essas mulheres tivessem certa escolha sobre seus corpos e vidas. Conforme Marinete Silva salienta:

O que restava às mulheres desse período? Uma prole numerosa e as consequências disso – desgaste físico, subalternidade, empobrecimento – ou o aborto, realizado em condições de ilegalidade e de risco para a vida. Esse dilema por elas vivenciado, estreitamente ligado à sua capacidade reprodutiva, ainda permanece atual. Sua resolução depende da ultrapassagem da concepção do corpo feminino como objeto da reprodução. (SILVA, 2012, p.1241)

Estudar as mulheres e não falar sobre maternidade, aborto e gravidez é deixar de lado fatores importantes de suas vidas, não que as estejamos circunscrevendo a estas *tarefas biológicas*, mas muitas mulheres passavam boa parte de suas vidas grávidas, saíam de uma gravidez e logo emendavam outra, tendo filhos com pouca diferença de idade. Em um período onde não havia segura contracepção, que a maternidade e a reprodução eram valorizadas socialmente, onde muitas tinham que responder e respeitar a vontade sexual de seus maridos e pais e que os filhos também poderiam servir como força de trabalho e ajuda doméstica, estar grávida poderia não ser de todo ruim.

### 3.3 O CASO DE ALÍPIA: REPRESENTAÇÃO DE UM SUPOSTO DEFLORAMENTO

Em março de 1892 Alípia da Conceição Lima, 20 anos, trabalhadora do serviço doméstico, acusou de defloração Hildebrando Martins Gonçalves, de 21 anos, barbeiro. Hildebrando, nos autos de acusação, admite que Alípia frequentava sua casa na Rua dos Andradas, número 219, pois era amiga de sua irmã. No dia do

ato de defloração<sup>133</sup> Alípia foi à casa de Hildebrando buscar a irmã do mesmo, Paulina, para irem às lojas, porém Alípia voltou logo em seguida com o pretexto de arrumar sua saia, que estava caindo. Alípia acusa Hildebrando de, nesse momento, tê-la puxado para um quarto, deflorando-a, isso mesmo com presença da avó de Hildebrando em casa.<sup>134</sup>

No decorrer do processo foi consenso entre as testemunhas que ambos namoravam publicamente e que iriam casar. Fator que, talvez, tenha feito a avó de Hildebrando não prestar tanta atenção ao casal, deixando-os sozinhos e indo fazer seus afazeres na cozinha, como também que o processo pode ter sido uma estratégia para arranjar um casamento, mas como ele não é concluído, não temos certeza.

Hildebrando, em seu depoimento, não nega que manteve relações sexuais com Alípia neste dia, mas reforça que não foi um defloração, pois já mantinham relações há algum tempo, contudo, não sabia com certeza se, nas outras vezes, eles tinham *completado* o ato, pois faziam sempre às pressas. Alípia declara que ambos se conheciam a cerca de dois anos e que mantinham uma relação de namoro, sendo forçada e agarrada em um quarto, onde Hildebrando causou-lhe o mal e pediu para que ela não contasse o ocorrido, prometendo casar-se. Alípia, neste discurso, indiretamente o acusa de se aproveitar de sua ingenuidade e fraqueza física, mostrando que os discursos que fragilizavam as mulheres podiam ser usados juridicamente a seu favor, principalmente em casos como este, em que possivelmente Alípia queria reparar com o matrimônio o mal que lhe fora causado.

Todas as testemunhas, neste caso, concordam e complementam a versão de Alípia. Para melhor elucidar, vejamos o depoimento de João da Motta de Souza Araúna, 48 anos, casado e tenente do exército. Perguntado sobre o caso referido:

Respondeu que conhece a família da offendida havia muito tempo, que sabe que Hildebrando namorou uma moça há mais de dois annos, mas que não frequentava a casa desta, vendo-a nos bailes ou em passeios, que soube por ouvir dizer, que em março deste anno o accusado, para poder fazer mal a essa moça, a quem namorava, mas que não queria cazar, pediu a sua irmã, para companhia de uma vizinha daquela, filha de Custodio Lemos. [...] fizeram compras nas lojas a pretexto de comprarem fructos, sahio a irmã do accusado com a filha

---

<sup>133</sup> O defloração seria quando a mulher fosse virgem, o ato de deflorar refere-se ao desvirginamento.

<sup>134</sup> APERS – Processo número 26, maço 7 A, estante 29.

de Custodio, ficando com a avó do acusado, a ofendida Alípia, que, ali e tendo sua avó ido a cozinha em objetivo de serviço, o acusado Hildebrando agarrou por um braço a ofendida, levou-a a um quarto próximo, tendo copula com Ela, apesar da resistência empregada pela mesma.

A partir desse depoimento temos outra versão, que Hildebrando, junto com sua irmã Paulina, tramou para que Alípia ficasse sozinha com ele. Claro que aqui temos que ter em mente que esta testemunha, como todas as outras quatro que foram escolhidas para depor, assim o foram por ser próxima a família da ofendida. Casado e tenente do exército, João da Motta de Souza Araújo<sup>135</sup> montou seu depoimento baseado em uma estratégia de gênero. Hildebrando foi exposto pela testemunha como homem de má intenção, que namorava, mas não queria casar, de falsa palavra, que tramou com sua irmã para ter relações sexuais com sua namorada. No outro lado, em oposição, temos Alípia, que frágil, inocente e coagida, nada poderia fazer, além de esperar o casamento.

Montamos uma pequena narrativa deste processo - que às vezes parece de defloração outras de estupro - para evidenciar as práticas sexuais ocorriam sem a existência formal do casamento, mas também para mostrar que os processos poderiam agir como meio para a conquista de um casamento, principalmente quando a promessa não se cumpria e a relação já era pública. O processo também acaba mostrando que os discursos de vulnerabilidade da mulher podiam ser usados a favor da ofendida. Possivelmente, Alípia e Hildebrando eram namorados e já mantivessem relações *caruais*, mesmo que fossem incompletas (o que já denota intimidade), como o próprio réu argumentou. Contudo, o acusado não cumpriu a promessa de casamento, como foi abordado pelas testemunhas e o fato se espalhou pela cidade, saiu do privado, tornou-se público.

As pessoas comentavam e a honra de Alípia poderia ser manchada. Hildebrando, manejando os atributos de seu gênero masculino, *gabava-se* do ocorrido para os amigos, fator que foi utilizado negativamente no decorrer do processo, além de já ter mantido um amasiamento em sua casa, provando seu mau comportamento de homem sem palavra, que não prezava a família. Judicialmente, neste discurso, o amasiamento e sua má atitude de *gabar-se* publicamente o desqualificaram, tiraram sua seriedade e sua aproximação com o ideal familiar.

---

<sup>135</sup> Ser tenente do exército e casado já dava a testemunha perante a justiça respaldo para que pensassem ser um bom homem, de família e trabalhador.



Os próprios populares, em alguns momentos, utilizavam o amasiamento para desqualificar o outro. Vemos aqui que, apesar de ser uma prática afetivo-familiar usual, não deixava de ser acionada negativamente em momentos estratégicos para desqualificar moralmente algum desafeto, manejando as representações que circulavam no campo jurídico, mas essa relação afetiva será mais bem trabalhada no capítulo seguinte. Voltamos ao caso de Alípia. Agostinho Isidro Almada, de 29 anos de idade, casado e trabalhador no corpo policial, ao ser perguntado sobre o comportamento de Hildebrando, responde:

[...] que tem ma conta, pois tem ouvido dizer prometer elle de igual modo com outra [casamento], e que sabe também por ouvir dizer que o mesmo faltando, o respeito a sua família, tinha amante em sua caza com quem vivia.

Essa “amante”, se é que existia, era provavelmente a amásia que vivia com Hildebrando, como falou outra testemunha, Osvaldo Felipe Shuler, que afirmou que o réu era “conhecido por seo Mao comportamento, chegando ao ponto de ter, antes desse facto, de portas adentro, junto a sua família, uma mulher com que vivia amaziado”. Vemos que aqui o amasiamento é acionado em alguns casos ligado ao mau comportamento, apesar de parecer referir-se a uma espécie de concubinato ou existência de uma amante ocasional e não a uma relação estável e de reconhecimento comunitário.

Como o caso se tornou público, a estratégia da família de Alípia foi ir à justiça tentar reparar a honra e a moral desmerecidas por Hildebrando, indicando como testemunhas dois tenentes do exército, um do corpo policial e vizinho do acusado e outro alfaiate, que se dizia amigo do mesmo. Esses homens, uns pela seriedade e prestígio social de suas profissões, outros pela proximidade com o acusado, se tornaram ótimas testemunhas para aliviar a honra de Alípia, que, repetindo, tornara-se publicamente ultrajada. Como Suaenn Caulfield (2005) expõe, quando o homem não cumpria a promessa de casamento, uma das estratégias era levar o caso a justiça, quando não resolvido amigavelmente.

Mas e se dessa relação resultasse uma gravidez?

Hipoteticamente, se Alípia engravidasse, até poderia querer ter seu filho com Hildebrando, mas e sua família? Talvez a família, que aparentemente tanto prezava pela honra feminina (parte imprescindível da honra familiar), não gostaria que uma gravidez viesse à publicidade, forçando-a a abortar. Importante lembrar que o aborto

e a gravidez não eram/são decisões privadas, mas públicas, pois a mulher está envolvida por pressões sociais, valores familiares e religiosos, discursos maternos, além da vontade particular da família/parceiro. Conforme Minerva Ante-Lezama e Virginia Casara explicam sobre a significação das relações sociais:

El significado es un elemento central para la comprensión de lo humano y las relaciones sociales, nuestras vidas están orientadas por los significados y nuestro vínculo con lxs otrxs se da mediante procesos de categorización social. (ANTE-LEZAMA; CASARA, 2016, p.102)

Se a família, em conjunto, decidisse sobre a realização do aborto, qual a chance da mulher no século XIX responder não? Fica aqui nosso questionamento.

A partir desse processo conseguimos visualizar que o discurso de gênero também poderia ser manejado contra o homem, nesse caso aludido pelo mau comportamento de Hildebrando, que já havia se relacionado anteriormente. Alípia, como moça de família deveria preservar sua honra e, talvez, por isso o discurso contra Hildebrando, que agarrou e deu falsas esperanças a namorada. Como veremos no capítulo seguinte a honra, como a palavra, eram significativos na relação entre as pessoas oitocentistas, prometer um casamento e não cumprir poderia ir contra a moral de um homem de “boa índole”, manchando sua masculinidade. Já para a mulher, bastava um boato e sua moralidade poderia ser questionada.

#### 4 DIFERENTES E ÚNICAS: DIVERSOS COTIDIANOS

O cotidiano das mulheres têm se revelado na história social como área de improvisação de papéis, que se assemelhavam e se distanciavam dos discursos de feminilidade e dos estereótipos, marcados por múltiplas formas peculiares de agências, conflitos e resistências. Para melhor compreendermos esses papéis é preciso avaliar e reavaliar os padrões femininos e masculinos, considerando as práticas sociais e políticas como influenciadoras das mentalidades e da cultura, mas não necessariamente como uma norma rígida, plastificada.

O processo propriamente histórico de suas vidas [das mulheres] em sociedade revela papéis informais, a mudança, o vir a ser, e se opõe ao domínio dos mitos e das normas culturais. É o desvendar dos espaços femininos conquistados e não prescritos, por isso, em grande parte calados ou omitidos nos documentos escritos. Os papéis propriamente históricos das mulheres podem ser captados nas tensões, mediações, nas relações propriamente sociais que integram mulheres, história, processo social, e podem ser resgatados das entrelinhas, das fissuras e do implícito nos documentos escritos. (DIAS, 1995 p. 50)

Ou seja, precisamos a partir de nossas fontes analisar minuciosamente os dados para compreendermos como agiam e interagem essas pessoas, evitando ao máximo reproduzir estereótipos rígidos. Com essa abordagem e com a utilização dos processos criminais<sup>136</sup> conseguimos compreender a partir de diversos conflitos na região de Porto Alegre, como as pessoas (re)agem em algumas de suas sociabilidades cotidianas, como se relacionavam socialmente e como lidavam com situações diversas.

Propomos, nesse capítulo, analisar os depoimentos encontrados nos processos criminais como indícios das experiências sociais de mulheres transgressoras/vítimas, e que em muitos casos a transgressão e a vitimização constituíram (e constituem) linhas muito tênues, que dependem da perspectiva de quem as observa. Obviamente não esquecemos que essas mulheres também são frutos de experiências laborais, sociais e raciais que são próprias de cada pessoa,

---

<sup>136</sup> Temos a consciência de que muitos conflitos não chegavam à esfera judicial e as disputas ficavam restritas ao âmbito privado, por diversos motivos. Contudo, Bóris Fausto (1984) afirma que a leitura do processo criminal revela cenas da vida cotidiana dos “dominados”, traduzindo tanto o crime que ocorreu quanto a batalha jurídica que se instaura para punir as ações de vida de pessoas pobres, e com isso, desvendar algumas regularidades que nos permitam perceber valores, representações e normas sociais vigentes na época estudada.

mas que seguem princípios, valores e preocupações que são inerentes à sociedade da época. Sempre que possível pretendemos nomeá-las, pois acreditamos que, pelo simples fato de enunciar seus nomes, estamos construindo e expandindo suas ações de resistência, que podem ser mínimas, mas que auxiliaram, de certa forma, as mulheres e, por que não homens, de hoje a construir uma sociedade um pouco mais igualitária. Também é imprescindível para o leitor compreender que a resistência dessas mulheres nem sempre são propositais, ao contrário, muitas vezes elas não sabem que suas ações são resistências a um sistema patriarcal a qual elas/nós estão/estamos inseridos.

Para compreender todas essas questões, começaremos o capítulo tentando recuperar experiências sociais, a partir dos famosos “ouvi dizer”. Esse estudo compreende que essas *fofocas* e comentários de vizinhança, eram práticas recorrentes na cidade de Porto Alegre, pois faziam parte de um mecanismo social que tinha como princípio uma avaliação das pessoas perante toda uma comunidade, carregando valores morais que podiam servir para prejudicar como também para enaltecer um indivíduo. *Fofocas* essas que se espalhavam com grande rapidez, preocupando os cidadãos que queriam manter um status de prestígio. As pessoas recorriam à justiça para provar que as injúrias eram falsas e para livrar seus nomes de características depreciativas, que prejudicariam a sua imagem moral, podendo ter consequências desastrosas quando esses indivíduos tentassem procurar empregos ou fizessem qualquer ação social ordinária.

Como parte da recuperação social e cotidiana da vida de mulheres populares, mostraremos como as moradias dessas mulheres poderiam refletir em sociabilidades cruciais em suas experiências de vida. No capítulo anterior, vimos que as mães que não tinham onde deixar seus filhos recorriam a mecanismos sociais mais amplos, como deixá-los com as vizinhas e parentes, por exemplo. A partir de ações como esta, vemos que a relação moradia e sociabilidade são complementares e não seriam de tamanha eficiência se não fossem em espaços onde abrigassem várias pessoas.

Após compreendermos essas questões, buscaremos historicizar os papéis e estereótipos masculinos, como também as relações entre os sexos. Não eram apenas as mulheres que deveriam desempenhar certos tipos de condutas e que possuíam regras sociais as quais deveriam nortear suas vidas, possuindo papéis que poderiam ser modificados dependendo da ocasião. Utilizaremos para isso o livro

“Diário de Bitita”, de Maria Carolina de Jesus, pois caráter autobiográfico nos auxilia como referência e fonte histórica.<sup>137</sup> A partir de sua leitura conseguimos conhecer aspectos da sociedade de início do século XX, como a dura trajetória de uma família negra, seus problemas diários e seus esforços para conseguir a sobrevivência, como também de diversos outros personagens que a autora apresenta a partir de suas lembranças. Como mulher negra e pobre, Bitita/Maria Carolina de Jesus trava as lutas cotidianas com muita firmeza, mostrando diversas formas de agências.

#### 4.1 NEM DO PRIVADO NEM DO PÚBLICO: FRAGMENTOS DE PRÁTICAS COTIDIANAS

Falamos muito até aqui sobre compreender o cotidiano das mulheres populares. Como viviam, se relacionavam, trabalhavam? Nosso objetivo principal é compreender as várias facetas que envolviam o mundo das mulheres pobres em fins do século XIX, a partir de nossas fontes. Mas do que se trata o cotidiano? O que compreendemos sobre esse conceito?<sup>138</sup>

A historiografia, durante o século XIX e início do XX, compreendia apenas os estudos de História Política e Econômica. A partir da Nova História, estudos inéditos sobre temas antes não considerados como históricos começaram a emergir, entre eles vemos: a família, mulheres, raça e cotidiano, por exemplo.

Se antes as preocupações dos historiadores se restringiam ao estudo da macropolítica, as resistências miúdas e quase invisíveis do cotidiano passaram, com a Nova História, a ser objeto legítimo de pesquisa, e muitos personagens antes ocultos – porque não participavam diretamente dos aspectos da vida pública – passaram a ter suas vozes e gestos reconstituídos. Mulheres, prisioneiros, loucos, marginais e muitos outros “esquecidos” podiam enfim ter sua história contada. (SILVA; SILVA, 2013, p.76)

---

<sup>137</sup> O livro trás a trajetória de uma família negra, nas primeiras décadas do século XX, narrado do ponto de vista da autora em sua fase adulta. Carolina Maria de Jesus (Bitita) trás aspectos que vão desde a sua infância até sua vida adulta, mostrando uma sociedade repleta de injustiças sociais, preconceito e discriminação. A partir de suas recordações conseguimos reconstruir um pouco da sociedade da época, contudo é com base em suas memórias e para isso devemos ter consciência de que a perspectiva sobre um fato pode ter mudado aos longos do anos, devido as suas experiências de vida. Sobre memória ver: WINTER, Jay. A geração da memória: reflexões sobre o “boom da memória” nos estudos contemporâneos de história. In: SILVA, Márcio Seligmann (Org.). *Palavra e imagem: memória e escritura*. Chapecó: Argos, 2006, p. 67-90.

<sup>138</sup> Para uma excelente revisão historiográfica sobre a noção de cotidiano, ver: PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. *História e Perspectivas*, Uberlândia, v.6, p.24-44. jan./jun. 1992.

Cotidiano, muitas vezes, é compreendido como monotonia e vida ordinária. Percebemos que esse conceito não pode ser definido com tanta rigidez e plasticidade, pelo contrário, o cotidiano é um lugar de invenção, recriação e resistências, como espaço de poder e de políticas individuais e coletivas. Michel de Certeau (2002) vê o cotidiano como lugar onde pessoas comuns, na maioria das vezes em anonimato, criam com intensa criatividade práticas que (re)interpretam o mundo a seu modo, muitas vezes se opondo as estruturas de dominação. Agnes Heller (1992) compreende o cotidiano como o espaço onde o homem realizam suas capacidades intelectuais, laborais, sentimentais e ideologias, como também, alternativas, escolhas, espontaneidades, mas também imitação e reprodução de costumes.<sup>139</sup>

Para esse estudo, compreendemos que o cotidiano não apenas envolve a vida corriqueira e a (re)produção de costumes, mas o vemos como um espaço cuja definição não pode prescindir de englobar multifacetadas práticas sociais. O cotidiano vai além da nossa capacidade de limitá-lo conceitualmente: é maleável, múltiplo, cheio de (re)invenções, alternativas, com ressignificações de valores pessoais e de grupos, repleto de espontaneidade, improvisações e de linguagens próprias.

Pensando nisso buscamos compreender mais nesse sub-capítulo sobre o cotidiano das mulheres populares, no recorte permitido pelas fontes que manejamos, suas alternativas socioeconômicas e práticas culturais, numa cenografia social estruturada sobre improvisações, continuidades e condicionamentos. A partir de fragmentos históricos encontrados nas fontes começaremos apresentando como injúrias, fofocas e comentários eram absorvidos e manejados pela população na época a qual estamos estudando. Palavras injuriantes tornavam-se atritos resolvidos na esfera judicial, pois os valores desses rumores possuíam significações diferenciadas. Vizinhos se envolviam em diferentes momentos de discórdias, pois o modo de moradia tendia a propiciar uma vida sem tantas intimidades, cheia de contatos e trocas, repleta de curiosidade.

---

<sup>139</sup> Ver também: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2002; DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2004; HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

#### 4.1.1 De injúrias a “ouvir dizer”: Vizinhos e conhecidos em atritos

Acompanhamos uma sociedade na qual a palavra proferida tinha muita força, os insultos eram ultrajantes e maculavam a honra comunitária, e a sociabilidade entre familiares e vizinhos variava entre ofensas e solidariedades<sup>140</sup>. Um comentário mal interpretado ou uma ofensa pronunciada no momento errado poderia desfazer laços de amizade e de sangue entre conhecidos de longas datas, vizinhos e familiares.

Em uma sociedade de iguais era necessário ter a estima dos outros, vivendo todos num vulnerável equilíbrio devido à observação diária dos vizinhos. Enquanto prática social, o rumor assumia um poder desestabilizador, podendo também ser acionado como mecanismo de intriga ao se converter em arma que fazia circular de boca em boca comentários que provocavam escândalo (VENDRAME, 2016, p.309).

Falamos de um tempo histórico onde a honra e a moral eram consideradas qualidades e, portanto, deveriam ser defendidas, gerando estima e prestígio dos vizinhos, amigos e de seus iguais. Quando as condutas se distanciavam do que deveria ser o correto para aquela população, gerando imoralidade e se desencontrando com as normas de prestígio e integridade, os rumores poderiam agir como desqualificadores, pois o “ouvi dizer” e os boatos, no geral, agiam como um mecanismo de sociabilidade, de referência comunitária sobre a conduta geral do sujeito, podendo, portanto, ser um meio encontrado para demonstrar seu (des)prestígio social.<sup>141</sup> Veremos que as falas encontradas nos documentos judiciais demonstram a importância deste meio de comunicação social e de como

---

<sup>140</sup> Vários historiadores demonstraram que a questão da *honra* não era importante apenas para setores sociais ligados a elite, mas que também os subalternos manejavam noções próprias de dignidade e integridade. Segundo a antropóloga Cláudia Fonseca (2000, p.125) a honra, mesmo em comunidades pobres, “figura como elemento simbólico chave que, ao mesmo tempo, regula o comportamento e define a identidade dos membros do grupo. Essa aplicação da noção de honra pode chocar os leitores acostumados a associá-la à vida de reis e aristocratas, mas foi o próprio Pitt-Rivers, pioneiro do estudo da honra nas regiões mediterrâneas, que abriu o caminho, quando sugeriu que o senso de honra é realçado entre os bandidos, assim como entre aristocratas [...]” Ver também: GAYOL, Sandra. *Sociabilidad en Buenos Aires. Hombres, honor y cafés: 1862-1910*. Buenos Aires: Del Signo, 2000; REMEDI, José Martinho Rodrigues. *Palavras de honra: Um estudo acerca da honorabilidade na sociedade sul-rio-grandense do século XIX, a partir dos romances de Caldre Fião*. 2011. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011; KRAAY, Hendrik. “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos”: o “recrutamento” de escravos na guerra da Independência na Bahia. *Revista Brasileira de História*. N. 43, v. 22, São Paulo, 2002, p. 109 – 126.

<sup>141</sup> Hoje é comum buscarmos referências de uma pessoa em suas mídias sociais, em um currículo, ou documentos que comprovem o que o sujeito declarou. Na época o meio encontrado para busca destas referências era o boca a boca, a estima que a pessoa construía em seus locais de sociabilidade.

funcionavam como norte de moralidade e conduta, cumprindo função central de identificação e referência dos membros sociais. Destruidores, legítimos, escandalosos ou corriqueiros, os rumores, uma vez que caíam nos ouvidos da população, poderiam gerar estereótipos negativos ou positivos, dependendo da situação.

Em 1896, Virgilina Perpétua da Silva abriu um processo de injúria verbal contra a africana da Costa da Mina Francisca Maria da Conceição, com 78 anos, solteira e trabalhadora dos serviços domésticos. Virgilina contou que, em 28 de novembro daquele ano, às 11 horas da manhã, na quadra entre a esquina das Ruas da Alegria e da Ponte, Francisca injuriou-a, ofendendo sua moral, com os seguintes dizeres: “prostituta que não respeitava sua viuvez”.<sup>142</sup> A queixosa, limitando-se a pedir que ela provasse o que tinha dito, tomou imediatamente o carro que a esperava para evitar maior escândalo. Temos aqui um exemplo de injúria, que no artigo 317 do código penal vigente, constituía-se como:

- a) a imputação de vícios ou defeitos, com ou sem factos especificados, que possam expor a pessoa ao odio ou desprezo publico;
- b) a imputação de factos offensivos da reputação, do decoro e da honra;
- c) a palavra, o gesto, ou signal reputado insultante na opinião publica.<sup>143</sup>

Percebemos acima a importância que era dada ao conceito social sobre os indivíduos, sendo acentuado como profundamente prejudiciais o desprezo público e a opinião pública. Na sua defesa, a ré Francisca assume que insultou Virgilina, chamando-a de *prostituta* e que ainda teria acrescentado que ela não respeitava a sua viuvez, porém, isso foi dito em represália a outros insultos, como os de “preta e negra mina de modo ordinário”. Vemos, além de um discurso de preconceito contra a cor e a origem de Virgilina, uma injúria que remete ao seu passado de escravidão e sua africanidade. Numa tentativa de diferenciação de qualidades e origens, em uma sociedade altamente racializada, tais injúrias poderiam ter vários significados

---

<sup>142</sup> APERS - Processo número 1887, maço 78, estante 33.

<sup>143</sup> Artigo 317 do Código Penal de 1890. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acessado em 11 de outubro de 2017.



negativos - como veremos no último capítulo dessa dissertação - tanto é que Francisca se ofende e insulta a moral de Virgilina.<sup>144</sup>

Percebemos como esses insultos denotam diferenças, mas também intimidades, já que Virgilina sabia do qualificativo “mina” da identidade africana de Francisca.<sup>145</sup>

A partir da primeira testemunha, Simão Sampaio de Oliveira, com 38 anos, solteiro, cocheiro e natural de Minas Gerais, conseguimos visualizar com maior atenção o ocorrido. Acontece que Simão, como cocheiro empregado de Virgilina, levava-a na casa do delegado de polícia João Leite, mas antes de irem para esse destino, Virgilina resolveu parar na residência de Francisca para “receber certa quantia a fim de fazer um pagamento ao já mencionado coronel João Leite”. Quando chegaram à casa de Francisca, essa começou a insultar Virgilina dizendo que era uma viúva que não respeitava seu véu e que recebia homens em sua casa. Maria Magdalena Borges, 38 anos, viúva, natural deste estado e trabalhadora do serviço doméstico, completa que Francisca ofendeu Virgilina chamando-a de *devassa* e que era “uma puta muito grande e que provava que ela tinha amigos”. A amizade aqui se refere a relações não formalizadas. Outro fator que se sobressai é o fato da viuvez ser uma forma de insultar Virgilina, isso se dá ao fato de que as mulheres após a morte do marido, deveriam respeitar suas memórias e não se envolver fisicamente com outro homem, principalmente se não fossem relações formais, como as de segundas núpcias.

Além de socialmente a palavra ser formadora de classificações, juridicamente ela poderia tornar-se injúria e crime contra a honra e a boa fama, conforme vemos no título XI do Código Penal: “*da calúnia e da Injúria*”. O artigo 315 imputa calúnia como “falsa imputação feita a alguém de facto que a lei qualifica crime”, logo, se a

---

<sup>144</sup> Em várias pesquisas vemos que a cor negra estava, no período logo após a abolição, profundamente arraigada a associações entre o ócio, à violência e a permissividade sexual. De acordo com Bóris Fausto (1984, p.55) “ser negro é um atributo negativo conferido pela natureza que só se desfaz parcial e excepcionalmente pela demonstração de características positivas: o devotamento ao trabalho, à fidelidade a algum branco protetor, a humildade, etc.”. Bóris Fausto também relata que o negro era potencialmente suspeito, justamente por sua característica física (a cor) estar ligada a preconceitos morais.

<sup>145</sup> Os minas eram indivíduos escravizados provenientes da costa ocidental africana e demonstraram no Brasil imensa capacidade organizativa, que pode ser verificada na numerosa e frequente obtenção de alforrias, por exemplo. Eram reputados ótimos curadores e ativos na esfera comercial, dessa forma os minas constituíram “provavelmente um guarda-chuva identitário operacional em termos de mobilização comunitária”. (MOREIRA, 2014).

pessoa provar que o facto propagado foi verdadeiro ela será isenta de pena<sup>146</sup>. Provável motivo pelo qual o advogado de defesa da ré Francisca não cessava de perguntar para as testemunhas se Virgilina estava amasiada ou “amigada” com seu motorista Simão Sampaio, a fim de provar que a autora possuía, de fato, conduta afetivo-sexual reprovada segundo os cânones morais do período (mesmo que usual nos comportamentos populares).

Neste caso, a má conduta se configuraria por Virgilina ter um caso com seu motorista, primeiro por ela ser viúva e ter um novo relacionamento, segundo pela diferença de classe entre ambos. Neste caso, o amasiamento estava sendo usado de forma pejorativa; pois Virgilina deveria respeitar sua viuvez, mantendo casto comportamento afetivo.<sup>147</sup> Devemos pensar que o socialmente aceitável se diferenciava em função da classe, do gênero e da raça e da circunstância. Por exemplo, não era socialmente aceitável uma mulher ser amasiada se ela fosse da elite, mas se ela fosse pobre isso podia ser até um qualitativo<sup>148</sup>, pois mostrava que ela não era prostituta ou mulher pública, neste contexto, tornava-se aceitável.

A partir desse caso vemos como as injúrias e calúnias poderiam ser ameaçadoras. Maíra Vendrame (2016) explica que os julgamentos comunitários eram constantes e poderiam determinar os destinos individuais e familiares, podendo destruir a estabilidade das relações, independente de quais seriam. Virgilina não aceitou as ofensas de Francisca, indo a justiça para que sua reputação não ficasse marcada por injúrias. Francisca, ao ser processada, tenta por meio de perguntas feitas por seu advogado, provar que as ofensas eram verdadeiras. O juiz, entretanto, considerou improcedente a queixa, devido a muitos fatores mal esclarecidos no caso.

\*\*\*

No dia 10 de agosto de 1899, às 9 horas da manhã, Ambrosina José Maria mandou por uma menina um recado sobre um cão pertencente a Albino Martins, comerciante da cidade, gerando conflitos entre as partes.<sup>149</sup> Provavelmente as

---

<sup>146</sup> “salvo quando o direito de queixa resultante delle for privativo de determinadas pessoas”. Disponível em: < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>>. Acessado em 11 de outubro de 2017.

<sup>147</sup> Não sabemos as posses de Virgilina, mas por ela possuir um motorista que recebia salário de 40 mil réis mensais, além de empregar outro indivíduo chamado João, acreditamos que ela possuía recursos, os quais infelizmente não temos como saber a origem.

<sup>148</sup> Aos olhos da justiça nada se assemelhava ao casamento, mas pensando nos iguais, amasiar era uma relação de grande estabilidade.

<sup>149</sup> APERS - Processo número 3638, maço 135, estante 1.

ofensas e brigas já aconteciam há algum tempo, pois Albino era vizinho de pátio de Ambrosina. Albino responde a Ambrosina pela mesma menina, sendo este último recado o estopim, gerando fúria em Ambrosina, levando-a a reclamar proferindo palavras insultantes na frente do comércio de Albino, situado a Rua das Andradas número 382, “que expunham o queixoso ao desprezo da sociedade: galego, filho da puta, corno, ladrão, vendedor de bicho”. Além das injúrias em si, este fato foi presenciado por muitas pessoas, fator determinante para que o autor desse a queixa contra a ré, denunciando-a baseado no código penal artigo 317, visto acima, pois seu prestígio perante a comunidade foi abalado, dando motivos para falatórios e questionamentos de sua honra, afetando seu trabalho e seu comércio. De acordo com Maíra Vendrame (2016), o rumor funcionava na comunidade como uma “espécie de fórum coletivo”, propagando e expondo os mexericos sobre a conduta alheia. Um comerciante deveria ter boa conduta, caso contrário, seu comércio poderia sofrer represálias por falta de fregueses.

Nos insultos proferidos, Ambrosina ataca pessoalmente Albino, questionando sua masculinidade e maculando sua honra familiar, chamando-o de *corno*, o seu status de honestidade ao chama-lo de ladrão e vendedor de bichos, depreciando-o perante os clientes, dando motivos para a chacota de vizinhos e para a população que frequentava a venda, além de ofender a mãe do mesmo. Ao chama-lo de galego, Ambrosina tenta mostrar diferença e depreciação por sua origem. Por o processo não ter sido levado adiante, não sabemos nada mais sobre o caso, a origem ou a cor de Ambrosina, idade ou qualquer outra característica. As variáveis para xingamentos dependiam da ocasião, dos sujeitos envolvidos e da cultura da comunidade em si.

Maíra Vendrame (2016) ao expor sobre a sociabilidade italiana explica que os vizinhos assumiam papel fundamental enquanto canais transmissores de notícias. Apesar das maledicências entre vizinhos serem comportamentos de certa forma condenados, visto que se esperava solidariedade e cumplicidade da vizinhança, essas pessoas por morarem perto acompanhavam os rumores e os acontecimentos, seja por ver ou por “ouvi dizer”. Esses rumores poderiam aparecer como grandes ameaças, gerando mais intrigas e brigas. Não só na comunidade Italiana havia rumores, mas a sociedade da época em si era movida pela curiosidade e Porto Alegre não ficava de fora; “todos espiam pelas frestas e se políciam, tudo é visto e registrado” (PESAVENTO, 2008, p.32).

Quando minha madrinha Matilde não tinha nada em casa para comer, ela pegava um prato vazio e um garfo e ficava de pé na porta principal de sua casa, fingindo que estava comendo e dizendo:

- Faço isto para os meus vizinhos verem que eu não passo fome, porque sempre existe um vizinho língua grande. (JESUS, 1986, p.19)

Neste trecho do *Diário de Bitita*, vemos uma situação de grande miséria sofrida por sua madrinha, a qual não tinha dinheiro nem para comer, mas que mesmo assim mantinha uma imagem, pois os vizinhos não poderiam saber de sua realidade financeira, já que os rumores poderiam ser cruéis, complicando sua moral, credibilidade entre os pares e questionando seus meios de vida. Isto é, prejudicando futuras relações.

No dia 30 de janeiro de 1896, na Ilha da Pintada (uma das ilhas fronteiras da cidade de Porto Alegre), às 7 horas da manhã, Augusta d'Ávila é acusada de bater no menino José, filho de Manoel da Silva Costa, 60 anos, marítimo e casado, a ponto de deixar seu "olho pizado".<sup>150</sup> Contudo, Manoel em outro processo, também é acusado de bater em Augusta, no mesmo dia, vejamos o seu depoimento:

Declarou mais que contra a Augusta d'Avila, aggru apenas em defeza de um casal de filhos menores delle respondente, que ao passarem perto da caza della foram por esta aggridos de facão em punho; e como elle respondente achava-se próximo na sua qualidade de pai correu em auxilio de seus referidos filhos; foi então que Ella aggredio a elle respondente dando-lhe um golpe de facão que com o braço produzio-lhe uma contusão forte no dedo mínimo da mão esquerda, que nesta occasião apresenta; nisto foi que ele e a referida mulher tropeçando em um espinho que Ella mesma colocara na estrada, cahio e elle respondente que vinha próximo tropeçando também cahio por cima della. Declara ainda que não a espancou, por quanto nem uma arma trazia consigo e o próprio facão com que Ella o aggredia ficou em poder della sem que elle nem mesmo tentasse apoderar-se delle. As escoriações ou outras quaisquer sinais que ella possa ter, não foram produzidas se não pela queda que levou sobre os espinhos e madeiras do caminho.<sup>151</sup>

A intenção aqui não é saber se o que Manoel declara é o que realmente aconteceu ou se ele bateu ou não em Augusta, mas o seu depoimento é uma ilustração perfeita para visualizarmos até que ponto uma briga de vizinhos poderia ir. Lembrando que o que está em questão em cada processo é a defesa de um sistema de normas, não uma verdade rígida ou absoluta (Mariza Corrêa, 1983). Vemos que de acordo com essa narrativa foi feita uma armadilha para Manoel, onde espinhos

<sup>150</sup> APERS - Processo número 19, Maço, 32 e estante 119 B.

<sup>151</sup> APERS - Processo número 1901, Maço, 86 e estante 123 G.

foram colocados de propósito, além de Augusta lhe esperar com um facão. Quando perguntado sobre o que tinha a declarar sobre o fato ocorrido e sua prisão, Manoel expõe um fator interessante:

[...] dando até graças a Deus com a presença da autoridade ali, pois achava-se com a sua caza cercada por um grupo numeroso de indivíduos que elle julgava que pretendiam mata-lo e até mesmo incendiarem-lhe a caza, como de facto tentaram.

Neste pequeno trecho vemos que, tomando partido de Augusta d'Ávila, a vizinhança foi tentar fazer justiça com as próprias mãos, o que nos mostra que não só de injúrias e brigas viviam essas pessoas, mas que poderiam se acolher e tomar partidos em momentos de necessidades. Gabriel Correa de Oliveira, solteiro, com 22 anos de idade, agricultor, ao ser perguntado: “se não era verdade que momentos após o conflito diversas pessoas se reuniram em casa de Augusta e estavam dispostas a irem agredir o queixoso?”, responde: “que eram em numero de quarenta, mais ou menos, não podendo entretanto falar o nome dessas pessoas [...] pois na ocasião em que se deu o fato criminoso ele estava na ilha havia quatro dias”.<sup>152</sup>

Vemos que a sociabilidade ia muito além do vizinho de porta ou de rua, mas uma comunidade inteira poderia se unir para lutar por alguma coisa que não achava correta. A família também se torna uma grande arma contra ofensas, mostrando que poderia constituir-se por um vínculo forte, sendo acionada quando acontecia algum dilema. Manoel, ao defender-se, utiliza um discurso de paternidade e de família, diz ter ido tirar satisfação por seus filhos, mostrando que se fez alguma coisa, foi pela honra de sua família. Ao falar isso Manoel deixa subentendido que é um homem que respeita as regras sociais e exerce seu papel como pai e protetor dos seus filhos. Também diz que as pessoas que estavam tentando botar fogo em sua casa, eram parentes próximos de Augusta, mostrando que a família se unia para resolver problemas dos seus entes, deixando entendido que, neste caso, Augusta não estava desamparada:

Diz ainda que os indivíduos que pretenderam incendiar-lhe a caza onde refugiara-se com seus filhos, foram João Pinheiro, José Fernandes, Olympio Fernandes e Antonio Fernandes, o primeiro cunhado, o ultimo pai e os outros irmãos da queixosa, todos armados de revolver.

---

<sup>152</sup> APERS - Processo número 19, Maço, 32 e estante 119 B.

Apesar de a família ser um forte recurso para resolver problemas Augusta mostra sua autonomia quando se defendeu com um facão, armou um cerco com espinhos e não se intimidou por qualquer ofensa que possivelmente Manoel fez. Ela é um dos exemplos que mostram que as mulheres populares agiam por si e defendiam-se, mas, também, poderiam acionar protetores quando lhes convinha. No processo Augusta não depõe, pois por procuração seu marido assume o processo, mostrando que apesar de não seguir corretamente os padrões para uma mulher da época, usando da força física e brigando com seu vizinho, ela não deixava de acionar proteção de seu marido ou por seus familiares, os quais foram fazer justiça em seu nome.

Sandra Pesavento (2008) explica que a população do século XIX era violenta e andava armada, e de fato, nos processos, vemos mulheres dando facadas em outras mulheres ou em homens, por motivos de injúrias, ingestão de álcool ou por problemas de relacionamento. O fato é que as pessoas andavam com facas, canivetes, e outras armas. Qualquer discussão poderia ser motivo para agressões mais sérias, contudo, nos processos analisados, vemos que as mulheres que utilizavam essas armas não feriam desconhecidos, pelo contrário, eram pessoas de seu círculo íntimo de amizade e relacionamento.<sup>153</sup>

A cearense Maria da Conceição, 24 anos, lavadeira e engomadeira, casada, no dia 20 de novembro de 1899, pelas 7 horas da noite, foi acusada de ter ferido com um canivete grande a Maria do Carmo e João Baptista dos Santos, no campo da Redenção, em frente ao velódromo<sup>154</sup>. O processo não trás os motivos e nem os depoimentos dos feridos, nem na defesa ou na qualificação da ré. Francisco José de Oliveira, com 27 anos, casado, brasileiro e agente, ao ser requerido como testemunha da briga entre Maria da Conceição, Maria do Carmo e João Baptista dos Santos, explica um fato curioso: “Disse ainda que um canivete arma de que se serviu a denunciada [Maria da Conceição] para perpetuar o crime; Ella o tinha oculto no seio, acrescentando que as victimas [Maria do Carmos e João] como a

---

<sup>153</sup> Óbvio que temos consciência de que estamos acessando a sociedade oitocentista através de documentos judiciais, criados em função de momentos de violência física e verbal. Mas cabe destacar que esses documentos não trazem apenas conflitos e desavenças, mas também solidariedades e reciprocidades.

<sup>154</sup> O Campo da Redenção recebeu esta denominação durante a campanha abolicionista de 1884/1885, quando a capital ficou *redenta* do trabalho escravo. Antes chamava-se Campo do Bom Fim ou da Várzea e atualmente é o Parque Farroupilha, nome dado durante as comemorações do centenário da guerra civil de 1835/1845.

denunciada achavam-se sobre a pressão do álcool”.<sup>155</sup> Ou seja, neste depoimento vemos um esconderijo corporal onde as mulheres poderiam carregar objetos que queriam ocultar de terceiros, como os de valor, de proteção ou agressão, nos seios, que é claro que deveriam ter o tamanho adequado para tal fim. Apesar de o álcool ser um motivador, a ré já carregava em seu seio a arma do crime. Mas porque as mulheres andavam armadas?

Podemos pensar em algumas possibilidades para Maria carregar o canivete. Como estava embriagada, ela possivelmente ingeriu bebidas espirituosas em alguma taberna próxima. Por ser um lugar de bebidas e frequentado, principalmente, por um público masculino, a ofendida estava propensa a receber insultos, represálias e abusos, e o canivete, portanto, serviria como meio de proteção.<sup>156</sup> A rua, além de um local de trabalho para mulheres pobres também serviria como espaço de diversão.

Paulo Moreira (1993, 181) observa que mulheres honestas não deveriam circular sozinhas. Mas muitas, como mostramos ao longo desse sub-capítulo desafiavam as regras sociais, mostrando independência e autonomia e não conformismo. Contudo, a partir da documentação analisada, o historiador observou que essa mobilidade poderia gerar obstáculos negativos, “simples atos como frequentar bares ou mesmo aparecer à janela podiam prejudicar sua reputação”.

Silvana Santiago (2006, p.83 - 84), explicando sobre a diferença das classes de mulheres que frequentavam a rua, mostra que as populares não obedeciam às regras e padrões de comportamento propostas, baseados em passividades, como as mulheres de classe alta, pois o cotidiano era marcado pela presença feminina pobre na rua, e os “sujeitos com os quais cruzavam em suas andanças pelas ruas da cidade, alternavam diferentes opiniões sobre cada mulher presente nesse ambiente”. Apesar de a rua ser um espaço constante de trânsito cotidiano da mulher pobre, ela não era um espaço tipicamente feminino, e o uso de facas por baixo da roupa pode ter sido uma artimanha de resistência a investidas e opressões que por ventura poderiam surgir.

Também não descartamos o fato de Maria atuar como prostituta (permanente ou ocasionalmente), o que tornava o canivete quase uma necessidade (um

---

<sup>155</sup> APERS - Processo número 2009, maço 87, estante 11.

<sup>156</sup> Paulo Moreira (1993) ao estudar os conflitos na cidade de Porto Alegre em fins do XIX, principalmente em bares e tavernas, observa que a embriaguez tornava as coisas mais complicadas, tornando os sujeitos mais agressivos e propícios a agressões.

instrumento de trabalho) para enfrentar clientes violentos e/ou caloteiros. Outro fator, é que, possivelmente, ela tenha premeditado o crime e, por isso, carregava a arma. Não conseguimos outras informações a partir do processo, nem o motivo da briga. Mas, pelo fato de Maria andar armada e se aventurar a brigar na rua, mostra que as mulheres populares não seguiam um padrão de fragilidade, pelo contrário, a maioria dos processos analisados mostra que as mulheres estavam preparadas para brigar por suas demandas diversas (laborais, afetivas, etc.).

Vimos que as mulheres não viviam a partir do discurso existente sobre o feminino e pelos padrões impostos. Elas circulavam, bebiam, frequentavam bares e tavernas, traçavam brigas, carregavam armas, mas, isso não quer dizer que quando fosse preciso elas não acionassem algumas características desse discurso, como utilizar de membros da família para defesa.

#### 4.1.2 Entre a devassidão e a imoralidade

Porto Alegre é dotado de porto hidroviário privilegiado e logo se tornou um escoadouro natural da produção vinda de várias regiões, tendo uma importante função comercial e econômica, gerando crescimento, empregos e desenvolvimento. Em fins do século XIX, com o crescimento demográfico e os projetos de modernização, as fábricas e grandes comércios se alojaram na cidade, gerando novas perspectivas de vida para pessoas que procuravam melhores oportunidades para si e para a família.

Com este crescimento da cidade, as grandes imigrações e as próprias migrações internas, juntamente com a especulação imobiliária, a falta de moradia e a alta dos aluguéis, levaram ao surgimento de cortiços ou outros nomes que esses imóveis conhecidos por abrigar muitos inquilinos por um baixo preço, poderiam possuir. Por estes espaços sublocarem muitos moradores, eram vistos com um olhar de estigmatização pelos órgãos públicos e a alta sociedade, cenários de práticas morais condenáveis e de crimes de todas as espécies.<sup>157</sup>

---

<sup>157</sup> Ver mais: MOREIRA, Paulo. *Os Cativos e os Homens de Bem*. Experiências Negras no Espaço urbano. Porto Alegre: Edições EST, 2003 CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo – SP: Companhia das Letras 1996; CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. SP, Brasiliense, 1986.



O difícil era viver harmoniosamente quando vizinhos e parentes moravam muito próximos uns aos outros, na mesma casa, mesmo quintal ou em espaços marcados pela proximidade e pouca intimidade, como cortiços e casas de pasto.<sup>158</sup>

Os cortiços eram espaços onde pessoas com poucos recursos financeiros moravam, de modo que as noções de ocupação e de lar conotavam outra delimitação que não compreendia ao sentido de ambiente privado desejado e defendido pelas elites. Esses compartilhamentos diários geravam experiências, vivências e lógicas de organização próprias e formavam múltiplas convivências, conhecimentos, favores e redes de vizinhança. Amizade, familiaridade, parentesco eram forjadas de forma plural, gerando afetos e desafetos que deveriam ser gerenciados cotidianamente.<sup>159</sup> Os populares experimentavam a moradia como espaço de socialização, sendo a experiência de vida compartilhada e rodeada de conhecidos e desconhecidos, de laços feitos e desfeitos, em processo contínuo.

Pela diversidade das *gentes*, os habitantes destas habitações com forte conotação coletiva muito deveriam aprender sobre costumes, línguas, mas também não podemos esquecer que, apesar dos auxílios mútuos, havia os conflitos, pequenas desavenças e grandes entraves e, portanto, muitos rumores. As experiências iam além do espaço doméstico privado, por diversos motivos, sejam pela mistura das diversas etnias, sexos, diferenças, crenças, trabalhos e tantos outros diferenciais que podemos encontrar no âmbito social ou pelas sociabilidades que todas essas diferenças ocasionavam.

Em uma de suas modalidades, o cortiço se apresenta como um pátio circundado por casinhas modestas e pequenas, dispostas paredes contra paredes. “São casas de porta e janela”, ou seja, com essas duas únicas aberturas voltadas para o pátio central onde há um tanque uma bica d’água para o uso comum.<sup>160</sup> (PESAVENTO, s/ano, p. 283)

---

<sup>158</sup> Casa de pasto era um local onde se comia barato, mas também continha quartos para alugar, ou seja, era uma taberna que servia como cortiço ou albergue, “onde cada um comia por seu dinheiro”, a faltar, ou seja, “por um preço certo por cada pasto e não pedindo um tanto de cada coisa”. (SILVA, 1922, p. 410)

<sup>159</sup> Por exemplo, não existiam creches ou escolas acessíveis para aquele grupo e, portanto, os próprios vizinhos poderiam se responsabilizar pelas crianças alheias, assim como outras ajudas que poderiam ser precisas ao longo da vida dessas pessoas.

<sup>160</sup> Ver mais em: PESAVENTO, Sandra. Cortiços. In: TOPOLOV, Christian; BRESCIANI, Stella, LILLE, Laurent Caudroy; D’ARC, Hélène Riviere. *A aventura das palavras da cidade através dos tempos, das línguas e das sociedades*. Editora Romano Guerra. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B1tQ2XAFclGdWkJ4cGpUQzFxaFE/view>> Acessado em 17 de outubro de 2017.

Devemos compreender que a mobilidade dos pobres pela cidade era frequente, portanto, os cortiços também se tornavam lugares de passagem. As pessoas até poderiam morar meses ou anos, mas devido à rotatividade e a falta de empregos, baixos pagamentos, busca de proximidade com os labores, entre outros motivos, os moradores ficavam trocando regularmente de moradia. A associação com o trabalho braçal também era frequente, ocasionando uma forma visual de diferenciação de classe e de pessoas.<sup>161</sup>

No dia vinte e cinco de agosto de 1889, entre as catorze ou quinze horas da tarde de um dia típico de inverno na Capital Rio-grandense, Antônia Maria da Silva, também conhecida como Antônia Felix, 28 anos, prostituta, apareceu na casa de sua tia, Ignácia Brígida de Jesus, 22 anos, engomadeira e lavadeira. A visita foi calorosa e um conflito armado se travou entre Antônia e Ignácia Brígida, ao ponto da última ser internada na Santa Casa de Misericórdia com ferimentos perfuro-cortantes no baixo ventre<sup>162</sup>.

O processo começa com o Promotor Público explicando e dando queixa sobre o ocorrido, em uma tentativa de depreciar as moradoras a partir de seu local de moradia. Em suas palavras:

No dia 25 de agosto de 1889, na casa de pasto n.3, de propriedade de Justino Aniceto de Araujo, teatro de suas devassidão e immoralidade e freqüentada por gente da pior espécie, travou-se de razões, por motivo de ciúmes, a accusada Antonia Maria da Silva ou Antonia Felix com sua tia Ignacia Brigida de Jesus, a que foi procurar em casa de Justino Aniceto de Araujo, em um dos seus quartos por esta ultima ocupado, levando na cintura uma faca de ponta, e depois de haver dado na offendida um empurrão, tendo-se empenhado ambas em luta corporal, a dennunciada, tirando a faca que levava na cintura produziu na offendida o ferimento mortal, em via de regra, a juízo dos facultativos, descripto no auto de corpo de delito de fls. pelo que foi a offendida recolhida, ato continuo, a Santa Casa de Misericórdia, a fim de ser medicada.

Ao colocar que a briga foi motivada por ciúmes, o Promotor Público intenta diminuir o real motivo do conflito (que por ventura, acaba não sendo esclarecido no processo), como se as pessoas ali residentes fossem propícias a este tipo de

---

<sup>161</sup> Sandra Pesavento (s/ano, p.285) explica que, segundo o Anuário de 1893, no ano de 1890 Porto Alegre contava com 141 cortiços, sendo descritos como lugares de amontoamento demográfico, de tal modo que seria difícil chegar a um bom recenseamento dos habitantes. Também eram associados às piores características da época, locais imorais vinculados à ausência de relações familiares e, portanto, essas pessoas eram representadas como vivendo na promiscuidade e na anomia social, o que justificava qualquer intervenção pública, mesmo que violenta.

<sup>162</sup> APERS - Processo número 1692, maço 68, estante 11.

comportamento, mobilizadas por frívolas questões. Descrito como local de devassidão, imoralidade e frequentado por “gente da pior espécie”, a casa de pasto de propriedade de Justino Aniceto de Araújo se torna, nas palavras do Promotor, um local propício para discórdias. Ao se referir aos moradores e frequentadores do local como “gente da pior espécie”, expressão comum até nos dias atuais, a autoridade judiciária procura rebaixá-los, sinalizando para uma forma de pensamento onde as pessoas são classificadas socialmente por sua classe, raça ou gênero. Fazendo uma breve explanação sobre esse assunto, vemos que este pensamento de estigmatização e inferiorização das pessoas, explica Schwarcz (s/ano), faz parte da mentalidade de um grupo social para fomentar hierarquias a partir da demarcação de diferenças com o outro.<sup>163</sup>

Ao falar que os moradores daquele local são “gente da pior espécie”, provavelmente o Promotor quis se referir a pessoas com tendências e pré-disposições ao crime, vida fácil, preguiçosas e tantos outros adjetivos desqualificantes que possamos imaginar a partir das diferenças e oposições sociais e raciais.<sup>164</sup> Além da expressão *casa de pasto*, a moradia também é chamada de *bodega* pela acusada, Antônia Maria da Silva.<sup>165</sup> Provavelmente a acusada se refere assim ao local como forma pejorativa, para que haja dúvidas sobre a moral da ofendida, mostrando-a como dotada de um caráter duvidoso e possivelmente inclinada ao consumo alcóolico.

Sandra Pesavento (s/ano), Dóris de Bittencourt (2013) e Sidney Chalhoub (1996) explicam que as moradias dos pobres, com seus aspectos de insalubridade e

---

<sup>163</sup> Esse pensamento encontrado no final do século XIX tem suas origens remotas desde o século XVIII, a partir de textos e teorias como o do conde de Buffon, naturalista, que em “*Histoire Naturelle*”, lança uma tese sobre a debilidade e imaturidade do continente americano, ou de Corneille de Pauw, que a partir de Buffon introduz a noção de degeneração, preguiça, falta de sensibilidade, vontade instintiva e fraqueza mental ao falar sobre a população do “Novo Mundo”. Porém, no século XIX que estas teorias e pensamentos se homogeneizam para então englobar o conceito de darwinismo social, que a partir da legitimação da biologia e da tese evolucionista das espécies de Darwin, são propostos mecanismos baseados na *seleção natural*, para explicar a origem, a transformação e a perpetuação das espécies ao longo do tempo. Essa teoria de cunho evolucionista sai do contexto próprio em que foi produzida e torna-se um filtro intelectual que naturaliza as diferenças sociais e raciais, explicando as diferenças sociais baseadas em atributos externos e fenotípicos, construindo instrumentos de julgamentos e critérios deterministas que se fazem elementos essenciais na definição de moralidades e diferenciação de pessoas.

<sup>164</sup> Hoje, temos consciência de que não existem diferentes espécies ou raças humanas, contudo, na época essas expressões designavam grupos de pessoas conectadas por uma origem comum e consanguínea que remetiam à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais e psicológicas.

<sup>165</sup> Bodega seria um local de comer e beber, onde muitas pessoas transitavam, mercadorias do abastecimento diário das famílias populares eram comercializadas e quartos eram alugados.

intensa sociabilidade, eram consideradas focos de epidemias e crimes, sendo necessária a intervenção e eliminação das mesmas. Na segunda metade do século XIX a tendência era considerar qualquer habitação que fosse vista com muitas pessoas como perigosa e propagadora de epidemias. Por ser uma época onde a medicina científica e social ganhava cada vez mais força e adeptos, o governo baseado nesses intelectuais e nos sanitaristas propunha a intervenção nesses espaços a partir de rígidas e por vezes excludentes políticas públicas. Noções de sujo e limpo, moralidade e imoralidade, família e promiscuidade demarcam contrapontos discursivos de construção de alteridades marcadas pela proximidade física, já que elites e populares moravam em grande proximidade espacial. Essa *retórica da alteridade* visa à *fabricação do outro*, tornando-o exemplo negativo do que se pretendia como modelo social, promovendo e apoiando políticas públicas (inclusive de controle social).<sup>166</sup>

A limpeza nestes discursos também adquiria sentido de distanciamento dos pobres do centro da cidade, levando-os a procurar moradias em áreas marginalizadas da sociedade, os subúrbios, longe das vistas da elite. Essa prática também tinha a intenção de proporcionar a ilusão de uma cidade moderna e urbanizada. Almejava-se esconder os pobres e toda a sua pobreza, relacionando-os à promiscuidade.<sup>167</sup>

Os pobres também ofereciam perigo de contágio. [...] Os intelectuais-médicos grassavam nessa época como miasmas na putrefação, ou como economistas em tempo de inflação: analisavam a “realidade”, faziam seus diagnósticos, prescreviam a cura, e estavam sempre inabalavelmente convencidos de que só a sua receita poderia salvar o paciente. E houve então o diagnóstico de que os hábitos de moradia dos pobres eram nocivos à sociedade, e isto porque as habitações coletivas seriam focos de irradiação de epidemias, além de, naturalmente, terrenos férteis para a propagação de vícios de todos os tipos. (CHALHOUB, 1996, p.29)

Sidney Chalhoub (1996, p.21) explica que havia uma linha muito tênue entre as classes perigosas e classes pobres nos discursos das elites políticas imperiais e,

<sup>166</sup> Ver mais em: HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto*. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

<sup>167</sup> Havia, também, um pressuposto de que ao eliminar os cortiços eliminar-se-ia o vício, pois ali era o foco de pobreza, epidemia, crime e, comportamentos desregrados. Para estes médicos, sanitaristas e para a elite em geral, os cortiços eram lugares de proliferação de epidemias por ser considerado “mundo de imundície”.

depois, republicanas.<sup>168</sup> No Brasil, o autor explica que as classes perigosas eram vistas como associadas ao vício, a pobreza e ao crime. Ao analisar os Anais da Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro no ano de 1888 (vol.3, p.73, sessão de 10 de julho), os deputados já descreviam a expressão, associando a uma ameaça que deveria ser combatida:

As classes pobres e viciosas, diz um criminalista notável, sempre foram e hão de ser sempre a mais abundante causa de todas as sortes de malfeitores: são elas que se designam mais propriamente sob o título de – classes perigosas –; pois quando mesmo o vício não é acompanhado pelo crime, só o fato de aliar-se a pobreza no mesmo indivíduo constitui um justo motivo de terror para a sociedade. O perigo social cresce e torna-se de mais a mais ameaçador, à medida que o pobre deteriora a sua condição pelo vício e, o que é pior, pela ociosidade. (CHALHOUB, 1996, p.21)

Esse trecho mostra nitidamente como se aproximavam os conceitos de classes perigosas e classes pobres, sendo ambos associadas ao vício e a ociosidade, pois a falta de trabalho e a imoralidade eram características que andavam juntas, de acordo com a época, como veremos melhor adiante.

A polícia e a justiça agiam/agem pela suspeição, ou seja, todo o cidadão é suspeito, porém, alguns mais que outros, principalmente por sua cor, gênero e classe. Mas, a partir do processo de Antônia e Ignácia, vemos que a moradia também agia como forma de distinção social. Os cortiços, casas de pasto ou prédios coletivos, por abrigarem homens e mulheres negros e imigrantes pobres, tornavam-se *naturalmente* lugares de suspeição, necessitando de vigilância.<sup>169</sup>

Mas nem só de opressão essas pessoas viviam. Como já citado, essas moradias serviam como espaços de sociabilização, com aprendizagens, contatos e trocas de favores. Importante compreendermos sobre como eram esses espaços para termos uma maior consciência sobre como as mulheres populares estudadas moravam e, conseqüentemente, se relacionavam. Independente de morar no

---

<sup>168</sup> O historiador explica que o conceito de classes perigosas provavelmente surgiu na metade do século XIX, e exemplifica a partir do estudo de 1849 da escritora inglesa Mary Carpenter, sobre criminalidade e infância culpada, em que a expressão era utilizada no sentido de um grupo social formado à margem da sociedade civil. Para esta autora, as classes perigosas eram constituídas pelas pessoas que já haviam passado pela prisão ou aquelas que haviam optado por uma vida de furtos ou roubos e não pessoas pobres, não adeptas ao casamento e ou trabalho formal, como vemos no caso brasileiro.

<sup>169</sup> Sidney Chalhoub (1996), ao estudar a cidade do Rio de Janeiro, explica que, após a eliminação dos cortiços por intervenção dos agentes repressivos, muitos moradores começaram a “subir o morro”, em busca de um local onde poderiam habitar tranquilamente. Em Porto Alegre, as pessoas começaram a procurar moradias mais afastadas, nos chamados “arrabaldes”.

mesmo quintal, ou da vizinhança ser de quartos ou de prédio, o importante é compreender que esses espaços, além de moradia, eram locais de socialização, de contato, trabalho, julgamentos morais e de intrigas. Como visto, os vizinhos possuíam conhecimento sobre tudo e a curiosidade movia a vizinhança e é sempre vista nos processos como um personagem indelével.

#### 4.1.3 Curiosas e Fofoqueiras

Nos processos é raro encontrar um depoimento que não começa com “ouvi dizer”, expressão que significa que a pessoa não presenciou, mas sabe da “boca”, de terceiros, a respeito do ocorrido. Expressão que ilustra que esses rumores eram praticados pela população e, principalmente, aceitos pela justiça para provar o caráter do réu ou do autor. Segundo Cláudia Fonseca (2000, p. 125) a fofoca “envolve, pois, o relato de fatos reais ou imaginados sobre o comportamento alheio”. Através desses comentários (des)qualificadores, a vizinhança opinava sobre os seus membros, mostrando proximidades e distanciamentos.

A partir do caso de Luísa Gomes de Souza, 25 anos, casada, do Ceará e trabalhadora doméstica, temos outro exemplo de sociabilidades populares. No dia dois de janeiro de 1900, ao meio dia, no prédio número 31, situado à Rua General Bento Martins, a acusada Luísa produziu diversos ferimentos de faca em Florêncio Manoel de Freitas (ou Florêncio Marcelino da Silva), a ponto de inabilitá-lo ao trabalho por oito dias, sendo o prejuízo avaliado pelos peritos em oitenta mil réis.<sup>170</sup>

Com o desenrolar do processo conseguimos compreender como esses indivíduos se mantinham informados da vida alheia, tudo vendo e tudo sabendo.

Julião do Espírito Santo, Rua Bento Martins n.31, no referido dia e hora estando no quarto que tem alugado no citado prédio, para jantar, ouviu logo depois, partindo do interior, vozes de homem e mulher em disputa acalorada. Levado por *simples curiosidade* foi espiar e viu Florêncio segurado por sua amasia Joanna Manoela da Silva pelas costas no momento em que aquele dizia: - “larga-me, que estou ferido” [...].(grifos nossos)

Julião, movido pela simples curiosidade, interrompeu sua janta e foi ver o que estava acontecendo. Já Florinda, cessou seu trabalho para ver o ocorrido.

<sup>170</sup> APERS - Processo número 2035, maço 88, estante 334 C.

Florinda da Costa, Rua general Bento Martins, n. 31, declara que no mencionado dia e hora achava-se lavando roupas na frente do cômodo de que é sub-locataria no prédio referido, quando allí entraram da rua embriagadas Isabel de tal e Luisa Gomes de Sousa, que allí ocupa também um quarto, dirigindo-se ambas para o interior e encontrando-se com Joanna Manoela da Silva, amasia de Florêncio Marcellino da silva, locatária do prédio, esta com as maneiras mais delicadas, observou a Luisa ébria, que no estado em que se achava não deveria ter ido buscar no interior da casa perturbando o habitual sossego dos moradores, uma companheira em estado de emriaguez pior talvez que o seu; Luisa respondeu de modo brusco e com frases violentas, e quando sem mais respostas Joanna retirava-se prudentemente para o interior, - Luisa foi em sua perseguição. Florêncio que ouvira o rumor vinha ver o que ocorria e encontra-se com Luisa Gomes que travou logo discussão violenta com elle, discussão que terminou pouco depois voltando Luisa Gomes ao seu compartimento, de onde sahio logo de faca em punho na mesma direção do local em que separa-se momentos antes de Florêncio; a respondente reciosa das conseqüências do que acabava de presenciar abandonou precipitadamente o seu trabalho, tomou sua filhinha pela mão e correu para rua. Quando regressou passado já muito tempo, nada mais vio porque haviam todos desaparecidos.

Lavando roupas, possivelmente para fora, Florinda enuncia um discurso em que coloca a ré Luísa Gomes de Souza e sua amiga Isabel de Tal como ébrias, que perturbavam o sossego do prédio e seus respectivos moradores. Ao qualificar essas duas mulheres como embriagadas, Florinda tentava mostrar que o prédio à Rua General Martins era composto por moradores adeptos da ordem e que casos como o ocorrido significavam uma perturbação da tranquila rotina daquele espaço.

A partir desses dois depoimentos conseguimos remontar um cenário, resgatando experiências sociais de homens e mulheres. Quão rico para a história social é esse pequeno trecho! Quantas coisas se passavam ao mesmo tempo nesses locais? Vemos uma lavadeira, um homem jantando, a volta de duas amigas de um lazer, bêbadas, um relacionamento de amasiamento, brigas entre vizinhos, julgamentos morais, espaço de recreação para crianças, e, não menos importante, quartos de moradia. Como não se intrometer, escutar ou visualizar uma briga, quando os espaços eram pequenos e parcamente separados? Como não julgar os vizinhos quando se está inserido em uma cultura fortemente marcada pela moral e bons costumes?

Para Florinda, Joanna, a amásia de Florêncio, agia “com as maneiras mais delicadas”; enquanto Luísa “respondeu de modo brusco e com frases violentas”, já que era ébria por estar alcoolizada. As más ações davam espaço para julgamentos,

injúrias e rumores. Os indivíduos com baixa credibilidade comunitária seriam restringidos dos recursos relacionais, pois não haveria confiança. Como acreditar em Luísa? Já que era bêbada e transgressora? Portanto, era preciso evitar o surgimento de falatórios para não enfrentar constrangimentos públicos, ter boas condutas e segui-las conforme era o socialmente aceitável. Lembrando que estes rumores serviam como referências.

Neste caso, Luísa foi absolvida, mesmo sendo chamada de ébria pela testemunha e delinquente pelo delegado. Pelo Júri Luísa, por unanimidade de votos, foi considerada culpada pelos ferimentos feitos a Florêncio, mas desses ferimentos o Júri não considerou que houve uma inabilitação ao trabalho, e talvez esse seja um dos motivos que tenha feito à ré ser inocentada.

Muitos dos documentos que acessamos no Arquivo Público do Estado nos contam histórias de curta duração judiciária, algumas nem conseguimos saber o final por se encerrarem sem explicação. Outras as autoridades públicas não acham merecedoras de atenção e consideram improcedentes. E muitas rés ou réus chegam até o tribunal, mas são simplesmente absolvidos pelos *juízes de fato*, os jurados. Isso não torna esses casos irrisórios, já que nos abastecem de práticas culturais e sensibilidades de difícil acesso pelo pesquisador. Por outro lado, devemos considerar que a polícia era chamada a intervir quando os atores sociais não conseguiam resolver privadamente os conflitos. Quando as pessoas eram levadas para a cadeia, mesmo quando ali ficavam pouco tempo e acabavam sendo absolvidas, devemos ter em mente que isso as onerava simbolicamente, estigmatizando-as como transgressoras. Também cabe lembrar que os envolvidos eram, em sua grande maioria, trabalhadores braçais e mesmo que ficassem presos poucos dias, isso prejudicava em muito os seus afazeres profissionais, gerando problemas (às vezes graves) no abastecimento de suas famílias. Finalmente, numa cultura popular em que a honra funcionava como um importante elemento de prestígio e diferenciação social, sofrer a desonra de uma prisão (mesmo sem condenação) fragilizava os trabalhadores em seu esforço de manutenção e obtenção de trabalho.



## 4.2 – “SE LEVAVA BORDOADAS ERA DE SEU HOMEM”: RELAÇÕES DE GÊNERO

Buscamos nesse subitem compreender como funcionavam as relações entre homens e mulheres populares, quais as ações marcadas pela força masculina e suas masculinidades e como na prática os discursos e a vida cotidiana se aproximavam ou distanciavam. Sempre levando em consideração a relação entre o feminino e o masculino, na busca de compreender como se pautavam essas relações, sabendo que a sociedade estudada era marcada por preceitos machistas e patriarcais. Começamos falando sobre qual o papel do homem nessa sociedade oitocentista.

### 4.2.1 A honra masculina: sexualidade e o bom trabalhador.

No processo em que Alípia da Conceição Lima acusa Hildebrando Martins Gonçalves de defloração, no ano de 1892, constatamos que em todos os testemunhos foi questionado pela Justiça o caráter de Hildebrando, suposto deflorador.<sup>171</sup> Visto que a honra era um importante indício de prestígio nessa sociedade, esse posicionamento dos profissionais da justiça nada teria de incomum. Contudo, percebemos que nestes casos de defloração a honra, o caráter e a moral do homem foram questionados para saber de sua idoneidade, numa abordagem que mostrava que não havia confiança na palavra feminina e que era preciso um consenso comunitário sobre a má índole do agressor para defini-lo como tal.

Logo, a sociedade respaldada por conceitos capitalistas e liberais construiu a imagem e o perfil do homem a partir do que seria chamado de *bom trabalhador*. A partir da segunda metade do XIX, com o processo de desagregação do escravismo, com o capitalismo, a urbanização e o projeto de modernização das cidades e das *gentes*, cada membro familiar deveria seguir regras e princípios para que as mudanças ocorressem e a sociedade se civilizasse. Devemos nos ater que a Constituição de 1891 proclamou a república de cidadãos livres e iguais perante a lei, no entanto, ela não mencionava o gênero, mas referia-se ao povo brasileiro com pronomes coletivos masculinos, não garantindo igualdade e cidadania para os sexos

---

<sup>171</sup> APERS - Processo número 26, maço 7 A, estante 29.

(Caufield, 2005). Não esquecendo que as leis são consequências de pensamentos da população daquela sociedade racializada, classista e masculina.

Em oposição ao vadio e o ocioso, o bom trabalhador deveria acumular bens, ser saudável, ter bons hábitos, constituir e manter uma família, pois cada membro auxiliaria e teria um papel fundamental para que esse modelo de trabalhador fosse vitorioso. Contudo, esse bom trabalhador tinha um sexo definido, ele era um homem.<sup>172</sup> O século XIX foi palco importantíssimo para compreendermos o que se tornou o conceito de trabalhador como é conhecido hoje, com regras e discursos. Esboçava-se a construção e difusão de uma nova ética do trabalho, que passava a ser conceituada como algo essencial para o enriquecimento e dignidade, ou seja, o trabalho conferia o status de cidadão.

A minha tia foi infeliz no casamento. É o que eu ouvia dizer, que o esposo era inimigo do trabalho. Quando alguém lhe aconselhava para arranjar trabalho, ele coçava a cabeça como se neste gesto estivesse procurando uma solução para os seus problemas. (JESUS, 1983, p.64.)

Na citação acima é notável a ideia de como a sociedade pensava sobre o trabalho e o trabalhador. A tia de Bitita era infeliz no casamento, pois seu marido era um inimigo do trabalho, sem perspectiva alguma, tanto que coçava a cabeça quando era aconselhado a procurar um emprego. Aqui a felicidade está relacionada ao trabalho e a renda da família. A tia era infeliz também porque precisava trabalhar arduamente para sustentar a casa e seu marido, que não cumpria com seu papel de homem na sociedade, que seria o de trabalhador e mantenedor da família. Carla Barbosa (2011, p.50), ao estudar a violência conjugal e relações de gênero na fronteira sul do Brasil (1889 – 1930), explica o quão podia ser difícil para o homem assumir o modelo de mantenedor da casa, pois nas camadas pobres o sustento do lar poderia ser inteiramente dependente da renda das mulheres. Além disso, a autora em sua tese de doutorado sobre o mesmo assunto, explica que o ato de trabalhar não comportava apenas o elemento produtivo, mas era capaz de outorgar legitimidade e respeitabilidade para o homem.

Para compreendermos o quão importante era o trabalho nesta época é interessante visualizarmos o Código Criminal de 1890. No Capítulo XII - “dos

---

<sup>172</sup> Lembremos que o espaço privado (lar) era reservado à mulher, e o público (rua) para o homem, isso é um dos motivos para o trabalho doméstico não ser tão valorizado, pois ele carregava preconceitos e normas de gênero. Isso não quer dizer que as mulheres não trabalhassem. Contudo, o idealizado pelas elites era o trabalhador do sexo masculino.

*mendigos e ébrios*” - temos que a ação de mendigar, nos casos em que o indivíduo possuísse saúde e aptidão para o trabalho (artigo 391), acarretaria a pena de oito a trinta dias de prisão. No capítulo XIII - “*dos vadios e capoeiras*” - vemos que o vadio era aquele que:

[...] deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes.

Pena – de prisão cellular por quinze a trinta dias.

§ 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

§ 2º Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinaes industriaes, onde poderão ser conservados até á idade de 21 annos.

**Art. 400.** Si o termo for quebrado, o que importará reincidencia, o infractor será recolhido, por um a tres annos, a colonias penaes que se fundarem em ilhas maritimas, ou nas fronteiras do territorio nacional, podendo para esse fim ser aproveitados os presidios militares existentes.<sup>173</sup>

Ou seja, vemos que a mendicância, assim como a vadiagem, eram crimes previstos na lei e vistos com preconceito perante a sociedade, pois os incursores nesses delitos não exerciam uma profissão com que *ganhassem* a vida, ou não possuíam meios honestos e lícitos para a sobrevivência. Aqui não interessava o motivo que levou determinada pessoa a tal situação de vulnerabilidade social, o problema não seria o sistema onde o sujeito estaria inserido, mas sim denotaria uma decisão pessoal por não querer trabalhar ou por seu trabalho lhe pagar tão pouco, que não teria condições ou meios de subsistência e moradia. Conforme assinalou Sidney Chalhoub:

Era necessário que o conceito de trabalho ganhasse uma valorização positiva, articulando-se com conceitos vizinhos como o de ‘ordem’ e ‘progresso’ para impulsionar o país no sentido do ‘novo’, da ‘civilização’, isto é, no sentido da constituição de uma ordem social burguesa. (CHALHOUB, 1986, p.29)

Em outro trecho do *Diário de Bitita* vemos como seu tio e irmão compreendia a questão de trabalho e da honra. Sobre seu tio:

<sup>173</sup> Código Criminal, Capítulo XIII, artigo 399. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>> acessado em 18 de outubro de 2017.

A polícia não o conhecia. Era carroceiro, obrigava o meu irmão a guiar os bois. Mas ele não gostava de levantar-se às cinco horas da manhã. Ele ia despertá-lo com a sua voz estentórea. O meu irmão suplicava:

- Mamãe! Fala pra ele que eu estou com dor de ouvido.

- Ele não pode ir. Está com dor de ouvido.

Ele quebrava a porta. Entrava com o chicote na mão e nos dava chicotadas, gritando furiosamente:

- Você esta doente? Tome o remédio! Não gosto de homem preguiçoso, cachorro! Ou você aprende a trabalhar, ou eu te mato! O Brasil não deve ser um país de ociosos. As nossas terras precisam de braços. O homem é assim mesmo, ao convidá-lo para trabalhar ele arranja estas doenças, bronquite, sinusite e preguicite. (JESUS, 1986, p.84)

Na primeira frase já fica explícito que o tio de Bitita era considerado um indivíduo *de moral*, pois além de trabalhador que acordava cedo para a labuta, nunca tivera problemas com a polícia. Com a agressão física o tio tentava *endireitar* o sobrinho, que ardidamente buscava dormir mais um pouco, e com um discurso nacionalista e patriota explicava que o progresso do Brasil dependia dos trabalhadores e não de ociosos que achavam desculpas para a vadiagem.

Apesar de o trabalhador homem ser relacionado normalmente com o espaço público, ele também possuía responsabilidades com o privado, ou seja, com os demais integrantes da família. Deveria ser um bom marido e pai, cuidando da honra familiar e trazendo alimentos para casa. No processo de agressão entre Manoel da Silva Costa e Augusta d'Ávila<sup>174</sup>, Manoel argumenta ter agido em defesa de dois de seus filhos “que ao passarem perto da caza della foram por esta [Augusta d'Ávila] agredidos de facção em punho; e como elle respondente achava-se próximo na sua qualidade de pai correu em auxilio de seus referidos filhos”. A paternidade e os compromissos com a família faziam parte do papel do homem considerado *de moral*.

Ao estudar os processos que envolvem confrontos diretos entre maridos e mulheres pela guarda dos filhos, Cláudia Fonseca (1997) observa que as acusações femininas alegam a falta de sustento da casa e o mau tratamento com a família, enquanto os homens utilizam o discurso da falta de moralidade e idoneidade das esposas. Ou seja, nesta disputa de guarda as mulheres utilizavam do discurso de masculinidade, no qual o homem deveria prover o sustento do lar, enquanto os homens diziam que as mulheres deveriam ter condutas corretas.

---

<sup>174</sup> Processo em que Augusta é acusada de bater em Manoel e em seus filhos no ano de 1896. APERS - Processo número 19, Maço, 32 e estante 119 B.

Abordando sobre a honra masculina, podemos citar a historiadora Carla Barbosa (2015), que percebe questões referentes à masculinidade e como elas eram colocadas *em cheque*, judicialmente, quando os homens não seguiam o modelo recomendado e esperado:

Para os homens, tanto das elites como os das outras camadas sociais, a percepção de sua honra era extrema e manifestada pela constante necessidade de reafirmar sua masculinidade. Ela era um importante capital simbólico, composto pelo caráter, estima, respeito, força física, vigor sexual, coragem e prestígio. (BARBOSA, 2015, p.107)

No *Diário de Bitita*, vemos alguns momentos da vida de Maria Carolina de Jesus aos quais nos mostram que quando menina compreendia as diferenças de gênero socialmente construídas:

No mato eu vi um homem cortar uma árvore. Fiquei com inveja e decidi ser homem para ter forças. Fui procurar minha mãe e supliquei-lhe:

- Mamãe... eu quero virar homem. Não gosto de ser mulher! Vamos, mamãe! Faça eu virar homem”

- Vai deitar-se. Amanhã, quando despertar, você já virou homem.

- Que bom! Que bom! – exclamei sorrindo. [...]

- Por que é que você quer virar homem? (mãe de Bitita)

- Quero ter a força que tem o homem. O homem pode cortar uma árvore com um machado. Quero ter a coragem que tem o homem. Ele anda nas matas e não tem medo de cobras. O homem que trabalha ganha mais dinheiro do que uma mulher e fica rico e pode comprar uma casa bonita para morar.

Minha mãe sorriu e levou-me para a cama. (JESUS, 1986, p.10)

Esse trecho contando da infância da Bitita mostra como o homem era associado à força física, já que nos discursos para a mulher sobrava à fragilidade a obtenção de uma maior renda de trabalho e a bens consumíveis (a casa). Bitita possivelmente queria ser homem numa tentativa de negociar os limites do poder e da submissão de uma maneira em que ela não tivesse a mesma sorte que as mulheres que conhecia, com trabalho exaustivo, poucos salários e submissão. Sua mãe apenas sorriu, pois entendia a dureza que era ser mulher e os estereótipos que constituíam o ser homem. Em outro momento da narrativa Bitita se envolve em uma discussão com o filho do Juiz, Humbertinho e o próprio doutor Brand.

- Este ordinário vive pegando no seio das meninas pobres, aperta e deixa elas chorando mas em mim você não vai encostar as suas mãos.

O doutor Brand interferiu:

- Você não tem educação?
- Eu tenho. O teu filho é que não tem.
- Cala a boca. Eu posso te internar. [...]

Foram avisar minha mãe que eu estava brigando com o doutor Brand. Foram avisar os soldados. O povo corria para ver a briga. Quando o doutor Brand caminhou na minha direção, não corri e ele não me bateu.

Minha mãe puxou-me:

- Cala a boca cadela!

Gritei:

- Deixa, isto aqui é uma briga de homem com homem. (JESUS, 1986, p.29)

Neste outro trecho é marcante a presença da diferença de classes e de estereótipos de gênero. Humbertinho, por ter o pai juiz, achava-se no direito de pegar nos seios das meninas pobres, por sua condição de classe e sexo. O pai, como juiz, empregava seu discurso de superioridade por seu cargo, ameaçando e exigindo regalias. Ameaçava por ser um homem branco, rico e influente, mas também por sua discussão ser com uma menina, pobre e preta. Sociedade desigual onde os marcadores de raça, gênero e classe regiam diversos preconceitos sociais. Provavelmente o doutor Brand não usou de sua força física e superioridade social batendo, internando ou mandando prender Bitita, pois estavam cercados de testemunhas, e como vimos, a sociedade era marcada pelos rumores. Outro fator interessantíssimo é que Bitita exclama para sua mãe que a briga era “de homem com homem”, ou seja, a menina reagiu a todos os estereótipos esperados, mostrando que não se sentia menosprezada pelo sexo masculino e que podia sim mostrar suas insatisfações, pois não concordava com o comportamento desrespeitoso de Humbertinho. Porém, ela também reforça nessa frase que a briga não era um comportamento feminino, portanto, preferiu *travestir* pelo outro sexo, marcado pela força física, como a própria acreditava. Sua mãe, quando presencia a cena, exclama e a chama de cadela, pois enxergava o poder no outro homem e a fragilidade social de sua filha.<sup>175</sup>

A masculinidade também contava com papéis demarcados, com ações específicas e obrigações. O homem deveria ser responsável por sua família,

---

<sup>175</sup> O poder não é um atributo ou uma posse pessoal, mas um aspecto da relação entre pessoas ou grupo de pessoas. Ele é concebido como um processo de duas mãos, onde quem detém mais formas e meios achasse diferenciado em relação ao outro. Foucault explica que o poder se encontra nas relações. Ver mais em: FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996; FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982

mantendo-a e a sustentando. Como veremos no decorrer do texto, apesar de a prostituição ser socialmente estigmatizada para a mulher, considerada imoral, suja e ilegal, para o homem buscar serviços de uma profissional do sexo era socialmente aceitável, já que a masculinidade era ligada a ações sexuais, mas desde que ele cumprisse com suas obrigações e responsabilidades trabalhistas e da casa. Não haveria problema em aderir à prostituição como forma de lazer ou/e relação, pois a honra não estava ligada a contensão sexual.<sup>176</sup>

Os maridos tinham autoridade jurídica sobre suas esposas, podendo interceder nos processos judiciais, devido a ideias de incapacidade feminina e a relação da mulher com o infantil, apesar da maioria das mulheres responderem por si, nos processos criminais analisados, mesmo as que se diziam casadas. Esse poder que eles deveriam exercer não era só na esfera judicial, mas também na social. As vizinhanças e as famílias já internalizavam que as agressões poderiam ser normais por parte dos homens, tanto que havia mulheres que acreditavam que o homem era bom, mesmo praticando violências, desde que cumprisse com seu papel.<sup>177</sup> Pierre Bourdieu, ao explicar as instituições sociais que reproduzem a dominação masculina e as violências simbólicas na sociedade, explica que a família é a principal instituição de reprodução da dominação, onde se impõe a experiência precoce da divisão social dos papéis de gênero.

As injúrias continuadas, silenciosas e invisíveis, que o mundo sexualmente hierarquizado no qual elas são lançadas lhes dirige, preparam as mulheres, ao menos tanto quanto os explícitos apelos à ordem, a aceitar como evidentes, naturais e inquestionáveis

---

<sup>176</sup> A percepção de honra masculina também estava ligada ao controle que os homens exerciam sobre as mulheres. Utilizando outra passagem dos relatos de Carolina Maria de Jesus, vemos a noção de masculinidade ligada à família e a sexualidade. “Os homens que trabalhavam na cidade tinham inveja dos camponeses que recebiam todos os sábados cinquenta e quatro mil réis. E eles tinham dinheiro para gastar com a família, e com as meretrizes. E os homens ficavam contentes porque podiam ter duas mulheres”. (JESUS, 1986, p.45)

<sup>177</sup> Silvia Arend (2001) questiona o porquê dos homens utilizarem da força física como forma de violência no século XIX, chegando à conclusão de que “no século passado, especialmente no Rio Grande do Sul, os homens, além de serem ‘bons trabalhadores’, deviam ser também, ‘bons soldados’. Os constantes conflitos externos e internos que ocorriam na região demandavam homens que soubessem lutar. Os adultos, durante a educação dos meninos e rapazes, valorizavam e incentivavam o uso da força física em combates e duelos, o manejo de punhais, armas de fogo e outros instrumentos que provocavam ferimentos. Essa educação para a guerra, exercitada no cotidiano, possivelmente levava os homens a associarem um determinado tipo de violência com a sua masculinidade, ou seja, ser homem era ser bom de briga” (ARENDA, 2001, p.43). A conclusão da autora sobre a violência masculina elucida bastante sobre o Rio Grande do Sul, contudo, as agressões não foram/são apenas locais. Por isso, acreditamos que essa explicação pode ser pensada para outros territórios, mas é claro, com o auxílio de outras variáveis que ajudem a explicar a violência e o patriarcado.

prescrições e proscricções arbitrárias que, inscritas na ordem das coisas, imprimem-se insensivelmente na ordem dos corpos. (BOURDIEU, 2016, p.84)

Utilizando da honra masculina como atributo de manutenção das relações, os homens, a partir da força corporal, buscavam domínios de poder sobre as mulheres. Apesar das agressões não serem *bem vistas*, alguns homens a utilizavam com a desculpa para a manutenção dos laços conjugais, já que a mulher lhe devia respeito e satisfação e seu corpo acabava se tornando uma *propriedade* masculina.

O uso do livro de Maria Carolina de Jesus nesse subitem se fez presente não para mostrar as veracidades dos fatos narrados, até porque ele foi escrito com base nas memórias da autora, isto é, muitos filtros foram privilegiados para a produção final do livro, e nem sempre os fatos narrados ocorrem de fato. O importante é compreender os trechos privilegiados como representações de um passado, que podem ou não ser reais, mas que foram baseados a partir de um consenso social de veracidade.

#### 4.2.2 *Turbulentas relações*

Citando um exemplo encontrado nos processos criminais, voltamos ao caso do conflito entre tia e sobrinha, Antônia Maria da Silva e Ignácia Brígida de Jesus de 1889. Tanto Antônia como Ignácia se declararam na justiça como casadas. Porém, no decorrer do processo Ignácia é tida como amásia de Marcos José de Castro e não como sua esposa. Ao ser interrogada sobre a briga com sua tia, Antônia responde:

[...] que no domingo as três horas mais ou menos chegando ela respondente no quarto de sua tia Ignácia, na bodega de Justino a rua sete de setembro, encontrou Marcio José de Castro dando bordoadas em sua dita tia e dizendo-lhe “o que era aquillo” então Ignácia lhe meteu as mãos, que em seguida sua tia sahiu para a varanda da dita bodega e Ella respondente foi embora para sua casa, e neste acto sahiu correndo para a rua Marcos amazio de sua tia. Declarou mais, que não foi Ella respondente a autora do ferimento, nem sabe dizer quem foi.<sup>178</sup> (grifos nossos)

Nesse parágrafo vemos que em sua defesa Ignácia diz que Marcos foi quem causou os ferimentos. Contudo, as testemunhas concordam que foi Antônia quem feriu Ignácia, mas confirmam as bordoadas de Marcos na ofendida. Januário Amaro

<sup>178</sup> APERS - Processo número 192, maço 68, estante 11.



de Freitas, testemunha, vinte e oito anos, solteiro, jornalista, tentou aconselhar a vítima:

Marcos espancava a sua amazia Brígida e dirigindo-se a esta lhe aconselhava que fosse embora a não estar levando bordoadas de um ou de outro ao que respondeu-lhe Brígida que elle não tinha nada com aquilo porque se levava bordoadas era de seu homem.

Conforme vimos, a masculinidade estava atrelada a uma pretensa natureza autoritária do homem frente a sua mulher, contudo, Januário neste depoimento também mostra que as mulheres poderiam não ficar sujeitas a esse tipo de comportamento. Ignácia estava envolvida em um amasiamento e pelas palavras de Januário, podemos compreender de que ela não precisava aceitar as bordoadas, pois tinha a opção de não se envolver mais com Marcos.<sup>179</sup>

Vemos em outros processos criminais que muitas mulheres não aceitavam caladas as agressões e retribuía as ofensas. Contudo, isso não era uma regra. No caso de Ignácia o problema não era ser espancada ou levar bordoadas, mas quem era o agressor. Marcos era seu amásio e como tal tinha autoridade sobre a ofendida, Antônia, acusada no processo, não o tinha. Aqui claramente há uma naturalização sobre a violência de gênero. Claro que temos que considerar que a frase – “que elle não tinha nada com aquilo porque se levava bordoadas era de seu homem” – também tinha um significado de proteção à intimidade do casal, uma resistência para que não se intromettessem outras pessoas.

Mesmo que o casal morasse em uma espécie de cortiço, onde como vimos a intimidade fosse relativa, havia a tendência a privatizar a resolução dos embates, não aceitando, tanto quanto possível, que pessoas *de fora* da relação se imiscuissem no gerenciamento afetivo do casal. A violência de gênero entre os casais, pais e familiares se dava no âmbito privado, onde não deveriam ocorrer intromissões externas.

O documento judiciário nos traz vários indícios que apontam certo consenso social sobre o direito que tinha o amásio de agredir fisicamente sua amásia. Por exemplo, em nenhum momento do processo houve perguntas sobre as “bordoadas”

---

<sup>179</sup> Silvia Arend (2001, p.61) explica que para os populares o amasiamento era próprio de sua cultura e poderia se equivaler a um casamento, mas a polícia e a justiça não os viam da mesma forma, e “mesmo sendo obrigadas a referirem-se nos autos sobre os relacionamentos existentes entre os casais, devido à ausência do contrato de casamento, consideravam os amásios como solteiros. O não-reconhecimento do amasiamento como um estado civil, pelas duas instituições que representavam o Estado, demonstra a existência de um embate entre culturas distintas e a tentativa de imposição da norma dominante, que é o casamento”.

ou sobre Marcos, na verdade ele nem depõe a favor de sua amásia. Temos neste caso hierarquias de papéis e tratamentos. Carla Barbosa (2015) ainda alerta que várias questões poderiam interferir nas formas de violência entre homens e mulheres, principalmente se estas trabalhassem e/ou fossem amasiadas, pois o modelo de mantenedor previsto pela ideologia burguesa poderia ser posto em *cheque*, dando autonomia financeira para as mulheres e, conseqüentemente, maior controle sobre seus corpos e vidas.

Contudo, essa lógica nem sempre funcionava e algumas mulheres mesmo tendo autonomia não largavam de seus amásios, mesmo que elas tivessem essa opção, como bem salientou Januário. Ignácia leva as bordoadas de seu amasio e a mesma declara, quando terceiros tentam se intrometer na briga, que se levava bordoadas era de seu homem, ou seja, era problema seu e ninguém deveria se meter.<sup>180</sup> Com sua fala compreendemos que as agressões poderiam fazer parte da rotina do casal, tudo dependeria de como os próprios organizavam o relacionamento.

Leandro Gonçalves, Livia Torres e Thaís Oliveira (2009, p.12) ao analisar a causa dos crimes sexuais em Juiz de Fora (1890 – 1900) explicam que no Código de 1830 os homens não eram punidos quando assassinavam suas esposas, caso provassem que a mesma mantinha uma relação extraconjugal. “Mas se a mulher descobrisse que o homem estava mantendo relação com outra mulher, o mesmo seria qualificado em concubinato, não em adultério”. A partir do Código Penal de 1890, a situação jurídica começou a mudar, pois esse Código previa punições aos homens que assassinassem suas mulheres, independente da razão. Contudo, os autores explicam que na prática não houve mudanças e “poucos agressores foram parar atrás das grades e muitas mulheres ficaram sem justiça”.

Trazemos outro exemplo encontrado nos processos criminais para melhor elucidar como a masculinidade poderia ser exercida e como ela era exposta discursivamente contra ou a favor do homem. Vejamos o caso. O promotor público denuncia Idalina Carvalho da Silva, de 22 anos, solteira e do serviço doméstico, como incurso nas penas do artigo 304 do código penal, por ter na noite de 25 de

---

<sup>180</sup> Óbvio que temos que tomar muito cuidado com as generalizações a partir de um único caso. Existir um consenso demarcado nos discursos judiciários sobre a possibilidade da mulher sofrer agressões dos amásios, não nos permite pensar em um *consenso social* (que envolveria todas as mulheres) aceitando e legitimando essa violência. Muitos documentos nos apontam que esse *consenso* era frágil.

outubro de 1892 dado facadas no praça do 13° Batalhão de Infantaria João Ignácio Pacheco, próximo a uma taverna existente nos fundos da Escola Militar<sup>181</sup>. O que nos interessa neste conflito é o modo como João Ignácio é abordado pelo advogado de defesa:

Idalina Carvalho da Silva vítima das brutalidades e da embriaguez de um soldado offendido acha-se submetida a processo e coagida de sua liberdade.

Idalina infeliz e amasiada com o offendido que a alimentava com a aguardente privando-a de alimentos alem de espancala sob o frívolo pretexto de ciúmes, fatigada com o tal viver declarando formalmente na noite de 25 de outubro do corrente anno não querer viver com o offendido que a matava de fome e que procuraria outro homem. O offendido possuído do furor dando-lhe duas cacetadas (declaração do offendido fls 5.) atracando-se com a infeliz tentou estrangula-la (depoimento da primeira testemunha fls11), e a accusada é inferior em forças ao offendido e sem duvida com temor da morte, somente se lembra que uma onda de sangue subiu-lhe de perto a cabeça, e quando a demanda que o agredido defendendo como puder? [...]

Covarde o offendido, desde que amancebado-se com uma mulher sem dar-lhe o necessário para a vida; a sujeita ao vicio da bebida, e depois por não querer a desgraçada viver com o seu algoz, a espanca e tenta assassinal-a!<sup>182</sup> (grifos nossos)

Neste trecho redigido pelo advogado de defesa temos um riquíssimo discurso que manipula representações sobre como João Ignácio Pacheco não exerceu seu papel masculino. Vemos que “o offendido que a alimentava com a aguardente, privando-a de alimentos, alem de espancala sob o frívolo pretexto de ciúmes”, ou seja, por estar amasiado com Idalina o praça Pacheco (como é nomeado pelas testemunhas) não cumpria seu papel de amásio/marido, que era o de alimentar a mulher, a ponto dela optar por romper o amasiamento, pois ele “a matava de fome” e mais, dava-lhe aguardente, provocando o vício da bebida em Idalina.<sup>183</sup> Também chamado de covarde por espancar sua “amancebada” a quem não dava comida, apenas bebida, o praça Pacheco assim é desqualificado no discurso da defesa da ré, pois não poderia agredir Idalina, já que não era cumpridor do seu papel de

<sup>181</sup> “Art. 304. Si da lesão corporal resultar mutilação ou amputação, deformidade ou privação permanente do uso de um órgão ou membro, ou qualquer enfermidade incuravel e que prive para sempre o offendido de poder exercer o seu trabalho.” Código Penal de 1890, disponível em: < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>> acessado em 26 de setembro de 2017.

<sup>182</sup> APERS - Processo número 1765, maço 72, estante 11.

<sup>183</sup> Isto também foi uma estratégia da defesa para justificar a embriaguez de Idalina. “Art. 397. Fornecer a alguém, em logar frequentado pelo publico, bebidas com o fim de embriagal-o, ou de augmentar-lhe a embriaguez: Pena – de prisão cellular por quinze a trinta dias”. Código Penal de 1890. Disponível em: < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>> Acessado em 26 de setembro de 2017.

homem, que era de cuidar e alimentar a companheira, mesmo que envolvidos em uma relação afetiva-sexual consensual. Havia uma forte percepção e “juízo de caráter” sobre o homem, que deveria ser mantenedor e provedor de sua família, independente do grupo social que se pertencia<sup>184</sup>. De acordo com Boris Fausto:

O “marido exemplar” se define pelo desempenho na esfera privada do papel de proteção e assistência, possibilitado pelo exercício de uma atividade pública – o trabalho. Se o marido for pobre, o papel é entendido em termos estritamente materiais (o sustento do lar); se fugir à condição de pobreza, compreende em algum grau a “assistência espiritual” que não se espera de “gente rude”. Em regra, a valoração positiva do marido é expressa por testemunhas através de qualificativos como “boa pessoa”, “homem de caráter pacífico”.<sup>185</sup> [...] Por sua vez, a imagem do marido será tanto negativa quanto mais se afastar das expectativas de proteção e assistência à família. (FAUSTO, 1984, p.10)

Idalina é *infeliz* por ter se amasiado com um homem que não cumpria seu papel social. *Vítima* por viver amancebada com um homem que a levou ao vício da embriaguez. *Desgraçada* por ser espancada quando quis procurar outro homem que a alimentasse. Por estar em desgraça com um praça que não cumpria suas obrigações, era justificável Idalina ir à procura de outro homem que conseguisse lhe prover o sustento. Aqui vemos, bem demarcado a normatização de condutas de gênero, o homem como mantenedor e a mulher como dependente. A argumentação da defesa teve boa aceitação, já que o caso é encerrado por falta de provas.

Esse processo nos mostra que as mulheres nem sempre aguentavam caladas as prerrogativas de seus amásios, revidando com as mais diversas artimanhas, inclusive com agressões físicas. Uma mulher agredir fisicamente um homem poderia ser visto como motivo de chacota pela população, já que aí encontramos uma inversão de papéis, pois ela se valeria de uma qualidade masculina, a força física, e ele de uma característica feminina, a passividade. Outro ponto importante é que uma das facadas foi dada na virilha de Pacheco, uma possível estratégia para ferir e tirar

---

<sup>184</sup> Ver mais em: BARBOSA, Carla Adriana da Silva. *“José casou com Maroca e Antônio casou-se com Fina”*: Relações de gênero e violência e afetivo-sexual no Sul do Brasil. (RS, 1889-1930). (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015; FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

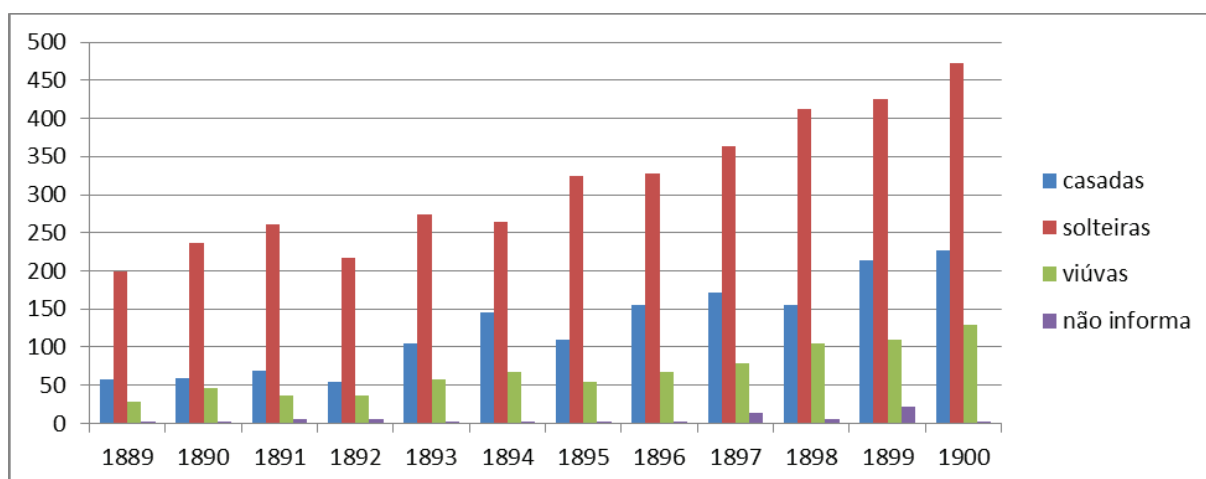
<sup>185</sup> No processo estudado é perguntado as testemunhas qual o comportamento do praça Pacheco, sendo que todas dizem não saber.

sua “virilidade”, ou, talvez, uma vingança contra alguma ofensa cometida, possivelmente sexual.<sup>186</sup>

#### 4.2.3 Amasiada ou casada? Relações conjugais.

Para melhor compreendermos o estado civil da população, optei por fazer dois gráficos, o primeiro do estado civil das mulheres que frequentavam a SCMPA e o segundo dos homens. Sabemos que esses dados se referem a um específico recorte demográfico, constituído daqueles indivíduos que procuraram atendimento naquela instituição. Entretanto, conforme já analisado, parte consistente desse segmento populacional era composto de populares, assim tais dados servem como parâmetro no cruzamento com os processos criminais.

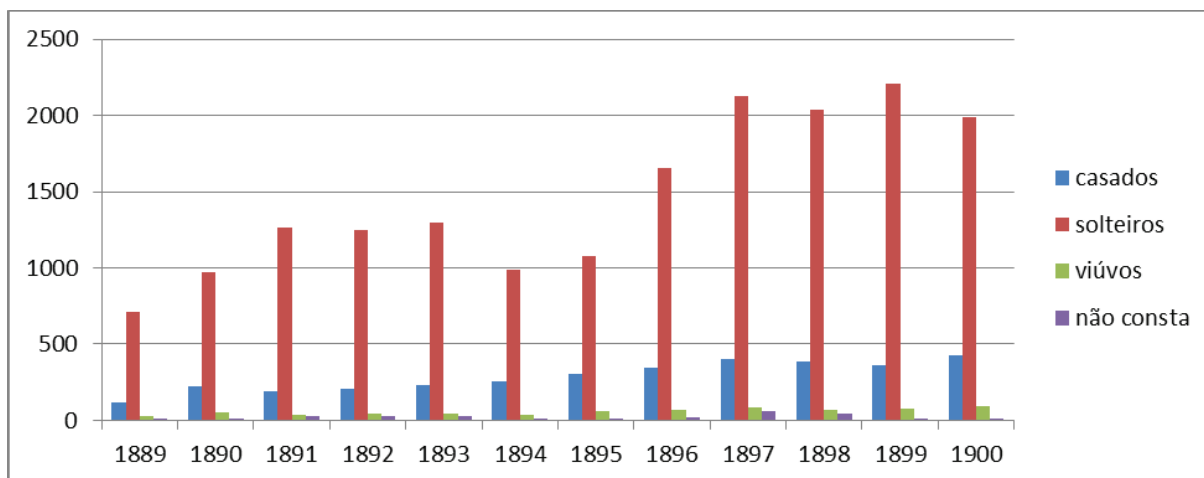
Gráfico 10 - Estado Civil das Mulheres a partir da SCMPA (1889 – 1900)



Fonte: LMGE - número 6, 7, 8 e 9, ano 1900. Disponível em CHC/POA.

<sup>186</sup> Será que o praça Pacheco teve relações com outras pessoas? Não sabemos, pois nada foi declarado no processo, mas Maíra Ines Vendrame (2016) ao estudar versões da morte do Padre Sório, um imigrante italiano, encontra testemunhos de que o Padre poderia ter sofrido represálias no “baixo ventre”, devido a uma possível ofensa contra a honra de uma jovem, portanto, a autora explica que agressões nessa região surgem como punição de desafronta a ofensas sexuais cometidas, uma vingança contra crimes sexuais.

Gráfico 11 - Estado Civil dos Homens a partir da SCMPA (1889 – 1900)

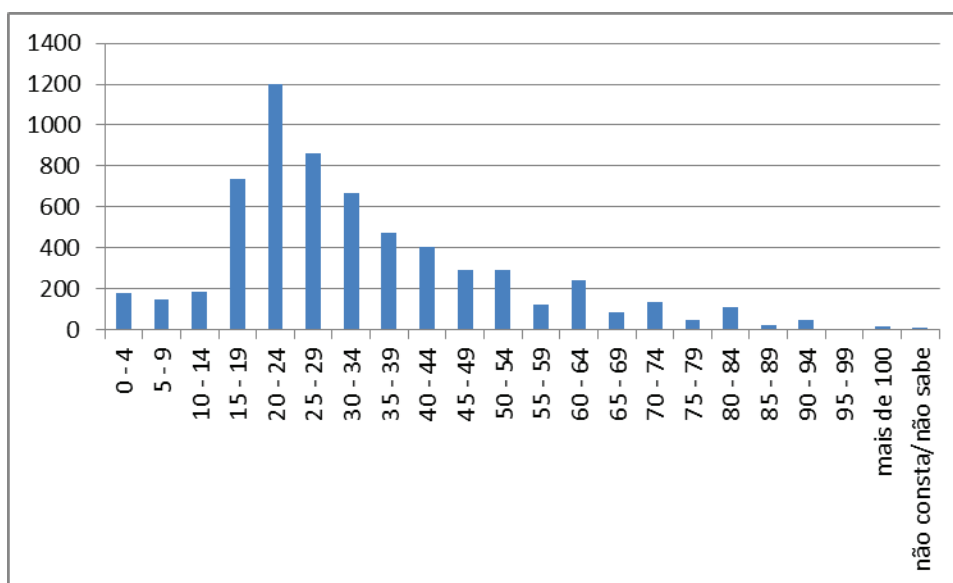


Fonte: LMGE número 6, 7, 8 e 9. Disponível em CHC/POA.

No primeiro gráfico percebemos que a maioria das mulheres eram solteiras e em média as casadas eram metade desse número. Contudo, no gráfico dos homens não percebemos a mesma variação, sendo que os casados são numericamente bem inferiores em comparação com os solteiros. Obviamente devemos salientar que por mais que a população se declarasse solteira, elas podiam viver em estado de amasiamento, visto que o “casamento costumava corresponder aos padrões normativos de uma elite branca, enquanto o amasiamento atingia grupos sociais pertencentes às camadas populares e de etnias diversas”. (BARBOSA, 2011, p.106) E também não temos noção de quantos *casados* eram na verdade amásios, ou seja, essas declarações são *frágeis* para uma clara afirmação. As viúvas/viúvos têm uma porcentagem bem pequena, devido à faixa etária dos frequentadores da instituição, na maioria jovens em torno dos 20 – 30 anos.

Estes gráficos são importantes para demonstrar que os dados sobre gênero tem que ser colocados em relação com os sexos, caso contrário os números tornam-se imparciais e a análise rasa. A partir desta relação concluímos que, dos 29.918 homens e mulheres que frequentaram a SCMPA nos anos de 1889 a 1900, os homens tendiam a casar-se menos que as mulheres, possivelmente pelo caráter social moral da época (hoje chamaríamos de machista) em que os homens poderiam casar-se mais tarde, já que não possuíam idade certa para a reprodução e a virgindade masculina não tinha valor, como a feminina. As mulheres casavam mais cedo devido a estas questões de reprodução e garantia da virgindade, as quais eram associadas à pureza e a juventude.

Gráfico 12 - Idade das mulheres da SCMPA (1889 – 1900)



Fonte: LMGE - números 6, 7, 8 e 9. Disponível em CHC/POA.

A partir do gráfico acima conseguimos visualizar que a SCMPA recebia mulheres jovens, na média de seus 20 anos. Esse gráfico sobre idades nos trás questionamentos interessantes sobre a população de mulheres populares na cidade de Porto Alegre. Já vimos que a SCMPA contava com homens e mulheres majoritariamente solteiros, com o gráfico das idades reafirmamos que o público feminino encontrava-se em idade propensa a relacionamentos, como também ao trabalho e com isso exposta a acidentes e doenças infectocontagiosas.<sup>187</sup>

A partir disso, podemos pensar que possivelmente as mulheres populares tinham outras intenções que não o casamento como o senso comum e os padrões as pressionava. Importante também é compreender que a maioria de homens solteiros na instituição, possivelmente, se dá pelo fato deles possuírem poucos meios relacionais em suas vidas quando estivessem enfermos, isto é, não haveria uma rede de cuidados para estes homens na doença.

Poderíamos pensar que como são mulheres em faixa etária reprodutiva, muitos internariam para partos e doenças relacionadas à gravidez, contudo, como vimos essa não era a realidade de nossas enfermas. Esse gráfico também nos mostra que crianças e idosos (propensos a ficarem mais doentes) também procuravam outros meios de cura, que não a instituição médica.

<sup>187</sup> Sobre as doenças encontradas na SCMPA ver: ALMALEH, Priscilla. *Pobres Mulheres ou Mulheres Pobres? Uma análise da condição de vida feminina no século XIX (1889 – 1895)*. 2015 (Trabalho de Conclusão de Curso). Unisinos: São Leopoldo, 2015.

Depois de casados, estes homens e mulheres deveriam ficar juntos até o fim de suas vidas, era esse o discurso moral e religioso oficial.<sup>188</sup> Os homens, a partir de sua maior liberdade sexual, talvez não quisessem se prender a apenas uma mulher a partir do casamento, apesar de sabermos que o casamento na lei ou no religioso não prendia ninguém. Cláudia Fonseca (1997, p.523) questiona e explica: “Será que separações conjugais não eram comuns? Com o exame cuidadoso dos processos jurídicos, vislumbramos uma sociedade de pessoas que se esquivavam aos controles legais: juntavam-se sem casar [...], separavam-se sem fazer o divórcio”. Caulfield (2005) também defende a mesma teoria; com a análise dos processos de defloramento a autora percebe que muitos homens já eram casados, mas viviam em uma separação de corpos, gerando uniões informais com as novas relações. Contudo, não era apenas uma questão de esquivar-se do controle legal do casamento, outros motivos corrompiam essa tradição secular. A própria acomodação de ambas as partes serve como justificativa da não legalização do casamento.

Para compreendermos melhor sobre o que seria o casamento, devemos voltar no tempo histórico, pensando nos motivos de sua criação e manutenção. Os dois principais motivadores são os religiosos e os de manutenção de hierarquias, que subdividem-se em: honra, propriedades, heranças, nome e prestígios.<sup>189</sup> Estes motivadores talvez não se encaixassem na vida daquela população pobre, onde os motivos religiosos poderiam não ser suficientes para um casamento formal e os de manutenção não fizessem sentido, pois a maioria não possuía grandes propriedades, heranças ou prestígios sociais em que o casamento fosse legitimar e ampliar para as gerações futuras.

Vemos que o casamento, para esses populares, não era uma atividade corriqueira, apesar de o discurso enaltecer essa prática e os meios institucionais

---

<sup>188</sup> Em 24 de janeiro de 1890 Rui Barbosa estabeleceu uma regulamentação sobre o casamento civil, ficando abolida a jurisdição eclesiástica e tendo apenas o documento civil como validade do matrimônio. Sobre isso, Gonçalves, Torres e Oliveira (2009, p.17) explicam que essa relação civil só poderia ser desfeita quando “um dos cônjuges consentisse ou por erro essencial que houvesse a respeito da pessoa do outro. Na verdade, esse erro está dividido em quatro: o que relata sobre a identidade, honra e boa fama de um dos cônjuges; o que se refere a ignorância de defeito físico irremediável ou moléstia grave e transmissível; e o que condiz ao defloramento da mulher, ignorado pelo marido”.

<sup>189</sup> Carla Barbosa (2011, p.106), a partir das concepções de Guichard e Cuvillier, explica que o casamento era um contrato civil importante para a manutenção de bens e matrimônios na sociedade Ocidental cristã. As atribuições sobre família como monogamia, indissolubilidade e consensualismo não eram referentes apenas ao casal que se unia, ou seja, o matrimônio “não figurava apenas como uma aliança entre duas pessoas, mas entre toda uma parentela”.



oficiais, como a justiça, usarem como comparativo e padrão. No processo onde Clara Markendorf é acusada de incendiária e ladra, visto anteriormente, observamos que a ré, possivelmente, também era amante de seu patrão, de acordo com a defesa de seu curador. A esposa parece saber do relacionamento da empregada com seu marido. Por fim é acusada pelo curador de Clara, de ter começado o incêndio motivada por ciúmes. Porém, em nenhum momento dos discursos jurídicos a esposa é representada negativamente com quaisquer adjetivos, diferente de Clara, que não teve a mesma *sorte*. Ela é sempre referenciada como a senhora, num pronome de tratamento de respeito.<sup>190</sup>

Em sociedades onde os marcadores raciais, sociais e econômicos estão fortemente presentes no vocabulário cotidiano, como no caso do Brasil, as representações de gênero são conectadas com outras representações e relações sociais de poder. De acordo com Carla Barbosa (2011) existiam semelhanças e diferenças entre as mulheres de grupos sócio-culturais distintos, já que elas possuíam características próprias e padrões específicos ligados as suas condições de existência. A senhora de Ely (esposa de Nicolau Ely, patrão de Clara) como é denominada no processo, é vista com a característica de senhora pelo poder social que seu casamento e sua condição econômica a representa, apesar de ser acusada dos crimes ao fim.

A ausência de um marido certamente proporcionava mais liberdade de ação e mobilidade para as mulheres, mas, conseqüentemente, uma maior exposição social e jurídica. Analisando o amasiamento como uma prática autêntica dos grupos populares, podemos perceber que ele se assemelha com o casamento oficial, constituindo-se numa relação consensual, não consagrada na Igreja ou nos registros civis, mas mantendo responsabilidades mútuas, de variada duração (podendo chegar a prazos longos) e que conta com o reconhecimento comunitário, por tratar-se de uma união de (re)conhecimento público. Isso nos demonstra que essas pessoas gerenciavam suas vidas a partir de discursos e padrões próprios, que dialogavam com os valores oficiais.

Importante sobre os dados retirados das fontes é analisarmos o grau de confiabilidade das mesmas. Nem todos que se declaravam casados nos casos levados à justiça de fato eram. Por exemplo, no processo em que Ignácia Brígida de

---

<sup>190</sup> APERS - Processo número 1731, maço 70, estante 11.

Jesus é agredida por sua tia (Antônia), a mesma declara no processo e em sua entrada da Santa de Misericórdia ser casada. Antônia Maria, acusada, também se declara casada, contudo, ao longo da investigação nenhuma delas, ré e vítima, são acompanhadas por um marido, nem por procuração ou depoimento. Nenhuma testemunha menciona ou prova a existência deste vínculo. Antônia Maria se declara prostituta e Ignácia Brígida é referida como amásia de Marcos, aquele que lhe dava bordadas, não como sua esposa. Marcos não aparece em nenhum momento do processo, apenas sabemos de sua existência pela fala das testemunhas e da acusada.<sup>191</sup>

Vemos duas opções nestes casos, ou ambas eram casadas, mas na prática com maridos ausentes, ou mentiram para que obtivessem maior credibilidade e legitimidade no processo, mostrando que, apesar de agirem contra as regras morais e os padrões de comportamento, elas sabiam a importância de estarem inseridas em relações matrimoniais oficiais, ou pelo menos dizerem estar.<sup>192</sup> Importante neste caso também é perceber como Marcos, amásio de Ignácia, se esquivava de prestar qualquer depoimento. Podemos compreender que, apesar do amasiamento ser considerado estruturado por relações mútuas e legítimo entre aquela população, ele também gerava maior liberdade para homens e mulheres. Essa liberdade nem sempre pode ser considerada como positiva, neste caso, Marcos escolheu não se envolver no processo de sua amásia, talvez por também as testemunhas o acusarem de dar algumas *bordoadas* em Ignácia.

Falando sobre os amasiamentos, Carla Barbosa (2011, p.106) faz uma observação que explica bem o caso das *bordoadas* de Marcos em Ignácia: “Estes laços conjugais e de amasiamento reproduziam certos valores de recorte cronológico e social. O poder é aqui entendido como sinônimo do poder patriarcal”. O patriarcalismo dava direitos civis aos homens sobre suas mulheres praticamente sem restrições, como explica a historiadora, “a dominação patriarcal ainda configura um tipo hierárquico de relação que invade todos os espaços da sociedade, tendo

---

<sup>191</sup> APERS - Processo 1692, maço 68, estante 11.

<sup>192</sup> Importante salientar, que a partir da análise de outros processos criminais, noto uma maior credibilidade e respeito dirigido a mulheres casadas, provavelmente pelo fato destas seguirem papéis sociais familiares respaldados pela moral, pela ciência e pelos médicos.

uma base material e representando uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência”.<sup>193</sup>

As relações do casal poderiam sofrer a influência de ideias, regras e preceitos que podiam ser modelados a partir de vários aspectos sociais ou intersecções, como as de classe, gênero e raça, mas outros preceitos sociais podiam interferir na conduta e na ação dessas pessoas, que não somente estas intersecções. Citamos como exemplo, as referências sociais que os indivíduos carregavam, seja por suas condutas, pelos rumores ou, até, pela herança social familiar.

A prática social podia oscilar e as experiências de feminilidade e masculinidade também poderiam variar conforme a relação estabelecida entre os casais, comunidade e/ou a própria criação particular. Porém, não podemos esquecer que não seguir certos preceitos estabelecidos para os gêneros, principalmente os padrões de classe, poderia causar má reputação entre os pares e, como vimos, a boa reputação era importante para a garantia de redes e conexões. Carla Barbosa (2015, p.22) explica: “do mesmo modo é importante notar que os registros normativos e intelectuais acomodam as percepções de uma mínima parte de qualquer população”. Vejamos um exemplo nos escritos de Carolina Maria de Jesus (1986):

Um dia a Siá Maruca lavou roupa para fora e ganhou um mil-réis. Quando o vovô veio almoçar, não tinha farinha. Ele não comia sem farinha, porque na época da escravidão os pretos eram obrigados a comer o angu e a farinha. À tarde quando foi jantar encontrou farinha. Perguntou a siá Maruca:

– Onde e como conseguiste dinheiro para comprar esta farinha?

Os seus olhos voaram para o rosto da siá Maruca, que havia mordido os lábios. Por fim ela resolveu responder:

– Eu lavei as roupas da dona Faustina, ela pagou e eu comprei cinco quilos de farinha, lavei duas dúzias por um mil-réis. O quilo de farinha custou duzentos réis.

O meu avô retirou a cinta da cintura e espancou-a.

Dizia:

– É a última vez que a senhora vai fazer compras sem o meu consentimento. Quando quiser sair, peça-me permissão. Quem manda na senhora sou eu! Se a senhora não sabe obedecer – vai embora!

A siá Maruca chorou. (JESUS, 1986, p.80-81)

---

<sup>193</sup> Nos seus estudos, a autora considera a violência como a ruptura da integridade física, visto que os processos criminais não permitem o acesso as violências psíquicas e emocionas que essas mulheres sofriam.

Este trecho é fortemente marcado pela diferenciação de gêneros. Siá Maruca não podia trabalhar, mesmo que fosse para pagar a farinha para o avô de Bitita. Apesar da condição de pobreza, provavelmente, o vovô não queria envergonhar sua estima de provedor da casa, perante seus pares. Outro ponto a destacar foi o meio usado para afirmar sua masculinidade, o espancamento. Como Marcos, que dava bordadas em sua amásia, vovô utilizou da força física para controlar sua mulher, apesar de ser um motivo frívolo sua autoridade perante os outros foi posta em cheque com o trabalho de Siá Maruca, para ela, apenas restava à resignação em forma de choro.

A intenção com esse sub capítulo foi de evidenciar que investigar as mulheres pressupõe também compreender as relações que estas forjavam com personagens masculinos. Conseguimos, a partir dos vários relatos e das análises feitas, compreender que as mulheres, como os homens populares, não seguiam os padrões almejados pelas elites, manejando expectativas e regras próprias para suas vidas, conforme suas classes e gêneros. Eles sabiam que havia ideais propostos pela elite, mas readaptavam-nos para suas vidas cotidianas a partir de suas próprias perspectivas e experiências. Gostaríamos também de deixar claro para os leitores que, apesar de muitos exemplos utilizados aqui possam ser vistos como de “submissão”, não significa que essas mulheres eram passivas, mas que naquele momento elas seguiam o modelo de vida a qual conheciam. Aliás, o próprio silêncio pode ser compreendido como um ato de resistência.

## 5 REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS DE SERVIÇOS FEMININOS: SOMOS TODAS TRABALHADORAS!

Os trabalhadores domésticos vivenciaram experiências diversas, travando conflitos contra formas diversas de coerções físicas, econômicas e morais. As hierarquias de gênero, raça e origem, principalmente, geravam contradições estruturais nas formas com que essas pessoas eram tratadas em seus aspectos laborais e pessoais. Considerando os estudos sobre a subalternidade dos empregados domésticos, presentes na análise de Marcel van der Linden (2013, p.41), compreendemos que as mulheres e serviçais presentes nesse estudo também fazem parte desse universo multifacetado, onde a transição para o mundo do pós-abolição e capitalista carregam uma herança de traços fortes de coerções patriarcais.<sup>194</sup>

Como vimos, o fim do século XIX é marcado pela intensa mobilidade das *gentes*<sup>195</sup>, grandes imigrações e pela abolição da escravidão, ocasionando (principalmente nas capitais) o crescimento populacional, em parte composto de trabalhadores pobres que perambulavam atrás de empregos e oportunidades. O texto a seguir pretende compreender como era o mundo do trabalho dessas pessoas a partir de quadros oriundos das fontes da SCMPA e das referências historiográficas.

Já vimos que *vadiar* era uma contravenção de acordo com o Código Criminal de 1890, no seu “Capítulo XII: *dos mendigos e ébrios*”, e que no artigo 391 a pessoa que tivesse aptidão ou saúde para trabalhar e mesmo assim mendigasse, poderia ficar reclusa de oito a trinta dias, mas caso houvesse na região hospícios e asilos de mendicância, a pena seria de cinco a quinze dias.<sup>196</sup> Sabendo disto vemos que a

---

<sup>194</sup> Segundo o autor: “Todo portador ou portadora de força de trabalho cuja força de trabalho é vendida (ou alugada) a outra pessoa em condições de compulsão econômica ou não econômica pertence à classe dos trabalhadores subalternos”. Devido aos baixos e às vezes inexistentes salários e aos contratos quase servis, sendo muitas vezes apenas orais as negociações entre empregados e seus amos, compreendemos que as trabalhadoras domésticas pertencem a uma categoria de trabalho subalterno, mas repleto de lutas e manifestações individuais e coletivas.

<sup>195</sup> A mobilidade estava associada à preocupação com o controle e a vigilância, já que os momentos finais do escravismo foram marcados por esse consistente deslocamento demográfico. Marcus Rosa (2014, p.81) explica que essa movimentação não era só dos grupos negros, mas os próprios imigrantes europeus mudavam de cidade em busca de melhores condições de vida, “coexistindo com gente de pele escura e igualmente pobre”.

<sup>196</sup> Havia outros motivos de prisão por mendicância e vadiagem, entre eles: “**Art. 393.** Mendigar fingindo enfermidades, simulando motivo para armar á commiseração, ou usando de modo ameaçador e vexatorio: Pena – de prisão cellular por um a dous mezes. **Art. 394.** Mendigar aos

mentalidade da época associava a mendicância e a pobreza com o vício e a vagabundagem. Viver sob a condição da pobreza e não trabalhar, ou mendigar, poderiam ser sinônimos de depravação, imoralidade, má índole e, também, loucura. Essas características são respaldadas por uma sociedade onde a industrialização, o capitalismo e os objetivos de modernização das cidades e dos sujeitos sociais acabavam superestimando o trabalho a partir de indícios liberais, os quais acreditavam que apenas o trabalho faria ascender os sujeitos ao sucesso e o fracasso seria o sinal de falta de aptidão, esforço e moralidade. Ou seja, o trabalho regular, de preferência assalariado e localizado socialmente sob a dependência de um patrão, fomentaria a tão almejada modernização e industrialização, sendo o guia condutor das sociedades. Contudo, nem todos os ofícios eram valorizados da mesma forma. Alguns exercícios laborais acabavam sendo hierarquizados negativamente perante outros.

Podemos mostrar alguns exemplos da importância do trabalho enquanto noção moralizadora na própria estrutura dos processos criminais. Quando há ofensas físicas é feito um corpo de delito para medir os danos e a partir desse hábito judicial vemos sempre perguntas que mensuram estes males causados, comparando-os ao tempo que o ofendido ficou (ou ficaria) inabilitado ao trabalho e, portanto, quanto seriam os prejuízos advindos destes dias parados. Isso mostra como o trabalho aparece como um índice de mensuração dos prejuízos advindos de eventuais ofensas físicas. Proprietário apenas de sua força de trabalho, os trabalhadores seriam de certa forma, indenizados simbolicamente com a punição de seus agressores. Merece destaque que evidentemente mesmo que não tenha sido conscientemente pensado pelo judiciário, tais cálculos nos trazem muitas informações sobre o mercado de trabalho local da época, com o estabelecimento dos vencimentos diários (as jornadas) que cada ofício recebia.

Outro ponto significativo de análise é que o ofício do ofendido/réu/testemunha é pergunta recorrente em todos os processos e nas informações destas pessoas. São informações compostas também por nome, idade, filiação e estado civil. Ou seja, essas eram variáveis de identificação pessoal e de localização social, que

---

bandos, ou em ajuntamento, não sendo pae ou mãe e seus filhos impuberes, marido e mulher, cego ou aleijado e seu conductor: Pena – de prisão cellullar por um a tres mezes. **Art.** 395. Permittir que uma pessoa menor de 14 annos sujeita a seu poder, ou confiada á sua guarda e vigilancia, ande a mendigar, tire ou não lucro para si ou para outrem: Pena – de prisão cellullar por um a tres mezes”. Disponível em: < <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>> acessado em 18 de outubro de 2017.

serviam para analisar a moral e o comportamento do indivíduo, os quais estavam estritamente ligados às condições empregatícias e de escolha de vida. Através da posição do indivíduo nos mundos do trabalho daquele determinado contexto, de certa forma quebrava-se o abstrato igualitarismo jurídico e restabelecia-se a desigualdade sócio-laboral.

Na SCMPA um dos dados coletados na entrada do enfermo era sobre seu trabalho. Para nós historiadores essa informação se apresenta como um ótimo observatório para estudar as profissões as quais a população que frequentava a instituição ocupava. Mas afinal, porque uma fonte médica carrega esse dado? Qual a relevância e o sentido de saber a profissão dos enfermos para os médicos ou instituição?

Possivelmente parte do sentido desta informação ser coletada na fonte médica era o mesmo da fonte jurídica. A burocracia proveniente das Santas Casas incorporava esse dado à identificação dos pacientes como uma forma de localização social. Saber a profissão do enfermo auxiliaria os médicos a compreender o cotidiano, além de que com esse conhecimento esses profissionais saberiam de algumas ações ordinárias das profissões, que poderiam auxiliar no diagnóstico das doenças. Outrossim, a indicação das profissões talvez ajudasse o corpo administrativo da instituição a avaliar se os enfermos poderiam ou não pagar o atendimento médico e em que *classes* se inseririam. Não podemos esquecer que todas as informações fornecidas tanto no judiciário como na SCMPA auxiliavam a médicos e estudiosos a construir pesquisas de cunho moral e social.<sup>197</sup>

---

<sup>197</sup> Um ótimo exemplo é o do médico Sebastião Leão, que a partir de uma abordagem a qual acreditava que o criminoso já nascia predestinado ao crime montou uma série de perfis de criminosos. Sandra Pesavento (2009), ao estudar a Casa de Correção de Porto Alegre, descobriu um rico material desse renomado médico, onde era feito um minucioso estudo sobre imagens dos criminosos, um Laboratório Fotográfico. A partir dessas imagens o Doutor Leão teria como saber quais as características físicas mais recorrentes dos presos, para traçar o perfil do “criminoso nato”. Esse material fotográfico foi produzido no “ateliê fotográfico” que passou a funcionar no Gabinete Médico-Legal criado em 5 de março de 1895, pelo então Chefe de Polícia do estado Antônio Augusto Borges de Medeiros, aos cuidados dos Doutores Sebastião Leão e João Damasceno Ferreira, “porém acha-se atualmente a cargo somente do primeiro, visto que o segundo está encarregado do serviço da enfermaria da cadeia civil”. Seguindo o modelo de vários médicos-cientistas europeus, o Dr. Leão aproveitou a sua ocupação na Casa de Correção de Porto Alegre para escrever um detalhado relatório, no qual tentará entender o fenômeno da criminalidade através de uma análise alicerçada em aspectos biológicos e socioculturais dos presidiários. (Relatório do Dr. Sebastião Leão. Anexo n.º 6 do Relatório apresentado ao Sr. Dr. Júlio Prates de Castilhos, Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, em 30 de Julho de 1897. Porto Alegre, Oficinas a Vapor da Livraria Americana, 1897: pág. 183/247. Esse relatório pode ser encontrado em (MOREIRA, 2009). Estudos como este, baseados na antropologia criminal, são provenientes de uma inquietação urbana, em cidades europeias e brasileiras, onde a criminalidade aumentava, e verificava-se que as populações eram compostas de contrastes e

Mas não podemos esquecer que pelo caráter religioso da SCMPA princípios como a moral, a honra e o comportamento poderiam estar subentendidos nestes questionamentos (como o da profissão e estado civil). Apesar de a instituição estar começando a institucionalizar-se no campo médico e hospitalar e a Mesa Administrativa, como os provedores não serem ligados à religião diretamente, ela não deixava de ser permeada de aspectos católicos inseridos em suas convenções, como era a administração feita pelas Irmãs de Caridade. Também podemos pensar pelo ângulo da preocupação com a doença e o contágio. Talvez estes dados auxiliassem no controle e na vigilância, já que era um momento onde a medicina estava controlando e determinando modos de vida e o contágio como a doença começavam a preocupar as famílias, médicos e governantes. Saber dados como a *cor*, idade e a ocupação delimitaria quem eram os potenciais doentes.

Apesar deste discurso enaltecido do trabalho, a realidade dos mundos do trabalho da época era marcada pela fragilidade dos laços trabalhistas, da rotatividade nos empregos e da baixa remuneração. Baixos salários, péssimas condições de sobrevivência e uma grande rotatividade de serviços eram traços comuns, lembrando que as pessoas viviam por jornadas e contratos de serviço.

Ana Paula Costa (2013), ao analisar as exonerações das criadas dos seus trabalhos nas cadernetas<sup>198</sup> da cidade de Rio Grande (1887 a 1900), explica que essas mulheres eram marcadas pela rotatividade nos empregos, como também, que os motivos de saída refletiam a vontade das empregadas e a cansativa rotina de trabalho. A partir disso a autora percebe que:

[...] o maior número de justificativas é o de doenças, as condições de sobrevivência dos trabalhadores refletiam o estado de saúde que muitos encontravam-se, tendo as moléstias como impedimento para a realização do trabalho. (COSTA, 2013, p.127)

Contudo, essa constatação pode ser questionada, e a própria autora o faz. A doença podia ser apenas uma justificativa ou um meio usado como estratégia para

---

diferenças. “Cesare Lombroso afirmava que o criminoso já nascia como tal e que era possível ver na aparência externa dos indivíduos, os traços que revelavam o seu íntimo, a sua predisposição interna para o crime [...]”.(PESAVENTO, 2009, p.5)

<sup>198</sup> A autora explica que em junho de 1887 a Câmara Municipal do Rio Grande aprovou um regulamento sobre o serviço doméstico das criadas de servir e amas de leite da cidade. A utilização das cadernetas foi um mecanismo do regulamento com o intuito de vistoriar e regular esses trabalhadores, servindo para anotação de admissões e demissões. (COSTA, 2013, p.30) Sobre o regulamento de criados de Porto Alegre e a resistência dos trabalhadores domésticos a elas, inclusive falsificando-as, ver: MOREIRA, Paulo. *Entre o deboche e a rapina*. Os cenários sociais da criminalidade popular (Porto Alegre - século XIX). Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.



aquelas que não se deixavam persuadir pelas vontades dos patrões, não aceitavam as condições ou apenas não queriam trabalhar naquele determinado local. Isso mostra que as criadas podiam expressar suas vontades através do disfarce de uma enfermidade, sendo, portanto, uma tática encontrada para se libertar do trabalho e expressar sua vontade de autonomia, como também, a não sujeição a determinadas atitudes dos empregadores, utilizando da apreensão dos patrões frente ao contágio.

O alto índice de registros de doenças pode estar relacionado ao que foi discutido anteriormente: alegar doença para sair de determinado emprego em busca de outro com ordenado maior. Esta era uma forma de sair do trabalho sem perder o salário que estava por vencer, já que era uma justificativa justa para deixar determinada ocupação e para o patrão realizar a demissão. (COSTA, 2013, p.127)

A historiadora também menciona que a doença poderia ser uma justificativa usada pelos dois lados. Os patrões também demitiam os criados sob o pretexto de moléstias, pois “a enfermidade que impossibilitasse o criado do exercício da ocupação era causa justa para o criado abandonar a casa do patrão e do empregador demitir o empregado sem o aviso prévio de 10 dias”. (COSTA, 2013, p.127) Exemplificando o que estamos dizendo, tratando apenas com os registros de enfermos do ano de 1900 da SCMPA, com vistas a simplificar a ilustração, podemos vislumbrar um pouco a rotatividade de ofícios das trabalhadoras domésticas da época. Ângela Maria Gomes, parda, solteira, deste Estado e de 28 anos de idade, foi internada na instituição em março como criada e com “bacilose pulmonar”. Em junho ela volta à instituição com “gripe” e é descrita como lavadeira. Emiliana de Carvalho, indiática, com 19 - 20 anos, solteira e deste estado, em 1900 é internada 3 vezes, na primeira em maio com “embaraço gástrico” é declarada como doméstica, em junho ela já entra com o status de “presa” e com “febre gástrica”, mas continua como doméstica, contudo, em outubro é descrita como costureira e acometida por uma “tuberculose”, vindo a falecer em 1901. Em junho, Felicidade Maria da Conceição, de 27 anos, parda, deste estado e criada acaba sofrendo de uma “influenza” e em setembro ela vem a falecer por uma “lesão orgânica do coração” e é declarada como lavadeira. Esses três exemplos nos mostram mulheres que declaram ter uma atividade mais geral, como doméstica ou criada e nas próximas internações já são descritas com atividades mais específicas.

Também encontramos casos como o de Firmina da Silva, que em maio de 1899 entra casada, com 53 anos, indiática e cozinheira, mas em dezembro está

solteira, com 50 anos, é morena e lavadeira.<sup>199</sup> Comum nas referências da SCMPA encontrarmos algumas pequenas divergências, as pessoas diminuía ou aumentavam sua idade, uma hora diziam-se casadas outra solteira, às vezes até o nome do pai mudava. Esses dados, que podem se modificar a cada internação, não significa uma mentira por parte dessas enfermas. Pensamos que a divergência na fonte pode ser uma má interpretação do escrivão, como também, fruto do desconhecimento por parte das enfermas ou um tipo de *invenção genealógica*, indicando o nome de um pai em uma criação em que a figura paterna esteve ausente, apenas para satisfazer a sensibilidade católica institucional. Entretanto, as variações em termos de ofícios nos indicam como a esfera doméstica era variada em ocupações, sendo as mesmas muitas vezes temporárias.

---

<sup>199</sup> LMGE - número 9, ano 1900. Disponível em CHC/POA.

Quadro 5 – Profissões/ofícios das enfermas da SCMPA (1889-1900)

Profissões	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900	Total
Não consta/vazias	307	318	312	179	249	227	377	472	632	706	302	235	4316
Criada		25	49	98	141	44	80	61	21	8	166	225	918
Serviço doméstico	-	-	8	3	6	-	-	-	-	-	111	168	296
Lavadeira	-	4	9	15	15	2	14	8	5	3	95	111	281
Cozinheira	2	10	9	19	14	11	17	15	6	5	54	56	218
Costureira	-	3	7	13	14		9	5	2	3	38	57	151
Engomadeira	-	-	3	7	6	2	5	-	2	-	25	19	69
Agricultora	-	-	1	2	4	1	-	1	-	-	21	19	49
Irmã de caridade	-	-	-	-	-	-	6	6	2	9	2	-	25
Colonista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	11	21
Jornaleira	-	-	-	-	-	-	-	2	3	-	9	6	20
Quitandeira	-	-	-	2	3	1	-	3	-	-	1	5	15
Trabalhadora	-	3	-	-	3	-	1	-	-	-	2	1	10
Operária	-	-	-	-	5	-	-	1	-	-	-	3	9
Modista	-	3	1	-	2	-	-	-	-	-	-	-	6
Lavradora	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	3	6
Caseira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	-	4
Mascate	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	1	3
Comércio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2
Jardineira	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Ama de leite	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Pianista	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Criadora	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Doceira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Florista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Parteira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Professora	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Ama seca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Cambista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Tamanqueira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Charuteira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Confeiteira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1

Fonte: LMGE - número 6, 7, 8 e 9. Disponível em CHC/POA.

Como já comentado, a SCMPA é um ótimo observatório para compreendermos alguns dados da população popular. Vemos muitas profissões, mas as criadas/domésticas e as lavadeiras são as mais declaradas. As criadas deveriam ser aquelas trabalhadoras empregadas efetivamente em residências

particulares ou estabelecimentos, já as lavadeiras, na maioria dos casos, trabalhassem por conta, ocupadas em encomendas específicas.

A partir do quadro acima conseguimos visualizar as profissões mais declaradas das enfermas, por ordem de ofício mais encontrado. Uma das questões que norteiam este trabalho é pensar no porquê de algumas ausências ou vazios nas fontes da SCMPA. A maioria das mulheres que passaram pela instituição não declarou ou não tiveram anotados seus meios de vida, seus ofícios ou profissões. Podemos pensar algumas hipóteses a respeito. Provavelmente algumas não declararam por não possuírem trabalho fora de suas casas, assumindo o descrédito social vigente e não pensando suas atividades *do lar* como trabalho efetivo. Outra hipótese é a negligência do escrivão e o silenciamento que poderia ser feito no momento da internação, isto é, esta pergunta poderia não ter sido feita para determinadas mulheres.

A partir do quadro vemos a gama de profissões que as mulheres da SCMPA praticavam, sendo a maior parte ligadas ao serviço doméstico. Entre as profissões especializadas mais encontradas, temos: lavadeiras, cozinheiras, costureiras e engomadeiras. Essas mulheres não tinham nesses ofícios uma rigidez ou plasticidade, elas poderiam trocar a qualquer momento de especialidade, conforme melhor lhes convinha. As lavadeiras também faziam a parte de engomar as roupas, pelo dia lavavam, em chafarizes, rios ou nos próprios locais de moradia ou de serviço, já que os tanques e redes de água foram instalados em fins do XIX. Lavavam, *quaravam* e esperavam para poder passar e engomar a roupa. As cozinheiras deveriam dar conta de fazer toda a comida e limpar toda a louça e cozinha.

As seis da manhã, elas deviam estar nas casas das patroas para acender o fogo e preparar a refeição matinal. Que coisa horrível! As que tinham mães deixavam com elas seus filhos e seus lares.

[...] As refeições deveriam ser preparadas com artifícios: cestinhas de tomates, recheadas com maionese, cestinhas de batatas, recheadas com presunto moído, azeitonas, etc. As refeições eram servidas assim: primeiro uma sopa; após a sopa, servia-se o arroz, feijão, carne, salada. Quando serviam peixes, usavam outros pratos e outros talheres, por fim, a sobremesa e o café.

Quantas louça e talheres e panelas para serem lavadas! E tinha que arear os talheres. Lavar os ladrilhos, enxuga-los com panos. Deixavam o trabalho às onze da noite. Trabalhavam exclusivamente na cozinha. Era comum ouvir as pretas dizerem;

- Meu Deus estou tão cansada! (JESUS, 1986, p. 32-33)

A partir desse trecho conseguimos perceber como poderia ser a rotina de uma cozinheira. Cada casa continha uma regra e uma conduta, elas não eram iguais, contudo, os afazeres poderiam ser pesados, como mostra a citação acima, com refeições servidas em horários regulares, em diferentes bandejas e cheias de especiarias. *O diário de Bitita* mostra a vida sofrida que uma empregada doméstica mantinha para poder criar seus filhos. Quando criança, Bitita mostra que suas roupas eram na maioria doadas de suas madrinhas, da comunidade e das patroas de sua mãe, visto que ela era lavadeira, as melhores comidas eram na casa dos outros, já que sua mãe podia apenas manter o essencial dentro de casa, pois sustentava dois filhos sozinhos, (às vezes o irmão fazia trabalhos esporádicos) mostrando que trabalhadora lavadeira mal tinha condições de manter sua família. Observamos que Bitita associa as domésticas e cozinheiras à cor preta na citação acima, e aos filhos destas, ela chama de “negrinhos”, como vemos a baixo. Essa associação não é sem fundamento, pois Bitita era negra, mas, além disso, o serviço doméstico carrega um estigma forte sobre os labores das escravizadas, que mantiveram essa ocupação no período pós-abolição.<sup>200</sup>

A comida que sobrava elas podiam levar para as suas casas. E nas suas casas, os seus filhos, que elas chamavam os negrinhos, ficavam acordados esperando a mamãe chegar com a comida gostosa das casas ricas. No jantar as cozinheiras faziam mais comida, para sobrar.  
[...]

Quando vencia o mês e a cozinheira recebia, ela tinha a impressão de ser uma heroína. Enaltecia a si mesma dizendo  
- Eu sou forte! Não é qualquer uma que aguenta cozinhar para o doutor Souza. (JESUS, 1986, p.32 – 33)

Além de acordar às 6 da manhã e ir para casa às 23 horas, essas empregadas davam graças de possuir um emprego em casa de gente rica, pois muitas mulheres eram desempregadas, tinham trabalhos sazonais, ou trocavam repetidamente de empregos. Apesar do árduo trabalho, as mulheres destes relatos ainda possuíam uma comida a levar para casa, para seus filhos que esperavam acordados e um salário ao fim do mês. Nestes casos a impressão de vitória que tinham ao receber os vencimentos era uma demonstração dessas mulheres se sentirem importantes, relevantes e que exerciam bem a sua profissão, a ponto de “fulano de tal” querer sua mão de obra. O trabalho, especialmente o que ficava

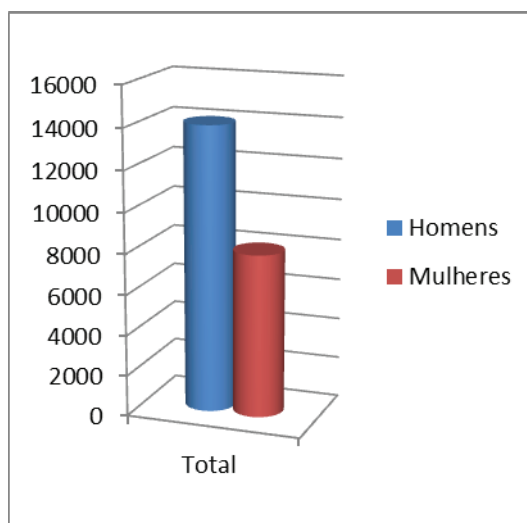
<sup>200</sup> Ver: BELARDINELLI, Lilhana. Estereótipo feminino e o cotidiano das trabalhadoras negras em Porto Alegre no final do século XIX. *Seminário Internacional acolhendo as línguas africanas – Siala. Africanias, Imagens e Linguagens*: Salvador (Bahia), 29 a 31 de agosto de 2012.

visível, era uma exibição de força e capacidade de realizar coisas impressionantes até o ponto de sentir prazer com seu próprio feito. Trabalhar na casa de alguém de prestígio mostrava a própria importância delas, a partir das possibilidades encontradas. Anne McClintock (2003) chama a atenção para a questão do cristianismo e a associação do trabalho com a salvação. Vemos que em uma das expressões do depoimento acima é utilizada a expressão - “Meu Deus, estou tão cansada”, como se Deus estivesse vendo seu esforço e reconhecendo seu valor.

Como visto, a rotatividade dos ofícios era comum na sociedade, talvez, também, seja essa a explicação para compreender o porquê das mulheres não declararem suas atividades. Possivelmente elas não possuíssem apenas um ofício, mas circulavam em diversas ocupações inseridas no plural campo do trabalho doméstico, tendo dificuldades de declarar apenas uma. Contudo, pensar que só as mulheres declaravam menos as profissões pode ser um dado apressado.

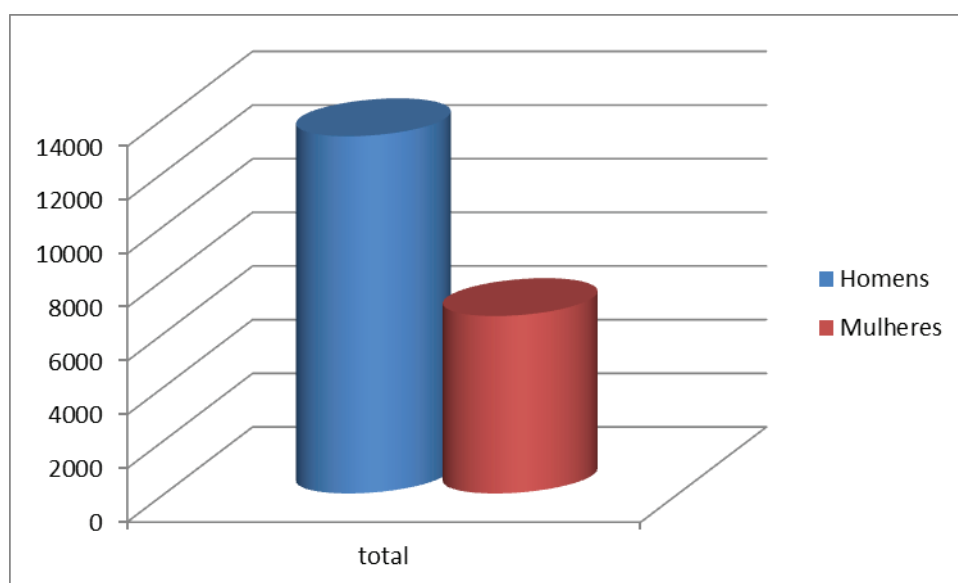
Como Joan Scott e tantas outras autoras que estudam gênero ou a história das mulheres nos alertam, para compreender a história das mulheres é importante compreender as relações entre os sexos, portanto, é imprescindível para este estudo um quadro onde conseguíssemos visualizar também as profissões masculinas. Por os homens terem variadas profissões, preferimos deixar em anexo um quadro onde encontramos todos os ofícios em escalas do maior número de trabalhadores, ao menor. Para que o leitor consiga visualizar de uma forma mais clara e objetiva privilegiamos um gráfico no qual é possível compreender apenas os homens e mulheres que não declararam sua profissão.

Gráfico 13 - Homens e mulheres que não declararam sua profissão na SCMPA (1889 – 1900)



Fonte: LMGE - número 6, 7, 8 e 9. Disponível em CHC/POA.

Gráfico 14 - Total de homens e mulheres na SCMPA (1889 – 1900)



Fonte: LMGE - número 6, 7, 8 e 9. Disponível em CHC/POA.

Lembrando o que foi analisado, nem só na coluna de profissões os homens declaravam seu trabalho, eles entravam na SCMPA sendo identificados também pela classe, como Guardas Cívicos e Municipais. Portanto, preferimos fazer um gráfico onde esses policiais não estejam presentes, pois ali já estariam declarando seu ofício, além disso, o gráfico alteraria muito seus valores, pois na maioria das

vezes os guardas que aparecem declarados na coluna da classe não tem a profissão declarada na das profissões. Assim o leitor conseguirá visualizar melhor a comparação.

A partir destes dois gráficos conseguimos perceber que a não declaração não era um caso isolado somente para o público feminino, os homens também possuíam um alto índice de não declaração, apesar de eles possuírem um leque muito maior de profissões específicas em comparação com as mulheres, como vemos no apêndice.<sup>201</sup>

A partir dessa declaração e tendo consciência de que a SCMPA também atendia os desvalidos e pessoas com poucas ou nenhuma relações pessoais, constatamos que as pessoas que frequentavam a instituição também poderiam ser homens e mulheres que não possuíssem qualquer emprego ou ofício no momento da internação, ou pelo menos sem um ofício fixo, que pudessem declarar. Também seriam pessoas sem recursos financeiros para buscar outros métodos e ajuda.

A fonte da SCMPA carrega tanto o termo “criada” como o de “serviço doméstico”, para retratar mulheres que trabalhavam na casa de terceiros, nas diferentes tarefas. Flávia Souza (2017) em sua tese de doutorado faz uma análise das diferentes dimensões da esfera dos trabalhadores domésticos, entre o ano de 1850 e 1920, na cidade do Rio de Janeiro, buscando compreender algumas transformações ocorridas nos serviços domésticos no período, que compreende o avanço do trabalho livre e o declínio da escravidão. Para tanto, ela faz ótimas reflexões sobre os conceitos de trabalho no espaço privado, explicando que os termos que remetem ao trabalho doméstico podem carregar significados sociais diferentes e que requerem certo cuidado no uso.

Utilizando o trabalho da historiadora Eulália Lobo como referência, Flávia Souza (2017) explica que na cidade do Rio de Janeiro, segundo o censo de 1870, o serviço doméstico era a categoria de maior numeração nas esferas femininas e populares. De acordo com essas historiadoras, essa camada da população poderia utilizar este rótulo profissional como cobertura de uma falta de emprego ocasional ou do exercício de uma profissão desqualificada socialmente.

Já no primeiro recenseamento geral do Brasil, de 1872, observa-se que além do grupo profissional denominado de “serviço doméstico”,

---

<sup>201</sup> Preferimos colocar o quadro das profissões masculinas no apêndice devido a grande variedade das ocupações laborais apontadas, pois o longo quadro atrapalharia a leitura do texto.



encontra-se a categoria constituída pelos “criados e jornaleiros”, que provavelmente abrigava trabalhadores remunerados que estavam na condição de servir, embora nem sempre fossem considerados “domésticos”. Além disso, nos primeiros recenseamentos brasileiros, muitas imprecisões foram encobertas no que diz respeito a essa categoria ocupacional, como no caso das donas de casa que podem ter sido classificadas como pertencentes ao grupo do “serviço doméstico”, mas que não necessariamente eram trabalhadoras que prestavam serviços em outros domicílios. (SOUZA, 2017, p.58)

Vemos muito nas fontes criminais mulheres que trabalham com “serviços domésticos”. Selecionamos o caso de Alípia (que acusa Hildebrando de defloração), visto no anteriormente, e Paulina, irmã de Hildebrando.<sup>202</sup> Antes do defloração, as duas amigas, junto com uma terceira, saíam ao centro da capital para “irem as lojas” e depois para “comprar fructos”. Ambas declaram que obtinham o sustento através de serviços domésticos. Que tempo teriam trabalhadoras domésticas para sair às compras com uma amiga? Não podemos descartar que talvez estivessem desempregadas ou de folga. Contudo, este e outros tantos casos nos fizeram questionar que os serviços domésticos de Alípia e Paulina estão relacionados aos serviços de suas próprias casas, como hoje chamaríamos “donas de casa” e não necessariamente ao trabalho em casa de terceiros. O fato de algumas das testemunhas serem de prestígio (dois tenentes do exército e um do corpo policial) mostra que a família de Alípia acumulava relações e contatos e, talvez, posses. Vimos também que o não trabalho está associado, nos discursos das autoridades, à ociosidade e a vagabundagem, motivo porque declarar-se sem profissão, principalmente na esfera jurídica, não traria benefícios às vítimas, testemunhas e, principalmente, aos réus. Descrever-se na polícia ou na justiça como *sem profissão* era uma forma pouco inteligente de expor-se a desqualificação social.

O trabalho doméstico feito dentro da própria casa das mulheres é de suma importância para a sociedade, para o bem estar de todos, além de que ele permite muitas vezes que o homem atue no mercado de trabalho externo. Saindo da visão capitalista do trabalho apenas como uma atividade produtora de renda, a dona de casa pode sim ser considerada como um trabalho socialmente reconhecido, pois participa ativamente da sustentabilidade e manutenção da unidade familiar, pois sem esse ofício amparado em casa os homens não conseguiriam manter o trabalho da via pública. Pensando além do capitalismo, o trabalho dentro do lar requer tempo,

---

<sup>202</sup> APERS – Processo número 26, maço 7 A, estante 29.

disposição e outras características fundamentais para sua elaboração. A mulher que trabalha arduamente dentro de sua casa fica com o horário e a disposição prejudicados em relação ao trabalho fora da casa, diferente do homem que conseguia realizar as tarefas laborais sem se preocupar com as da casa. Questões salariais também são importantes nesse momento. Sabendo que a mulher recebia/recebe consideravelmente menos que o homem, muitas poderiam considerar que seu trabalho (fora de casa) não era um exercício legítimo, pois os rendimentos não eram expressivos.<sup>203</sup> O exercício dessas atividades “femininas” eram/são consideradas pela sociedade desvalorizadas e desqualificadas<sup>204</sup>, pois são reconhecidas a partir de uma lógica machista a qual compreende o serviço do lar como uma obrigação feminina e não como uma função *propriamente dita* ou como um mecanismo de divisão de tarefas. A partir das considerações de Bourdieu, Natália Méndez e Moisés Waismann (2012) explicam o conceito de trabalho de uma forma que ultrapassa as fronteiras do capital:

Todavia, o conceito de classe, mesmo que se refira a uma experiência dada nas sociedades capitalistas, não pode ser considerado apenas a partir da posição dos indivíduos na produção. Igualmente, outras relações, para além da classe social, o mundo do trabalho, as dimensões privadas da vida, onde se encontrariam as relações de gênero como parte e uma história da família. Assim, consideramos relevante os apontamentos de BOURDIEU (2009) quando este afirma que o trabalho se organiza como exercício de uma função social. Esta função social engloba atividades que a sociedade capitalista considera como não produtivas, já que desprovidas de sanção monetária. (MÉNDEZ; WAISMANN, 2012, p. 1407)

Mas as mulheres populares são reconhecidas na história como mulheres trabalhadoras. As criadas e domésticas também tinham/têm um exercício de grande valia, às vezes garantiam o sustento e a sobrevivência de toda uma família e sozinhas sustentavam companheiros e filhos.

---

<sup>203</sup> Natália Mendez (2005, p.56), a partir de Simone de Beauvoir, explica que o simples fato de sair a trabalhar ou conquistar o direito ao voto, não significou a liberdade para as mulheres, pois elas ainda tinham todo o trabalho doméstico a realizar: “[...] seria necessária uma modificação na divisão do trabalho doméstico para que – de fato – as mulheres pudessem libertar-se das obrigações que lhes eram impostas pela sua condição sexual. Esse acúmulo de tarefas justificaria por que muitas mulheres preferiam ser donas-de-casa a exercer um trabalho remunerado. A remuneração não compensava uma dupla jornada de trabalho”.

<sup>204</sup> Segundo uma pesquisa do IBGE do ano de 2017 a média de horas semanais gastas ao serviço doméstico no Brasil era de 16,7, sendo que as mulheres dedicavam 20,9 horas semanais e os homens 11,1. Isso sem contar as jornadas fora da casa. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,mulheres-trabalham-duas-vezes-mais-do-que-homens-em-casa-aponta-ibge,70002111439>> Acessado em 26 de março de 2018.

Os serviços domésticos carregam do ponto de vista histórico muitas complicações. Primeiramente esse ofício não foi construído socialmente só por pessoas livres ou assalariadas. No Brasil, o serviço doméstico carrega um estigma forte proveniente do período escravista, que não acaba no pós-abolição. Mesmo sob a condição jurídica de livres as trabalhadoras domésticas viviam em uma esfera profissional marcada pela forte dependência aos amos e sujeitas a irregularidades e instabilidades diversas, inclusive de ofensas físicas e abusos sexuais. O empregado muitas vezes não recebia pagamentos, mas trocava sua mão-de-obra por uma pequena subsistência diária: roupas, um dormitório e comida, por exemplo.

Flávia Souza (2017, p.69) explica que a condição do empregado ou criado doméstico se caracteriza, fundamentalmente, pela dependência pessoal, ou seja, o trabalhador está à disposição de uma ou mais pessoas de um núcleo familiar. A historiadora complementa que aquelas que viviam na casa de moradia do patrão apresentavam um grau de dependência ainda maior, pois dependiam dele para tudo, vivendo sob as rédeas e condutas da casa. A partir de Eric Hobsbawn, a historiadora mostra que essa dependência e relação interpessoal simbolizavam poder e dominação por parte dos patrões e de submissão por parte dos empregados, os primeiros por darem casa, comida e roupa, acreditavam que as empregadas domésticas tinham que mostrar respeito e conformidade. As expectativas, por parte dos patrões, extrapolavam a ligação empregatícia, pois foram formadas em uma época paternalista e escravista<sup>205</sup>, onde diferenças de gênero, raça e classe faziam com que essas serviçais ficassem em situações de vulnerabilidade.

Ter uma qualificação profissional também era uma forma de mostrar diferenciação frente a outros serviçais que não as tinha, como poderia ser sinal de autonomia, pois elas poderiam limitar a jornada de trabalho e delimitar o serviço.

---

<sup>205</sup> Importante salientar que no Brasil o trabalho doméstico esteve fortemente ligado a escravidão. Flávia Souza (2017, p.78) utiliza dos escritos da escritora e educadora alemã Ina von Bizen, que esteve na província do Rio de Janeiro na década de 1880 e afirmava que os serviços domésticos eram feitos por *pretos*, concluindo que “é possível afirmar que, em diferentes cenários americanos, a escravidão doméstica deixou profundas marcas na prestação de serviços domésticos, ao ponto de se estabelecerem, em certas sociedades escravistas, práticas e valores sociais e culturais baseados em uma correspondência direta entre a escravidão, os negros (africanos e seus descendentes) e o serviço doméstico”. A historiadora também argumenta que por ter sido majoritariamente realizadas por escravos, as atividades domésticas eram compreendidas amplamente de forma negativa, como castigo ou atividade degradante, construindo uma estigmatização racial sobre o serviço doméstico: “Nesse caso, o serviço doméstico – e os trabalhadores que o executavam – não seria apenas estigmatizado por ser considerada atividade realizada por ‘não cidadãos’ ou ‘cidadãos parciais’ e por pobres e desvalidos, ou, ainda, por ser vista como tarefa indigna, mas também por ser uma ocupação de escravos e, portanto, de africanos e de seus descendentes”. (SOUZA, 2017, p. 97)

Tudo dependeria do contrato e da relação entre empregado e empregador. Lorena Telles (2011, p.149) explica que essas distribuições do trabalho caracterizava um serviço de elites europeizadas, lembramos que as elites e políticos a fim de modernizar e urbanizar as cidades espelhavam-se na Europa. As casas também funcionariam nessa lógica.<sup>206</sup> As costureiras poderiam trabalhar em oficinas ou na casa dos patrões. De acordo com Sandra Graham (1992, p.51), as costureiras poderiam pertencer aos “domínios do trabalho de portas adentro”.<sup>207</sup>

Lorena Telles (2011, p.154) assinala que a criada ideal seria aquela responsável por todos os cuidados com a casa, usando como exemplo o caso de Dona Rizoleta<sup>208</sup>, a historiadora explica que as horas de sono dessa trabalhadora eram poucas e o descanso raro:

Quem trabalhava não tinha direito a nada. Eu que tivesse vontade de trabalhar, que serviço não faltava e eu não era preguiçosa; então conquistei as patroas, elas gostavam de mim, eu gostava delas. [...] Mas a gente não tinha direito a nada, Nem férias. Descanso, domingo, depois que fazia todo serviço e deixava a mesa do lanche pronta, era muito difícil eles comerem fora. Então saía pra passear, mas de noite já estava lá porque segunda tinha que chegar cedo às quatro horas (TELLES, 2011, p.155).

Talvez a rotatividade dessas mulheres pelos empregos tivesse um significado de busca de descanso, já que as folgas eram raras nestas ocupações domésticas. Uma pequena pausa para viver a vida!

---

<sup>206</sup> Flávia Souza (2017, p.121), a partir de relatos de estrangeiros produzidos na segunda metade do Oitocentos, observa sobre a quantidade de escravos que realizavam o trabalho nas casas. “Um exemplo disso pode ser encontrado nos registros do próprio Louis Couty, que afirmou que: Uma família europeia de certas posses, servida por negros, tem pelo menos quatro criados. Um homem ou mulher para cuidar da cozinha, uma mulher para o serviço de copeira e de arrumadeira, outra para cuidar da roupa e, às vezes, para lavar e passar, uma ou duas para cuidar das crianças. O serviço de copeira e de arrumadeira pode ser realizado por duas pessoas diferentes e, frequentemente, acrescenta-se ainda esse número um negrinho de 14 a 16 anos, para os serviços de cozinha ou de limpeza que sejam um tanto repugnantes. Porém, Couty destacou ainda, comparando hábitos de famílias europeias com famílias nativas, algumas questões no que dizia respeito ao uso de escravos domésticos. A abundância de criados é uma das características bem notórias da família brasileira rica. Nas situações em que um europeu tem quatro negros de aluguel, o seu vizinho do país possui seis ou, às vezes, até mais. Não se paga nenhum aluguel por esses seis escravos, mas é preciso alimentá-los, vesti-los, sustenta-los, bem como a seus filhos, e cada um deles representa um capital realizável cujos juros e amortizações correspondem a uma quantia elevada.” A média seria de seis escravos em casa de nacionais e nas famílias estrangeiras, a média diminuiria, com quatro escravos. Apesar de serem anos anteriores ao nosso estudo, podemos ter uma ideia da quantidade de trabalhadores domésticos em casas do Rio de Janeiro.

<sup>207</sup> Segundo a autora, mesmo com o avanço tecnológico trazido pelo uso das máquinas de costura (1870), alguns patrões continuaram a querer uma criada cuja tarefa era costurar.

<sup>208</sup> Filha de escravos que permaneceu na casa senhorial de seu pai, explica que até os 22 anos ela nunca recebeu salário.

O trabalho doméstico era uma possibilidade concreta quando se fazia necessário buscar algum tipo de renda, pois eles já eram desempenhados pela maioria das mulheres pobres nas suas casas, onde recebiam aprendizados voltados ao cumprimento dessas tarefas, *naturalmente* femininas. Contudo, apesar de ser, muitas vezes, o principal sustento da casa, o trabalho feminino continuava a ser apresentado com um suplemento da renda masculina, muitas vezes não recebendo nome, ocultado, e minimizado em conceitos gerais como serviços domésticos e criadas de servir.

Como forma de atingir maior controle e ordem, foram criados regulamentos em formatos de cadernetas com a intenção de frear a *vagabundagem* (ou a autonomia dos trabalhadores), prevenindo os patrões de contágios e a sociedade de *vadios* e ociosos. A ideia de uma *crise*<sup>209</sup> no setor do serviço doméstico foi devido à abolição da escravidão, tendo relações conflituosas com as diferentes formas de exploração do trabalho e da ampliação de direitos da cidadania.<sup>210</sup>

Na cidade de Rio Grande, em junho de 1887, a Câmara Municipal aprovou o *Regulamento sobre a Locação do Serviço de Criados de Servir e Amas de Leite*. De acordo com Ana Paula do Amaral (2013, p.30) esses regulamentos serviam como sistema de anotações de contrato, exonerações e conduta dos criados: “após os patrões registrarem a admissão e a demissão, o criado levaria a caderneta na Câmara Municipal, para que fosse feita a transcrição dos apontamentos para o *Livro de Certificados*”. Esse tipo de estratégia seguia uma lógica servil e até semi-

---

<sup>209</sup> Sobre essa crise, Flávia Souza (2017, p.105) apresenta algumas transformações que estão associadas ao serviço doméstico e caracterizam problemas a serem resolvidos pelos poderes públicos. A autora aponta cinco problemáticas: “1) a proletarização, que envolveu um aumento substancial do número de trabalhadores (oriundos de intensos movimentos populacionais) e a passagem do serviço doméstico de uma ‘condição social’ para uma ocupação ou profissão; 2) a feminilização, com um crescente e quase absoluto número de mulheres atuando como trabalhadoras domésticas, principalmente em mercados de trabalhos urbanos; 3) a existência de formas diversas de exploração da força de trabalho daqueles alocados ou empregados como domésticos, fossem livres ou escravizados, geradoras de ambiguidades nos contratos e nas relações de trabalho, as quais poderiam ser caracterizadas por valores e práticas paternalistas e servis, ou serem marcadas por relações típicas de uma modalidade de trabalho assalariado; 4) a crescente estigmatização do serviço doméstico, tendo em vista a sua composição por grupos sociais que em determinadas sociedades eram excluídos de direitos de cidadania (não apenas mulheres, como também estrangeiros, segmentos sociais marginalizados ou em condição jurídica específica, “minorias” étnicas/raciais), bem como por processos de discriminação em relação ao serviço doméstico e seus trabalhadores; 5) a noção de que pouco a pouco se formava um cenário de ‘crise’ na domesticidade ou de emergência de ‘questões’ ou de ‘problemas’ relativos ao serviço doméstico, ideias sempre colocadas em função de uma nostalgia do passado, mas que, ao mesmo tempo, demandavam reformas e/ou medidas que visassem o controle, a organização ou a profissionalização do setor.”

<sup>210</sup> Importante salientar que apesar do serviço doméstico ser característico do período escravista e, portanto, muitas mulheres negras exerciam essa profissão, ele também não deixava de ser uma ocupação heterogênea em termos raciais e étnicos.

escravista, onde o trabalhador deveria ser controlado e vigiado. Assim, as cadernetas deveriam conter características físicas, trabalhistas e diversos comentários que ficavam a critério dos patrões. Essa prática surgia a partir do medo e da insegurança dos novos modelos de trabalhadores, onde não havia mais o domínio senhorial, apesar da nova lógica conter traços fortemente marcados de uma herança patriarcal e escravocrata, onde o empregado ficava sujeito às regras e as imposições de seu patrão:

A política de controle sobre trabalhadores domésticos livres esteve na pauta das assembleias de diversos municípios desde a década de 1880. Com o declínio da escravidão nas cidades, as autoridades municipais adotaram medidas visando disciplinar trabalhadores domésticos urbanos [...]. A caderneta seria um documento que teria o histórico do sujeito, suas referências. Também seria um tipo de contrato de patrão e empregado. (TELLES, 2011, p.36)

Além de vigiar, estes regulamentos serviam para estigmatizar os serviços, pois continham informações muito dúbias e fáceis de manipular, como os antecedentes de trabalho. Contudo, Ana Paula Amaral (2013, p.87) também nos mostra que o caso de Rio Grande gerou manifestações contrárias a esse tipo de dominação.<sup>211</sup> Lorena Telles (2011) acompanhou as experiências sociais de mulheres escravas, libertas e descendentes livres, na cidade São Paulo, durante o último quartel do século XIX, no processo social da transição do trabalho escravo para o livre, pesquisando em livros de inscrições e de contratos de trabalho livre, exigências previstas pelas Posturas Municipais sobre “Criados e Amas de Leite”, de 1886. A autora também percebe que essas mulheres trabalhadoras experimentavam forte protagonismo em suas atividades trabalhistas, recusando opressões diárias e as extenuantes horas de trabalhos, conquistando aumentos salariais, por meio de indisciplinas ou negociações. Isto é, as mulheres não estavam passivas em seus trabalhos.

A partir destes contratos e regulamentos Lorena Telles (2011) compreende como os patrões entendiam o serviço doméstico, quais características eles

---

<sup>211</sup> No ano de 1890, o delegado Rodrigo Teixeira de Almeida elaborou um ofício para que todos os criados de servir apresentassem suas cadernetas na delegacia, sujeitos a pena de prisão, já que o não comparecimento qualificaria os criados como vadios. Contudo, devido a essa exigência, “os criados organizaram uma reunião, em 30 de janeiro de 1890, para encontrar meios de extinguir o uso das cadernetas, com a justificativa de ferir o direito à liberdade”. Isso nos mostra que os criados tinham consciência da liberdade “ferida” e que não queriam submeter-se a utilização de um regulamento.

abarcavam e sobre o que seria um bom ou mau empregado.<sup>212</sup> A autora explica que havia uma “comissão de patrões”, que deveria sancionar o que seria uma causa justa para dispensar aqueles que não eram considerados bons criados, entre elas encontramos:

[...] doentes, embriagados habituais, os que saíssem “da casa a passeio, ou a negócio, sem licença do patrão, principalmente a noute”, os que demonstrassem “desmazelo no serviço”, “recusa ou imperícia”, ou o costume de enredar discórdia no seio da família, e ainda os que não obedecessem “com boa vontade e diligência ao seu patrão”. Garantia ainda o controle moral sobre as mulheres e suas uniões informais, podendo ser demitidas quando da “manifestação da gravidez na criada solteira ou na casada que tivesse ausente o marido (TELLES, 2011, p.40)

O discurso acima, marcado por diversos preconceitos de gênero e classe, mostra o que se pensava que um modelo ideal de trabalhador não deveria seguir. Vemos presente uma moralidade oriunda dos discursos das elites políticas, de médicos e juristas. Além dos trabalhadores não terem garantia nenhuma, em caso de doenças ainda eram estigmatizados. Sobre as mulheres o estigma de mãe solteira que, como podemos perceber, era vista com maus olhos pelos patrões e pela sociedade. Em um momento onde mais precisavam de um emprego, para sustentar o filho, também era quando elas poderiam perdê-lo. Em caso de uma gravidez indesejada, a culpa por não se conter sexualmente era da mulher por não saber preservar sua honra; em casos de abandono também lhe era atribuída a culpa, pois ela deveria saber segurar e conduzir um relacionamento, sujeitando-se ao companheiro.

Mas como já vimos às mulheres nem sempre se sujeitavam aos maus tratos masculinos, utilizando de várias artimanhas para criar seus filhos e trabalhar. Essa mesma citação também aborda a herança da lógica do trabalho escravo: “os que saíssem da casa a passeio ou a negócio, sem licença do patrão, [...] os que demonstrassem ‘desmazelo no serviço’, ‘recusa ou imperícia’, ou o costume de

---

<sup>212</sup> Contudo, as autoras que estudaram as cadernetas nas diferentes cidades mostram que os empregadores também tinham que prestar contas. Segundo Telles (2011, p.39) “Os patrões que tomassem para seu serviço trabalhadores informais e livres de cadernetas, ou que não ‘mandassem’ dentro de 24 horas o documento com o contrato para ser transcrito no livro de certificados, incorreriam ao mesmo valor da multa dos subalternos”.

enredar discórdia no seio da família, e ainda os que não obedecessem com boa vontade e diligência ao seu patrão” (TELLES, 2011, p.40).<sup>213</sup>

Lorena Telles (2011) também mostra alguns exemplos que são ótimos para compreendermos que as empregadas, tanto no tempo da escravidão, como no pós-1888, não se sujeitavam a todas as ordens. Fazendo o que para elas melhor lhes convinham. As escravizadas, como as livres, negociavam limites em suas relações empregatícias, elas sabiam até onde iam suas obrigações laborais e o que já era exploração:

Quanto às mulheres livres, em 1875, no Rio de Janeiro, uma portuguesa “declarou os limites que fixava pra sua subordinação: ‘Vou cumprir com meus deveres, mas desejo não ser maltratada’”. Sandra Graham menciona ainda o caso de uma mulher livre que em 1882 buscava ocupar-se como ama-seca, e que afirmava “ser útil em algo que não fosse servil”. Se mulheres livres usufruíam da prerrogativa da mobilidade a fim de se livrarem dos patrões, as escravas não aceitavam passivamente os excessos senhoriais e a dominação escravista: “Mesmo as escravas negociavam pela fuga as situações que julgavam intoleráveis, como fez Honorata no fim da década de 1860, recusando-se a trabalhar em uma casa para onde havia sido enviada por sua ama” (TELLES, 2011, p.75).

O descontentamento dos empregados pode ser observado na não submissão de determinadas ordens e na liberdade de escolher os empregos, mostrando um sentimento de dignidade entre os trabalhadores. Nem todos os trabalhadores domésticos sujeitavam-se a todas as ordens e se não estavam satisfeitos saíam do trabalho por diversos motivos.

Ruth Hubbard (1993) faz considerações que são muito importantes para compreendermos as nossas trabalhadoras da época, e, por que não, dos dias atuais. Ao explicar sobre o trabalho e a ideologia feminina, Hubbard compreende que há uma distorção de realidade sobre as ocupações das mulheres:

---

<sup>213</sup> A obediência e o respeito eram traços desta época e características fortes de comportamento do empregado, oriundas do período escravista estas particularidades eram marcadas pelo sentido de que o trabalhador deveria sujeitar-se a obediência de seu senhor, que poderia possuir domínio sobre sua vida particular. Mesmo com a nova ordem trabalhista essas características continuam no pós-abolição, em forma de laços de dominação e dependência entre empregador e empregado. Como havia o medo de que essas pessoas não cumprissem esses contratos, as cadernetas e regulamentos deveriam auxiliar nestes quesitos, contudo, como as historiadoras Lorena Telles e Ana Paula do Amaral nos mostraram anteriormente, os criados buscavam jeitos de se livrar desses mecanismos, que acabaram não dando certo. Ana Paula Costa (2013) também explica que os patrões também não seguiram com os regulamentos, pois não queriam a intervenção de leis que previssem os direitos e deveres dos contraentes e contratados.



O trabalho das mulheres é muitas vezes banalizado, ignorado e subvalorizado, tanto em termos econômicos como políticos. Não se diz trabalhavam quando “apenas” tomam conta da casa e dos filhos. Boa parte do trabalho que as mulheres executam não aparece no Produto Nacional Bruto (PNB) e não tem, portanto, realidade nem valor nas descrições habituais da economia. As mulheres trabalham consideravelmente mais que os homens, se for levado em conta *tudo* que elas executam – em média, cerca de setenta a oitenta horas por semana, em comparação com as cinquenta ou sessenta dos homens – já que, além de trabalharem por pagamento, a maioria das mulheres realiza também a maior parte ou todo o serviço de casa [...] (HUBBARD, 1993, p.25).

As mulheres trabalhavam, seja pela condição de pobreza ou por motivos pessoais. Mas como já vimos, havia um discurso respaldado pela biologia onde elas deveriam ser privadas da rua, ficando no seio da família. Ou seja, a partir dessa lógica as mulheres não seriam próprias para o trabalho fora de suas casas, principalmente em alguns *estados* específicos, ou seja, quando grávidas e com filhos menores. Por não se inserirem na lógica empregatícia, não eram aceitas por seus patrões, e assim, elas deveriam ficar em casa cuidando de sua família, já que o termo trabalho foi definido ao longo dos anos como aquilo que os homens fazem:

Os biólogos e médicos do século XIX afirmavam que o cérebro da mulher era menor que o do homem e que o ovário e útero exigiam muita energia e repouso para funcionar apropriadamente [...]. Na verdade, os cientistas interpretavam o fato das mulheres pobres poderem trabalhar arduamente e ainda assim gerarem muitos filhos como sinal de que eram mais próximas dos animais e menos evoluídas que as mulheres de classe mais alta. (HUBBARD, 1993, p.27).

A partir dessa citação vemos que as mulheres pobres eram igualadas a animais e menos evoluídas que as mulheres de classe mais alta, justamente porque trabalhavam. As noções de feminilidade distanciavam-se dessas trabalhadoras, pois elas não seguiam a risca os padrões pré-estabelecidos. Esse pensamento sobre o feminino, na visão de Hubbard, além de ter preconceitos e variantes de gênero e classe, também possuía uma dose de egoísmo e exploração dos homens da época, vejamos:

A ideologia da natureza feminina, [...], poderia nos fazer acreditar que a capacidade da mulher de engravidar a deixa sempre incapaz fisicamente, em comparação com o homem. Os fundamentos científicos dessas ideias foram elaborados por homens brancos, sobretudo da classe mais alta educados em universidades, que constituíram a maioria em novas profissões como obstetria e ginecologia, biologia, psicologia, sociologia e antropologia. Esses

profissionais usaram as próprias teorias da fragilidade inata da mulher a fim de desqualificar as moças e mulheres de sua própria raça e classe, que poderiam competir com eles por educação e *status* profissional. Também perceberam, protestando abertamente contra isso, que não desejavam perder o tipo de atenção a serviços pessoais que estavam habituados a receber de suas mães, esposas e irmãs e que provavelmente perderiam se essas mulheres obtivessem acesso às profissões. Não invocaram a fraqueza das mulheres para argumentar contra a exploração das mulheres pobres, forçadas a trabalhar longas horas nos lares e nas fábricas pertencentes a membros das classes superiores; nem protestaram contra o modo como as mulheres negras escravas eram obrigadas a trabalhar nas plantações e nos lares de seus donos e donas. (HUBBARD, 1993, p.27)

Num século obcecado com o trabalho, surgiu o ideal da mulher ociosa e do trabalho de seu lar. De acordo com Anne McClintock (2003, p. 55-56) o trabalho doméstico da casa era invisível e assim deveria ser, “a vocação de uma esposa era não só criar uma família limpa e produtiva, mas também assegurar o habilidoso ocultamento de cada *signal* de seu trabalho”. Natália Mendez (2005, p.54) ao discutir as influências sociais, culturais e econômicas que contribuíram para a formulação de um discurso e práticas coletivas femininas, explica que o trabalho feminino no século XIX era visto como uma forma de prostituição e vulgarização da mulher, já que as mulheres também teriam que suportar as investidas de seus patrões.

Vejamos um exemplo dessa ideologia a partir de Carolina Maria de Jesus:

A minha mãe era semilivre. Se uma mulher trabalhava para auxiliar o esposo, o povo falava:  
- Credo. Onde é que já se viu, uma mulher casada trabalhar!  
Ela deverá trabalhar somente no seu lar.  
Mesmo com os disse-disse, minha mãe foi trabalhar. (JESUS, 1986, p.69)

Interessante perceber o significado de liberdade para Bitita. Sua mãe era semi-livre, já que tinha que trabalhar mesmo quando tinha esposo. Pelo consenso da época vemos que não era o papel da mulher sair de casa em busca de um emprego, mas sim do marido e quando a esposa tinha que trabalhar, ela tinha sua liberdade limitada já que o papel da mulher deveria ser com o cuidado do seu lar. Mas mesmo como os “disse-disse”, ela precisou trabalhar, pois não tinha alternativa, a não ser a fome a miséria.<sup>214</sup>

<sup>214</sup> Em outra passagem Bitita (JESUS, 1986, p.80) explica que seu avô não deixava Siá Maruca trabalhar (sua amásia, avó de criação de Bitita), já que “a mulher depois que casa deve cuidar apenas dos afazeres domésticos. Compete ao homem ser o chefe da casa.” O avô compreendia a diferença

A partir dessas explicações compreendemos que os atributos de feminilidade se afastam das mulheres pobres trabalhadoras aos olhos da elite, pois estas, muitas vezes, não tinham como manter uma vida sem emprego, um casamento legal, valores e comportamentos idealizados pelos médicos, juristas e pela alta sociedade. O que explica algumas das adversidades vivenciadas por elas, tais como os abusos sexuais e mentais sofridos ao longo de suas vidas, pois elas eram as outras, diferentes das mulheres da elite por seu papel social. Essas diferenças eram tidas como naturais e internalizadas na sociedade, como também justificadas pela condição de pobreza. Para melhor exemplificar peguemos um exemplo de um processo criminal pesquisado por Bóris Fausto (1984) e utilizado por Lorena Telles (2011) ao qual expõe o caso da menor Joana das Neves, em 1909, com 16 anos de idade:

[...] conta que desde que começou a trabalhar há uns quinze dias o filho também menor dos patrões a apalpava. Em uma noite, Haroldo entrou em seu quarto e desvirginou-a, sob ameaça de cortá-la com um canivete. Queixou-se a patroa e esta não fez caso. O pai de Joana diz que a filha voltou para casa narrando o ocorrido, trazendo-lhe ainda uma camisa manchada de sangue. Foi interpelar a família do indiciado, mas dissera-lhe que aquilo era mentira". Sem "honra" a preservar, a ofendida, definida pelo advogado do menor acusado como filha de varredor de ruas no serviço urbano, "[...] ela não é moça de família... a cândida moça que vive no recato do lar doméstico, sob a vigilância materna, num ambiente de santidade e pureza, aprendendo a conservar a virgindade do corpo e a dignidade dos sentimentos... moça sem instrução alguma, dessas infelizes que crescem com a educação das ruas e dos cortiços... (grifos nossos) (TELLES, 2011, p.96)

Aos olhos do advogado do acusado Joana não era igual às outras meninas da sua idade, pois precisava trabalhar, já que vinha de um ambiente empobrecido, mostrando claramente que as diferenças sociais levavam ao preconceito e a manutenção de práticas de abusos nos corpos femininos. Por seu pai ser varredor de rua, Joana não era considerada filha de família digna, por ter que trabalhar não vivia sob a vigilância materna, por não possuir uma educação letrada era uma infeliz que crescia na rua e em cortiços. Por todos esses agravantes ela não aprendeu a conservar seu corpo e sua virgindade, ou seja, a culpa era sua, e de sua pobreza. Apesar das diferenças de gênero marcantes do discurso e na época, a condição

---

de papéis da época e exercia suas obrigações com homem da casa, diferente do primeiro esposo da mãe de Bitita.

social da mulher poderia ser um atenuante em processos criminais e abusos físicos e mentais, marcando diferenças e preconceitos.<sup>215</sup>

Mas a relação entre patrão e empregados nem sempre era marcada por desavenças ou opressões. Para que houvesse uma boa convivência e bons serviços, as relações que oscilavam entre intimidades e trabalhos eram marcadas por trocas, entre os dois lados. Sandra Graham explica que as comidas poderiam ser parcas, os abrigos em péssimas condições e o tratamento miserável:

As criadas que moravam nas casas de seus patrões experimentavam muito agudamente as profundas tensões que caracterizavam a relação senhor/criada como algo pessoal e próximo, talvez duradouro, mas nunca uma relação entre iguais que confiavam um no outro. A proximidade permitia recordar ternamente amas-de-leite mas também dava vez à suspeita e ao ressentimento com que os patrões consideravam as criadas. Para eles, os laços com as criadas eram necessariamente instáveis, pois a desconfiança (que chegava a desprezo) contra aquelas com as quais contavam para a manutenção da família e do lar ressoava com ambivalência, exigindo reiteradas configurações de confiabilidade e lealdade das criadas. Decerto, o vínculo que unia a família e criados continha um sentido diferente quando as criadas viviam em suas próprias casas ou trabalhavam para uma família apenas esporadicamente. Se a família não podia então esperar o mesmo serviço leal e devotado, nem a criada os mesmo favores que um relacionamento mais próximo ou longo merecia. Mas mesmo os laços mais fracos requeriam que tanto os patrões quanto as criadas cumprissem suas obrigações recíprocas, ainda que apenas minimamente. (GRAHAM, 1992, p.125)

Ainda que as empregadas cumprissem suas atribuições e boa conduta, o trabalho feminino era desigual. As trabalhadoras ganhavam menos<sup>216</sup> ou, às vezes, nem ganhavam, como vimos. Essa tática de morar com o patrão poderia limitar a liberdade das criadas, mas era bem vista pelos empregadores, já que assim eles poderiam controlar mais de perto os costumes das empregadas, além de garantir serviços de boa conduta (lembrando que não era bem visto mulheres circulando nos ambientes públicos, ainda mais se fosse à noite, frequentarem bares como muitas

---

<sup>215</sup> Lorena Telles (2011, p.96) a partir dos estudos de Bóris Fausto (1984) de processos criminais (1880-1924), mostra que os crimes sexuais atingiram quase exclusivamente moças pobres “41% delas empregadas domésticas e 19,5% empregadas em serviços domésticos, correspondentes aos ofícios de lavadeiras, faxineiras e costureiras não residentes na casa do patrão. Dos 17 casos encontrados, em 11 o acusado é o patrão, e em 6, algum membro da família”. Nátalia Méndez e Moises Waismann (2012, p. 1417) ao estudar as questões de gênero no âmbito laboral nos anos 2000 na cidade de Caxias do Sul mostram que as mulheres obtiveram maior decréscimo em seus ganhos do que os homens, mesmo apresentando maior escolaridade. Esse dado nos mostra que a relação de trabalho e desvalorização de gênero perpetua até os dias atuais.

<sup>216</sup> Cláudia Fonseca, (1997, p. 518) explica que muitas vezes as crianças e mulheres eram preferidas pelos empregadores pois eram uma mão de obra que custava em torno de 30% a menos.

faziam em seus momentos de lazer). Sandra Graham (1992) estudando a cidade do Rio de Janeiro entre os anos (1860 – 1910) esclarece que as rotinas complexas e incontáveis permutas simbólicas que associavam criados e patrões eram marcadas por relações incertas.

As imagens contrastantes da casa e da rua marcavam todos os contextos da vida doméstica. Ali se situavam as pessoas da época, e daquele ponto espacial, interpretavam as ações e encontros cotidianos. A casa significava um domínio seguro e estável. À rua pertenciam as alianças incertas ou temporárias, nas quais a identidade não podia ser resumida, mas tinha de ser estabelecida. A rua era um local suspeito, imprevisível sujo e perigoso. Embora essas categorias fossem reconhecidas por senhores e criados, os significados convencionais podiam ser revertidos ou se tornar ambíguos: para os criados, a casa podia ser um local de injustiça, punição ou trabalho excessivo, enquanto a rua podia ser procurada com um local de maior liberdade. Já os senhores enfrentavam riscos inescapáveis de trazer criados desordeiros para os espaços ordenados de casa. (GRAHAM, 1992, p.16)

Além disso, morando na casa dos patrões, as jornadas dessas trabalhadoras domésticas tornavam-se vagas, podendo ser chamadas a fazer algo em qualquer horário. Por sentirem que os limites de suas liberdades estavam sendo quebradas, muitas mulheres buscaram residir fora da casa dos patrões, conduzindo suas vidas com autonomia criando e cuidando dos seus laços de parentesco e de amizade, além de evitar punições e injustiças. Lorena Telles (2011), estudando os livros de contrato de trabalho em São Paulo, conclui que muitas empregadas domésticas saíam da casa dos seus patrões justificando o cuidado com os laços de parentesco. Isso nos mostra que o trabalho não era a única prioridade na vida dessas mulheres.<sup>217</sup>

Já estudamos os estereótipos no processo da criada Clara Markendorf, percebendo como os discursos mudavam para isentar ou para acusa-la de roubo e incêndio. A criada Clara era alugada na casa de Nicolau Ely, ou seja, trabalhava mediante um contrato. Ao ser questionada sobre onde conseguiu o dinheiro para ter

---

<sup>217</sup> De acordo com a historiadora, o cuidado com as mães dessas criadas eram prioridades em comparação com os seus trabalhos, alguns exemplos são: “a engomadeira Joaquina Maria Margarida, 22 anos, nascida em Santos, cor parda, casada, filha de Cândido de Tal, ‘de bom comportamento [...], trabalhadeira’, deixava a patroa Luiza Augusta de Souza Vergueiro ‘por estar a mãe doente’. A cozinheira Francisca Maria do Espírito Santo, 26 anos, cor parda, natural da freguesia de Santo Amaro, solteira, filha de João de Almeida, demitia-se no dia 10 de outubro de 1886, ‘por tratar de um doente de sua família’. A cozinheira Francisca Maria de Jezus, 20 anos, natural de Parnaíba, nos arredores da Capital, cor preta, casada, filha de Francisco do Rozario, demitia-se da casa de ‘Viuva Genin’, que lhe pagava 20 mil réis, ‘para tratar de doentes de sua família’” (TELLES, 2011, p. 80 - 81).

em seu poder peças de fazendas (as quais eram as peças que configurariam o roubo), respondeu: “o dinheiro que tinha nessa ocasião eram cem mil réis ganhos em outras casas onde esteve alugada e mais o restante de sete ou oito meses da casa onde estava a rasão de dezoito mil reis por mez”.<sup>218</sup> Ou seja, vemos que Clara ganhava 18 mil réis por mês e era alugada por um determinado tempo nas casas, não tendo um local fixo de trabalho onde pudesse ficar muito tempo. Ana Paula Costa (2013) exemplifica que as cozinheiras na cidade de Rio Grande, até 1890, possuíam um dos maiores salários dentre as trabalhadoras domésticas, recebendo de 20 a 25 mil réis, já Lorena Telles (2011) mostra que, no contexto da industrialização incipiente que ocorria na cidade de São Paulo, as oportunidades econômicas e trabalhistas às mulheres, negras e brancas, imigrantes e nacionais, eram poucas e elas disputaram a sobrevivência a partir de um trabalho desqualificado e mal pago, que compreendia as atividades de domésticas, com salários que variavam entre 10 a 40 mil réis. Clara, portanto, ganhava a média salarial de sua época.

Nesta sua declaração, Clara diz ter em seu poder cerca de cem mil réis, sendo que ganhava dezoito mil réis por mês trabalhando como doméstica. Não sabemos se esse dinheiro era realmente de outros alugueis, mas se for, ela provavelmente morava nas casas onde trabalhava, possivelmente recebendo alimentos, e conseguindo juntar este montante, que equivale a mais de cinco meses de trabalho.

Quando questionada sobre quanto pagou pelas peças de fazendas achadas sob seu poder, Clara responde que “dêo nove mil réis por duas mantas”, ou seja, metade de seu rendimento mensal. Com isso conseguimos visualizar como poderia ser custoso viver nesta época, já que para se vestir Clara, se não furtou, gastou mais da metade de seu salário com as mantas e outras peças também compradas. Conforme explica Ana Paula Costa (2013) se a mulher fosse casada/amasiada, o salário ajudaria nos gastos familiares, mas se fosse solteira e contasse com filhos, elas poderiam viver em situações miseráveis. Um dos recursos utilizados era a ajuda dos filhos menores no sustento da casa, como visto no capítulo anterior. Muitas vezes, as mulheres eram as únicas que trabalhavam no grupo familiar, sustentando o marido/amásio e os filhos:

---

<sup>218</sup> APERS - Processo número 1731, maço 70, estante 11.

- Ao que parece o marido não trabalha. Recebe roupas velhas de meu marido e come do resto que ela leva todos os dias para casa. Os filhos são cinco, e vestem tudo o que não serve mais para os meus quatro [...] Ela leva o resto do leite todo pra casa. Eu tenho pena dos negrinhos pequenos e compro todos os dias um pouquinho a mais, assim como quem não quer, para sobrar.
- Então tem tudo.
- Tem tudo. Recebe limpos os 40 mil réis mensais. Paga dez de quarto, o marido esbanja o resto. (TELLES, 2011, p.91)

Neste trecho oriundo das Crônicas de Jorge Americano (sobre a cidade de São Paulo 1893-1915), fortemente marcado pelo preconceito da época, vemos uma mulher que com seu trabalho sustentava seis pessoas, sendo a única trabalhadora da casa.<sup>219</sup> A patroa, com seu discurso, achava que a empregada tinha tudo, pois recebe um salário e ainda os restos de comida e roupa da casa, mostrando indiretamente que a criada lhe deveria certa gratidão, por todo o extra que lhe era *concedido*. Vemos nesse trecho uma relação de classes, pois a patroa acha que a empregada deveria ter apenas o necessário para viver, ou seja, a patroa considera estar *acima* da empregada, diferenciando na forma de vestir, comer, relacionar, etc. Difícil para os empregados domésticos a relação com seus patrões, pois dentro da casa os criados tinham contato com os aspectos mais íntimos da família, escutavam conversas, ganhavam as sobras e roupas usadas, acabando por formar relações intimistas e de cumplicidade, mas que no fim não passavam vínculos empregatícios.<sup>220</sup>

Importante também nesse processo é que Clara, ao fim, a partir de seu advogado, diz ser amante de seu patrão. Caso isso seja verdade, nos mostra que as criadas que moravam na casa dos empregadores estavam vulneráveis a todo tipo de

<sup>219</sup> Além de cozinhar para os parceiros e lavar as roupas nas horas vagas, as mulheres ainda tinham que ir atrás de seus ganhos diários, “Florestan Fernandes matiza seu pensamento ao declarar que em São Paulo, nas décadas finais do século XIX, as libertas e descendentes de escravas teriam proporcionado a seus companheiros libertos, substituídos por imigrantes nas ocupações urbanas especializadas e bem remuneradas, alojamento (em quartos de aluguel, dos porões ou dos cortiços); alimentação (geralmente trazida do emprego, em uma pequena marmita), roupas velhas (obtidas pelos patrões; e algum dinheiro (extraído do próprio ganho).” (TELLES, 2011, p.91)

<sup>220</sup> Um bom exemplo para entendermos estes laços é do filme ‘*Que horas ela volta?*’. Este filme trata de conflitos que acontecem entre uma empregada doméstica no Brasil, na atualidade, e seus patrões de classe média alta, criticando as relações estabelecidas entre eles. Val, uma pernambucana deixa seu estado para ‘conquistar’ a vida em São Paulo, deixando sua filha Jéssica com o avô. Chegando em São Paulo Val encontra um emprego como baba e depois empregada doméstica, por 13 anos. Após todo esse tempo, Jéssica vai morar com sua mãe e acaba convivendo com a família empregadora e percebendo que a separação de classe e as posições de poder são diferentes, fazendo com que sua mãe, que se achava parte da família, compreendesse que era apenas um laço empregatício. Val, trata Fabinho (filho da família) como se fosse um parente, mas a família não compreende isso, tanto é que o patrão acaba tentando se aproximar de sua filha, Jéssica, achando em seu inconsciente que ela estaria vulnerável.

investida.<sup>221</sup> Consentidas ou não, esses tipos de relações entre empregados e empregadores eram/são desiguais, sendo que o poder fica nas mãos dos homens, por diferenças hierárquicas de gênero e classe, formando uma relação desproporcional.

Vemos que o patrão, Nicoláo Ely, no momento do incêndio, encontrava-se dormindo, ele, após o alerta de sua esposa, se depara com um começo de fogo em seu depósito - que ficava ao nível da cozinha e do sótão - onde dormia a doméstica que, de acordo com ele, estava em frente à cozinha de onde conseguia ver perfeitamente o fogo e não tratou de apaga-lo. No corpo de delito podemos ter uma noção de como era seu cômodo:

[...] que examinando ao prédio em questão, encontrarão no sótão, onde pernoitava a criada, que continha uma cama, uma arca da mesma e uma barrica vazia junto a qual via certa quantidade de kerosene derramado no assoalho, achando-se dita arca toda empregada de kerosene, assim como algumas das peças de fazendas furtadas pela (ilegível) criada, e que se achavão na referida arca; passando a cozinha do sobrado encontrarão um garrafão que tinha servido para guardar vinagre. (grifos nossos)

Como já foi visto, no fim do processo, Clara é inocentada e ao que parece a esposa de Ely, ao descobrir o romance entre os dois, é que colocou fogo na casa, para culpar a empregada. Contudo, esse foi o discurso da defesa, não sabemos se é o que aconteceu. A partir deste trecho vemos que seu quarto era no sótão, provavelmente sem ventilação e perto da cozinha, seu local de trabalho. Nele havia uma cama, uma arca onde Clara guardava seus pertences e uma barrica vazia, sem qualquer comodidade.

Clara por morar na casa de seu patrão era uma criada sob constante vigilância e que deveria seguir regras bem estreitas dos seus amos, pois possivelmente tinha o livre acesso pelos cômodos, escutando conversas, vendo acontecimentos íntimos e sabendo dos entraves ocorridos na casa. Havia um interesse nesses padrões para que as criadas dormissem no trabalho, o que seria uma reestruturação das relações de poder, disputas e negociações, influenciadas pelas experiências do antigo regime do cativo. Também havia, de acordo com Sandra Graham (1992), no seu estudo sobre as criadas do Rio de Janeiro, uma hierarquia entre a criadagem. As que faziam o trabalho de rua, por exemplo, eram as

---

<sup>221</sup> APERS - Processo número 1731, maço 70, estante 11.



consideradas mais experientes – de maior idade e com experiência sexual - já que a rua era considerada perigosa e contagiosa. Já as que prevaleciam no âmbito doméstico, com o contato *tête-à-tête* com a família, deveriam ter padrões de higiene e de conduta respeitáveis, possuindo, às vezes, maiores privilégios e proteção, pois o patrão poderia ser responsabilizado caso ocorresse algum problema com sua criada.<sup>222</sup>

A realidade da trabalhadora, neste caso doméstica, não era fácil, era acompanhada de baixos salários, a obrigação de arcar com o sustento de parceiros e filhos, sujeição aos patrões, mas as mulheres em idade avançada, desempregadas, grávidas ou doentes encontravam-se em circunstâncias particularmente difíceis, caso não tivessem redes de proteção e apoio que lhes facilitassem a sobrevivência. Vimos que gravidez e doença eram motivos para demissão com justa causa, o que faziam as doentes e grávidas postas portas a fora? E se ainda morassem com seus patrões? E as de idade avançada? Acabavam por sujeitarem-se as piores situações, esmola, mendicância de casa em casa, na busca de abrigos públicos, morar nas ruas, e ainda havia a prostituição. Por isso era muito importante criar laços ao longo da vida, cultivar amigos e familiares, além dos filhos servirem como auxílio e um tipo de salvação para os cuidados na velhice. O fim poderia ser muito trágico para estas desamparadas, acompanhado de um ardo trabalho:

O trabalho exaustivo retribuído com um mísero salário não permitia poupanças nem descanso as mulheres na velhice: “as empregadas que trabalhavam a vida inteira ficavam na miséria, morriam no asilo, coitadinhas sem nada!”. Sem direito a aposentadoria, dependiam de “uma ou outra patroa [que] tinha o coração no peito, deixava um dinheirinho pras empregadas que trabalharam com ela mais de trinta, quarenta anos”.[...] As mais velhas vegetavam como parasitas: comem hoje em casa dos antigos senhores, amanhã em casa dos pais destes, uma vez na cozinha em companhia de escravas amigas, outra vez arranjam uma combinação barata, alimentando-se de pão com bananas. Quem já viu o leito em que dorme uma preta sabe que em qualquer parte pode ser instalado: uma esteira e um pano para cobrir a cabeça são sem encontrados sem dificuldades. O pouco dinheiro de que precisam ganham geralmente lavando e costurando, mas a maior parte das vezes vendendo frutas e doces pelas ruas. Nem por sombras, porém, podemos considerar seu trabalho como atividade regular e fatigante. Mesmo quando aceitam um emprego,

---

<sup>222</sup> Ver: PERROT, Michelle. Figuras e Papéis. In: *História da Vida Privada*. Vol. 4. Da Revolução Francesa a Primeira Guerra. São Paulo, Companhia das Letras, 1991; PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História* (Operários, Mulheres e Prisioneiros). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

sua principal preocupação é a de trocá-lo seguidamente. (TELLES, 2011, p.110-111)

As lutas pela liberdade de trabalho e pela dignidade, travada individualmente por meio da rejeição às normas dos regulamentos e à autoridade dos patrões, geravam um sentimento de não sujeição. Importante ressaltar que não só de trabalho viviam essas mulheres. Apesar de sua rotina cansativa elas tinham vários momentos de lazer, seja em bares e tavernas, em reuniões dançantes, em associativismos e outros tantos momentos onde elas gostavam de se arrumar e divertir:

Aos sábados, as cozinheiras iam aos bailes. Que suplício cozinhar aos domingos, com sono. Mas depois do almoço elas podiam sair, passear até as quatro horas, e voltar para preparar o jantar. E elas não se saciavam.

No sábado seguinte iam dançar novamente até seis da manhã. Aos domingos elas deviam ir para o trabalho às sete horas, porque as patroas queriam dormir até às sete horas. (JESUS, 1986, p.34)

Um ponto a se perceber, a partir das fontes da SCMPA, é que os homens também participavam do espaço doméstico. Na tabela no apêndice percebemos homens que trabalhavam como padeiros, cozinheiros e confeitores, além daqueles classificados como criados e servidores domésticos. Flávia Souza (2017) percebe que na cidade do Rio de Janeiro o processo de feminilização do trabalho doméstico foi mais evidente a partir do início do século XX. Para Porto Alegre, percebemos que os homens que prestavam esse serviço eram em menor número se compararmos com as mulheres, mas mesmo assim, são números consideráveis (ver apêndice). Talvez, com o estudo das fontes no início do século XX, conseguiríamos ter maiores percepções, por hora podemos concluir que as mulheres eram majoritariamente empregadas nos serviços da faina diária das casas.

Por fim concluímos que o trabalho doméstico constituído por mulheres estrangeiras ou nacionais, pretas ou brancas, foi um dos principais mecanismos para a sobrevivência material de uma população pobre. Repleto de relações pessoais que extrapolavam o contrato de trabalho, os quais poderiam ter bonificações, mas também processos similares à servidão e a dependência. O trabalho doméstico nem por isso deve ser compreendido como espaço de submissão, pelo contrário, a partir de suas próprias lógicas essas mulheres trocavam

de empregos, saiam e tinham suas organizações pessoais, apesar da vigilância constante.

### 5.1 UMA FORMA JUSTA DE TRABALHO: PROSTITUIÇÃO.

Trata-se do princípio de isomorfismo entre relação sexual e relação social - sempre pensada a partir do ato modelo da penetração e de uma polaridade que opõe atividade e passividade – é percebida como do mesmo tipo que a relação entre superior e inferior, aquele que domina e aquele que é dominado, o que submete e o que é submetido, o que vence e o que é vencido. (FOUCAULT, 2014, p.263)

No que consiste a prostituição? No dicionário Michaelis prostituição significa:

pros·ti·tu·i·ção

1. Ato ou efeito de prostituir ou prostituir-se.
2. Atividade, envolvendo homens e mulheres, que consiste em manter relações sexuais com um número indeterminado de indivíduos [de maneira habitual], em troca de pagamento.
3. Exploração de prostitutas e prostitutas.
4. O conjunto de pessoas envolvidas nessas atividades.
5. Vida devassa e marcada pela falta de escrúpulos; libertinagem, licenciosidade.
6. Ato de envolver-se na realização de algo vil e imoral; degradação, desonra.<sup>223</sup>

E o que era a prostituição? De acordo com o *Diccionario da Lingua Brasileira* de Luiz Maria da Silva Pinto (1832), prostituição era a ação de prostituir-se, ou seja, expor a desonestidade, “deshonestar-se”.<sup>224</sup> Apesar de quase dois séculos de diferença entre o *Diccionario* de Luiz Maria da Silva Pinto e o Michaelis, as mudanças em torno da mentalidade sobre a prostituição são mínimas. A prostituta ainda é vista como imagem da desonra e da imoralidade, pessoa sem escrúpulos. Estudar a prostituição como mecanismo de subsistência e não de depravação é, sem dúvida, fundamental para que essa imagem de estigma social seja desconstruída.

A antropóloga Adriana Piscitelli (2012) faz uma abordagem explicando as noções presentes nos modelos e linhas de discussões feministas sobre prostituição. Essa discussão torna-se fundamental para que o leitor compreenda a nossa

<sup>223</sup> Dicionário online Michaelis. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/prostitui%C3%A7%C3%A3o/> Acessado em 25 de janeiro de 2018.

<sup>224</sup> Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/prostituir> Acessado em 25 de janeiro de 2018.

perspectiva em relação à prostituição. Seriam quatro modelos, 1) Regulamentarista, 2) Trabalhista, laboral ou de “des-penalização”, 3) Proibicionista e 4) Abolicionista. A autora recorda que são apenas modelos e que não operam de forma rígida:

Os críticos mostram que eles não operam de maneira pura, pois na prática se misturam aspectos de uns e outros, e convergem em afirmar que três deles, os modelos Regulamentarista, Proibicionista e Abolicionista, compartilham a condenação moral à prostituição. (PISCITELLI, 2012, p.5)

No primeiro modelo, o Regulamentarista, a prostituição é aceita, mas como ameaça à saúde e a ordem, devendo ser controlada pelo Estado por meio de regulamentos e regras que garantam a moral e a saúde das prostitutas, como também, pagamentos de impostos, já que haveria dispositivos de controle pessoais, sanitários, locais e policiais. O modelo Trabalhista acredita nos direitos laborais e reconhece o trabalho do sexo como uma atividade legítima e profissional. Ele não se esquiva de exigir uma regulamentação, mas voltada ao trabalho, como o de outras profissões e não como forma de controle. O Proibicionista considera a prostituição um delito e penaliza todas suas atividades e partes envolvidas, já o modelo abolicionista penaliza apenas os que recrutariam e se beneficiariam da prostituição, aqui as prostitutas são consideradas vítimas.<sup>225</sup>

Tomando uma posição a cerca das vertentes sobre o trabalho sexual feminino, acreditamos que a prostituição vincula-se ao modelo trabalhista, pois acreditamos que é um trabalho legítimo. Esclarecemos que não esquecemos ou excluímos mulheres que foram/estão submetidas a diversas formas de exploração

---

<sup>225</sup> Piscitelli (2012, p.11) ao estudar as experiências de imigrantes brasileiras trabalhando na indústria do sexo na Espanha, mostra que a prostituição era percebida como um trabalho por elas. E como trabalho, podia ser objeto de exploração econômica. “As condições do trabalho na indústria do sexo na Espanha se alteravam em função do nicho ocupado, do tipo do estabelecimento, *clubs*, apartamentos ou serviços acertados na rua”, apenas a retenção de alguma parte dos vencimentos pelos proprietários desses *clubs* foram aspectos negativos na percepção das entrevistadas. “As defensoras da ideia de prostituição como trabalho (Chapkis, 1997) sustentam que o processo de separação das emoções não é uma característica exclusiva do trabalho sexual. Autoras que analisam diferentes modalidades de trabalho emocional, tomando como referência às atividades de aeromoças, psicoterapeutas, enfermeiras e comparando suas experiências com as de trabalhadoras do sexo, chegam à conclusão de que todos esses tipos de trabalho exigem criar e conter emoção. Quando o sexo e a emoção são desnaturalizados não se chega, automaticamente, à conclusão de que sua mercantilização seja necessariamente destrutiva. A criação de limites no distanciamento emocional presente no trabalho sexual, longe de ser interpretada como perda do *self*, é vista como ferramenta útil para traçar fronteiras entre atuação na atividade de trabalho e a vida fora dela. Nas ocasiões em que há danos, estes são atribuídos não ao trabalho sexual em si, mas às condições de trabalho, particularmente nos casos em que as trabalhadoras não controlam quando, como e com quem utilizam seus recursos emocionais”. (PISCITELLI, 2012, p. 7)

sexual e opressão. Apesar de ser legítimo e de considerarmos como profissão o trabalho sexual pode trazer danos físicos, gerar opressões e violências. Não esquecemos de que há uma série de características históricas que fomentam a prática da prostituição como exploração sexual, tendo as mulheres como mão de obra básica. Não trabalharemos nesse viés, ao contrário, tentaremos mostrar que a prostituição pode ser uma forma de obtenção de autonomia na vida de mulheres populares.

### 5.1.1 Somos todas prostitutas!

A prostituição foi uma forma de trabalho disponível para muitas mulheres, pois “aquela [primeiras décadas republicanas – Rio de Janeiro] era uma sociedade informada por determinadas concepções sobre sexualidade e trabalho” (SCHETTINI, p.7). Contudo, revelar-se prostituta, no nosso marco cronológico, apesar de não ser considerado crime no código penal, era um complicador para o público feminino, pois a prostituição era vinculada a ociosidade e a vagabundagem, além de ser considerada como pecado pelos religiosos e relacionada à doença pelos médicos. Magali Engel (2004, p. 86), ao examinar o significado da palavra prostituição, observa que ela é associada a: “imundície, charco, lodo, esgoto, sombra, escuridão, trevas, naufrágio, queda, decadência, abismo”. Estas palavras estão relacionadas à imoralidade, como a autora percebe, contudo, também são associadas à pobreza de espírito e física.<sup>226</sup>

Consideradas causadoras da desagregação das famílias, estudamos as prostitutas pobres, aquelas que tinham o ofício de meretriz como forma viável de subsistência. O século XIX é marcado pela vigilância entre os limites da sexualidade “normal” e a “suja”, entre a obtenção de dinheiro em um trabalho “fácil” e a moralidade. A prostituição também é relacionada ao sexo sujo, masturbação,

---

<sup>226</sup> Tanto é assim, que as prostitutas poderiam ser divididas em classes: “1° das difíceis; 2° das fáceis; e 3° das facilíssimas”, de acordo com o médico Dr. Francisco de Macedo, estudado por Magali Engel (2004). As da primeira classe seriam menos perigosas em relação às outras, pois trabalhavam em bordéis de luxo, relacionando-se com pessoas pertencentes às elites sociais, diferenciando-as das fáceis e facilíssimas, que provavelmente tinham que sujeitar a rua ou a prostíbulos com frequentadores de todo o tipo. Claramente a prostituição se diferenciava pela classe dos fregueses e, conseqüentemente, das prostitutas. “Para o médico [Dr. Francisco de Macedo] o contato do conjunto da população urbana com os hábitos devassos, o comportamento obsceno, o modo de vestir e de falar depravados da prostituta pública [de segunda e terceira classe, principalmente] é uma fonte importante de contaminação da doença moral, muitas vezes causadora da desagregação da família”. (ENGEL, 2004, p.89)

perversão e a transgressão, onde o controle dos corpos e da reprodução conjugal foge da “normalidade” (Anne McClintock, 2003). Quanto mais pobre a prostituta era, mais suja, imoral e depravada era vista, ou seja, a classe social dessa mulher fomentava estereótipos de desvalorização.

Paulo Moreira (2009, p.222 - 223) estudando sobre as profissões encontradas nos processos criminais, nos anos de 1869 a 1888, na capital do Rio Grande do Sul, mostra que os serviços domésticos constituíam 34,7% das profissões encontradas, abrangendo mulheres que trabalhavam para terceiros, como também indivíduos sem ocupação definida. O historiador também encontra 2,4% de mulheres que viviam na prostituição, meretrício ou eram chamadas de “mulher dama”. O baixo número chama a atenção, gerando algumas explicações:

Primeiro, muitas destas profissionais deviam assumir a categoria *serviço doméstico*, negando suas atividades como *mulheres de má nota*. Além disso, as próprias autoridades, num período em que a “*moralização pelo trabalho*” vinha sendo pregada para sanar a causa da maioria dos crimes (já que o ócio era considerado a “*mãe dos vícios*”), negavam-se a dar o status de profissão a tais práticas, preferindo qualificações genéricas como “*serviço doméstico*”, “*sem trabalho*”, etc.<sup>227</sup> (MOREIRA, 2009, p.223 – 224)

O autor complementa explicando que “não devemos projetar sobre o passado, conceitos atuais englobando *um largo espectro de processos culturais*, dando o mesmo significado social a práticas complementares distintas” (MOREIRA, 2009, p.224). Ou seja, o trabalho feminino deve ser considerado numa lógica onde a mobilidade profissional era presente, podendo a prostituição ser temporária, como boa parte do mundo laboral popular.

De acordo com Cristiana Pereira (2002, p. 9) “devemos compreender e estudar a prostituição não no sentido de excepcionalidade, anomalia e sexualização de seus corpos, precisam [as prostitutas] ser consideradas através das várias interlocuções estabelecidas com os diferentes grupos sociais”. Tendo a prostituição como parte da vida social das trabalhadoras populares do final do século XIX, assumimos que nem só de exploração e imoralidade viviam essas mulheres, pelo

---

<sup>227</sup> A moralização social auxiliava na invisibilização da prostituição como categoria de ofício ou profissão. Muitas mulheres acabavam negando as atividades e se qualificando como de serviços domésticos, por isso não conseguimos analisar historicamente muitas prostitutas. As fontes provenientes de órgãos repressivos tornam-se, portanto, observatório para a maioria dos historiadores que estudam a história da prostituição e da vadiagem, pois a prostituição não era crime, vadiar sim. Nos processos analisados, pouco encontramos sobre prostitutas, mas a referencia como forma de xingamento era frequente, como veremos adiante.

contrário, mesmo em uma época onde a moral e a honra eram fundamentais para as relações e convivências, elas desafiavam com a autonomia do uso dos seus corpos um sistema religioso e de normas pré-estabelecidas. Aliás, Cristiana Pereira mostra que essas mulheres estabeleciam estratégias de sobrevivência que iam além da troca de dinheiro por relações sexuais, articulando múltiplas redes de sociabilidade e estabelecendo variadas associações.

No processo de agressão já mencionado, ocorrido em agosto de 1889, no qual defrontaram-se violentamente a ré Antônia Maria da Silva, ou Antônia Felix, contra a sua tia Ignácia Brígida de Jesus, vimos que Antônia declara ter 28 anos, ser prostituta, natural desta província, casada, moradora de Porto Alegre, filha de Maria Joanna da Conceição e analfabeta.<sup>228</sup> Porque Antônia declara-se prostituta mesmo sabendo que esta profissão era estigmatizada pela sociedade? Possivelmente, Antônia era uma prostituta conhecida na cidade, talvez já tivesse cometido outros delitos pela capital, trabalhando em algum prostíbulo ou até mesmo na rua. Tanto é que as testemunhas e a acusação não fazem qualquer alusão sobre sua profissão, o que serviria para difamar sua imagem, afirmando sua má conduta, desvio de moralidade e criminalidade. Provavelmente assim o fizeram por estarem acostumados a esse perfil profissional e comportamental da ré.

A testemunha do caso, Domingos dos Santos, 21 anos e copeiro, diz que viu a ré “lançar mão de uma faca que trazia na cintura e ferir a Ignácia no ventre e no braço, que depois disso a ferida correu em direção a rua e a acusada foi embora para o hotel Framer Italiano, onde elle testemunha pensa que ahi deixasse a faca.” Possível que o hotel servisse para encontro com seus clientes, fator comum a época, e sendo assim, ótimo esconderijo para a faca. Contudo, não foi pedida qualquer perícia no hotel e, por isso, nada mais sabemos.

Outro ponto que devemos prestar atenção é o fato de serem os processos criminais construídos pelas agências e mentalidades masculinas, seja na condução dos depoimentos, na transcrição dos mesmos, etc. Será que Antônia Maria possuía tanta autonomia para declarar-se prostituta? Ou foi a tradução que o escrivão fez de sua fala, talvez por conhecê-la ou “ouvir dizer”, a partir de seu juízo de valores? Não sabemos, mas devemos ter como princípio que o processo criminal era escrito por homens para outros homens e que as falas poderiam ser modificadas, conforme

---

<sup>228</sup> APERS - Processo número 1692, maço 68, estante 11.

melhor o escrivão achasse. Mariza Corrêa (1983) afirma que os processos criminais são uma espécie de fábula, construída pelo que a autora chama de manipuladores técnicos, que procuram ordenar a realidade em autos processuais. Estes manipuladores decidem o que deve constar ou não, de acordo com regras pré-estabelecidas, selecionando apenas alguns aspectos da realidade. Além disto, a autora nos recorda que, apesar da escrita dos escrivães serem baseadas na lei, eles possuíam certa liberdade e podiam manipular palavras, principalmente pelo fato de que a população comum utilizava vários tipos de *gírias* e palavras diferentes do vocabulário formal.<sup>229</sup>

Fausta Marçal, com 38 anos de idade e acusada de lenocínio, quando interrogada sobre seus meios de vida e profissão, declarou que lavava e engomava para fora e recebia homens.<sup>230</sup> Estudaremos Fausta no próximo capítulo, por enquanto chamamos apenas a atenção pelo fato dela declarar de forma ampla o seu ofício, que englobava lavar, engomar e receber homens! Fausta seria “dona do mais famoso bordel da Capital, localizado no famigerado Beco do Poço, centro do meretrício situado no coração da cidade”. A história de Fausta é tema presente na crônica policial dos jornais “*Gazetinha*, [...] *Correio do Povo* e pelo *Jornal do Comércio*”. (PESAVENTO, 2008, p.149) A história da primeira cafetina a ir aos tribunais, conforme mostra Sandra Pesavento (2008 p.151), é repleta de “notícias, *diz-que-diz-que* e tema de profundas considerações, seja através de perorações morais, seja dando margem à criação poética nos jornais”, tornando-se conhecida como um tipo de celebridade.

Provavelmente Fausta utiliza da artimanha de declarar que lava, engoma e recebe homens para livrar-se do crime de Lenocínio<sup>231</sup>, do qual foi acusada. Prostituição não era crime, apenas era imoral, e tanto ela como seu bordel já eram conhecidos pela cidade. Mais fácil seria ela dizer que era prostituta do que *cafetina*. Ao dizer que lavava e engomava ela utilizava da prostituição como artifício de um

---

<sup>229</sup> Destacamos que o caráter de fábula dado por Mariza Corrêa aos documentos judiciais nos ajuda a pensa-los em sua composição, mas se levarmos tal hipótese a fundo, acabaremos pensando essas fontes como inutilizáveis, por serem deformações da realidade operadas por estes especialistas. Pensamos, ao contrário, que essas fontes, mesmo criadas por órgãos de controle social, comportam muitas margens possíveis de entendimento às experiências sociais dos populares.

<sup>230</sup> APERS - Processo número 3.699, Maço 115 e Estante 11.

<sup>231</sup> Lenocínio é considerado pelo código criminal como “Excitar, favorecer, ou facilitar a prostituição de alguém para satisfazer desejos deshonestos ou paixões lascivas de outrem”. Enquadrado no Título VIII “Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje publico ao pudor.”, Capítulo III e artigo 277. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D847.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm) Acesso em 12 de março de 2018.



*complemento*, subentendendo que também era uma trabalhadora, pois fazia esses serviços para fora.<sup>232</sup>

### 5.1.2 Ofensa ou ocupação?

No auto de perguntas feito a João Ignácio Pacheco, o praça ferido por Idalina Carvalho da Silva, em 1892, este “respondeu que ontem a noite quando passava por uma taverna que existe atrás da escola militar foi interrompido pela mulher de nome Idalina Carvalho da Silva que o fez parar e perguntou-lhe: ‘não paga nada’”. Nessa fala o praça Pacheco dá alusão que a ré é de vida fácil, e possivelmente prostituta, a fim de diminuí-la perante a lei, mostrando como a referência a prostituição poderia soar negativamente no campo jurídico. Até poderíamos pensar como uma descrição de experiências comuns da época para quem circula por aqueles espaços urbanos à noite, ser abordado por uma profissional do sexo, contudo, como analisado no sub capítulo sobre masculinidades, é muito provável que João Ignácio e Idalina vivessem em uma relação de amasiamento e, portanto, ele utilize dessa expressão para ofender a moral da ré.<sup>233</sup>

Retomando o caso da ré Francisca Maria da Conceição, que agrediu verbalmente Virgilina Perpetua, na manhã do dia 28 de novembro de 1896, com palavras como “prostituta que não respeitava sua viuvez”, visualizamos que a prostituição foi usada pejorativamente, no sentido de que a viúva Virgilina possuía uma conduta inapropriada para seu estado civil<sup>234</sup>.

Consideramos que nem sempre ser chamada de prostituta significava que a mulher exercia essa profissão. Podia ser um xingamento, usado como desqualificação, como no caso acima. Cláudia Fonseca (1997, p. 532) explica que a definição de falta de moral feminina é tão ampla que xingamentos como este poderiam ser “uma arma potencial contra praticamente qualquer mulher adulta. Vemos, de fato, diversos homens rotularem suas ex-companheiras de ‘prostitutas’, simplesmente porque elas juntaram-se com um novo companheiro”.

---

<sup>232</sup> Lembrando que a prostituição não era considerada uma forma de trabalho.

<sup>233</sup> Não descartamos a possibilidade de que Idalina fosse prostituta, pois como visto por Lericé Garzoni (2007) muitas prostitutas se envolviam com agentes policiais, usando esses envolvimento como estratégias em caso de apreensões. APERS - Processo número 1765, maço 72, estante 11.

<sup>234</sup> APERS - Processo número 1887, maço 78, estante 33.

Cristiana Pereira (2002) afirma que as dúvidas e a suspeita policial recaíam sobre as mulheres que andavam nas cidades, pois não era local recomendado para a circulação do sexo feminino, contudo, a circulação das populares era onde recaíam as maiores suspeitas, principalmente pela condição de pobreza onde elas andavam de um lado a outro por causa de seus trabalhos e compromissos diários. Ao estudar as mudanças ocorridas com a prostituição e seus significados sociais durante as primeiras décadas da República na cidade do Rio de Janeiro, a autora explica que a prostituição não envolvia apenas desqualificações e preconceitos, mas também agia como fomentadora de relações sociais e culturais, onde muitas mulheres usufruíam de estratégias para fugir de processos policiais a partir destes envolvimento.<sup>235</sup>

A mulher pública tinha dificuldades em se defender, pois era considerada como se não tivesse honra a preservar. Esse discurso, o qual segue a linha de padrões pré-determinados para as mulheres, é válido para compreendermos a nossa herança cultural e social do conceito de *mulher fácil*, encontrado nos discursos de abusadores, justificando padrões de conduta feminina e, mais grave, abusos sexuais e mentais.<sup>236</sup> Cláudia Fonseca (1997, p.316) explica que a mulher que trabalha podia ser confundida com as “mulheres públicas”, “em vez de ser admirada por ser ‘boa trabalhadora’, como o homem em situação parecida, a mulher com trabalho assalariado tinha de defender sua reputação contra a poluição moral,

---

<sup>235</sup> A autora também explica que, na cidade do Rio de Janeiro, o problema da prostituição tornava-se mais um fator urbano e sanitário do que uma questão individual com a prostituta ou prostituição em si. Sob o impacto da urbanização e da modernização a polícia, respaldada por médicos e políticos, tentava sanear algumas ruas, expulsando as prostitutas do centro da cidade e de ruas movimentadas. Eles não queriam extinguir a prostituição, mas muda-la de local, longe de suas vistas e da população considerada direita. O problema da prostituição, portanto, consistia em definir por onde, como e em qual horário as prostitutas poderiam expor-se, já que o silêncio da legislação brasileira reinava sobre a prostituição. Contudo, quando expulsas elas se movimentavam a outras localidades causando problemas com o comércio local e os moradores.

<sup>236</sup> De acordo com a revista Exame: “Uma em cada três mulheres sofreram algum tipo de violência no último ano. Só de agressões físicas, o número é alarmante: 503 mulheres brasileiras vítimas a cada hora. Esses números, que mostram o persistente problema da violência contra as mulheres no Brasil, fazem parte de uma pesquisa feita pelo Datafolha e encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança. Os dados, divulgados hoje, no Dia Internacional da Mulher, mostram que 22% das brasileiras sofreram ofensa verbal no ano passado, um total de 12 milhões de mulheres. Além disso, 10% das mulheres sofreram ameaça de violência física, 8% sofreram ofensa sexual, 4% receberam ameaça com faca ou arma de fogo. E ainda: 3% ou 1,4 milhões de mulheres sofreram espancamento ou tentativa de estrangulamento e 1% levou pelo menos um tiro. A pesquisa mostrou que, entre as mulheres que sofreram violência, 52% se calaram. Apenas 11% procuraram uma delegacia da mulher e 13% preferiram o auxílio da família. E o agressor, na maior parte das vezes, é um conhecido (61% dos casos). Em 19% das vezes, eram companheiros atuais das vítimas e em 16% eram ex-companheiros. As agressões mais graves ocorreram dentro da casa das vítimas, em 43% dos casos, ante 39% nas ruas.” Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/os-numeros-da-violencia-contra-mulheres-no-brasil/>> Acessado em 30 de setembro de 2017.

uma vez que o assédio sexual era lendário”. Ser chamada de prostituta poderia soar tão ofensivo naquela sociedade, pois como vimos os boatos corriam soltos e isso poderia sujar a honra de uma mulher, não só pensando por um possível casamento perdido, mas também por uma oportunidade de emprego, um favor, ou outro tipo de socialização.

Mas muitas mulheres utilizavam da prostituição como meio de vida, pois essa ocupação era uma alternativa importante de sobrevivência para aquelas trabalhadoras populares.<sup>237</sup> Vemos em outro trecho legislativo uma demonstração de como a prostituta e a mulher pública eram vistas: “Art. 268. Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta: Pena – de prisão celular por um a seis anos”, mas, “§ 1º Si a estuprada for mulher publica ou prostituta: Pena – de prisão celular por seis meses a dous annos”.<sup>238</sup> Como explorado anteriormente, a honra regia essa sociedade. A partir dessa diferença – entre mulheres honestas e públicas - conseguimos visualizar que a pena prisional por estupro de mulher considerada honesta era maior que se a vítima fosse prostituta ou *mulher pública*<sup>239</sup>, justificando preconceitos e hierarquias, diferenciando mulheres consideradas honestas das ‘fáceis’ e potencializando o abuso das consideradas públicas.<sup>240</sup> Aqui também há uma diferença de classes, pois a mulher popular sabidamente andava pelas ruas, a trabalho ou lazer, diferente das da elite, que evitavam esse tipo de circulação.

Cristiana Pereira (2002) explica que havia critérios de diferenciação entre as prostitutas e seu público, sendo que os policiais admitiam a prostituta que se portava bem e discretamente, ou seja, as noções de respeitabilidade feminina, as quais

<sup>237</sup> No código criminal de 1890, não há nada que mencione o crime de prostituição, apenas o lenocínio. Cristiana Pereira (2002) explica que o Código Penal de 1890 introduziu, pela primeira vez, artigos dedicados a punir o lenocínio. Esse preceito legal foi visto como uma medida necessária para a implantação da civilização e da modernidade, como também pela importação de mulheres para prostituição.

<sup>238</sup> Código Penal de 1890. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>> . Visto em 20 de outubro de 2017.

<sup>239</sup> Mulher pública seria aquela que frequentasse o espaço público como tavernas e bares, que saísse a noite, tivesse vários relacionamentos, entre outros. Ela era frequentemente associada à prostituição.

<sup>240</sup> A partir de uma pesquisa encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) e publicada pelo site Datafolha, vemos que um em cada três brasileiros acredita que, nos casos de estupro, a culpa é da mulher. Segundo o levantamento, 33,3% da população brasileira acredita que a vítima é culpada pela agressão. Entre os homens, o número é ainda maior, 42% deles dizem que mulheres que se *dão ao respeito* não são estupradas. Contudo, “a culpabilização da vítima também acontece entre as mulheres, que são as que mais sofrem com o crime: 32% concordam com a afirmação. Para 30% dos homens, a mulher que usa roupas provocativas não pode reclamar se for estuprada.” Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/09/um-em-cada-3-brasileiros-culpa-vitima-em-casos-de-estupro-diz-datafolha.html>> Visualizado em 03 de outubro de 2017.

informavam as ações dos policiais eram baseadas em certo modelo de comportamento de mulheres no espaço público. Mas esse modelo não se aplicava a uma complexa e dinâmica realidade em que mulheres insistiam em continuar se divertindo, trabalhando e ocupando espaços públicos. Contudo, devemos saber que, apesar das mulheres frequentarem estes espaços, elas os ocupavam em uma posição de subalternidade, pois eles ainda eram frequentados por uma maioria masculina, sendo construídos de homens para outros homens.

Como as mulheres públicas ou prostitutas agenciavam desembaraçadamente os seus corpos (por prazer ou profissionalmente), a pena por estupro era menor, pois estas não seguiam as recomendações da moralidade da época e circulavam acintosamente em ambientes públicos, *não se dando ao respeito*. Outro fator que dificultava a diferenciação do estupro e do ato consentido era o corpo de delito, mas se essa mulher já tivesse tido relações sexuais ficava mais difícil de averiguar a violência.<sup>241</sup>

A falta de conhecimento técnico fazia com que as mulheres tivessem que passar por grandes constrangimentos em frente a médicos e legistas. A autora explica que os exames médicos eram usados como recursos não só em casos de defloramento, mas como forma de disciplinar as mulheres, onde os pais poderiam submeter às filhas ao exame, a fim de obter uma “confissão” sobre seus envolvimento sexuais.<sup>242</sup>

Sobre os juristas e como eles compreendiam a virgindade e o comportamento feminino, Sueann Caulfield (2005, p.253) aborda que havia uma intervenção jurídica justificada na proteção da virgindade, tomando como base às suposições ligadas a “missão reprodutora e moralizadora da mulher”, não se preocupando com os direitos individuais. Além disso, a punição contra defloramentos constituía-se numa

---

<sup>241</sup> Sueann Caulfield (2005, p.76) explica a dificuldade de averiguar os defloramentos no corpo de delito na cidade do Rio de Janeiro: “O conhecimento sobre o hímen complacente, no entanto, era restrito aos especialistas, e o ensino da medicina legal era rudimentar até o final do século XIX e começo do XX. Antes da década de 1920, o exame obrigatório de defloramento geralmente avaliava a virgindade a partir de um critério que incluía não somente o estado do hímen (na maioria das vezes observado de forma incorreta, de acordo com Souza Lima e outros) como também outras evidências que a medicina legal havia rejeitado, como a flacidez dos seios e dos grandes e pequenos lábios. Ignorando os ensinamentos de especialistas no assunto, os advogados de defesa faziam bom uso desse tipo de evidência, o que parece ter sido especialmente eficaz quando os casos eram julgados pelo júri”.

<sup>242</sup> Quando a mulher era considerada miserável e o caso assumido pelo Ministério Público, ela era obrigada a depor, apresentar os documentos necessários e a realizar o exame de defloramento, contudo, algumas das mulheres pesquisadas pela autora, não compareciam aos exames, outras não iam ao julgamento ou não eram encontradas pelos oficiais de Justiça. (CAUFIELD, 2005, p.227 - 228)

suposição de que a mulher deflorada tinha mais chances de cair na prostituição, dado que nenhum homem se casaria com uma mulher “já estragada” por um suposto corruptor, elas não tinham escolha senão o bordel. Desse modo, por razões culturais, a perda da virgindade transformava as mulheres de “anjos do lar” em seres independentes, liberados e corrompidos, que causavam a depravação social e espalhavam as doenças venéreas, trazendo até mesmo a degeneração física às futuras gerações do Brasil. Mas a própria autora chama a atenção de que as mulheres não ficavam sozinhas, mesmo após a perda da virgindade ou nos casos de defloração. Muitas se envolviam com terceiros e acabavam encerrando os processos. O próprio relacionamento de amasiamento pode ser pensado como forma de agência e de liberdade sexual para as mulheres populares.

O que queremos dizer com isso, é que apesar de uma camada da sociedade acreditar que a virgindade possuía significações importantes, ela só o era para algumas pessoas destas classes altas, diferente da maioria dos populares, que seguiam suas vidas e não *caíam* na prostituição apenas por estarem desvirginadas. O próprio caso apresentado no começo desse texto mostra que a prostituição era utilizada como recurso de sobrevivência e não como estigma de mulheres que já haviam tido relações sexuais antes do casamento.

Apesar de no código criminal não ter nada relacionado ao crime da prostituição, moralmente falando havia preconceitos e diferenças contra mulheres chamadas de públicas seja pela mácula que mancharia a sua honra ou seu trabalho ilícito, que ia contra as regras de conduta religiosas, científicas e morais.<sup>243</sup> Apesar de muitas vezes não estar explícito, a mulher prostituta era vista de maneira diferenciada das outras.

Na vida cotidiana a prostituta poderia ser a vizinha, a irmã, a cunhada, a amásia, enfim, uma pessoa próxima e com convivência íntima, onde as relações se mantinham com certa igualdade, mas isso não significa que em momentos de tensões a prostituição não serviria como julgamento moral e de diferenciação.

---

<sup>243</sup> No capítulo II do Código de Processo Criminal, de 1832 – “Das pessoas encarregadas da administração da justiça criminal em cada districto” -, na seção primeira, aparecia como competência dos juizes de paz: “artigo 12: § 2º Obrigar a assignar termo de bem viver aos vadios, mendigos, bebados por habito, prostitutas, que perturbam o socego publico, aos turbulentos, que por palavras, ou acções offendem os bons costumes, a tranquillidade publica, e a paz das famílias”.

### 5.1.3 Estratégias a partir das trocas nominais

Até agora, percebemos que as mulheres populares no século XIX nada tinham de passivas e submissas, ao invés disso, vemos que muitas estratégias eram acionadas para facilitar suas vidas cotidianas e garantir sua relativa autonomia social. A mobilidade de territórios, moradias e profissões acompanhavam mudanças na vida dessas pessoas. Um novo emprego ou um novo espaço de convivência poderia ser usado como estratégia para um (re)começo de vida. O nome também:

A Emerenciana já estava dormindo com os homens e vestindo vestidos de seda, e tinha posto um dente de ouro na boca e trocado o nome. Era Vilma. Comprou vestido de seda para a mãe dela, que estava contente porque a sua filha estava ganhando um dinheirão, cem mil réis por semana. Ganhava mais que um doutor. Já conhecia Uberaba, Araxá e Uberabinha. (JESUS, 1986, p.82.)

Aqui Maria Carolina de Jesus nos contou como poderia ser lucrativo trabalhar na prostituição. Sua mãe trabalhava lavando roupas em casas de famílias e nas “casas de meretrizes”, onde a autora comenta sobre Emerenciana, uma moça que aparentemente gerava muitos lucros através da prostituição, conseguia manter *luxos* para si e para a mãe, ter uma renda maior que a de um doutor (!) e ainda conhecer outras cidades, o que para os pobres da época era muito difícil. Vemos também, que apesar do estigma, para a mãe de Emerenciana não havia problemas em sua filha ser prostituta, pois conseguia manter uma vida estável, mantendo certos padrões de consumo.

Outro ponto interessante é a troca do nome de Emerenciana para Vilma. Muito recorrentemente nos processos criminais encontramos mulheres *públicas* trocando de nomes ou usando pseudônimos, buscando nestas artimanhas de camuflagem social alguma proteção contra os olhares moralizadores e dos órgãos de controle social. Antônia Maria da Silva também era conhecida como Antônia Felix, possivelmente agindo pelas mesmas motivações de Emerenciana, para não ser conhecida por seu nome de batismo na prostituição.

A troca de nome significa uma prática carregada de simbolismo, onde o sujeito prende-se a outra identidade, assumindo-se como outrem, ingressando em um espaço com regras próprias, diferenciando-se, assim, da vida que anteriormente levava. No caso da prostituição, como ela era/é mal vista na sociedade, as mulheres trocavam de nome a fim de não serem reconhecidas em suas identidades originais,

de nascimento, mas também como meio de separar a profissão considerada imoral de suas vidas habituais, sendo uma forma mais fácil delas lidarem com a carga emocional e moral que essa ocupação ilícita carregava, já que fazia parte de outra identidade, atribuída ao novo nome escolhido. Elas, de certa forma, assumiam uma identidade paralela a de seu nascimento, adaptando-se a novo cenário social a partir de representações e estereótipos.<sup>244</sup>

Mas não eram somente as prostitutas que trocavam de nome. No processo de roubo em que Joanna Allem é tida como ré, 35 anos, casada, de serviços domésticos e nascida na Síria, temos uma testemunha que se autodenomina com o nome de Milia de Salomon e é chamada a atenção pela defesa, pois além de ser tia do queixoso (Kalil Abraão Nadir) também usava nome falso. Seu nome verdadeiro seria Fortunata Salomon Isac. Neste caso, não podemos afirmar que Milia ou Fortunata era prostituta, mas por ser estrangeira, provavelmente, quis assumir uma nova vida e identidade ao chegar no Brasil.<sup>245</sup> Muitos imigravam com a intenção de mudar de vida, ter novos empregos, ascender socialmente e materialmente. Neste sentido, o novo de país também foi uma opção de mudança de vida e de nome.<sup>246</sup>

Os populares, mesmo nos espaços urbanos, poderiam usar mais de uma identificação nominal, uma de papel (que constava em registros públicos) e uma comunitária. Rodrigo Weimer (2013), ao estudar a trajetória de um escravo e seus descendentes na região do litoral norte do RS, observa a mudança de nomes como atribuição referencial a uma ancestralidade.<sup>247</sup> A troca de nomes poderia comportar

<sup>244</sup> Segundo Moreira (2009, p. 183 - 184), investigando os cenários sociais populares no século XIX: “O *prestígio* dado pelas autoridades ao maleável rótulo de mulheres honestas talvez justifique o costume de algumas mulheres, quando dedicadas ao ofício de prostitutas, usarem apelidos, provavelmente máscaras que dificultariam sua identificação. Marítimos e meretrizes usavam normalmente apelidos, mas, enquanto os primeiros acrescentavam adjetivos aos seus nomes, estas praticamente assumiam pseudônimos: Carolina Bonifácio Anjo Alves, era “conhecida” por Isaura (APERS - processo 1464, maço 55), Cristina Maria dos Santos, *vulgo* Celestina (APERS - processo 1201, maço 41), Joana Maria da Conceição era *geralmente conhecida* por Real Silva (APERS - processo 1679, maço 68), Maria Joaquina era a *serrana* (APERS - processo 1330, maço 49)”.

<sup>245</sup> APERS - Processo número 1928, maço 87, estante 11.

<sup>246</sup> Falsificar o nome também podia ser um artifício em casos de reincidência nos mesmos delitos e por isso era considerado um potencial delito. No Capítulo VII do Código Penal de 1890, “Do uso de nome suposto, títulos indevidos e outros disfarces”, o artigo 379 versa: “Usar de nome suposto, trocado ou mudado, de título, distintivo, uniforme ou condecoração que não tenha; Usurpar título de nobreza, ou braço de armas que não tenha. Disfarçar o sexo, tomando trajos impróprios do seu, e trazel-os publicamente para enganar: Pena - de prisão celular por quinze a sessenta dias”. Código Penal de 1890. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>> . Visto em 20 de outubro de 2017.

<sup>247</sup> O autor, por estudar descendentes do cativo, explica que os prenomes adotados de mães e avós, apontavam para um pertencimento comunitário e para a resistência do grupo em ser

apelidos de identificação a uma comunidade ou família sobre um indivíduo, como também o próprio sujeito poderia aderir a um novo nome, por motivos diversos, de identificação ou aproximação a um familiar ou padroeiro, por exemplo.

Florêncio Manoel de Freitas, ou Florêncio de Freitas, ou ainda Florêncio Marcelino da Silva, são denominações que se referem à mesma pessoa, que foi vítima da agressão de Luísa Gomes de Souza, caso anteriormente analisado. O nome muda, de acordo com a testemunha.<sup>248</sup> Os agentes municipais que socorreram e apartaram a briga o chamam pelo sobrenome Freitas, na delegacia lhe é atribuído o nome de *Marcelino da Silva*. Silvana Santiago (2006, p.82) explica que a mudança de nomes foi artifício muito utilizado por mulheres presas como vadias (e também por homens, evidentemente) com o intuito de despistar a ação da polícia na cidade do Rio de Janeiro, em fins do século XIX e início do XX:

[...] a acusada Maria da Conceição, de 22 anos, solteira, natural de São Paulo, foi presa na Rua Doutor João Ricardo, às sete horas da manhã. Anexada ao processo, aparece sua ficha de identificação, na qual lê-se ter sido registrada na Detenção pela primeira vez em trinta e um de março de 1903, com o nome de Celina Rosalina Maria de Jesus, nome bastante longo, permitindo uma série de combinações. Seguem-se outras dezesseis entradas, a maior parte com nomes diferentes, cinco delas com a combinação Conceição. (SANTIAGO, 2006, p.83)

Em um momento em que as autoridades públicas procuravam aperfeiçoar os mecanismos de controle e identificação social, com o uso, por exemplo, de laboratórios fotográficos, os populares insistiam em trocar de nomes, mantendo autonomia e sua identidade preservada.

---

identificado apenas por nomes que não apontavam suas raízes, identificando identidades sociais. “Felisberta, prima e esposa de Manoel Inácio, aparece nos registros de batismos de seus filhos apenas com o seu pronome – eventualmente com os sobrenomes Marques ou ‘da Conceição’, remetendo à santa padroeira da freguesia -, mas também como o *tecnônimo* materno e adotou o de sua avó paterna. A uma nova condição social correspondeu, também, uma nova identidade que implicou em uma forma diferente de nomear. Felisberta era, não há dúvidas, uma ‘Inácia’, já que filha de Ramão Inácio, mas quando viúva, ao manejar seu *tecnônimo* no sentido de utilizar o de seu pai e não de sua mãe, legitimava seu relacionamento, que não era sancionado pela Igreja, com o falecido marido, Manoel Inácio. Parece ser também o caso de Aurora Inácia Marques da Silva. Viúva de Antônio Inácio da Silva – cujo Inácio não tinha nada a ver com a família de sua esposa -, a neta de Felisberta parece-me demarcar, a um só tempo, o vínculo com seu tronco familiar, mas também com seu falecido marido, nesse caso, sim, uma relação sancionada diante dos homens e legítima perante Deus” (WEIMER, 2013, p.342).

<sup>248</sup> APERS - Processo número 2035, maço 88, estante 334C.



#### 5.1.4 Prostitutas: Perversas e doentes.

De acordo com Magali Engel:

A prostituição na sociedade brasileira do século XIX apresentava-se, portanto, como uma realidade complexa, múltipla e contraditória, cuja compreensão é particularmente dificultada pelo peso dos preconceitos morais. De qualquer forma, é preciso não perder de vista que os significados dos comportamentos que nos habituamos a identificar como prostituição possuem uma especificidade que só pode ser resgatada e compreendida se levarmos em conta a sua inserção num dado imaginário social. Aparecendo em sociedades diversas no espaço e no tempo, tais práticas estão evidentemente ligadas a atitudes e necessidades sexuais e psicológicas da sociedade no conjunto, que são variáveis historicamente. (ENGEL, 2004, p.27)

Complexa, múltipla e contraditória a prostituição de certa forma fascinava os médicos, os quais não deixaram de se aprofundar no assunto e a partir de preceitos morais e científicos. Essas mulheres, além de pecadoras, tornaram-se doentes sociais, morais e físicas. As prostitutas, por fazerem sexo sem o fim reprodutivo, mas lucrativo, eram vistas como degeneradas mentais e físicas. Por sua rotina noturna, má alimentação, excesso de álcool, elas eram assemelhadas ao envelhecimento precoce e a doenças; sua vida “desordenada” produziria a debilidade do organismo.

O processo de assimilação da prostituição pelo saber médico e social foi profundamente marcado por ambiguidades e hesitações cristãs, relacionando sexo e pecado ao prazer e desejo, esbarrando, portanto, na moralidade. Esse fator se torna importante, já que os médicos, juristas e outros intelectuais não eram neutros em seus temas, por mais científicos que se declarassem. Suas condutas e formas de vida se enquadrava com a moralidade da época, baseada em preceitos religiosos, condutas sociais e legais.<sup>249</sup>

Magali Engel (2004) e Sueann Caulfield (2005) explicam que a prostituição poderia ser fundamentada na visão de um “mal necessário”, uma “válvula de escape” para os incontroláveis impulsos sexuais masculinos e, portanto, não

---

<sup>249</sup> Magali Engel (2004), ao estudar as teses médicas do período, mostra que foi a partir de 1890 que a temática da prostituição incorporou o saber médico sanitário. Respaldados em suas críticas internas e sociais, esses médicos passam a vê-la como doença social, moral e física. A autora também explica que o organismo da mulher era definido como fisiologicamente mais propenso à perversão sexual do que o masculino, pois, ao dotá-lo de um forte instinto de procriação, a própria natureza havia gerado o caráter ambíguo da sexualidade feminina. A partir dessa ideologia, a mulher teria apenas dois caminhos a seguir, a sexualidade sadia (mãe/esposa) ou a exagerada (prostituição), enxergada como sexualidade doente.

poderia, ou nem deveria, ser eliminada. Isto é, os homens se beneficiavam da prostituição e apesar de discursarem contra, não queriam bani-la de suas práticas.<sup>250</sup>

Pervertidas sexuais e fisicamente enfermas as prostitutas eram associadas a doenças sexualmente transmissíveis, devido à exposição com muitos homens, gerando uma preocupação com a integridade da família honesta.<sup>251</sup> A seguir montamos um gráfico e uma tabela com as doenças sexualmente transmissíveis encontradas na fonte da SCMPA para compreendermos se as mulheres recorriam à instituição quando eram acometidas por essas doenças.<sup>252</sup> Pelos pouquíssimos dados encontrados, compreendemos que a vergonha de adquirir doenças sexualmente transmissíveis e da instituição ser ligada a religião, essas mulheres procuraram outras formas de tratamento.

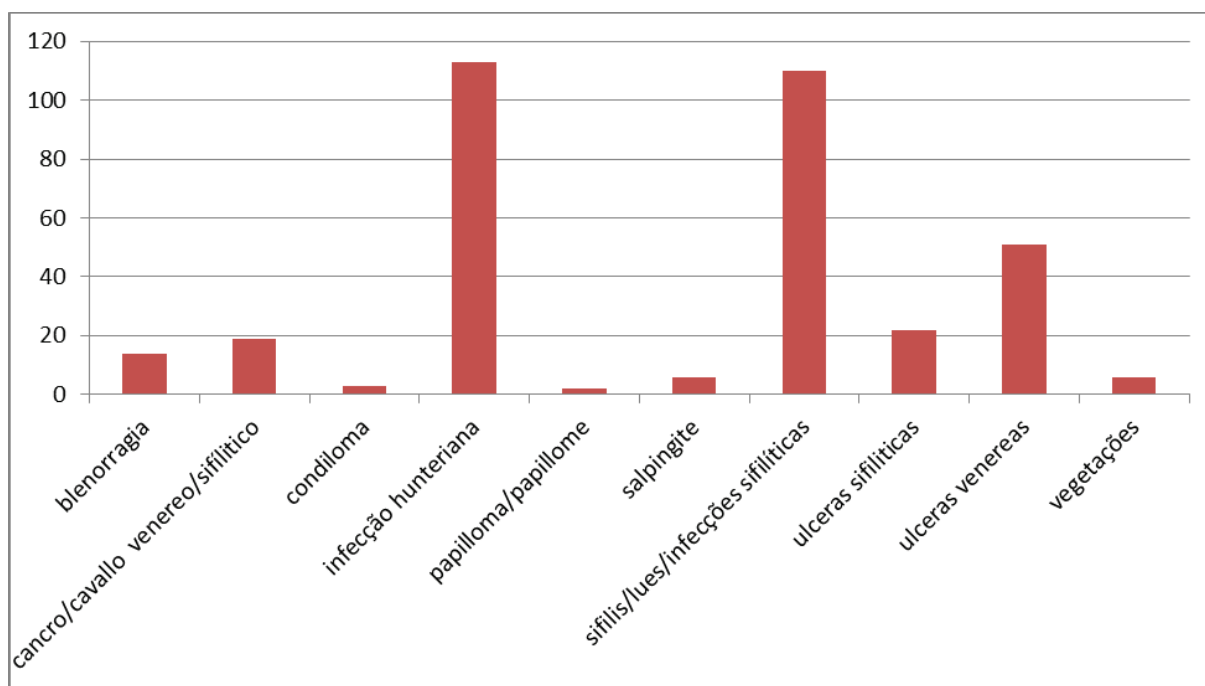
---

<sup>250</sup> A regulação vigorou durante boa parte do século XIX em quase todos os países europeus, mas implicava para as prostitutas no seu registro, exames médicos obrigatórios e internação em casos de doença venérea. Aos homens, na qualidade de clientes, não havia nenhuma cobrança. Leriche Garzoni (2007, p.101), através de Evaristo de Moraes, advogado que se envolveu na defesa de trabalhadores sindicalizados e de prostitutas do início do século XX, explica que ele considerava que as medidas para o controle da prostituição não deveriam atingir só as mulheres, pois os homens também se serviam deste trabalho. Na América do Sul, em países como o Uruguai e a Argentina foram feitas regulamentações sobre as prostitutas e bordéis. Caulfield (2005) explica que no Brasil houve esforços de vários médicos e oficiais de Polícia para a mesma regulamentação, mas sem sucesso. Essa regulamentação serviria para controlar os corpos, evitar o contágio de doenças pelas famílias e normatizar a prostituta. “Porém não houve sucesso, pois a sociedade e as próprias prostitutas não aderiram à regulamentação. Em parte, essa derrota refletiu uma reação à experiência em Buenos Aires. Os bordéis regulamentados pelo Estado na Argentina ganharam fama na Europa por abrigar mulheres europeias e forçá-las a se prostituir por meio do infame ‘tráfico de escravas brancas’. Além disso, os médicos brasileiros mantiveram-se informados sobre os trabalhos dos principais profissionais franceses, que se tornaram mais e mais desiludidos com a regulamentação em Paris. No final do século XIX, a vasta maioria dos médicos da área da saúde pública no Brasil opôs-se tanto à proibição como à regulamentação da prostituição pelo Estado, uma posição que coincidia com a dos profissionais de saúde europeus. Sendo assim, os legisladores da Primeira República seguiam seus predecessores imperiais, delegando aos funcionários municipais a tarefa de controlar a prostituição” (CAUFIELD, 2005, p. 79 – 80). Adriana Piscitelli (2012, p.5 - 6) lembra que “a ideologia abolicionista, ligada aos primeiros movimentos feministas europeus, tinha como proposta abolir a regulamentação da prostituição presente em diversos países a partir da segunda metade do século XIX. As abolicionistas lutaram contra a arbitrariedade médica, policial e religiosa à qual eram submetidas às prostitutas, considerando-se como libertadoras de escravas. E a defesa das prostitutas, tidas como vítimas de um sistema imoral, estava associada à realização de cruzadas de purificação, que incluía a luta contra a pornografia, tida como expressão do prazer masculino que conduzia à prostituição e à homossexualidade. A partir definais do século XIX, o abolicionismo foi alimentado e favorecido pelas narrativas sobre o tráfico sexual de mulheres”.

<sup>251</sup> Para Magali Engel (2004, p.74) as imagens do cancro, da chaga, da úlcera, da gangrena, do vírus, frequentemente utilizadas para identificar a prostituição, mostram um dos diagnósticos presentes no discurso sobre a prostituição como uma enfermidade do corpo, que ameaçaria a saúde e a vida da população. “O espetáculo público da prostituta expondo seu corpo em atitudes provocantes funcionaria como estímulo aos instintos de outros corpos, aprisionando nas malhas da perversão as vítimas saudáveis”.

<sup>252</sup> Sabemos que nem todas as mulheres com essas doenças eram prostitutas, pelo contrário, algumas poderiam ser vítimas dos hábitos de seus amásios/maridos, outras poderiam contrair em relações consensuais ou, até mesmo, estupros.

Gráfico 15 - Doenças sexualmente transmissíveis das mulheres na SCMPA (1889 – 1900)<sup>253</sup>



Fonte: LMGE - números 6, 7, 8 e 9 – Disponível em CHC/POA.

Magali Engel (2004, p.79) explica que os médicos relacionavam outras doenças, que não só as venéreas ou as sexualmente transmissíveis, a prostituição, tais como: “nevroses, infecções do útero, moléstias do aparelho respiratório, desarranjos gastro-intestinais, flegmasias superficiais e profundas, febres, moléstias da pele”. Esse relacionamento é produto de uma mentalidade que acreditava que a degradação física e moral levaria o corpo da trabalhadora do sexo a envelhecer e adoecer, diferentemente da mulher considerada honesta. Contudo, mesmo sabendo que outras doenças além das sexualmente transmissíveis são relacionadas à prostituição, evidenciamos apenas aquelas que consideramos que poderiam ser transmitidas pelo ato sexual.<sup>254</sup> Outras doenças, tais como os diversos cancros, também não entraram em nossa lista, pois elas poderiam ser ocasionadas por doenças sexuais ou não, ficando, portanto, muito vaga a referência.

A sífilis, doença sexual mais encontrada na fonte, possuía conceitos e superstições muito peculiares, conforme explica Sérgio Carrara (1996). No começo do século XIX, além do caráter de sintomas que explicariam uma doença física, as

<sup>253</sup> Significado das doenças são encontradas no apêndice B.

<sup>254</sup> Obviamente outras doenças podem ser transmitidas pelo contato físico, um resfriado, por exemplo, mas essas doenças, como corriqueiras, não foram contabilizadas, justamente pelo fácil contágio.

superstições ligadas ao pecado e a fatalidade natural pelo erro cometido, ligado ao sexo fora da estrutura do casamento e/ou da moça virgem, faziam com que a doença adquirisse um estigma social ligado a heranças culturais e religiosas. A partir dessa conceituação confusa e mística, alguns médicos poderiam negar-se a atender sífilíticos, devido à crença de que os doentes deveriam pagar por este mal, como forma de resignação. O tratamento também poderia constituir uma punição, sendo caracterizado com processos dolorosos e absurdos, como classifica Carrara. Com a introdução da cientificidade e a amenização dos preceitos religiosos que integravam a medicina antiga, o final do século XIX fez com que a sífilis não fosse considerada apenas sexualmente, mas como sexualmente produzida, dada a certas condições sob as quais se realizava o ato sexual. A questão da propagação da sífilis pela hereditariedade de mãe para filho na gestação e na amamentação também fez com que médicos interferissem e se preocupassem com as famílias e com a prostituição, visto que esses fatores eram considerados principais canais de contágio da sífilis.<sup>255</sup>

O próprio estágio da sífilis pode ser um problema na hora de “nomear” a doença na fonte. A trajetória da doença no interior do organismo poderia acompanhar o doente até a velhice, pois a sífilis continha esquemas e fases de sintomas diferentes:

Segundo um médico brasileiro de finais do século passado, em sua primeira fase a *sífilis* se manifestava através do *cancro*, ulceração resultante da *inoculação* ou *contato sífilítico*. Localizado mais freqüentemente nos órgãos genitais, podia também aparecer na língua, lábios, narinas, gengivas, mãos, coxas, ânus. Dentro de alguns dias, “e como consequência ordinária dos cancrios, sobrevém o engurgitamento dos gânglios, com os quais confinam os vasos linfáticos da região ulcerada e por conseguinte quase sempre na virilha” (Xavier, 1880:39-45). Eram os *bubões*. Depois de certo tempo, tais sintomas desapareciam naturalmente. Num prazo variável de alguns meses, instalava-se a *sífilis secundária*, expressão que designava a generalização da doença no corpo, marcada pelo surgimento na pele de pequenas feridas circulares, as *roséolas sífilíticas* ou *sifilides*, e de ulcerações altamente contagiosas nas amídalas, boca ou nos órgãos genitais, conhecidas como *placas mucosas*. Tais sintomas também desapareciam naturalmente, encerrando a fase propriamente dermatológica do mal. Passados vários meses ou até vários anos, advinha o temível *tercearismo*. A *sífilis* então “aprofundava-se” no organismo. Porém, não se tratava

---

<sup>255</sup> Sobre a sífilis ver mais: CARRARA, Sérgio. *Tributo a vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>; OLIVEIRA, Daniel. *Morte e Vida Feminina: Mulheres Pobres, Condições de Saúde e Medicina da Mulher na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1880-1900)*. Porto Alegre:UFRGS, 2012 (Dissertação de Mestrado), 2012.

mais exclusivamente da lenta necrose dos ossos acompanhada de dores intensas, como para os antigos. Ao longo do século XIX e início do século XX, constata-se que a doença podia atingir órgãos vitais, como o cérebro e o sistema nervoso, o pulmão, o fígado, os rins, o baço, os olhos; manifestando-se de formas tão diferentes quanto a *icterícia*, a *cirrose*, o *amolecimento do cérebro*, as *hemiplegias*, as *paraplegias* e “inúmeras outras perturbações das funções nervosas da sensibilidade, da inteligência e da motricidade” (Idem). Nesse sentido, como dizia o médico, a *sífilis* devia ser considerada pior que as epidemias, pois destas “o indivíduo morre instantaneamente ou recupera a saúde, porém o mal venéreo passa por diversas alternativas de curas aparentes e manifestações novas de acidentes sífilíticos”. (CARRARA, 1996, p. 39)

Ora, havia a preocupação do contágio pela prostituta, o que colocava o corpo feminino prostituído como propagador de doenças, não o masculino. Questões como essas, criavam/criam problemas gigantescos em termos de sexualidade e gênero, além de hierarquias sociais em que a mulher assume todo o estigma negativo. Estudar a prostituição, as doenças sexuais e as mulheres em si, são os recursos que nós historiadores e interessados nos assuntos, podemos utilizar para reverter esse quadro de diferenciação.

Joan Scott (1995) nos explica que gênero é uma oposição binária e a partir disto são construídas características socialmente vistas como inerentes a cada corpo, com funções políticas atreladas ao poder e a manutenção de hierarquias, muitas vezes não conscientes. A prostituição não se desvirtua deste caminho. Ela é binária quando entra em oposição ao modelo de mãe/lar/esposa/privado, é pecado, doença, loucura e anormal quando colocada em oposição a esse ideal de feminino, é socialmente aceita quando se pensa no prazer masculino das elites e é recriminada quando se torna propagadora de doenças e de mulheres famigeradas.

A moralidade da época não considerava a prostituição como um trabalho, mas como um desvio de conduta:

[...] a prostituição é vinculada à ociosidade e contraposta a trabalho. Assim considerada uma atividade remunerada ilegítima, é inserida na categoria de desordem social que, compreendendo desde a noção de delito até a noção de crime, classifica a prostituta entre os tipos considerados socialmente doentes, tais como o mendigo, o vagabundo, o vadio, o capoeiro, o jogador, o bêbado, o ratoneiro, o estelionatário, o ladrão, o malfeitor e o criminoso. (ENGEL, 2004, p.94)

Apesar dessa visão moralista sobre a prostituição recair ainda nos dias atuais, essa dissertação entende que a prostituta era/é sim uma trabalhadora, pois a partir

de seu corpo gerava o sustento de si e da família. Mas nem todas as prostitutas eram conhecidas e se declaravam como Antônia. Algumas tinham outros empregos e utilizavam da prostituição para complementar a renda, às vezes, prostituindo-se ocasionalmente, ou ainda, mascarando a profissão.

A oposição entre as categorias de prostituição e de trabalho revela-se, por exemplo, num dos significados que caracterizam no discurso a noção de clandestinidade, e deste modo, recaíam os estigmas sobre outras profissões populares, tornando o lugar em que a mulher se encontrava, como também, sua classe social e sua raça, como motivos de suspeição.

## 6 MULHERES NEGRAS ATIVAS: REPRESENTAÇÕES SOBRE RAÇA E GÊNERO.

Giovana Xavier (2012), ao estudar as mulheres escravizadas na ficção do Rio de Janeiro no século XIX, analisa a imagem e as representações de como as mulheres negras eram vistas, principalmente pela literatura. A autora explica que, ao longo do oitocentos, a imagem da mulher negra foi utilizada como uma metáfora patológica, da corrupção e do primitivismo. A partir de tipologias literárias, essas mulheres eram classificadas em estereótipos, os quais Giovana classifica em: a bela mulata, crioula feia, escrava fiel, preta resignada, mucama sapeca e mestiça virtuosa.<sup>256</sup>

Adriana Alves (2010, p.31) explica que, no período da escravidão, as mulheres negras e escravizadas estavam sempre em situações mais vulneráveis, pois além de uma política patriarcal elas estavam inseridas numa política de gênero, onde o poder masculino era referência de suas ações. O corpo da mulher escravizada, como explica Adriana, além de sofrer constante vigilância também era representado por posse, reprodução e preocupação. Posse, pois, além da política de gênero presente, elas viviam sob o controle de um senhor, situação na qual as relações de poder faziam o seu corpo ser visto como propriedade alheia. Reprodução, pois, principalmente após o fim do tráfico transatlântico, eram os seus ventres que deveriam procriar os futuros escravos.<sup>257</sup> Preocupação, no sentido que elas eram alvo dos ciúmes das senhoras da elite, preocupadas com o envolvimento de seus maridos principalmente com as mucamas, e ponto de vigilância da polícia, devido a sua raça e condição social. Essas características estereotipadas deram origem às representações escravistas analisadas por Giovana (2012), citadas

---

<sup>256</sup>Ver mais em: CORTES, Giovana Xavier da Conceição. “Leitoras”: Gênero, raça, imagem e discurso em *O Menelik* (São Paulo, 1915 – 1916). *Afro-Ásia*, v.46, p.163 – 191, 2012.

<sup>257</sup> Paulo Moreira (2012) escreveu um capítulo sobre a fuga da escravizada Rosa, solteira e de 39 anos de idade. Rosa fugiu com seus 5 filhos e ao ser perguntada sobre o ocorrido, expos que a sua senhora se opôs a concessão da carta de liberdade que seu senhor tinha lhe proposto e como ela já tinha lhes dado 11 filhos, achou que era injustiça de sua senhora. Moreira complementa “assim, depois de ter gerado 11 filhos, que aumentaram o capital de seu senhor, Rosa achava que merecia a liberdade”. Rosa, como outras tantas mulheres, foi vítima da opressão sobre seus corpos, já que uma de suas *missões* enquanto mulher era o de procriação, gerando crianças escravizada. Diferente de outras mulheres, livres e forras, os filhos de Rosa pertenciam a seu patrão. Segundo Moreira, o argumento de Rosa ia no sentido de compreender aquela relação como uma espécie de *sui generis* contrato, em que ela tornava-se *merecedora* da alforria, após ter produzido, através de seu ventre, parte do patrimônio senhorial.

anteriormente, obviamente aliadas a outros contextos sociais de um país que ainda buscava sua identidade.<sup>258</sup>

Contudo, essas mulheres não ficavam presas em padrões e exerciam variados papéis, que não eram somente os de submissão. Criavam posses, famílias e ascendiam socialmente, por exemplo. Adriana Alves (2010, p.31), a partir da análise de Martha Abreu, explica que a valorização das mulheres negras e das suas agências ficou preservada na cultura popular. Martha Abreu (2003), ao analisar canções populares originária do sudeste brasileiro em referência a mulatas, escritas entre 1890 e 1920, observa que: “nem sempre [...] se referiam de forma pejorativa e preconceituosa, apesar de essa ter sido a tônica de muitas delas”. Sandra Graham (2012, p.134), ao abordar histórias de mulheres escravizadas no Brasil (Bahia e Rio de Janeiro), demonstra que certo grau de independência não era somente possível, como também necessário na cidade, mostrando que não só de submissão e preconceito viviam as mulheres escravizadas.

Tendo consciência desses processos de construção e circulação de estereótipos, buscamos com esse capítulo recuperar experiências de mulheres negras no cotidiano de Porto Alegre em fins do século XIX, assim como algumas representações construídas sobre elas.<sup>259</sup> Apesar da maioria das fontes não carregarem a *cor* dos indivíduos presentes, configurando uma dificuldade para as pesquisas sobre experiências históricas no pós-abolição, ainda é possível encontrar menção a ela em alguns documentos. Como abordado desde o início dessa dissertação, as fontes da SCMPA são excelentes observatórios para compreender dados sociais daqueles que ali se internavam. A *cor* dos enfermos, como já mencionado, é um dos dados que mais nos atraiu nesse percurso de estudo. Compreender o porquê da presença das *cores* na instituição e o significado disso tornou-se um desafio de pesquisa. Apesar dos dados da SCMPA serem tão valiosos para nós historiadores e interessados no assunto, já que contém informações que

---

<sup>258</sup> Sobre a criação da identidade nacional ver: CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>259</sup> Os estudos sobre gênero que incorporam as diferenças de *cor/raça* no Brasil começaram no ano de 1980, a partir de uma necessidade derivada da experiência de mulheres negras na atuação em movimentos sociais. Ângela Figueiredo (2008) propõe refletir sobre as características que marcaram os estudos de gênero e raça no Brasil, classificando-os em três momentos: “A ênfase na denúncia à dupla opressão que afeta a experiência das mulheres negras; certa tendência à vitimização e/ou pessimismo, no que se refere à capacidade dos agentes sociais negros reverterem essa situação; a ausência de estudos que assumam verdadeiramente a dimensão relacional proposta pelas teorias de gênero”. (FIGUEIREDO, 2008, p.240)



difícilmente encontraríamos em outras fontes, eles tornam-se rasos (limitados), pois carregam *nomes* e informações, mas não histórias de vidas. O encantamento pelos processos criminais provém da carga de vivências e (re)conhecimentos sociais cotidianos. Apesar de ser um documento marcado pela desigualdade de forças, os depoimentos nos recordam emoções e trajetórias. São essas trajetórias cotidianas que queremos demonstrar a partir de um foco nas mulheres negras e nas menções sobre *cor* presentes em nossas fontes, tendo consciência de que elas devem ser pensadas como algo suscetível a mudanças no tempo e no espaço, social e cultural.

A opressão certamente estará presente em nosso texto, pois as fontes que utilizamos possuem forças e discursos de poder desiguais, contudo, buscaremos compreender a vida e as ações dessas mulheres a partir das ações e das suas possibilidades de agências, onde as mulheres populares e negras não são marcadas como vítimas, mas mulheres que vivem, sobrevivem e entretêm relações por melhores condições de vida, não aceitando os mecanismos de subalternização que as atingem diariamente. Como utilizamos ao longo da dissertação processos judiciais em que as mulheres são réis, as escolhas que demarcam o cotidiano dessas mulheres não eram marcadas por ações consideradas morais e de boa conduta pela sociedade, pelo contrário, são elas imputadas como criminosas. Compreendendo isso e não estigmatizando seus feitos, buscamos entendê-los como situações de vida nas quais essas mulheres tentaram o melhor possível, não se contentando com estigmas sociais, mas que inevitavelmente estavam em uma situação hierárquica marcada por estereótipos de classe, raça e gênero.

\*\*\*

Foi no século XIX que os teóricos do darwinismo social fizeram dos fenótipos elementos definidores de moralidade, constituindo-os em instrumentos eficazes para julgar povos e culturas a partir de critérios deterministas, naturalizando diferenças e transmutando questões de cunho político e histórico em conceitos inquestionáveis pela perspectiva biológica.<sup>260</sup> A raça no Brasil associou-se com frequência a uma imagem particular do país, oscilando entre versões negativas e um pouco mais positivas. Lilia Schwarcz (s/ano) explica que em vertentes mais negativas, a mestiçagem no país atestava a própria falência da nação. Utilizando como exemplo

---

<sup>260</sup> Como já abordado anteriormente, o fim do século XIX foi um período de grande problematização sobre o lugar que a população negra ocuparia no Brasil, principalmente em um sistema político que pregava a igualdade.

o médico baiano Nina Rodrigues<sup>261</sup>, a autora explica que muitos intelectuais da época eram adeptos de teorias como a do darwinismo racial e de modelos poligenistas, acreditando que a miscigenação extremada poderia levar a degenerescência das raças.<sup>262</sup> Além de perspectivas intelectuais como a de Nina Rodrigues, no Brasil as teorias raciais ajudaram a explicar a desigualdade como produto da inferioridade biológica, mas também apostaram em uma miscigenação positiva, contanto que o resultado fosse cada vez mais branco.<sup>263</sup>

Tingindo pela entrada maciça de imigrantes – brancos e vindos de países como Itália e Alemanha -, introduziu-se no Brasil um modelo original, que, em vez de apostar que o cruzamento geraria a falência do país, descobriu nele as possibilidades de branqueamento. Dessa forma, paralelamente ao processo que culminaria com a libertação dos escravos, iniciou-se uma política agressiva de incentivo a imigração, ainda nos últimos anos do Império, marcado por uma intenção também evidente de ‘tornar o país mais claro’. (SCHWARCZ, s/ano, p.22)

<sup>261</sup> Nina Rodrigues se opôs ao otimismo do modelo evolucionista social, que acreditava ser possível a perfeição para todos os grupos humanos, através do embranquecimento da população brasileira em poucas gerações. Com essa mentalidade, o médico acreditava que apenas seus companheiros de profissão seriam capazes de *dar conta* sobre os corpos e os delitos, já que os criminosos, além de diferentes características físicas, também possuíam divergências morais, de acordo com seus fenótipos, além de que certas raças, consideradas não tão avançadas como a branca, teriam o crime como ação involuntária.

<sup>262</sup> De acordo com Schwarcz (s/ano) a questão racial associa-se diretamente ao tema da identidade, mas de uma identidade, segundo a autora, que desde a época de colonização foi marcada pela falta: “Nem bem colonos, nem bem colonizados, nem portugueses, nem escravos. Desde os primeiros momentos de país independente, uma questão pareceu acompanhar os debates locais: ‘Afim o que faz do Brasil, Brasil?’ A partir de então, muitos daqueles que se propuseram a definir uma ‘especialidade nacional’ selecionaram a ‘conformação racial’ encontrada no país, destacando a particularidade da miscigenação, para o bem ou para o mal. Como vimos, ora como elemento alentador, ora como o sinal de infortúnio”. próprio Raimundo Nina Rodrigues, ver: RODRIGUES, Nina. *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. Salvador: Livraria Progresso, 1957 (1894); RODRIGUES, Nina. *Collectividades Anormaes*. Organização e prefácio de Arthur Ramos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1939.

<sup>263</sup> Para tanto, lembramos que o Brasil passava por um momento histórico em que a imigração europeia era extremamente valorizada, devido a questões de ordem ideológicas, que beneficiavam trabalhadores europeus em detrimento ao nacional, mestiço. O período era marcado por pensamentos que buscavam a miscigenação com o intuito de um embranquecimento gradual da população e da constituição de uma nova sociedade. Essas explicações são importantes, pois o estado era visto de um modo diferente em comparação ao resto do país, devido a aspectos climáticos e populacionais, e por isso eram requisitados preferencialmente imigrantes nórdicos (alemães), pois estes eram considerados de moral e de virtudes referentes a dedicação ao trabalho, devido ao clima frio de seus países de origem e sua raça branca, associada à agilidade e persistência aos labores da vida, diferente dos negros e outros imigrantes relacionados à ociosidade e a imoralidade. Marcus Rosa (2014, p.32), principalmente no primeiro capítulo de sua tese de doutorado, faz ótimas observações tentando compreender como ocorreu a construção da invisibilidade dos negros no estado e o mito de um estado composto unicamente por imigrantes europeus. “O Rio Grande do Sul seria um ótimo local para vinda desses imigrantes, já que o clima seria parecido com o de sua origem. O calor provindo das estações mais quentes acabava sendo visto como uma peculiaridade distintiva, ‘tratava-se de uma província fria, e por isso mesmo propícia ao acolhimento de ‘colonos europeu’, segundo Alcides Lima; ou ao desenvolvimento de gente da ‘raça branca’, nos termos de Assis Brasil”. (ROSA, 2014, p.37)

Explicando sobre como surgiram os projetos de imigração e posteriormente o consenso sobre a ideia de um Rio Grande do Sul de maioria demográfica branca e origem europeia, Marcus Rosa (2014) observa que noção sobre raça foi uma das motivações e fundadoras sobre tal consenso:

[...] não faltava no Brasil da segunda metade do século XIX quem defendesse a imigração europeia como fator de ‘branqueamento’, de ‘progresso’, de ‘civilização’ e também como um incentivo à formação do mercado de trabalho livre por meio da ‘substituição’ da mão de obra compulsória. Médicos, advogados, higienistas, literatos, jornalistas atuando em museus etnográficos, hospitais, institutos históricos, faculdades de direito e de medicina; deputados em longas discussões nas câmaras parlamentares e presidentes provinciais metidos em seus gabinetes palacianos – todos eles estavam profundamente preocupados em arranjar soluções para o atraso da economia, para a salvação da lavoura, para a elevada dose de sangue africano entre os brasileiros, para o dia em que faltasse braço cativo, temerosos diante das possíveis rebeliões nas senzalas; foi nesse contexto – de crise da escravidão – que as teorias raciais científicas, biológicas e deterministas produzidas na Europa teriam sido adaptadas às especificidades políticas e sociais brasileiras, tornando vitoriosos os projetos de importação de europeus. (ROSA, 2014, p.8)

Marcus (2014) ainda observa que havia diferentes crenças sobre o estado e seus habitantes, o Rio Grande do Sul também era conhecido por suas relações de cordialidades.<sup>264</sup> Marcus Rosa, como exemplo, mostra o discurso de Rodrigo de Azambuja Villanova, presidente provincial que no ano de 1889 registra em seu relatório que a escravidão poderia ser comparada a uma instituição familiar, na qual o escravizado participaria das vantagens do senhor e de sua família. Atributos como esse resultariam em habitantes distintos, em comparação a outros estados, de espírito avançado e conduta impecável. Aqui as pessoas eram marcadas pela reciprocidade, boa vontade e bons sentimentos. Marcus (2014, p.33) não deixa de explicar que essa explicação provém de uma justificativa para a “desejada subordinação dos libertos aos ex-senhores”. Tal fato juntava-se com as características do estado contraposto ao resto do Brasil, de clima quente, paisagens tropicais, miscigenação e da escravidão brutal.<sup>265</sup>

---

<sup>264</sup> A colonização do estado também era motivo de diferenciação ideológica com o restante do país. Rosa (2014, p.40), ao explicar sobre como o político Assis Brasil se apropriava de um discurso de diferenciação regional, explica que aos olhos desse bacharel, o Rio Grande do Sul era diferente desde a sua colonização, pois os primeiros povoadores foram os portugueses vindos dos Açores, que seriam uma raça mais forte e persistente se comparados a portugueses de outras regiões.

<sup>265</sup> Também não devemos esquecer sobre os projetos de miscigenação. Esses projetos poderiam ser vistos a partir de duas perspectivas: ou como um fator ausente, de acordo com a crença de alguns

Fabrício Gomes (2007) explica que no final do século XIX o governo brasileiro empenhou-se em atrair imigrantes europeus para o país, na busca de resolver o problema da falta de mão de obra, principalmente nos cafezais paulistas e na busca de terras devolutas na região Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, investindo em mão de obra branca.

[...] o negro, elemento considerado de raça inferior porque descende de africanos, viciado, imoral, incapaz para o trabalho livre, criminoso em potencial, inimigo da civilização e do progresso, que os discursos imigrantistas repudiavam abertamente, em uma época que as teorias raciais ainda estavam, longe de cair em desuso. (AZEVEDO, 2004, p.17)

O *branqueamento* seria, portanto, uma forma de transformar a nação considerada *atrasada* em civilizada. Fabrício Gomes e Magna Magalhães (2010) ao estudar o associativismo e visibilidade negra em zonas demarcadas pela imigração europeia, explicam que o Sul do Brasil é pensado como uma região branca devido à ideia que não houve exploração escrava nas terras rio-grandenses. Contudo, eles apontam que essa ideia já foi desmascarada historiograficamente e sabe-se que a utilização de mão de obra escravizada foi significativa na região e que a relação entre senhor e escravizado não foi nada pacífica<sup>266</sup>:

Aliada a ideia da não existência da escravidão, o grande número de imigrantes brancos europeus que se estabeleceu no Rio Grande do Sul, desde 1824 com a chegada dos alemães e, posteriormente, em 1875 com os italianos, auxilia para que se imagine o Estado como branco, praticamente europeu. Essa ideia, no entanto, não é facilmente desconstruída. (GOMES; MAGALHÃES, 2010, p.272)

A partir disso os autores buscam arrancar da invisibilidade a população negra das cidades de Novo Hamburgo e Caxias do Sul, cidades consideradas *berços da imigração* alemã e italiana, respectivamente. Buscando associações e clubes negros nessas cidades e pensando que a maior motivação para tais clubes era a discriminação racial, em que os negros tiveram que buscar espaços próprios de

---

intelectuais da época, como Assis Brasil e Alcides de Mendonça Lima, ou como de contribuição do sangue africano e indígena, que enobreceu e enriqueceu o estado, conforme Alfredo Augusto Varela de Vilares, intelectuais bacharéis estudados por Marcus Rosa (2014). De uma forma ou de outra, o estado do Rio Grande do Sul seria propício para a imigração européia, que com o passar do tempo tenderia a ser superior ao resto do Brasil.

<sup>266</sup> Fabrício Gomes (2007, p.2) explica que a presença de escravizados nos núcleos coloniais era proibida legalmente pela lei provincial n.183 de 18 de outubro de 1850, sendo confirmada pelo decreto imperial n. 3.784, de 19 de janeiro de 1867. Porém, ele explica que nas colônias alemãs a presença de escravizados foi confirmada e na italiana o autor sugere que a existência dos escravizados era remota devido à falta de dinheiro para a compra dos mesmos.

lazer, os autores mostram que em terras germânicas e italianas os negros atuavam como sujeitos históricos capazes de reivindicar, resistir e de elaborar táticas.<sup>267</sup> Liane Muller (2013) mostra que na cidade de Porto Alegre, entre os anos de 1889 e 1920, intensas atividades sociais foram desenvolvidas por um grupo de intelectuais negros e que apesar de todos os processos de *branqueamento* os resíduos da cultura africana permaneceram sendo cultivados através da formação de terreiros e das múltiplas sociedades negras, como também nas diversas manifestações culturais brasileiras. Essas informações são importantes para compreendermos que o negro se fazia presente no Rio Grande do Sul, seja pela presença física ou por associações e clubes.

\*\*\*

De acordo ainda com Lilia Schwarcz (s/ano), o termo raça é complexo em sua conceitualização, pois não assume, pelo menos no Brasil, regras fixas ou modelos biológicos consensuais. Pelo contrário. O termo possui uma variação de acordo com a condição social do indivíduo, o local e sua situação, podendo mudar conforme a posição social. Sendo assim, foi no contexto pós Segunda Guerra Mundial que os modelos darwinistas e as concepções raciais deterministas começaram a receber críticas e, a partir disso, a Unesco patrocinou três reuniões sobre o tema (1947, 1951 e 1964):

[...] que se tentou deslocar a importância biológica do termo raça, limitando-o a um conceito taxonômico e meramente estático. Composto de cientistas sociais e geneticistas, os encontros chegavam a conclusões quase culpadas acerca do assunto ao admitir que o fenótipo era apenas um pretexto físico e empírico. Sob 'a capa da raça' introduziram-se considerações de ordem cultural, na medida em que a noção se associavam crenças e valores. O conceito deixava, assim, de ser considerado natural, já que denotava uma classificação social baseada numa atitude negativa para com determinados grupos (SCHWARCZ, s/ano, p.17)

O próprio termo raça, portanto, acabou sendo desconstruído e associado a uma construção histórica e social. Contudo, a autora alerta que mesmo demonstrando as limitações do conceito em sua conotação biológica, não devemos

---

<sup>267</sup> Ainda sobre os clubes negros, Beatriz Loner (2010) explica que, na cidade de Pelotas, a discriminação racial foi muito forte e os negros foram impedidos de utilizar espaços públicos como bares, clubes, cafés e outros. Porém, desde o Império a cidade contava com congregações e irmandades católicas e na República essas redes foram consolidadas contemplando necessidades próprias da comunidade negra.

esquecer que ele representa um marcador social da diferença, ou seja, junto com outras categorias analíticas como classe, gênero e região, por exemplo, ele continua construindo hierarquias e pertencente à ordem das representações sociais, sendo subjetivo, e por isso dependendo muito do contexto em que se encontra e é acionado.<sup>268</sup>

Ângela Figueiredo (2015, p.154-155), ao analisar as diferenças raciais e de gênero através de uma narrativa diferente, em formato de carta endereçada à Judith Butler, apresenta experiências pessoais e análises feitas no decorrer de sua trajetória acadêmica, ancorada em uma referente e vasta bibliografia. Sua carta começa comparando os termos classificatórios de *cor* dos Estados Unidos com os do Brasil. A antropóloga e cientista social observa que no nosso país há uma carga de mais de 300 auto-classificações de *cor*, em oposição ao esquema binário americano, que aponta para duas categorias (branco e negro). A partir disso, em uma breve explicação, Ângela destaca a relevância atribuída sobre as categorias presentes no modelo racial brasileiro, em que as denominações da *cor* ou da raça estavam associadas aos fenótipos, demonstrando a importância atribuída à escolha classificatória e da autotransclassificação. Utilizando Oracy Nogueira, a autora explica que o preconceito no Brasil ocorre devido às marcas e as aparências, diferente dos EUA, por exemplo, onde o preconceito é marcado pela ancestralidade ou ascendência negra, junto com a situação de classe.<sup>269</sup> Após essa explanação sobre a diferença entre os EUA e o Brasil, importante para nossa compreensão, pois

---

<sup>268</sup> O sociólogo Antônio Guimarães ao falar sobre o deslocamento das ideias baseadas em raça ou clima, em favor de explicações baseadas no social e na cultura, explica que o que funda as ciências sociais é a ideia de cultura. “Que ideia é essa? É a ideia de que a vida humana, a sociedade política, etc., não são determinadas, de uma maneira consistente, por nada além da própria vida social. Quem não se lembra de Durkheim repetindo: ‘um fato social só pode ser explicado por outro fato social’? Essa mesma ideia vai ser desenvolvida por Boas e por outros. Podemos pensar em cultura material ou simbólica, e essa ideia de cultura simbólica é muito importante para nós que trabalhamos com raça. Construimos o sentido de nossa vida social e individual, assim como construímos os artefatos que nos permite sobreviver e reproduzir de uma maneira ampliada a nossa vida em sociedade. Aquilo que chamamos de natureza física pode ser considerado, de agora em diante, como simples condicionamento da vida social”. (GUIMARÃES, 2008, p.64)

<sup>269</sup> Inicialmente, os Estudos das Relações Raciais no Brasil estabeleceram uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos, com o intuito de entender a experiência negra no que se refere ao sistema classificatório de *cor*, às manifestações do racismo, de preconceito e da ideologia racial. A autora explica que no início, a maioria dos pesquisadores brasileiros, como os norte-americanos consideravam que o racismo na sociedade brasileira era inexistente por dois importantes motivos: a mestiçagem fortemente presente e a inexistência de segregação racial oficial na sociedade brasileira. Outra explicação, já da década de 1970, seria a de que no Brasil o racismo é pior do que o existente nos Estados Unidos, pois aqui as desigualdades sociais e o discurso da democracia racial e da mestiçagem caminhariam lado a lado, dificultando que os negros e mestiços brasileiros tivessem consciência de sua real condição social.

mostra que no caso brasileiro as diferenças de classificações representariam diferentes visões sobre o indivíduo, a autora explica que, como os fenótipos são associados a experiências e comportamentos, o gênero também é visto da mesma forma. Ou seja, as significações de *cor* mudam para homens e mulheres. Como exemplo a autora utiliza a violência:

Os homens negros, sobretudo os jovens negros, estão mais expostos à violência física, institucionalizada ou não. Enquanto que as mulheres são mais vulneráveis a outro tipo de violência, não somente aquelas que condicionam a aparência às oportunidades de trabalho, mas, principalmente, as que estão relacionadas às representações sobre o corpo e à construção de padrões de beleza hegemônicos que desconsideram a existência da beleza da negra. (FIGUEIREDO, 2015, p.165)

Em outro texto, a mesma autora explica que a desigualdade entre homens e mulheres negros era diferente, em relação à educação e os desníveis de renda: “os homens brancos estavam sempre no topo da hierarquia, enquanto as mulheres negras sempre na base”. (FIGUEIREDO, 2008, p.238)<sup>270</sup> Esses indicadores por si só nos demonstram a importância de compreender o histórico das mulheres negras, já que, entre “a imagem de mucamas e a suposta permissividade sexual – nas primeiras décadas da abolição, pairam a estigmatização e a erotização do corpo da mulher negra”. (GOMES; PAIXÃO, 2008, p.297)

### 6.1 A CRIOLA DA CASA: *ESSA NEGRA* JANUÁRIA

No dia 8 de outubro de 1889, na Fazenda denominada da Cria, de propriedade de Pedro Jobim Ferreira Porto, nas imediações de Arroio dos Ratos, segundo distrito de Pedras Brancas, às 8 horas da noite, mais ou menos, começou um incêndio na casa da família do proprietário da fazenda, que não se achava no local.

Apenas ouviu gritos de “fogo”, sahio o capataz que conversava na casa em que mora separada da em que se dava o incêndio mas a

<sup>270</sup> Flavio Gomes e Marcelo Paixão (2012, p.310) refletindo sobre o presente da mulher negra, fazem uma comparação do rendimento mensal do trabalho em relação a gênero e raça: “Em 2006, o rendimento médio mensal real do trabalho principal dos homens brancos em todo o país equivalia a R\$1.164,00. Esse valor, no mesmo ano, era 56,3% superior à mesma remuneração obtida pelas mulheres brancas (R\$ 744,71), 98,5% superior à auferida pelos homens pretos e pardos (R\$ 586,26) e 200% à recebida pelas mulheres pretas e pardas (R\$ 388,18). O que esse conjunto de indicadores revela é que a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho é nitidamente pior do que os demais contingentes”.

esta próxima, e verificou que a casa ardia em vários lugares; tomou de logo providencias a abster que o fogo fizesse estragos sérios, o que não lhe foi possível, apesar de iniciada pelos empregados da fazenda. Dominado que foi o incêndio, o qual os estragos descritos no auto de corpo de delicto, verificou dito capataz, aquillo que já o havia impressionado, o facto de se ter manifestado o incendio em vários lugares e mais que esse fogo havia sido ateado por mão criminosa, com o fim de occultar o crime de roubo, por isso que notou achar-se arrombada uma das gavetas da secretaria de Pedro Porto, onde era de presumir-se que existisse algum dinheiro e objetos de valor ou importância.<sup>271</sup>

Pedro Porto, 34 anos, casado e morador na cidade de Porto Alegre, possuía uma fazenda nas imediações de Arroio dos Ratos, onde possuía bens de raiz e gado, sendo, entretanto proprietário absenteísta.<sup>272</sup> Os moradores da fazenda, portanto, eram os trabalhadores rurais, os criados e o capataz que o administrava os serviços, que tinham a obrigação de arejar e limpar a casa dos patrões, mantendo-a em ordem para ocasionais visitas. Na ausência do proprietário, ficava responsável pela fazenda o capataz que, como alguns outros empregados, possuíam residência na fazenda ou arredores.

A primeira testemunha foi o próprio proprietário, que narrou como ficou sabendo do ocorrido. O capataz Fernando José da Câmara de 56 anos de idade, casado e homem de inteira confiança de Pedro, no dia seguinte foi a capital noticiar o patrão. Ambos analisando o ocorrido depositam suas desconfianças no *mulatinho* Júlio Horácio, pois este teria sido despedido um dia antes do incêndio e parecia não ter se conformado com tal demissão. Acreditavam que se o mulato não fosse o autor, era certamente conivente com o incêndio e o roubo.

A segunda testemunha foi o capataz, que no momento do incêndio encontrava-se próximo a casa de seu patrão, “em companhia de um pião”. Em seu interrogatório, lhe é perguntado o que houve entre ele testemunha e o *pardo* Júlio Luiz Honório, respondendo que por falta de atenção do dito pardo no serviço, lhe repreendeu e demitiu. Ainda no mesmo interrogatório lhe é perguntado se sabe se o pardo Júlio tem alguma parceira, respondendo “[...] que consta estar amasiado com uma crioula de casa de nome Januária”. Pelo que compreendemos até o momento,

---

<sup>271</sup> APERS - Processo número 3.834, maço 118, estante 11.

<sup>272</sup> Acreditamos, devido à leitura do processo, que a família de Pedro Porto também possuía residência na cidade de Porto Alegre. Arroio dos Ratos fica a aproximadamente 55 quilômetros de Porto Alegre e se na época pertencia a Pedras Brancas (atual município de Guaíba), foi durante muitos anos distrito de São Jerônimo, do qual emancipou-se em 1964. (FORTES; WAGNER, 1963)



as suspeitas começaram a mudar e a crioula Januária começa *a entrar em cena* como possível delinquente.

Perguntado finalmente se sabe que a referida crioula tem entrado na casa de moradia durante a ausência de seu patrão?

Respondeu que é possível essa crioula ter percorrido a casa toda visto que os compartimentos do prédio durante o dia estavam abertos quase constantemente até os ceis da tarde.

Perguntado ainda o que pode dizer sobre o comportamento da mencionada Januária?

Respondeu que ouvira muitas vezes a caçoar de seu patrão e declarar factos de furtos que essa negra tem praticado e que com o maior sinismo.

Perguntado ainda o que pode atestar sobre a conducta do pardo Julio?

Respondeu que o acha relachado nas suas obrigações, mas quanto a maus costumes nada lhe consta.<sup>273</sup>

Estudando os processos criminais compreendemos que eram comuns perguntas referentes à conduta das pessoas, principalmente se eram acusadas ou suspeitas de alguma situação criminosa. O processo mal começou e já notamos algumas curiosidades referentes às *cores* dos envolvidos. Júlio de *mulatinho* passa a *mulato* e, por último, a *pardo*. Como vimos à *cor* dos indivíduos não é uma característica estática e pode alternar conforme a situação. Júlio é tratado por *mulatinho* e *mulato* quando ainda é a pessoa mais provável de ter cometido o incêndio e roubo, visto que tinha sofrido repreensões do capataz, que, diga-se de passagem, em nenhum momento tem a *cor* referenciada, já que é homem de confiança do patrão. Júlio, por fim, *torna-se pardo*, pois agora não é mais alvo de suspeição. Provavelmente esse discurso sobre o mulato incorporava uma versão pejorativa, existente desde o período colonial, vistos como avessos ao trabalho, *malandros* e pouco confiáveis.

Januária é uma *crioula da casa*, uma mulher negra sem sobrenome. Tendo consciência de que o termo *crioulo* poderia se referir a descendente de africanos nascidos no Brasil, nossa primeira hipótese é que talvez Januária fosse filha de uma ex-escravizada da propriedade, tendo, quem sabe, nascido na fazenda e por isso assim denominada. Contudo, no auto de perguntas a ré responde que nasceu em “Pederneira no distrito de Cachoeira desta Provincia”. Ela é também referenciada

<sup>273</sup> APERS - Processo número 3.834, maço 118 e estante 11.

como “*essa negra*” em um sentido de diferenciação, como se fosse *uma pessoa qualquer*, despossuída de crédito.<sup>274</sup>

Rodrigo Weimer (2013), ao relatar uma anedota, onde um dos personagens analisados pelo autor, Dona Eva, expõe que havia uma senhora que se recusava a chamar os negros pelo seu nome, referindo-se a eles por *aquela*, comenta:

Ao mencionar os negros como “aquele”, aquela negava-lhes uma característica fundamental da identidade pessoal e mesmo da condição humana. Pollak (2000) e Lapierre (2006, p. 367), remetendo aos campos de concentração, assinalaram ser a subtração do nome próprio um indício de indiferenciação e de desumanização. Candau (2012) o justifica apontando a importância da nomeação na inscrição do indivíduo em uma identidade e em uma memória grupal. (WEIMER, 2013, p.355)

Continuando com as testemunhas, logo em seguida é interrogado Júlio Honório, 19 anos, copeiro e solteiro. A partir de seu depoimento conseguimos visualizar o porquê de ter sido umas das primeiras pessoas a recair a desconfiança sobre o roubo e incêndio:

Perguntado se realmente o papel que representava na Fazenda era o de copeiro?

Respondeu que ocupava-se em todos os serviços leves e que quase sempre era encarregado de arrumar, varrer o gabinete de seu patrão donde existia a escrivaninha e que acompanhava também o mesmo patrão até o porto de embarque para regreçar com o poncho e outras miudezas. [...]

Perguntado mais se não entrou no gabinete na ausência de seu patrão?

Respondeu que tendo um par de botas do patrão no seu quarto por que também era encarregado de limpa-las e desejando guarda-las dirigiu-se ao gabinete assim como toda a casa, e ai deixou-as no referido gabinete, dando-se isto na tarde de domingo seis do corrente.

Apesar de ser contratado com copeiro, Júlio também fazia todos os serviços leves, como ele mesmo nos mostra. Por ter a autonomia de entrar e sair da casa patronal e ter acesso a lugares privados, como o quarto e o gabinete, foi um dos primeiros a ser cogitado como autor dos crimes, com o reforço ainda de ter brigado com o capataz e do fato de ser amásio de Januária, conhecida por seus pequenos furtos e língua ferina. Sobre a honestidade de sua amásia, Júlio não hesitou em demonstrar sua má conduta, sendo de rasa solidariedade com sua companheira:

---

<sup>274</sup> Mas porque, mesmo os furtos sendo de conhecimento de todos, ela continuava na fazenda? Para tal pergunta devemos recorrer as nossas imaginações históricas, pois não há nada no processo que nos faça esclarecer essa questão.

Respondeu que na verdade a concebera capaz de qualquer roubo ou furto porque sabe que Ella as praticou por deferentes vezes não só em objetos de uso pertencentes a sinhora de seu patrão como em pequenas quantias deixadas em bolsos de casacos, calças do próprio seu patrão. (grifos da fonte)<sup>275</sup>

Após esse comentário, feito pelo amásio da mulher suspeita de roubo, pessoa que por tal relacionamento deveria ser conhecedor de suas condutas, ao invés de apoiar sua companheira, mostra que ela possuía péssimos hábitos e tinha feito diferentes crimes contra a família de seu patrão. Júlio não hesitou em falar abertamente sobre tais furtos, provavelmente para que as suspeitas que antes recaíam sobre si passassem para outra pessoa, mesmo que com essa ele estivesse envolvido em relações afetivo-sexuais.

A quarta testemunha é a própria Januária, solteira e criada de servir. Sua idade ao longo do processo varia entre 16 e 20 anos, no primeiro depoimento a ré aparece com 20 anos e no auto de qualificação com 16.<sup>276</sup> Perguntada sobre o que sabia sobre os acontecimentos na casa de seu patrão:

Respondeu que as oito horas mais ou menos da noite do dia oito do corrente achava-se sentada em companhia do preto Ventura e uma crioulinha de nome Margarida na casinha em redor do fogão tomando matte – quando querendo deitar-se foi com a mesma crioulinha a pipa d'agua a fim de henxer o balde para banho.

Januária utiliza os adjetivos *preto* para nomear Ventura (provavelmente outro serviçal da fazenda) e *crioulinha* para Margarida, que era menor de idade, como ficamos sabendo por outros depoimentos, e por isso o termo no diminutivo. Nesse sentido observamos que tanto Ventura como Margarida eram próximos a Januária e, portanto, esses adjetivos não foram utilizados pejorativamente, mas sim como forma de denominação e possivelmente denotando proximidade com essas pessoas.

Nesse primeiro depoimento, Januária não assume o crime e distancia-se de qualquer suspeita. Mas aos *olhos* da justiça ela já é considerada criminosa e todas as perguntas tentam enquadrá-la nessa culpa. Januária diz que, no momento do crime, estava indo na pipa buscar água, mas seu amásio, no depoimento anterior, diz que “todos têm medo [de buscar água na pipa] que elle mesmo quando sua

<sup>275</sup> APERS - Processo número 3.834, maço 118 e estante 11.

<sup>276</sup> Sendo o processo de 1889 isso significa que ela teria nascido entre 1869 e 1873, podendo ter nascido de ventre negro já livre, ainda escravizada ou já ingênuo (se parida depois de 28.09.1871).

amasia precisava de água é quem hia buscar”, desmentindo seu depoimento, como outros funcionários que depuseram no caso.

Perguntada o que fez e onde esteve durante todo o dia de terça feira de oito do corrente?

Respondeu vacilantemente, ora que foi a um ponto, ora que foi a outro, sem firmar-se numa cousa só; que em uma ocasião fora a casa de uma empregada e que parte do dia achou-se doente de cama, também parte do tempo levou na roça socando arroz.

Perguntada se algum dia praticou roubos ou furtos?

Respondeu que tem as vezes recolhido algumas coisas alheias.

Perguntada se alguma vez furtou dinheiro da gaveta?

Respondeu que uma vez só furtou dinheiro de seu patrão na gaveta. (grifos da fonte)

Na primeira pergunta, vemos que a resposta, mais do que uma transcrição do que a testemunha disse, representa a interpretação dada por seus interrogadores ao que foi dito, como mencionar que ela vacilou ao responder as perguntas. Isso é importante para ficarmos atentos às perguntas e respostas dos processos criminais, pois eles não reproduzem exatamente as falas dos *personagens sociais*, pelo contrário, evidenciam também apropriações e apreciações do que foi dito, pelos profissionais do direito e da justiça.<sup>277</sup> Possivelmente por ingenuidade de Januária, ou pelo natural nervosismo de estar sendo interpelada por autoridades brancas, a própria ré admite cometer pequenos furtos, como demonstra a citação acima.

Após outra testemunha desmentir Januária, dizendo que não teria havido necessidade dela buscar água na Pipa, ela admite o que aconteceu:

Respondeu depois de ser incessantemente incistida que em verdade confeça a ter cido Ella quem praticou taes crimes pela forma seguinte: As quatro horas da tarde mais ou menos do dia oito do corrente, após a chegada do quintal onde como disse esteve socando arroz, intrudusio-se na casa ainda aberta, pela porta da sala de jantar [...] armada de um pequeno arco de baril bem afiado e de ponta, abrindo com um bico de vella e por fora ao gabinete na extrema esquerda do estabelecimento que ahi chegando feixou imediatamente a porta que communica esse gabinete com uma alcova dando principio ao arrombamento da escrivaninha em cujo trabalho gastou duas horas; que abrindo-se a gaveta por aver cahido a feichadura, lançou mão do dinheiro que encontrou todo em papel, o que depois vio ser, duas notas de cinco mil reis quatorze de dous mil reis e dez de mil reis, ao todo quarenta e oito e não sincoenta a que a allude o auto de corpo de delicto em cujo ponto sem duvida ouve engano; que sem demora foi a

<sup>277</sup> Não buscamos saber se Januária cometeu ou não o crime de incêndio e roubo, mas queremos enfatizar que ao ler o processo fica evidente quando a culpa começou a recair sobre ela, pois as perguntas voltam-se sempre as suas ações e buscaram mostrar incongruências e mentiras em suas falas.

uma cômoda e atacou fogo em camizas que estavam dentro da gaveta e [...] atacou fogo em saias de sua ama, retirando-se logo; que o fogo demorou algum tempo a aparecer e quando sahio indereção a pipa dagua fez isso pretexto [...] também enterrou o dinheiro furtado da gaveta e que depois desenterrou a vista de seu patrão e do sub delegado de policia.

Esse depoimento conta detalhadamente como foi que Januária entra na casa, rouba o dinheiro e coloca fogo nos pertences da família, a fim de tirar a suspeita sobre si. Ao ser perguntado o porquê desses “crimes tão audaciosos e revoltantes”, responde que “praticou esses factos pela sua má cabeça”. A proliferação de detalhes constantes do depoimento acima nos faz acompanhar o périplo delituoso de Januária e mesmo ficar com a impressão de que foi assim que ocorreu. Claro que muitos detalhes mostram a engenhosidade necessária para praticar o delito e também alguns acasos surgidos durante aquela ação. Mas impossível evitar pensar em uma espécie de vingança sócio racial quando aquela serviçal negra, integrante de um grupo de trabalhadores majoritariamente não-brancos, incendeia bens de seus senhores/amos. Uma historiadora de tendência etnográfica, conforme recomendado por Robert Darnton, não tomaria como um dado irrelevante o fato da mecha do incêndio ter sido camisas do patrão e saias da ama.<sup>278</sup>

Mas Januária por ser menor de idade é assistida por um curador, que começa a fazer perguntas, dando a entender que a ré confessou o crime sob torturas e ameaças. Prachedes, criada da casa, 40 anos mais ou menos, solteira e natural do Rio de Janeiro, sobre isso responde:

[...] que quando a atividade policial compareceo para abrir inquérito a denunciada negou sempre ser a autora do crime e só quando a mesma autoridade mandou buscar cordas (ilegível) foi que Ella confessou onde se achou o dinheiro que tinha desaparecido da secretaria o qual foi dessenterado de pontas do pé do synamomo ouvindo Ella testemunha dizer pelo seu amo que ainda faltara algum dinheiro de prata que estava dentro de uma bolcinha de ouro.

Prachedes responde ao curador que as cordas foram buscadas já que o subdelegado desconfiava de Januária, devido à busca da água em um lugar que ela possuía medo e pelas antigas condutas da ré. Disse ainda, que as cordas serviriam

---

<sup>278</sup> O historiador etnográfico “estuda a maneira como as pessoas comuns entendiam o mundo. Tenta descobrir sua cosmologia, mostrar como organizavam a realidade em suas mentes e a expressavam em seu comportamento. Não tenta transformar em filósofo o mundo comum, mas ver como a vida comum exigia uma estratégia. [...] em vez de tirarem conclusões lógicas, pensam com coisas, ou com qualquer material que sua cultura lhes ponha à disposição, como histórias ou cerimônias”. DARNTON, 1986, p. XIV)

para amarrar Januária, para que ela declarasse onde estava o dinheiro. Após o curador sugerir que a confissão tinha sido por ameaças o discurso da ré modifica, e conseqüentemente o seu depoimento:

Interrogatório final

Perguntado como se deo o incêndio?

Respondeu que não sabe, que se achava na cozinha e tendo ido ao terreiro com um balde de água notou a fumaça e deo o alarme.

Perguntada se não confessou perante o subdelegado ter sido a autora do roubo e incêndio?

Respondeu que é verdade mas que assim porque ameaçarão de surral-a.

Perguntado se no dia do incêndio não encontrou nos aposentos onde o mesmo se deo?

Respondeu que entrou no quarto da dona da caza onde foi colocar uma saia.

Perguntada a que horas deu-se isto?

Respondeu que a noite.

Perguntada se não é exacto que Ella interrogada como afirmam as testemunhas do sumario confessou ter enterrado o dinheiro e foi mostrar o lugar onde este foi encontrado?

Respondeu que não é exato.

Perguntado se não desconfia ou suspeita de alguém como autor do crime?

Respondeu que não.

Perguntado se tem algum motivo particular a que contribua a queixa ou denuncia?

Não tem.

Tem facto a allegar ou provas que o justifiquem ou mostrem sua innocencia?

Tem e pede os dias da lei para o seu curador.

A ré, por decisão do Júri, foi absolvida.<sup>279</sup> O promotor, em um extenso discurso reclama sobre a absolvição, que considerava injusta. Para nós, aqui é interessante observar um trecho:

Diante de tal prova, não se compreende, sem verdadeiro escandalo, a absolvição laurada pelo tribunal do jury.

---

<sup>279</sup>Carla Barbosa (2015, p. 65) ao falar sobre os processos criminais, explica que o júri era como uma instituição de representatividade da sociedade nas esferas judiciais: “a grande maioria dos julgamentos criminais da Primeira República tinha seus vereditos baseados no tribunal do júri. Este mecanismo foi instituído no Brasil pouco antes da Independência - em junho de 1822, como prolongamento da lei portuguesa, que o oficializou através da Constituição de 1824 de Pedro I. A Constituição Federal republicana de 1891 conservou esta instituição, mas sua deliberação passou a ser pautada pelos Estados, que, como entes autônomos ligados através da União, eram considerados capazes de legislar sobre suas próprias regras de códigos processuais em suas constituições estaduais. A disposição em restringir a relevância do júri adotou feitiço nos anos vinte e se findou com a Lei nº. 2062-A, de 17 de setembro de 1925, que constituiu a competência dos juizes de Direito para atuar e julgar grande número de crimes, com restrição aos homicídios dolosos e a tentativa de homicídio”.

Vendo-se assim irremediavelmente comprometida, entendêo a ré que lhe aproveitaria talvez o recurso de allegar que a sua confissão fora extorquida pela autoridade, e é o que vemos, com effeito, declarar ao Juiz, formador da culpa e perante o conselho de sentença. A ré porem foi desastrada em sua extratagem: incumbio-se Ella mesma de provar com as suas próprias palavras a falsidade de sua affirmação. Perante o juiz formador da culpa diz Ella ter confessado porque ameaçaram de surral-a perante o conselho, diz “que a confissão feita por Ella no inquerito foi-lhe extorquida pela autoridade policial que, “por meio de torturas, como seja, tronco de laços uma surra que lhe derão”. Até então simples ameaça, agora emprego de torturas, etc.

É realmente notável que só mais tarde viesse a ré a se lembrar de que a tinham surrado e posto no tronco, tendo até então se lembrado apenas de que tinham tão somente ameaçado de surra!

Mas, quando mesmo tal tivesse sucedido, quando mesmo a autoridade a tivesse violentado a confessar o crime, quid inde? Poderia porventura a ré adivinhar onde se achavão os objectos roubados para indical-os, como fez á autoridade policial? O simples bom senso responde satisfactoriamente. [grifos nossos]

O juiz, após a apelação do promotor, pede novo julgamento, mas não temos acesso a esse processo e nem sabemos se existiu. Esse discurso do promotor é muito importante para compreendermos algumas diferenças de classe, raça e gênero. Para o promotor, não interessava a forma a qual Januária tinha sido submetida para fazer a confissão, tanto é que o mesmo fala: “Mas, quando mesmo tal tivesse sucedido, quando mesmo a autoridade a tivesse violentado a confessar o crime, *quid inde* [qual a consequência]?”. Januária é uma mulher negra e pobre que não submeteu-se ao comportamento servil adequado, ou seja, era uma criminosa, e por todos esses fatores poderia ser submetida a constrangimentos, amarrações, torturas ou surras no tronco. O subdelegado, se é que torturou ou ameaçou, sentiu-se para isso legitimado pela raça, gênero e classe de Januária, uma menina que nem sobrenome possuía. Sobre isso, vemos que Januária utiliza de um discurso de tortura altamente conhecido no imaginário da população sobre o passado escravista, o uso do tronco em escravizados.<sup>280</sup>

Vemos que a coação física contra a mulher negra revela um dos lados mais cruéis da violência, pois elas estão sujeitas a uma série de violações de direitos em

<sup>280</sup> Temos um total de seis pessoas negras na Fazenda da Cria. Sabendo que as práticas escravistas ainda eram recorrentes em algumas situações naquele recente pós-abolição, será que o capataz, com auxilio e permissão de seu patrão não empregava práticas abusivas em seus trabalhadores? Não sabemos. O que sabemos é que a abolição recente não mudou estruturalmente as relações entre patrões e trabalhadores, principalmente nas zonas rurais, como é o caso que analisamos. Do trabalho escravo não se passou *naturalmente* para as relações plenamente assalariadas, existindo vários arranjos semicompuisórios, os quais não descartaram o uso de técnicas de controle violentas pelos empregadores.

todos os campos da vida, fruto do racismo e das relações sociais brasileiras, colocando a mulher negra em uma situação de vulnerabilidade. As representações negativas influenciam as relações afetivas, interpessoais e profissionais, reforçando a subordinação e permitindo desrespeito aos seus direitos, além de situações de agressividade por instituições que as deveriam proteger. Além disso, situações como a de Januária, criada de uma fazenda, sem sobrenome, possivelmente vítima de chantagens e agressões, tornam sua ascensão social muito mais complexa, pois como vimos ao longo dessa dissertação, a honra, principal atributo da época, era marcada por comentários dos pares. Seu gênero, sua classe e sua raça fazem com que ela seja desacreditada, como vimos pelas palavras do promotor, sua situação piora quando afirma já ter cometido pequenos furtos, pois dá credibilidade as teorias de gênero e raciais da época, as quais a colocavam como inferior.<sup>281</sup>

Compreendemos que o roubo faz parte de um mecanismo estratégico de compensação por trabalhadores explorados e mal pagos. As relações sociais capitalistas são marcadas por simbolismos em que os bens de consumo tornam as pessoas mais poderosas. Uma determinada roupa, joia ou acessório, por exemplo, podem ascender socialmente ou dar maior credibilidade a determinados sujeitos. Ao ver seus padrões com bens, bons alimentos e com determinados poderes sociais, Januária queria se igualar e possuir os mesmos recursos, contudo, sua aquisição material era demasiadamente pequena para sua sobrevivência, como vimos no capítulo sobre as trabalhadoras, e os furtos, portanto, poderiam fazer com que ela possuísse de uma forma mais rápida, o que queria.

Esse processo serviu para compreendermos algumas significações de *cores*, mas, sobretudo, mostra que a mulher negra estava imersa numa sociedade repleta de preconceitos e que por isso estava submetida a algumas ações brutais, como a que ocorreu com nossa ré. Entretanto, o roubo pode ser compreendido como um sinal de rebeldia àquela situação de subversão. Esquecendo um pouco questões

---

<sup>281</sup> De acordo com o “*O Dossiê Violência contra as Mulheres*” do Instituto Patrícia Galvão, o qual pretende subsidiar e contribuir para a qualificação da divulgação de informações e do debate sobre a violência contra as mulheres no Brasil, a violência contra as mulheres negras é alarmante e por isso troxemos alguns dados sobre a violência contra a mulher negra, elas são 58,86% das mulheres vítimas de violência doméstica; 53,6% das vítimas de mortalidade materna; 65,9% das vítimas de violência obstétrica; 68,8% das mulheres mortas por agressão; elas possuem duas vezes mais chances de serem assassinadas que as brancas e a taxa de homicídios por agressão: 3,2/100 mil entre brancas e 7,2 entre negras. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-e-racismo/>> Acessado em 22 de fevereiro de 2018.



morais, os pequenos furtos de Januária são sinônimos de uma tentativa de melhoria de vida numa sociedade onde as mulheres, e principalmente mulheres negras e pobres, tinham baixas chances de aquisição ou ascensão.

## 6.2 A SERPENTE DE ASAS: JOANNA EIRAS.

Joanna Eiras, como ficou conhecida no imaginário popular da cidade de Porto Alegre, foi uma mulher conhecida e temida por seus envolvimento com pequenos crimes e contravenções. De roubos a mandatária de assassinatos, Joanna nos mostra uma faceta criminoso de forte persuasão e grande engenhosidade. Joanna, possivelmente nascida em Caçapava, veio para Porto Alegre em 1879, provavelmente já casada/amasiada com Joaquim Fernandes Eiras, seu primeiro marido/amásio, que lhe deu o sobrenome com que ficou conhecida, mesmo após outros casamentos. Possuía uma filha de nome Maria Assumpção e outros dois filhos frutos desse primeiro relacionamento, Álvaro Sérgio e Francisca de Paula.

Analfabeta e criminoso, desviante da norma e do ideal de mulher, Joanna é acusada de ser uma terrível vizinha, desordeira, de *mau conceito* e *coisa muito* ruim, transitou pela cidade, por bairros que vão: “[...] desde o Caminho Novo à Cidade Baixa, vizinha ao centro, da Tristeza à Estrada do Mato Grosso, do Centro à Colônia Africana, para então fixar-se no arrabalde da Glória, onde é hoje o Bairro Medianeira”. (PESAVENTO, 2008, p.261). Acusada de chefear um bando de capangas e ocupar-se da vida alheia essa mulher por meio de sua astúcia conseguiu ficar marcada na história da cidade, conquistou propriedades<sup>282</sup>, virou figura pública nos jornais da época, conquistou aliados influentes e de grande importância social, como também foi mãe de um criminalista, Álvaro Sérgio, que

---

<sup>282</sup> Pesavento (2008, p.262) relata algumas de suas propriedades “[...] em 1884, possuía duas casas, uma pronta e outra sendo construída, na Tristeza, no distrito de Belém; em 1885, tinha uma propriedade na Estrada do Mato Grosso; em 1896, possuía uma casa na Rua Sete de Setembro, 81, uma pequena chácara no Caminho do Meio, na Colônia Africana e uma outra propriedade de esquina no cruzamento da Rua Bela Vista ou Boa Vista (atual Rua Cabral) com a Conselheiro Dantas, além de um pequeno *chalet* ao lado da Colônia Africana, no Moinhos de Vento; em 1897, comprou para os filhos um imóvel na Rua Castro Alves, 24 e outro na Conselheiro Dantas, ambos na Colônia Africana, além de um outro na Avenida Brasil; em 1989 era proprietária na Av. Bahia. no Passo da Areia e tinha um *chalet* em construção próximo deste lugar; em 1920 possuía uma Chácara na Estrada do Belém Novo, uma propriedade na rua Caiera, esquina com a rua Prof. Oscar Pereira, na Estrada da Cascata, em Águas Mortas, além de uma casa na rua Gomes Carneiro, 142, ambas na atual bairro Medianeira”.

estudou na Faculdade de Direito com Getúlio Vargas<sup>283</sup>. (PESAVENTO, 2008, p.263)

Joanna Eiras foi ré em diversos processos criminais, alvo de especulações, contradições e de histórias que com certeza dariam um ótimo observatório para os estudos ligados a biografia e trajetória. Contudo, essa dissertação não pretende analisar todos seus processos ou mostrar sua história de vida, mas buscar os discursos e os estereótipos relacionados a seu gênero presentes nas fontes em que percebemos a sua presença. Preferíamos nesse texto manejar apenas quatro processos que tratam de crimes de roubo e extorsão, pois nos bastam para elucidar características socioculturais da sociedade da época, e, além disso, utilizaremos um capítulo do livro *Sete Pecados da Capital*, de Sandra Pesavento, que busca traçar uma trajetória da vida criminosa de nossa personagem.

Paulo Moreira (2003, p.138) analisa algumas fontes em que a nossa personagem aparece como protagonista. Uma delas é o processo criminal em que seu marido/amásio Joaquim Eiras foi assassinado. Em fins do ano de 1884, véspera de Natal, mais precisamente às 10 horas do dia 23 de dezembro, o bairro Tristeza foi palco de várias provocações, brigas e ameaças entre vizinhos. Um grupo de cerca de vinte pessoas cercou a casa de negócios de secos e molhados dos portugueses José e Maurício Teixeira da Silva a fim de matar Afonso de Moraes. Como mandante do grupo, Joanna Eiras. Paulo Moreira explica que antes de desentender-se com Afonso, Joana também havia brigado com os portugueses José e Maurício, por controle político da área e negócios (Joana e seu marido eram donos de uma casa de negócios onde vendiam alimentos e artigos gerais).

O historiador chama a atenção para o depoimento de um dos donos da casa atacada: José Teixeira da Silva. Este, ao ser perguntado sobre a conduta de Joana, chama-a de atrevida, que se ocupa muito da vida alheia e até mesmo da honra das famílias, dá coito a vagabundos, desordeiros e escravos fugidos. (MOREIRA, 2003, p.140) Preparando-se para um contra ataque, Joana com seu grupo de parceiros negros buscaram um lugar protegido, contudo, o juiz de Direito do 1º distrito expediu contra cinco dos procurados um mandado de prisão preventiva, mobilizando

---

<sup>283</sup> Álvaro Sérgio Massera nasceu em Porto Alegre no ano de 1881 e formou-se em 1908 na Faculdade de Direito de Porto Alegre. Tornou-se advogado criminalista e nos anos de 1925/1928 foi membro da Assembleia dos Representantes do estado do RS. (GRIJÓ, 2005, p. 315)

autoridades e cerca de vinte e cinco praças de Polícia. Chegando ao local ouve uma troca de tiros ocasionando a morte de um homem branco, Joaquim Eiras.

Analisando as pessoas que se encontravam na casa de Joanna, Paulo Moreira chega a seguinte conclusão:

Tudo indica que realmente a casa de Joana era local de concentração não de malfeitores e bandidos, mas de negros livres, escravos e contratados fugitivos, que se acoitavam nos arredores na residência em ranchos ou quartos. Joana é indicada como a pessoa que fornecia agasalho e proteção e aquela que chamava seus parceiros para trabalhos eventuais e missões de ataque ou defesa frente aos inimigos vizinhos e à polícia. (MOREIRA, 2003, p.144)

Apesar de seus envolvimento com pessoas negras, sua *cor* não é mencionada nas fontes aqui utilizadas, tornando-se uma incógnita para a pesquisa. Contudo, Paulo Moreira no mesmo artigo compreende que a inexistência da *cor* nos processos pode ser uma consequência de seu casamento com Joaquim Eiras, branco e de pessoa de certo respeito social. Complementamos que José Massera casado com a nossa personagem em 1893 é de origem italiana e identificado em alguns recibos, apresentados por este nos processos de sua esposa, como engenheiro, o que pode ser uma resposta para a contínua falta de nomenclatura de sua *cor aparente*.

Outro fator que nos faz pensar que Joanna poderia ser negra ou mestiça (nomenclatura utilizada na época) é sua passagem em forma de moradia no território conhecido como Colônia Africana, região onde estabeleceram diversas famílias de ex-escravizados na época da escravidão e, principalmente, no pós, construindo uma comunidade local negra.<sup>284</sup>

[...] é possível que aquela “aglomeração de negros” tenha-se formado durante os momentos finais do processo de desmontagem do escravismo e tenha sido intensificada pela pressão política abolicionista e, talvez, até por certas concessões senhoriais antes da Lei Áurea [...] (ROSA, 2014, p.169)

O autor Marcus Rosa (2014) explica que o local, Colônia Africana, era mal afamado devido a seus moradores (que eram alvos de discursos moralizantes e preconceituosos dos jornais do período) e que estava localizado “fora da urbe”, além de não contar com recursos infraestruturais, devido ser uma localidade afastada e a

---

<sup>284</sup> Marcus Rosa (2014, p.171) explica que a presença negra é alta ainda nas décadas de 1930/40, período em que havia no bairro salões de baile, clubes e blocos carnavalescos, todos formados por homens de cor.

classe e a *cor* dos moradores. Juntando essa representação sobre o local de moradia com a aglomeração de negros que formavam seus cúmplices/capangas, e que viviam em sua casa, e ainda com os aspectos mágicos-religiosos a qual seu nome ficou representado após sua morte<sup>285</sup>, Joanna enquadra-se perfeitamente em nosso capítulo sobre mulheres negras, pois também era reconhecida e respeitada pela comunidade negra da época, caso contrário não receberia tantos cúmplices negros.

### 6.2.1 Joanna Eiras e o roubo de cavalos

Nosso primeiro contato com Joanna Eiras foi a partir de um processo do ano de 1896, quando foi acusada de ter usado violência e obrigado a José da Silva Viegas a assinar um documento em que lhe doava uma quantia de trezentos mil réis.<sup>286</sup> Incurso no artigo 362<sup>287</sup>, parágrafo 2º: “Obrigado alguém, com violência ou ameaça de grave dano à sua pessoa ou bens, a assinar, escrever ou aniquilar em prejuízo seu, ou de outrem, um acto que importe efeito jurídico”, ela é acusada de extorquir a assinatura de Viegas sob ameaças, além de lhe tirar bens materiais. Joana diz que José da Silva Viegas *estragou* (estavam magros e pisados) três cavalos de sua propriedade, que estavam emprestados a Viegas, que possivelmente utilizava na entrega de leites, visto ser leiteiro. Em pagamento destes *estragos* o dito Viegas assina um documento *lavrado* por um escrivão, comprometendo-se a pagar uma quantia em forma de doação a Joanna, num valor exorbitante para um simples leiteiro. Como não tinha o valor do pagamento, Joanna lhe retira uma carroça e um cavalo.

No outro dia após compulsoriamente obter essa assinatura, como a defesa alega, Joanna manda seus capangas irem à casa de Viegas para tirarem-lhe a carroça e o cavalo, visto que Viegas não possuía dinheiro para lhe pagar. Sandra Pesavento (2008, p.273) explica que Joanna possuía o hábito de vingar-se de forma violenta daqueles que possuía inimidade, criando ao seu redor uma espécie de

<sup>285</sup> Ver: (PESAVENTO, 2008); (MOREIRA, 2003).

<sup>286</sup> APERS - Processo número 1872, maço 77 e estante 11.

<sup>287</sup> “TITULO XIII: Dos crimes contra a pessoa e a propriedade; CAPITULO II: DAS EXTORSÕES”, “Art. 362. Sequestrar uma pessoa para obter della, ou de outrem, como preço de sua libertação, dinheiro, cousa ou acto que importe qualquer efeito jurídico”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D847.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm) impressao.htm Acessado em 01 de março de 2018;

guarda pessoal, “escolta ou grupo de ataque, a trabalhar sob suas ordens em troca de abrigo e alimentação e mesmo dinheiro, quando se desincumbiam bem de alguma tarefa por ela encomendada”.

Avelino Pedroso de Moraes, suposto capanga de Joana, 21 anos de idade, solteiro e agricultor, explica que no dia 21 de fevereiro de 1896, em companhia de Felisberto Vieira e Chico Cotia, foi armado com uma pistola à casa *do dito* Viegas, conhecido também por *Sapo*, para buscar um cavalo, uma carroça e seus arreios, a mando de Joanna Eiras, que alegava ter *Sapo/Viegas estragado* seus cavalos e por isso mandara buscar o animal e os bens materiais, como pagamento, e tendo como garantia da verdade o dito documento assinado pelo prejudicado.

Inquirido a respeito do dito documento, o escrívão Procópio José da Silva, 54 anos, explica que, a pedido de José Gaspar Massera, foi até a casa de Joanna lavrar um documento contendo uma doação de uma carroça, um cavalo e arreios em pagamento de três cavalos que José da Silva Viegas havia *estragado*, sendo que o doador era analfabeto e quem assinou foi Cabelleira. Ao ser perguntado sobre quantas pessoas estavam na casa de Joanna, Procópio responde: “[...] que estava além dele depoente e seu companheiro Cabelleira, mais quatro pessoas cujos nomes não sabe, sendo uma dessas pessoas um creoulo”.

João da Silva Viegas, boçal, solteiro e morador dos arredores da Capital, a partir da denúncia é relatado como vítima de uma *infame* extorsão praticada pela *célebre* Joanna Eiras, “com um desplante tamanho que parece indicar ter a referida Joanna certeza plena da impunidade”. Viegas vendia leite para Joanna e possuíam relações cordiais, até que:

Perguntando um dia Joanna si Viegas não tinha um potreiro para alugar, respondeu este não ter, mas saber quem o tivesse; incumbiu-o então Joanna de falar com o dono de tal potreiro para aceitar 4 ou 5 cavallos, e postando-se a Viegas, pediu-lhe Joanna que fizesse o favor de levar os animaes e que podia ir ocupando dictos animaes com a condição de trazel-os a cidade sempre que ella d’elles precisasse. Durou esta intimidade algum tempo até que tendo Viegas comprado uma carroça e desejando Joanna retirar-se de Porto Alegre, julgou esta ocasião propicia de por em pratica para satisfazer a sua ganancia uma de suas costumadas espertezas: mandou Viegas trazer os cavalos, achou-os magros, pisados e depois de encher a casa com 5 ou 6 capangas e dirigindo-se a Viegas, disse: sabes, vais pagar 300 mil réis pelos cavalos que estragaste.

Joanna, acusada de ser mulher cheia de ganância e conhecida por suas *costumadas espertezas*, *premeditando* um crime, deixa Viegas utilizar seus cavalos,

mas, possivelmente após um tempo de intimidade e vendo que o mesmo conseguiu adquirir uma carroça, sente-se prejudicada e manda seus capangas intimidar o leiteiro, a fim de queixar-se dos cavalos *estragados* e na busca de uma alta quantia pelo estrago e tempo de uso. Joana é acusada e em volta dela cria-se uma imagem previamente fadada à condenação, chamando-a de *célebre*, de *costumada esperteza*. É uma mulher já habituada a demonstrar protagonismo e habilidades relacionais, sendo já presença constante no campo do direito. Isso fica demonstrado pela menção da autoridade à *consciência de plena impunidade* que ela demonstrava na *desfaçatez* com que age.

Viegas diz estar pasmo com tanta audácia e explica sua boa conduta na forma de nada dever a pessoa alguma, ou seja, ser homem honesto e cumpridor de suas obrigações. Joanna lhe ameaça, dizendo que: “[ou] pagava ou ia para cadeia e que escolhesse muito caladinho o que desejava. Alegando Viegas não ter dinheiro disse-lhe Joanna aceitar em pagamento a carroça e arreios novos e um cavalo”. A acusação explica que Viegas ficou aterrorizado diante “d’aquella capangada pronta a tudo, - ignorante, incrédulo e inexperiente a tudo acedeu”. Acreditamos que o crioulo referido por Procópio, o escrivão, era Viegas, pois foi à única pessoa referida por traços que indicassem uma característica negra.

No dicionário de Raphael Bluteau (1728) boçal é referenciado como negro que não sabe outra língua ou como ignorante que não sabe coisa alguma; no dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto (1832) é aquele que não fala a língua do país em que se acha ou também rude, sem arte e ignorante.<sup>288</sup> Viegas é boçal, por sua cor, classe popular e seu gênero, pois como homem não deveria ser ludibriado por uma mulher, mas pela possível conjectura das intersecções ele é associado à boçalidade, lembrando que boçal era uma característica utilizada e herdada dos tempos da escravidão. Sua boçalidade também pode ser uma retórica de artimanha da promotoria para aumentar a culpabilidade de Joana, que teria, então, enganado alguém sem possibilidade intelectual de reagir ao engodo proposto.

Viegas provavelmente utilizava os cavalos e a carroça nas entregas do leite, e como foi arrebatado destes bens, foi obrigado a dar queixa mesmo após a assinatura. Amedrontado por Joanna e seus capangas, naquele momento resolveu doar os bens via documento assinado diante de testemunhas e um escrivão, dando

---

<sup>288</sup> Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/bo%C3%A7al> acessado em 23 de fevereiro de 2018.

poderes a Joanna e seu marido, mas logo após, ficou arrependido. Vemos que Joanna premeditou a denúncia e a queixa e por isso *lavrou* o documento conforme as regras jurídicas. A acusação afirma que o documento é irregular, e que apenas permitiu a confecção por ter sido coagido pelo medo e ameaças, mas que não haveria provas da dívida em questão. O promotor ainda alega que tal dívida era causa fictícia e que Joanna nunca pagou a Viegas o leite por este fornecido, e que utilizava os cavalos com o consentimento da proprietária, nos dando a compreender que era mais um caso habitual de troca de favores entre populares que não deu certo.

Que o ter Joanna Eyra feito Viegas passar o tal documento é a prova mais irrefutável da extorsão cometida por ella, pois havendo, como havia, a maior intimidade entre Viegas e a criminosa, liquidaram, suas contas sem a formalidade do documento, que Joanna fez passar julgando com ele defender-se em caso de futuro embaraços. Que dada da hypothese inadmissivel de ser o documento passado espontaneamente, porque Viegas apezar de boçal, não mente e não iria por motivo duvidoso constituir-se devedor de uma quantia tão avultosa [...]

Que os taes cavalos estragados não foram entregues a Viegas, e que corrobora mais a extorsão, pois si Viegas pagava os cavalos era justo que com eles ficasse. (grifo nosso)

Apesar de ser descrito como boçal, no sinônimo de ignorante, Viegas era homem sério que não iria ser devedor de uma quantia como essa e que a prova da extorsão era justamente a não entrega dos cavalos *estragados*, visto que se ele pagou pelo estrago, ao menos deveria ficar os animais. Podemos compreender que os animais tidos como estragados estavam magros e cansados devido à prática cotidiana do leiteiro, que levava leite a diversas localidades da capital com os animais. Sua vida cotidiana de baixos rendimentos também contribuía para a desnutrição dos cavalos. Vitalino Rodrigues Barcellos, testemunha interrogada, corrobora a seriedade de Viegas, descrevendo-o como “moço trabalhador e econômico”, que após árduo trabalho vendendo leite, realizou uma grande conquista adquirindo uma carroça própria, que lhe foi tomada, logo após a compra. Esse testemunho mostra muito bem as qualidades de gênero masculino, homem sério devido ao perfil trabalhador e a acumulação de capital para investimentos. Affonso Ignácio de Souza, “sabe que Viegas nada devia a ninguém”. Ou seja, Viegas *apesar de boçal*, era homem que nada devia a ninguém e essas qualidades contavam muito

para sua estima no tribunal e na sua vida pessoal. Diferente de Joanna que era para a promotoria:

[...] criminosa celebre nos factos da policia desta capital, havendo quase certeza da impunidade si ella ficar livre, pois saberá corromper testemunhas, ameaçar as que não se deixarem corromper, lançar mão de todos os artifícios do crime para iludir a acção da justiça, creio ser de necessidade urgente e inadiável a decretação da prisão preventiva de Joanna Eyra, para cujo fim vão tomados os depoimentos da testemunha.

Célebre e conhecida na capital, Joanna era acusada na denúncia de lançar “mão de todos os artifícios do crime”, incluindo ameaçar as testemunhas e corrompê-las, e por isso foi decretada sua prisão preventiva. A sua defesa, contudo, utiliza um discurso diferente para descrever a suposta vítima, Viegas, vejamos:

O relatório é uma interpretação monstruosa no inquérito em que só depuseram 2 testemunhas, sem prestarem informações que produzissem o mais ligeiro indiciamento contra a ré.  
João Viegas, a pretensa victima o tanto homem cujo elogio é o relatório da delegacia – é um desordeiro costumaz.  
Inutilizou 3 cavallos do marido da ré servindo-se deles por longo tempo e em reparação do danno e pagamento do aluguel, estimados em 300 (mil réis), de uma carroça e um cavalo.

Numa briga de egos, a defesa e a acusação buscam apontar quem é maior criminoso, Joanna *criminosa célebre* ou João Viegas *desordeiro costumaz*. Viegas era homem negro e isso já bastava para causar desconfiança na polícia e na justiça, utilizando a artimanha de dizer que ele era um desordeiro só confirmaria as associações da época de comportamento e raça, além de distanciá-lo do perfil de homem ideal. A defesa continua com seu discurso utilizando o gênero como forma de distanciar Joanna das acusações:

Mas, si tivesse havido extorsão [...] o que nunca poderia ser explicado ser o motivo pelo qual sendo o doc passado a favor do marido da ré e a pedido d'elle segundo o próprio redator. Recahio o processo sobre a ré e não sobre o seu marido.  
O casamento não traz a solidariedade no crime.

A defesa tenta envolver o marido da Joana na história, com isso desfocando as atenções, mas também procurando recolocar o seu protagonismo feminino no esquema de uma família tradicional, onde o marido seria o provedor e gerenciador do patrimônio. Timotheo Pereira da Rosa, nesse sentido, busca *limpar* o nome da ré em ligação ao crime, pois foi seu marido que *passou* o documento, com autorização



de Viegas, e não Joanna, que nesse caso é vista como injustiçada. Mesmo assim, o processo recai sobre sua esposa sendo que “o casamento não traz a solidariedade no crime” e se houvesse algum crime era seu marido quem deveria se comprometer com as consequências. Timotheo utiliza discretamente o discurso de gênero presente na época. Ele não explica com todas as palavras, mas deixa subentendido que Joanna, por ser casada, tinha um homem que deveria assumir o processo, assim, o advogado buscava modificar sua imagem na justiça. Dentro do esquema familiar *natural*, se houvesse extorsão, teria sido feita pelo marido, já que dificilmente uma mulher agiria como as autoridades acusadoras parecem crer que ela agira – mobilizando *capangas*, ameaçando um desafeto e resolvendo a questão com autonomia e com o uso de coação. A personalidade de Joana, que tentamos interpretar através dos atos por ela praticados e preservados nos documentos judiciais, não se coadunava com as representações da época sobre a ingenuidade e brandura feminina. Mas Joanna, como mostra Pesavento (2008, p.266) possuía uma imagem pelos vizinhos marcada por desavenças, sendo que ela era tida como a perigosa e seu marido visto como um ajudante nos crimes, não como o mandatário.

A denuncia foi considerada improcedente e a ré liberada.

\*\*\*

Aos vinte dias do mês de maio de 1897 na cidade de Porto Alegre, Joanna Massera foi incurso no artigo 331 n°4 do Código Civil<sup>289</sup> por, no dia oito de abril, no Arraial S. Manoel, se apropriar de um cavalo “de pêlo ‘gateado-ruano’ de propriedade de Marcellino Cunha, e que, na ocasião em que a indiciada delle se apropria, se achava, por empréstimo, em poder de José Felisbino”. A partir da denúncia feita na delegacia temos mais notícias sobre o roubo, nas palavras do promotor Pereira da Cunha:

Tendo Marcelino José da Cunha, morador de Viamão, trazido ao meu conhecimento que Joanna Massera que diz ser casada com Gaspar Massera, conhecida por Joanna Eiras, apoderara-se no dia oito do corrente n’esta capital de um Cavallo se pêlo gateado-ruano de propriedade d’elle reclamante que o possui há cerca

<sup>289</sup>Código Penal: “TITULO XII: Dos crimes contra a propriedade publica e particular”; Artigo 331: “E’ crime de furto, sujeito ás mesmas penas e guardadas as distincções do artigo precedente”, “4º Apropriar-se, em proveito proprio ou alheio, de animaes de qualquer especie pertencentes a outrem.” Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D847.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm) impressao.htm acessado em 23 de fevereiro de 2018.

de 5 annos, abusando da boçalidade do crioulo José Felisbino, operário d'elle Cunha a quem naquelle dia emprestara este o dito animal, o que tudo confirmaram testemunhas que apresentam o reclamante; e sendo o crime o do artigo 331 n. 4 do cod. Penal em vigor, sob o qual sabe ação por parte da justiça, na conformidade da lei n. 3.163 de 7 de junho de 1883, mandada vigorar pelo de n. 21 de 24 de outubro de 1891, mando que o escrivão faça intimação as aludidas testemunhas para comparecerem no dia 17 do corrente ao meio dia na sala das audiências d'esta delegacia, a fim de serem devidamente interrogadas.<sup>290</sup> [grifos nossos]

Devido à *boçalidade* do crioulo José Felisbino, Joanna teria se apoderado do cavalo de Marcelino José da Cunha. Acompanhamos em alguns processos que a *cor* é usada para adjetivar as pessoas e mesmo os poderes policiais e judiciais usavam esta artimanha para (des)qualificar as pessoas, neste caso, José Felisbino é referenciado como *crioulo boçal*. Portanto, como visto no texto acima, o termo boçal se refere à ignorância, certa estupidez, pouco senso. Novamente o termo vem se referir a um homem negro que deixou-se ludibriar por uma mulher. Na denúncia, José Felisbino é tratado como inferior e de pouca inteligência, pois teria caído numa armadilha pouco articulada de uma mulher já conhecida por essas confusões. O termo também pode ter outro significado de gênero, colocando Joanna como incapaz, por seu gênero feminino não ser capaz de cometer atos *inteligentes*, numa tentativa de menosprezar seus feitos, pois eram feitos apenas com homens *boçais*, ou seja, ignorantes e rudimentares.

Joanna Massera, conhecida por Joanna Eiras no dia 8 de abril, ultimo, no arraial de S. Manoel, a tarde, encontrando-se com o operario d'aquelle cidadão Cunha, de nome José Felisbino, a quem fora emprestado o Cavallo que montava, que era o mesmo já descripto, intimando a que entregasse-lhe esse animal, sob o pretexto de que era seu e havia-lhe sido furtado em janeiro do anno passado; - isto sem a exhibição ao menos de qualquer prova, e sem attender as observações que lhe fazia o operário, que, dando-lhe o nome e a morada de seu patrão, offerencia-lhe ensejo de com elle poder entender-se; - fazendo além de tudo, o misero e boçal operário, com o Cavallo seguir, guardado por Ella e seu marido, até a sua residência; alli teve aquelle de deixar o Cavallo, regressando a pé para Viamão, onde deu conta a seu patrão do furto de que fora victima, acrescentando que a assaltante o chamava até de ladrão.

Francisco Tavares Lavoura, morador do Campo da Redenção n° 68, confirma tudo quanto ficou exposto pelo operário José Felisbino e acrescenta que há mais de

<sup>290</sup> APERS - Processo número 3812, maço126, estante 11.

quatro anos conhece o dito cavalo como propriedade de Marcellino José da Cunha. Já João de Souza Baptista, morador em frente ao morro de Sant'Anna, diz que alguns dias depois do fato, conversando com Joanna, ela contou “ostentadamente que tocara por diante o creoulo José Felisbino que andava no referido animal, até sua casa, d’ella, onde apoderavase d’este porque era seu e havia 15 meses que lhe fora furtado”.

Pereira Cunha, continuando a denúncia refere-se à ré da seguinte forma:

Useira e vezeira em factos d’essa natureza, - Joanna Massera, isto é, conhecida Joanna Eiras, dotada de uma sagacidade proverbial, impõe-se a indivíduos da classe baixa, ora como dominando sobre as autoridades e a justiça, ora incubindo-se em intimas relações com as mais elevadas hierarchias governamentais do Estado, e não faz escolha de meios para chegar aos seus fins. É analfabeta, felizmente, - se tivesse noções ao menos desenvolvidas de leitura e escripta, seria a serpente com asas.

Novamente vemos que a denúncia reproduz que Joana impõe-se a classe baixa, pois ali conseguiria tirar proveito de *ignorantes*. O que será que o Pereira Cunha quis dizer com “Intimas relações com as mais elevadas hierarchias”? Talvez, ele faça uma pequena e sutil alusão remetendo Joanna à prostituição, desestabilizando sua moral. Contudo, nossa ré é aqui descrita como uma pessoa com uma “sagacidade proverbial” que manipula pessoas de todas as classes, sem limites para chegar a seus objetivos. A partir disso vemos que Joanna já era uma mulher conhecida na cidade por suas habilidades criminais e por suas ações desvolutas pelas esferas judiciária e policial, possuindo contatos nas mais altas hierarquias, e de fato, como veremos a seguir, seu compadre era um general de altos poderes sociais. Associando Joanna a uma serpente, Pereira Cunha faz uma alusão ao demoníaco, insubordinação, luxúria e ao perigo, ao acrescentar asas ele refere-se à sagacidade da referida ré.<sup>291</sup> Importante lembrar aos leitores que essa associação ao animalesco é referente aos padrões e limites impostos a mulher da época, por Joanna não seguir os padrões sociais de uma mulher casada e mãe e ainda ser transgressora, ela é marcada pela diferença<sup>292</sup>. Tende-se a distanciar sua

<sup>291</sup> Ver mais em: (RODRIGUES, s/ano). Disponível em: [http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Graduacao/EST/Revistas\\_EST/III\\_Congresso\\_Et\\_Cid/Comuni\\_cacao/Gt06/Catia\\_Cilene.pdf](http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Graduacao/EST/Revistas_EST/III_Congresso_Et_Cid/Comuni_cacao/Gt06/Catia_Cilene.pdf) Acessado em 23 de fevereiro de 2018.

<sup>292</sup> Sobre marcadores sociais da diferença, ver mais em: MOUTINHO, Laura. *Razão, ‘Cor’ e Desejo*. Uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul. São Paulo, Unesp, 2004.

humanidade com essas associações, assim ela é monstruosa, demoníaca, ela é diferente. Essa *serpente com asas debochava* das autoridades, gerenciava uma rede de relações horizontais (populares como ela) e verticais (com indivíduos do governo) que pouco sabemos como se mantinha.<sup>293</sup>

Na qualificação da acusada conseguimos obter maiores informações sobre Joanna, diz se chamar Joanna Eiras de Oliveira Massera, ter 45 anos, ser filha do General Manoel Deodoro da Fonseca, ser casada e doméstica. Ao declarar ser filha do General, proclamador da República e primeiro presidente do Brasil, a ré utiliza como estratégia para mostrar-se patriota de seu país como também posicionamento ao novo regime republicano, numa possível e tendenciosa alusão de boa conduta e boas escolhas. Ao declarar isso, Joanna também *faz piada* com a Justiça, além de declarar uma informação descaradamente falsa ela usa um símbolo nacional, deixando bem claro que não estava nada preocupada com as consequências.

A mando do líder do Partido Republicano Rio-grandense e ex-presidente do estado, Júlio Prates de Castilhos, foi assistir um julgamento de Joana Eiras, o seu amigo e ex-chefe de gabinete Aurélio Viríssimo de Bittencourt. Logo depois, Aurélio manda ao seu correligionário uma carta onde descreveu o que viu naquele dia 14 de fevereiro de 1899. Nota-se os indícios de deboche da ré perante o tribunal e todos os presentes:

*A Joana Eiras está na berlinda. A sala do tribunal repleta. Até agora falaram com grandes aplausos os acusadores Germano e Andrade Neves. Este fez-lhe carga medonha. Na tribuna da defesa o burlesco Cassal. O Timótheo não foi visto, talvez pelo tamanho. A condenação parece inevitável. A ré sorri de tudo; quando o Germano falava, ela fazia sinais indicativos de ser este maluco.*<sup>294</sup>

---

<sup>293</sup> Para nós, é muito interessante compreender a simbologia da serpente em relação à mulher, já que desde o cristianismo a serpente é associada ao demônio que desvirtua Eva de seus compromissos com Deus e Adão. Lilith seria a primeira esposa de Adão, a serpente que enganou Eva e também o demônio da luxúria. Lilith, de acordo com a mitologia semita, seria criada por Deus como Adão, só que a partir das fezes e do lodo, ou seja, criada já a partir de um sinônimo de inferioridade. Só que Lilith não se conformava em estar nessa posição subalterna e inferior e pede a Deus igualdade em relação a seu marido Adão, já que ambos foram criados em imagem e semelhança de Deus. A partir disso ela entra em conflito com o criador e tem que escolher entre se submeter a Adão ou deixar o jardim do Éden, sendo que escolhe viver como um demônio para abandonar seu marido e partindo para viver no mar vermelho. Com sua saída, Deus ao ver Adão triste cria Eva, a partir de sua costela, submissa, pois saiu de dentro do homem. Lilith seria responsável pela tentação de Eva, a serpente do mal.

<sup>294</sup> AHRS - Arquivo Particular de Júlio Prates de Castilhos. Carta de Aurélio Viríssimo de Bittencourt, 14-2-1899.

A partir da primeira testemunha do processo, Francisco Tavares de Lavoura, 27 anos, casado, comerciante, natural de Portugal, conseguimos compreender um pouco mais sobre o passado de nossa ré. Dada a palavra ao advogado da defesa, Pedro Moacyr, este pergunta se por acaso Francisco já teria se envolvido em disputa com a acusada, sendo afirmativa a resposta e a disputa seria sobre a propriedade de algumas galinhas, que possivelmente Joanna havia furtado. Ou seja, a autonomia de Joana Eiras era retaliada com a fama que lhe impingiam de apropriar-se de animais alheios. Roubando animais Joanna visava aumentar seus lucros já que possuía uma casa de comércio de alimentos. Nossa personagem era descrita como uma mulher gananciosa.

A denúncia é julgada improcedente, apesar de todas as testemunhas falarem que o cavalo era de Marcelino, Joanna novamente de posse de um documento que atesta a compra do dito animal, pertencente a seu marido.

Eu abaixo assignado certifico que vendi ao engenheiro José Gaspar Massera um Cavallo de minha propriedade pela Pangaré ruara com a seguinte marca H pela emportancia de cincuenta mil reis que recebi do mesma em moeda corrente em data presente.  
Porto Alegre, 8 de janeiro de 1896. Manoel Moura da Piedade.<sup>295</sup>

Além de gananciosa nossa personagem certificava-se bem antes de cometer as ações, utilizando de documentos que comprovassem a compra dos bens que estavam sendo requeridos pelas supostas vítimas, mostrando que estava amparada com pessoas que compreendiam da lei, como também grande inteligência. Além disso, vemos que nesses dois processos o foco recai sempre sobre Joanna, mas os advogados buscam alienar e desviar a atenção do processo, a partir de um discurso de representatividade feminina, que a colocava sempre em um papel de esposa, numa tentativa de afirmar seu feminino e representação de adequação das regras sociais.

---

<sup>295</sup> Nesse documento de venda José Massera é representado como engenheiro. Sandra Pesavento (2008) também encontra a profissão de agrimensor, uma pessoa habilitada para medir, dividir e/ou demarcar terras ou propriedades rurais. Contudo, como observamos no decorrer dos processos, ele comanda a casa de negócios da família junto com Joanna, o que nos faz pensar que se fosse engenheiro ou agrimensor, seria pela prática e não pela formação acadêmica.

## 6.2.2 Joanna Eiras e as cabras

Em 1889<sup>296</sup> Joanna é incurso no artigo 330<sup>297</sup> do código penal, por ter no dia 4 de novembro de 1897 roubado uma cabra, de *raça fina*, no valor de duzentos mil reis de Maria Borovoski/Borosky, na cidade de Porto Alegre. Alguns vizinhos de Maria foram interrogados durante o processo e todos afirmam e depunham que a referida cabra foi vista em propriedade de Joanna Massera, ou Joanna Eiras. Atribuindo o motivo da denúncia a uma perseguição, Joanna anexa no processo um recibo da compra de uma cabra, reconhecido em cartório, contudo, as testemunhas, como a vítima Maria, insistem que a cabra em questão não pertencia à Joanna. A partir do testemunho de Paulo Theodoro Augusto Quitzrau, de 34 anos, casado, alemão e guarda livros, conseguimos compreender um pouco mais sobre o interesse de Joanna na dita cabra, já que a dita cabra além de ser de *raça fina* estava prenha.

Disse que conhece a cabra em questão como de propriedade de Maria Borovoski sendo que a dois de novembro de noventa e sete, notou que a mesma achava-se em via de parir e que no domingo seguinte perguntou a sua esposa se realmente a cabra havia dado cria e soube que haviam furtado a referida cabra.

João Martins Gonçalves, 55 anos, solteiro e comerciante, disse que: Maria Boroski lhe referio que lhe haviam furtado uma cabra de sua propriedade, perguntando nessa ocasião ao depoente se ele conhecia esse animal, ao que o depoente respondeu que conhecia, então Boroski pediu ao depoente para em companhia dela ir a casa da denunciada onde supunha achar-se a mesma cabra; [...] o depoente e Boroski foram a casa da denunciada com o fim de reconhecer a cabra e chegando lá pela denunciada lhe foi dito que se pousessem fora da porta pois que nada tinha a lhes mostrar. Disse mais que sabe por ouvir de Luiz [...] que este viu a cabra da Boroski em casa da denunciada, razão pela qual o mesmo soube reconhecendo o animal ser de facto sciencia a Boroski.

Até o momento, podemos perceber que Joanna Eiras tinha pouca estima entre seus vizinhos, já que a maioria dos depoentes afirma a sua má conduta. Gabriel Rodrigues dos Santos, 34 anos, casado e jornalista, passando pela casa da denunciada, reconheceu dentro das propriedades da mesma a referida cabra. Ao ser questionado pelo promotor público “em que conceito é tido a denunciada? Respondeu que segundo ouviu dizer que a denunciada é uma mulher desordeira e

<sup>296</sup> APERS - Processo Número 1972, maço 84 e estante 11.

<sup>297</sup> “TITULO XII: Dos crimes contra a propriedade publica e particular; CAPITULO II: DO FURTO: Art. 330. Subtrahir para si, ou para outrem, cousa alheia movel, contra a vontade do seu dono” Disponível em: Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D847.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm) Acesso em 01 de março de 2018;

pelo que esta informado julga a denunciada capaz de cometer esse furto”. Celeste Aleixo, 34 anos, casado e italiano, morador da capital, ao ser perguntado se “a denunciada estava envolvida em outros processos por furto de uma cabra e de outro qualquer processo? Respondeu que do furto de outra cabra ouviu dizer e que do mais ignora”. Gabriel diz que ela era desordeira, já Celeste afirma que sabe de outro processo de furto de animais, com certeza Joanna era uma mulher bem conhecida por onde passava.

Talvez seja por este motivo que também precisava de capangas, como visto no primeiro processo analisado. Contudo, podemos perceber que Joanna possuía contatos, confirmando o que é dito pelas autoridades nos processos. Sandra Pesavento (2008) explica que Joanna Eiras ao longo de sua vida se envolveu com personagens muito influentes e como exemplo, citamos o padrinho de sua filha Maria Assumpção, o Coronel Joaquim Pedro Salgado:

Ora, Joaquim Pedro Salgado nascera no Alegrete em 1835 e desde muito cedo sentara praça no regimento de cavalaria organizado por um seu parente, o general Andrade Neves. Por longos anos notabilizou-se nas lides militares e, com o fim da Guerra do Paraguai, ingressou na vida civil como empregado da Fazenda. Refere Achylles Porto Alegre em sua obra *Homens ilustres do Rio Grande*, que Joaquim Pedro Salgado foi um dos chefes de maior prestígio do Partido Liberal e durante anos foi eleito deputado à Assembleia Provincial e à Câmara dos representantes da nação. Foi ainda ele, na opinião do cronista Achylles, quem teria iniciado o movimento abolicionista na província. Em 1884 vamos achá-lo como provedor da Santa Casa, tendo sido ainda o primeiro superintendente do Hospício São Pedro. Finalmente, caberia dizer que, casado com Maria José Palmeira Salgado, foram pais de Joaquim Pedro Salgado, Ministro do Superior Tribunal Militar de 1938 a 1941, Ministro do Superior Tribunal Militar de 1938 a 1941, Ministro da Aeronáutica de 1941 a 1945 e Senador pelo Rio Grande do Sul de 1945 a 1950. (PESAVENTO, 2008, p.262 – 263)

Tendo contato com pessoas influentes, relações às quais não sabemos como angariava e mantinha, mas que mostra que ela era uma liderança popular de respeito, Joanna provavelmente tirava vantagens. João Martins foi junto com Maria a casa da ré tentar reaver a cabra ou de alguma explicação e após nada conseguirem lá, aliás, sendo ameaçados, foram queixar-se ao subintendente Travassos, que disse que nada poderia ser feito naquele dia, pedindo-lhes que voltassem no seguinte, pois mandaria chamar a denunciada. João continua:

Voltando o depoente no outro dia em companhia de Boroski e mais outras pessoas o sub intendente lhes disse que nada tinha a fazer pois que a denunciada negava-se a comparecer dizendo a autoridade em carta com assinatura dela, carta que esteve em mão do depoente e por ele lida em a qual a denunciada lembrava a autoridade que o facto escapava a sua competência e que se a dona da cabra quisesse queixasse-se ao juiz competente.

Travassos nada fez sobre o furto da referida cabra, principalmente após ter recebido uma carta, que ao que tudo indica foi mandada por Joanna, que alertava que esse crime passava das suas funções de subintendente, ou seja, não era com ele que Maria devia se queixar, além de evidenciar que nossa ré mobilizava relações, através das quais ela podia até mesmo obter a conivência ou a nulidade da ação policial. Mostrando, novamente, que Joanna estava *a par* das leis. Será que Travassos agiu a favor da ré? Possivelmente. Sebastiana Maria do nascimento, com 42 anos, casada e brasileira, ao falar sobre a conversa entre Maria Borosky e Joanna Massera, disse que:

[...] ao invés de atender seu pedido insultou Borovosky empunhando uma enxada e dizendo que sahisse de sua casa pois ali nada tinha a fazer, que a vista disso Borovisky a retorquio dizendo que se ia queixar a autoridade, no que respondeu a denunciada que fosse insinuando nessa ocasião a casa do sub intendente Travassos e dizendo a Borovisky que se preciso fosse ella denunciada podia fornecer-lhe uma recomendação; que sabe por ouvir dizer que Borovisky indo ter com Travassos afim de justificar a sua propriedade em relação ao animal pedio-lhe que mandasse chamar a denunciada ao que ele não acedeu. Lembrando Borovisky que ele Travassos em caso idêntico consentio e até forneceu um praça para em companhia do marido da denunciada irem a casa do próprio dono retirar também uma cabra, foi por Travassos contestada alegando diversos motivos; o facto é porém que essa autoridade não só não determinou a justificação requerida como também não chamou a denunciada nem fez vir o animal em questão.

A partir desse depoimento vemos que Joanna referia-se a autoridade com um tom irônico, de quem sabia que nada ia lhe acontecer, pois estava protegida. Como vemos Travassos não deu queixa como também é acusado de ter mandado um praça para em companhia do marido de Joana ir à casa do dono de outra cabra, processo que logo veremos.<sup>298</sup>

<sup>298</sup> A partir do depoimento de João Gonçalves também conseguimos visualizar como eram os recursos financeiros de Joanna. A testemunha, ao ser perguntada se haviam tensões entre o marido da acusada, explica que não, que apenas mandou despejar de sua propriedade por falta de pagamento. Ou seja, a família, pelo menos naquele momento, não possuía muitos recursos financeiros.



A defesa, alegando que a ré estava sofrendo diversas perseguições (pois como vimos e ainda veremos, ela é acusada de roubar outros animais) “torpes de quem quer que seja”, continua com um discurso estereotipado. O advogado Florentino Pereira Maciel explica que:

E, é impossível, que um magistrado trilhado no caminho santo do dever, lance mão às penas, para pronunciar uma mãe de família, que foi arrancada dos braços dos seus filhos, para ser atirada entre quatro paredes d’um sombrio xadrez, onde, ella, em vez de vêr as suas suposta faltas, depara com a sua inocência que a abraça;

[...]

É com essas provas, já se pode dizer: o julgador fará justiça não pronunciado a ré.

Este suposto crime de furto, já foi movido por duas vezes, de cuja primeira vez, a acusada foi despronunciada pelo integro magistrado Ilmo Dr Fausto Neves de Souza.

[...]

Os motivos inconcludentes e não provados na denuncia; o recibo (doc. N1) que prova a compra e não furto da referida cabra e outras provas que patenteão a inocência da acusada, sem deixar a mesma duvida no espirito esclarecido do ilustrado julgador.

Diz a denuncia que esse facto foi consumado no mez de outubro de 1897, e que são seus autores, a ré o seu marido.

Como é publico e notório, os acusados no mez e anno a que se refere a denuncia, achavam-se na colônia denominada: Encantado. Portanto não são eles os autores do (suposto) crime de furto.

Atentas as razões expostas e provadas, e pelo que consta dos autos, a acusada tem a mais firme convicção, que não trajaria o manto de criminosa, como querem os seus perseguidores e sim o manto que lhe compete- com o qual esta trajada – o manto da inocência. Confiada em os actos justiceiros do honrado julgador, a acusada espera receber o que lhe é devido.

Utilizando o discurso de gênero ligado a maternidade, onde uma mãe de família foi arrancada dos braços de seus filhos e atirada em uma cadeia, sombria, o advogado de defesa representa como Joanna estava sendo injustiçada e perseguida, já que a cadeia não era seu devido lugar. O advogado busca referenciar Joanna como uma mãe que, como vimos, seria incapaz de cometer qualquer delito, já que estaria trajada com o “manto da inocência” e não com o de criminosa, como os seus perseguidores a trajam, visto que já a acusaram outras vezes de furtos parecidos. Vemos que o advogado e Joanna cercam-se de provas para inocentá-la, apresentando documentos comprovando o pertencimento do animal.

Considerando todos os depoimentos das testemunhas da acusação, como também os antecedentes da ré, Antônio Fausto Neves de Souza julga procedente a

denúncia instaurada. O Advogado Timotheo Pereira da Rosa, como no outro processo já visto, busca alinhar o crime ao marido de Joanna:

[...] e se a criminalidade se presume, porque há a presunção recahir exatamente sobre a recorrente?  
Ella é casada e habita com seu marido que é o chefe da sociedade conjugal. Si, portanto, o caso fosse para presunções deveria, mas cahir sobre o dono ou chefe da casa onde a cabra foi achada e – não sobre a sua mulher [...].

Usando um discurso novamente ligado a masculinidade e ao gênero o advogado busca repassar o crime para seu marido, pois como casada (e mãe de família como já a identificaram) Joanna não deveria assumir essa culpa, já que a cabra foi achada em um lar onde havia um homem, que na visão da sociedade atuaria certamente como líder incontestado daquele núcleo familiar. Portanto, ele entra com pedido de recurso:

José Gaspar Massera, nos autos do recurso supra, interposto por sua mulher Joanna da Fonseca Massera, da pronuncia por furto de uma cabra, baseada no facto de ter sido dita cabra encontrada na casa em que ele suplicante residia com sua mulher, [...]. O suplicante é o chefe da propriedade conjugal e si no respectivo domicilio encontrar-se algum objeto de outra propriedade, é o suplicante quem deve responder por isso. E o suplicante assume essa responsabilidade, declarando que foi ele quem adquirio, quem comprou a cabra. N'essas condições, pede o suplicante se digne mandar tomar por termo esta em declaração para o efeito de petição, ajuntando-se esta e a inclusa petição aos autos do recurso.

Apesar do recurso, a ré é presa e no interrogatório que presta, ao lhe ser perguntado quais os seus meios de vida ou profissão, responde ser casada. Com essa artimanha Joanna busca disfarçar-se numa semelhança ao estereótipo de mulher, ou seja, mulher casada, mãe da família e com um homem *chefe da propriedade conjugal*, ela não iria cometer esse crime. Contudo, apesar desse discurso e das apelações que o sucedem, a ré é considerada culpada pelo júri e condenada a 4 meses e quinze dias de prisão e a multa de 12 1/2% do valor do objeto furtado. Mesmo assim, o advogado Timotheo Pereira da Rosa busca a prescrição da condenação, neste mesmo processo e em outro de recursos instaurado<sup>299</sup>, declarando que a denúncia só ocorreu um ano após o fato ocorrido. Por que a demora da denúncia? Se pensarmos na possível aproximação de Joanna

<sup>299</sup> APERS - Processo número 2900, Maço 179 e Estante 119.

com o subintendente Travassos podemos concluir que ele dificultou a situação para Maria Borosky, tendo que ela recorrer a juízo.<sup>300</sup>

\*\*\*

No ano de 1889 Joanna e seu marido são novamente acusados de furtar uma cabra, agora de Francisco Hermann.<sup>301</sup> A denúncia é muito detalhada e elucidativa, por isso preferimos transcrevê-la integralmente:

A 28 de outubro do anno próximo passado, das imediações do prédio n.19 da rua Tiradentes, onde reside com sua família Francisco Hermann, foi furtada uma cabra de raça especial, muito mansa, excelente leiteira, malhada de branco e castanho-claro, tendo os pelos [...] traseiros espessos e muito compridos, animal esse de propriedade do mesmo Hermann. Um mês mais ou menos depois, passando na Rua Voluntários da Pátria, próximo a fabrica de carruagens de Adolfo Kraemer, vio ahi junto ao portão d'esse estabelecimento a sua referida cabra, dirigindo-se ao mesmo kraemer com quem estava na ocasião Ludwig Blanck. Ponderou-lhe que aquelle animal era seu e fora-lhe, havia pouco tempo, furtado, em tais circunstancias pretendia leval-o consigo. Kraemer disse-lhe que podia fazel-o, pois nada tinha com tal animal que ali recém apparecera vindo do arraial dos navegantes. – satisfeitíssimo por ter encontrado a cabra de sua propriedade e grande extimação levou-a imediatamente para casa, onde deixou-a entregue a sua esposa, ausentando-se em seguida para os seus labores. – n'esse mesmo dia, em sua ausência, appareceu em sua residência o marido da famigerada Joanna da Fonseca Massera, mais conhecida por Joanna Eiras, acompanhando de um agente municipal do 3º posto policial, dirigindo a esposa de Hermann que intimava-a da parte do sub-intendente do 3º distrito, a fazer-lhe entrega da cabra que seu marido trouxera pouco antes, ser essa cabra de propriedade da mulher dele Gaspar Massera, que a compara havia um anno. A esposa de Hermann, como era natural, declarou que a cabra era de deu marido, que havia-lhe sido furtada dias antes e que por isso não podia entregar como de outrem o que era de legitima propriedade sua e de seu marido; além d'isso, que achando-se este ausente, pedia-lhe para que voltassem mais tarde quando ele estivesse presente. Nada d'isso demoveu do seu proposito o individuo que, segurado então pelo agente municipal que o acompanhava, intimava de modo terminante em nome da referida autoridade, para que fizesse imediatamente entrega da precitada cabra. Ella, esposa de hermann, entregou, sendo n'essa ocasião intimada ainda pelo mesmo agente para, com seu marido, comparecer no dia seguinte perante o capitão Travassos sub-intendente, afim de darem explicações. No dia seguinte, em obediência a intimação que receberam de véspera, apresentaram-se a'quella autoridade, onde, não obstante a prova testemunhal que offereceram para evidenciar seus legítimos direitos de propriedade sobre o animal furtado, absolutamente nada conseguiram; a solencia

<sup>300</sup> Joanna perde todos os recursos e é condenada a pena estabelecida, 4 meses e quinze dias de prisão com multa de 12 ½ % do valor da cabra.

<sup>301</sup> APERS - Processo número 3633, maço 135 e estante 11.

ignóbil da mulher fatal – Joanna Eiras – tripudiou cynica em mais uma ladroeira. [grifos nossos]

Observamos que nesse e nem no outro caso de furto da cabra de Maria Borosky foi insinuado que os donos das cabras eram ingênuos ou ignorantes ou que ainda tinham sido de alguma forma ludibriados por Joanna, aqui colocada como mulher sagaz. Isso nos afirma que os negros por sua *cor*, gênero e classe acabaram sendo vítimas de comentários preconceituosos da justiça, pois são chamados como boçais. Hermann era alemão, sua *raça* era associada ao trabalho e a boa conduta, Maria Borosky era mulher e com sobrenome estrangeiro, possível descendente de imigrantes, sendo por essas intersecções que não lhe foram criados estereótipos.

O subintendente Travassos aparece novamente aliado a Joanna Eiras, como mostra no caso anterior de furto de uma cabra, Travassos nada fez em relação à denúncia, pelo contrário, auxiliou Joanna e seu marido. Esperando Hermann sair para o trabalho, o marido de Joanna, junto com um praça enviado por Travasso se apropriaram da cabra leiteira e de estimação da família, mesmo após ela sendo retida na casa de seus verdadeiros donos. Chamada na denúncia de mulher fatal que tripudia leis, ladra e famigerada, Joanna Eiras, mais uma vez é incriminada e estereotipada, apesar de ter sido seu marido que foi recolher a cabra ela é vista como mandante. Adiante, Travassos é interrogado e diz: chamar-se Fernando de Freitas Travassos, 55 anos, casado e proprietário.

Disse que há tempos apareceu em sua presença uma senhora queixando-se de que a denunciada lhe havia furtado uma cabra; que recorria a este depoente para o fim de ser-lhe a mesma entregue; que, o depoente sindicando do facto, verificou que não tinha havido flagrante pelo que não era caso de sua intervenção porem que no intuito de [...] tirar a limpo o facto da queixa, que de facto pediu a presença da denunciada recebendo em contestação uma carta escripta pelo filho dela e na qual a denunciada pedia desculpas por não comparecer visto achar-se doente mas que sabendo tratar-se de uma accusação sobre o desaparecimento de uma cabra julgava a denunciada que a parte ofendida deveria promover sua acção perante a justiça e nunca junto da autoridade administrativa que para tal carecia de competência: que voltando a queixosa a presença do depoente este fêz-lhe sciente do contendo da carta o que assignou descontentamento da parte da queixosa que retirou-se; que indo em pessoa o depoente a casa da denominada ali vio uma cabra cujo signals caracteristicas eram diversas daqueles oferecidos pela queixosa.<sup>302</sup>

---

<sup>302</sup> APERS – Processo número 3633, maço 135 e estante 11.

A partir desse depoimento vemos que o autor da carta entregue a Travassos foi seu filho (provavelmente Álvaro Sérgio), sabendo que estava sob juízo o subintendente explica que não entrevistou no momento da queixa de Maria, pois não havia um flagrante e não considerou caso de intervenção. Mas que para tirar a história *a limpo* compareceu à casa de Joanna e observou que os sinais eram diferentes da cabra da queixosa. Outro detalhe a que devemos prestar atenção é que o subintendente diz que na carta Joanna pede desculpas por não estar presente devido a uma doença. Nessa frase, Travassos a representa como pessoa educada, pedindo desculpas pelo não comparecimento.

Mas alguns de seus vizinhos estavam dispostos a ir contra Joanna desta vez. João Carlos Martins testemunha o ocorrido dizendo que a barba assim como as orelhas do animal, tinham sido cortadas com o propósito de torna-la irreconhecível. Disse mais que, quando Gaspar Massera foi ao local buscar o referido animal:

[...] a mulher de Carlos Grimm, que achava-se presente na ocasião e conhece a cabra como de sua legítima propriedade há muito mais de ano, de Francisco Hermann, disse a esposa d'esta que não devia cumprir tão fraudulenta quão disparatada intimativa, porquanto, não só ella, esposa de Grimm, mas toda a vizinhança, estariam prontas a ir a qualquer autoridade levar o seu testemunho em favor dos antigos e legítimos direitos de Hermann sobre a cabra em questão, como também sobre o facto de ter ella sido furtada havia mais de um mez.<sup>303</sup>

Apesar de todos os apelos a favor de Hermann, o agente municipal, por ordem do subintendente Travassos, ordenou a entrega do animal. O promotor, buscando uma condenação, declara que em abominável comboio com seu marido, caracterizado pelo promotor como homem que age cegamente pelas influências do espírito satânico de sua mulher fatal. Novamente Joanna é afastada da humanidade para tornar-se um ser demoníaco de mulher fatal. Nessa sutil representação de masculinidade e gênero, seu marido é representado como um homem que não possui influência sobre sua esposa, não a governa e por isso é cego. A partir do discurso onde o homem é associado ao gerenciamento da relação Joanna é representada como diabólica, pois uma mulher não deveria ter esse tipo de comportamento, no comando. Devido à demora da queixa, o processo é anulado e Joanna segue impune.

\*\*\*

---

<sup>303</sup> APERS – Processo número 3633, maço 135 e estante 11.

Joanna, apesar de todas as representações negativas, tinha uma forte representatividade na cidade de Porto Alegre, inteligência para comandar uma guarda e sensibilidade nas manipulações sobre os ideais de feminino presente na época. Apesar de colocar medo e terror na vizinhança quando ocorria um furto ele era sempre bem calculado e sempre encontrava álibis e documentos que provavam o contrário da acusação. Com bons advogados e boas manipulações permitiu que ficasse isenta de alguns dos crimes cometidos. Joanna Eiras, como ficou popularmente conhecida, foi uma perspicaz mulher, que por meio das diversas estratégias conseguia o que queria.

Joanna, após esses processos, segue sua vida no crime, pois outros processos são acionados, mas que por extrapolarem os anos analisados nessa dissertação não foram abordados. Seu filho Álvaro Sérgio era advogado e com isso angariou status social, sua mãe, por isso, também é referenciada diferentemente, de astuta e famigerada torna-se uma mulher com prenome de dona, o qual ela tanto reivindicava no tribunal. Lembremos que seu discurso (e de seus advogados) era sempre o de mulher casada e mãe da família.

Em 1920, *Dona Joanna*, nomeada como *mãe do Doutor Sérgio Massera*, entrou com uma queixa na polícia contra três indivíduos que haviam invadido sua chácara em Belém Novo. Assim, mais um endereço se anuncia para nossa personagem, nas suas mudanças de residência na cidade. Os indivíduos, segundo informava *Dona Joanna*, estavam a praticar furtos e depredações na propriedade e a diligência policial os expulsou do local. Os registros da polícia informavam que a mãe do Doutor Massera ficara satisfeita com as providências. Positivamente, seu status era outro. (PESAVENTO, 2008, p.321)

Mas isso não mudou a memória social. Pesavento (2008, p.330) observa que no século XX, as mães usavam Joanna Eiras com um papel similar ao *homem do saco*, ou seja, caso as crianças se portassem mal as mães chamariam essa temida personagem. Como uma mulher má, assim é que Joanna Eiras ficou na mentalidade da população. Astuta, mãe de família, criminosa, famigerada, mulher fatal, dona e diversos outros adjetivos que lhes foram atribuídos, Joanna representava diversos papéis, como muitas mulheres no decorrer da existência humana. Ser casada não anulou sua criminalidade, ser mãe não lhe conferiu boa conduta, por exemplo. Os estereótipos demarcavam uma mulher da época estudada, mas Joanna é a prova de que eles não eram estáticos e poderiam ser modificados já que estratégias poderiam

ser conferidas para essas modificações, como a troca de moradia ou a ascensão social.

Paulo Moreira (2003, p.157) acredita que Joanna também tivesse algum tipo de liderança religiosa, angariando informações sobre famílias *brancas* a partir dos negros que trabalhavam com serviços domésticos. Joanna provavelmente usava estas notícias recebidas como forma de barganha, arma de ataque ou defesa, que poderia desonrar indivíduos e suas famílias, expondo detalhes de suas vidas pessoais que pudessem prejudica-los publicamente, como abortos, casos extraconjugais, peculiaridades sexuais.

Ainda sobre Joanna, Paulo Moreira explica que nossa ré provavelmente pertencia à mesma comunidade étnica de seus parceiros, negros na sua grande maioria, e essas relações foram fortalecidas pelo aspecto religioso, pois de acordo com o historiador Joanna ainda é lembrada entre os profissionais das religiões afros de Porto Alegre, como uma poderosa mãe de santo. (MOREIRA, 2003, 158) Talvez essa associação com o mágico seja um dos fatores que a remetiam a esfera do respeito e do medo, por seus vizinhos e até pelas autoridades, pois o sobrenatural, o desconhecido, causava/causa estranhamento. Rachel Soihet explica que as mulheres negras:

[...] procuraram manter sua cultura em termos de religião, música, costumes, etc. em suas casas, ocorriam festas em que se mesclavam o profano e o sagrado, tornando-as célebres pelos sambas e candomblés que realizavam pelos ranchos que organizavam. Suas casas eram também núcleos de sociabilidade, funcionando como polos de contato para o grupo, ajudando os recém chegados a se integrarem na cidade. (SOHIET, 1998, p.157)

Ou seja, se pensarmos que Joanna era mesmo uma mãe de santo, como aponta Paulo Moreira (2003), isso explica o porquê de sua casa e sua sociabilidade estar repleta de negros e (ex)escravizados, o que também justificaria a sua residência, no final do século XIX, na Colônia Africana.

A partir de um discurso de diferenciação havia uma tendência na acusação em distanciar Joanna Massera/Eiras de preceitos femininos e da própria humanização, sendo associada ao animalesco “serpente com asas” e ao satânico, por exemplo, Joanna por ser criminosa e por ser a chefe do crime, não correspondia aos papéis e devido a isso a diferenciação. Seu satanismo também pode ser uma referencia ao papel de mãe de santo. Essas características não deveriam fazer parte

do ser feminino, não era natural. Sua sagacidade em cometer crimes não era visto como uma inteligência normal de seu sexo, astuta ela era uma mulher fatal, daquelas que não podiam cruzar o caminho de uma pessoa.<sup>304</sup>

### 6.3 ANNA FAUSTA MARÇAL: LAVA, ENGOMA E RECEBE HOMENS.

*À semelhança da elaboração da narrativa histórica, juntam-se provas e analisam-se testemunhos, contrapõem-se argumentos, elabora-se uma trama e, com base nas evidências e provas – por vezes nem tão evidentes assim, e em si mesmas, fruto de uma urdidura e construção – descortina-se uma explicação conclusiva, que assume a forma de um veredicto ou sentença. Estabelece-se, assim, a versão jurídica e verídica do acontecido, em consonância com as metas do historiador, que tal qual um juiz ou detetive, como alude Ginzburg, busca atingir verdades sobre o acontecido. Foi criado o fato tecendo uma versão coerente e que passa a ter curso de verdade, através da autoridade da fala de quem afirma o discurso, convencendo o público, leitor e ouvinte. (PESAVENTO 2008, p.149)*

Sandra Pesavento (2008, p.150) explica que a cidade de Porto Alegre, com cerca de 70.000 habitantes no final do século XIX, apresentava muitos becos (pequenas e estreitas ruas), reservados às populações de baixa renda e estigmatizados pelos órgãos de coerção, “distantes dos cuidados da municipalidade com relação aos serviços urbanos”. Noticiados pelos jornais como escuros, fétidos, mal frequentados e de péssimo aspecto, “neles se concentravam personagens e práticas condenadas, a circular por bordéis, botequins e casas de jogo, [...] que tinham o seu epicentro no *famigerado* Beco do Poço, trecho da então Rua General Paranhos, lugar de presença obrigatória nas páginas dos jornais da época”.<sup>305</sup>

<sup>304</sup> Lembremos que a serpente não faz apenas parte da simbologia católica. O orixá iorubano Oxumarê era representado pelo arco-íris e da serpente: “Esta divindade é originária do Daomé, de cultura Jeje, e sua ocupação consistia em *transportar água da terra para o ardente palácio das nuvens, onde reside Xangô*’. Oxumarê seria o arquétipo da perseverança, dos indivíduos que não medem os sacrifícios para atingir seus objetivos, das mudanças constantes, das reorientações bruscas das trajetórias de vida, como àquelas provocadas pelo tráfico transatlântico. Também é relacionado à dualidade, à androgenia, já que metade do ano seria macho (arco-íris) e na outra metade fêmea (serpente)” (MOREIRA, 2015, p. 78). Ver: CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 7ª edição, Belo Horizonte / Rio de Janeiro, Editora Itatiaia Limitada, 1988; LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo, Selo Negro, 2004.

<sup>305</sup> O jornal A Gazetinha em 12 de janeiro de 1896, assim classificava o beco: “*Na quadra calamitosa que atravessamos, com as espeluncas existentes na capital, raro é o dia em que o cadastro da polícia não registra fatos vergonhosos que muito cooperam para o nosso descrédito, entre eles conflitos em plenas ruas ao clarão do dia e nos lugares mais públicos (...) Ruas há nesta cidade em que não pode uma família transitar pacificamente, em face do estado de imoralidade que se nota nas mesmas ruas, já pela maneira inconveniente que se portam estas mulheres depravadas, entregues ao vício da embriaguez. Haja vistas a rua General Paranhos, antigo Beco do Poço, que prima pela beleza d’arte, em seus assombros...*”. (PESAVENTO, 2008, p.150)



Conhecido como beco da prostituição, a Rua General Paranhos era onde morava Anna Fausta Marçal, nossa ré, de “1m 57 de altura. Seus sinais característicos são: cor preta, cabelos idem carapinhos, sobrancelhas ralas, rosto oval, nariz chato, testa e orelhas pequenas, bocca regular, pés e mãos pequenos”<sup>306</sup>. Fausta foi incurso nas penas do artigo 278<sup>307</sup> do Código Penal, acusada de lenocínio em 1899.

Interrogada, Anna Fausta Marçal declarou ter 38 anos de idade, ser solteira e que quanto aos seus *meios de vida e profissão*, que lavava e engomava *para fora* e “recebe homens”. Essa auto definição profissional a insere por um lado em um típico setor laboral feminino, a esfera doméstica, cuidando de roupas de terceiros, como explicita a expressão “para fora”. Mas, além disso, a *preta* fausta assume perante seus interrogadores que desempenhava outra atividade, voltada ao mercado do sexo pago local. Ela gerenciava com talento um local de encontros ou prostíbulo com sólida reputação. Ela não se afirma prostituta, mas declara atuar em uma atividade profissional mais complexa, que não descarta uma atuação pessoal como meretriz. Imaginar aqueles sisudos homens oitocentistas encarando aquela mulher negra já madura (de idade e experiência de vida) e miúda de corpo (*pés e mãos pequenos*), enunciando sem rodeios atuar em um meio de vida tradicional, imoral e bem sucedido, localizado no seio da capital da província, causa-nos um agradável estranhamento. Independente das relações que teve que entreter para chegar onde chegou, a *preta* Fausta ilustra uma determinada agência e autonomia feminina negra.

Denominada no processo como *preta* Fausta, moradora da cidade de Porto Alegre, na Rua General Paranhos, antigo Beco do Poço, número 42, ela é acusada de dirigir, “por contra própria”, um estabelecimento de prostituição. De acordo com a acusação:

Nesta casa vivem mulheres as quais a denunciada presta auxilio e assiste, dando-lhes teto, mediante quantia em

---

<sup>306</sup> APERS - Processo número 3.699, Maço 115, Estante 11.

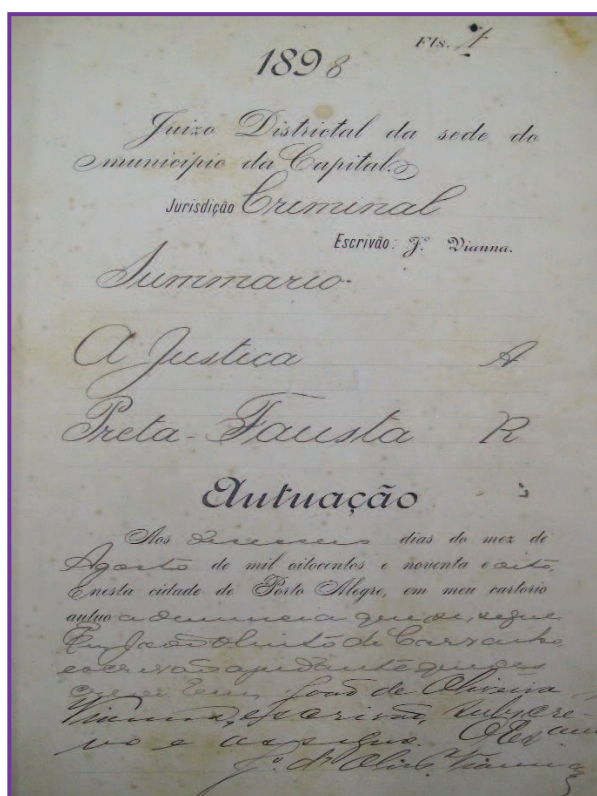
<sup>307</sup> O crime de lenocínio, de acordo com o Código Criminal e o artigo 278, consiste em: “Induzir mulheres, quer abusando de sua fraqueza ou miseria, quer constringendo-as por intimidações ou ameaças, a empregarem-se no tratico da prostituição; prestar-lhes, por conta propria ou de outrem, sob sua ou alheia responsabilidade, assistencia, habitação e auxilios para auferir, directa ou indirectamente, lucros desta especulação” Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D847.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm) impressao.htm Acessado em 31 de janeiro de 2018.

dinheiro, proporcionaes ao numero de visitas diárias recebidas pelas prostitutas.

Acresce que a denunciada recebe adiantadamente dos freqüentadores de sua casa o preço correspondente ao aluguel do quarto destinado ao encontro com a meretriz.

Como podemos ver na imagem abaixo, o escrivão anotou na capa do processo a alcunha de *Preta Fausta*, mostrando não só como referências étnico-raciais eram importantes no período, como que aquela provavelmente era uma personagem habitual do cenário urbano da capital e do mercado do sexo pago local. Por outro lado, a expressão *por conta própria* mostra como os algozes de Fausta percebiam ser de seu mote próprio o funcionamento pleno daquele estabelecimento voltado à satisfação de prazeres voluptuosos.

Figura 1 - Processo da Preta Fausta - 1898



Fonte: APERS - Nº do processo: 3699, Réu: Fausta Marçal, Data do processo: 1899, Porto Alegre, Comarca de Porto Alegre, Observação: 2 volumes.

O processo movido contra a *preta* Fausta é um tanto sucinto, sendo arroladas apenas cinco testemunhas. Duas delas nada ou pouco tinham a dizer, partindo a acusação de outros três, dois jornalistas e um advogado. Fausta explica que, das testemunhas, conhece, apenas de vista, a João Pedro e indagada se tem fatos a

alegar em sua defesa, responde que tem “e que apenas subloca por ordem do dono da casa o pavimento superior, cujos alugueis é o proprietário que recebe”.

Ao analisar as testemunhas do caso, as classificáramos em dois polos, em oposição: o primeiro seriam pessoas que não comentam muito sobre o caso, disfarçando qualquer vínculo e relacionamento com Fausta e seu bordel. Deoclécio de Carvalho, 24 anos, solteiro, jornalista, natural deste estado, responde que sabe apenas que a denunciada é moradora da Rua General Paranhos, número 42, e que aluga quartos para “conquistas amorosas”. João Quadros, 45 anos, “garista” [sic], natural de Londres, argumenta que sabe apenas que na casa de Fausta “entra dia e noite homens e mulheres, mas ignora o fim para que lá vão”. Manoel Quirino da Silveira, 60 anos, casado, natural deste estado e jornalista disse que nada sabe e que “lá estive uma ocasião por passeio unicamente, isso por ter sido vizinho dela e darem-se”.

Prosseguindo encontramos duas testemunhas que tentam incriminar Fausta: Germano Feldmann, 44 anos, casado, jornalista, natural deste estado, diz que tem plena certeza que a denunciada aluga quartos a meretrizes, a fim de encontros e relações amorosas. A testemunha ainda diz que Fausta tiraria *proventos*, cobrando quantias das prostitutas e dos indivíduos que “ficam com estas”: “Disse mais que, conquanto não saiba que a denunciada inicie na prostituição filhas de família, todavia pode assegurar, porque sabe, que a mencionada denunciada atrai a seu bordel por meio de cartões de convite senhoras casadas, facilitando assim os meios para que estas se encontrem com os seus homens afeiçoados, para fins ilícitos”. Ou seja, Fausta facilitaria que mulheres casadas e filhas de família agenciassem relações sexuais consensuais furtivas, mostrando outras faces da moralidade da época e ações das mulheres das elites geralmente veladas.

Já o advogado baiano Argemiro Rosa, de 32 anos de idade, solteiro, disse que é “público e notório que a denunciada possui uma casa de prostituição nesta cidade, onde recebe meretrizes para encontros com homens que frequentam a casa; que a denunciada recebe por isso certa remuneração e mais que ela própria proporciona os meios de facilitar esses encontros, desempenhando o papel de cafetina”. Essas duas testemunhas possivelmente estavam ancoradas nos discursos dos jornais, onde a casa de Fausta não era apenas um bordel, mas um lupanar que

acabava atraindo e possibilitando encontros afetivo-sexuais de indivíduos de diferentes segmentos sociais e mesmo raciais.<sup>308</sup>

Analisando a profissão das testemunhas temos que os dois primeiros homens não quiseram se indispor com Fausta, nada declaram que possa ser usado contra a ré. Por serem homens populares, vizinhos e possíveis clientes, tais indivíduos tinham muito a perder com a inimizade da ré, pois eram do círculo de contatos da mesma. Já os segundos, advogado e jornalista eram pessoas com certo prestígio social, que tinham, possivelmente, uma carreira a zelar e por mais que não agissem conforme as regras de conduta, deveriam ter o cuidado de manter as aparências. Ir contra uma casa de prostituição, socialmente má vista e principalmente, contra sua dona, faziam com que esses dois homens conquistassem a *fama* de moralistas.

Fausta não parece ter dado tanta importância ao processo no início de sua montagem. Intimada a comparecer em abril de 1899, Fausta não apareceu no tribunal, forçando o Juiz de Comarca da 2ª Vara Antônio Paulo de Souza a declarar que a denunciada teve o prazo legal – por pregão – para a sua defesa e mesmo assim não compareceu, devendo ser incurso no artigo 278 do Código Penal republicano. Passado mandado de prisão em 24 de abril daquele ano, somente em 2 de junho ela foi presa e recolhida a Casa de Correção.

O promotor público José Joaquim de Andrade Netto pronunciou Fausta no artigo 270 do código penal republicano, inserido no seu título VIII, “Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje publico ao pudor”:

Tirar do lar domestico, para fim libidinoso, qualquer mulher honesta, de maior ou menor idade, solteira, casada ou viuva, attrahindo-a por seducção ou emboscada, ou obrigando-a por violencia, não se verificando a satisfação dos gosos genésicos.<sup>309</sup>

Ao inserir Fausta nessa pena o Promotor, além de acusar a ré através do artigo sobre lenocínio (artigo 278), a coloca como uma criminosa que atentava a honra e o pudor das famílias, tirando do lar doméstico para fins libidinosos mulheres

---

<sup>308</sup> Pesavento (2008, p.154), mostrando trechos de jornais da época, mostra que o bordel de Fausta incitava os jornalista a tratar do caso com traços literários, cheios de denúncias, suspeitas e pistas: “As denúncias se sucediam: ora era uma moça casada da rua da Olaria que frequentava a casa da Fausta, ora era o comentário de que era preciso a um *chefe de família* não [tivesse] vergonha na cara para andar pelas ruas de braço dado com uma reles messalina, [...]”.

<sup>309</sup> Capítulo II – do Rapto, artigo 270. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D847.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm) Acesso em 17 de fevereiro de 2018.

honestas e levando para o mundo da prostituição. Fausta é acusada de ceder espaço para mulheres casadas encontrarem seus amantes e de *recrutar* moças para seu bordel, com propagandas feitas em forma de bilhetes. Seu advogado expõe:

Em primeiro lugar deparemos com a denuncia, que diz:

a) “que na casa de Fausta vivem mulheres as quaes ella presta auxilio e assiste dando-lhes teto e meza mediante quantia em dinheiro proporcionaes ao numero de visitas diárias recebidas pelas prostitutas”;

b) “que fausta recebe adiantadamente dos freqüentadores de sua casa o preço correspondente ao aluguel do quarto destinado ao encontro com a meretriz”;

c) “que alem do crime descripto, fausta ocupa-se também em iniciar na prostituição moças de família e senhoras casadas, que victimas dos prejuizos de uma “educação precária, nem sempre resistem.” (grifos nossos)

Ao mostrar as acusações feitas a Fausta, seu advogado Tibúrcio de Tibúrcio expõe que as mulheres incitadas pela ré seriam na verdade vítimas de uma educação precária, sendo a culpa, portanto, da falta de educação familiar que as moças de família e senhoras casadas tinham. Seriam moças consideradas de *cabeça fraca*. O advogado defendia uma cafetina, portanto, ele não poderia dizer que a culpa da prostituição era da própria mulher, que por vontade própria investia nesses meios como forma de subsistência. Com essas falas ele tenta mostrar que a prática da prostituição era culpa da falta de educação e de certa ignorância dessas mulheres. Ignorância e falta de preparo para a vida seriam as qualidades que predispunham essas mulheres ao pecado.

Uma das falas que nos chamam a atenção é a do promotor público que, em diversos momentos, expõe que Fausta comandava sozinha seu bordel. Claro que podemos pensar que a ênfase no protagonismo da *preta* Fausta por aqueles profissionais do direito, poderia ser uma tática que visava justamente escamotear algum vulto da sociedade da época, que seria o real proprietário daquela hospedaria-bordel. Entretanto, tal versão não encontra muito lastro, já que em nenhum momento outro nome aparece – mesmo superficialmente, no documento judiciário ou nos jornais -, como sendo promotor daquele antro de prazeres e iniquidades. Na verdade, o tempo todo o foco da justiça estava sobre aquela mulher negra, o que nos parece carregar um aspecto contraditório, já que acusa-la é ao mesmo tempo enfatizar a agência feminina e um determinado protagonismo não-branco. A *preta* Fausta administrava pessoalmente o seu negócio, sendo insigne

personalidade do mercado do sexo e das relações afetivo-sexuais fortuitas locais. Num momento em que uma série de discursos – médicos e jurídicos – investia em representações que defendiam a subalternidade feminina e a inferioridade negra, as ações daquela mulher, negra e *cafetina*, que assumia sem pejos suas atividades libidinosas, significava uma espécie de contra-discurso, que afrontava o hipócrita moralismo racista vigente. O envolvimento de Fausta com pessoas e clientes, alguns de notórias influências, fez com que ela fomentasse contatos, seja pela parceria ou pelo medo de exposição pública. Naquela sociedade oitocentista em que não se chegava a lugar nenhum sem adequados vínculos, a *preta* Fausta demonstrava tino empresarial, personalidade forte e consistentes habilidades relacionais.

Continuando a defesa e ainda se referindo sobre a denúncia de Fausta iniciar mulheres na prostituição, o advogado argumenta:

Alem disso a allegação a da denuncia, só poderia levar Fausta incorrer nas penas do artigo 278 (isto mesmo por um prodígio de raciocínio), se fosse ou ficasse provado que Fausta recebia dinheiro proporcional ao numero de visitas, recebidas pelas prostitutas (que alias não ficou provado!), porque quanto ao mais que é allegado (na lettra a), isto é, fausta viver com mulheres (como diz a denuncia), ou Fausta alugar quartos a meretrizes (como diz a testemunha), não é crime e nem será, já não dizemos perante a lei, mas perante quem quer seja que lembre-se, que estamos na Republica Brasileira onde os direitos dos cidadãos são garantidos. [...] Sim, habitar com prostituta, (como diz a denuncia), ou, alugar quartos a elas, (como diz a testemunha), quando muito pode ser e deve ser, verberado, estigmatizado, castigado em fim pelas leis da moral e nunca (positivamente afirmamos), pelas leis pessoas. (grifos nossos)

A defesa continuando alegando que Fausta não incitava mulheres para a prostituição, sendo que se tivesse que cumprir alguma pena, deveria ser apenas a de lenocínio, a qual, como garante o advogado, ainda não tinha sido provado. Alegando que Fausta convivia com prostitutas e que alugava quartos a elas, o advogado numa tentativa sagaz explora o caráter imoral dessas ações, explicando que se Fausta tivesse que ser castigada, não era pelas leis da justiça e sim pelo julgamento moral da sociedade.

[...] quanto a esta allegação da denuncia, isto é, que Fausta recebia adiantadamente dos frequentadores de sua casa preço correspondente ao aluguel do quarto, ou, (como diz a testemunha), que Fausta tirara proveito d'isso, tanto assim, que cobrava certa quantia pelo aluguel do quarto, - é até irrisório dizer-se que isto é crime, porque se o fosse não poderia preexistir e ainda continuar em

Porto Alegre, e bem assim em todas as capitais brasileiras, (a exemplo de todas as capitais dos povos cultos); as casas de commodos, as pensões, as casas denominadas, republicas e os hotéis, que entretanto existem e existirão, e com o direito inconcusso de seus Donos ou proprietários cobrarem os respectivos alugueis.

E se, assim não é, nem deve-ser (para Fausta) isto é, se Ella como qualquer outro não tem direito de alugar quartos em sua casa, e cobrar por elles o respectivo aluguel, - então segue-se (a vergonha), que a lei não é igual para todos acendrado alevantamento – a liberdade e igualdade – heis a uma excepção única, - esta, é: Fausta Marçal!! (grifos nossos)

Nesse discurso o advogado explora que Fausta, como qualquer outro dono de “casas de commodos, as pensões, as casas denominadas, republicas e os hotéis”, por uma determinada quantia alugava cômodos e que isso não era crime. Dizendo que Fausta era uma exceção, por ser incriminada por cobrar alugueis de terceiros e que por isso a justiça deveria ter vergonha, pois mostrava que a lei não era igual para todos, assumindo que sua cliente estava sendo prejudicada por, provavelmente, seu sexo, *cor* e profissão. Obviamente, não esquecemos que ele estava numa tentativa de defesa de uma dona de bordel, assim socialmente reconhecida. Porém, compreendendo que havia desigualdades sociais, o advogado utiliza como artimanha de defesa, mostrando a falta de neutralidade dos órgãos judiciais.

Dizemos, o sr. Dr. Promotor publico não inquirio a estas testemunhas e as outras a respeito d'estes factos e suas circunstancias, isto é, qual ou quais moças de família ou senhoras casadas foram induzidas, máxime dizendo a testemunha que quanto á senhoras casadas, pode assegurar porque sabe?

Sim, definimos porque é que depois de (denuncia e testemunhas) terem avançado a proposição tão graves, tão deprimentes, occultão e não tornão bem publico qual ou quaes moças de família, tal ou taes senhoras casadas que a tanto tendo decidido por isso mesmo, devem ser afrontadas, - ou como victimas da infâmia. Ou como devassas impudicas verdadeiras pestes de quem devem fugir todos, sem consideração de espécie alguma, - em salvação da sociedade e em homenagem a moral?! (grifos nossos)

Falando sobre as moças incitadas a prostituição por Fausta, o advogado pede o nome delas e que elas sejam chamadas a depor, já que deveriam ser afirmações verdadeiras. Caindo em estados “deprimentes” e em acusações tão graves, essas moças, no discurso da defesa, deveriam ter suas identidades explicitadas, pois deveriam ser “afrontadas” como devassas impudicas, verdadeiras pestes “de quem devem fugir todos”, para a salvação da sociedade e em homenagem da moral.

Assumindo o discurso presente na sociedade o advogado, ironicamente, questiona as testemunhas e o promotor, que em nome da moral acusam Fausta, mas que, também em nome da moral não revelam o nome dessas mulheres, vítimas da *preta* Fausta.

Sim, (horror), será crível que em Porto Alegre, moças de família e senhoras casadas hajão tão descomunalmente propensas ao vício da mais desregrada libidinagem, que, sem ouvir a linguagem insinuante, quente, palpitante e ao mesmo tempo estonteadora de amor, que fala a alma e tritura coração n'uma verdadeira fúria de goso ideal – e não. E caião e sucumbão, em um bordel, nos braços de qualquer homem, ao simples cartão de convite já não dizemos de uma Fausta, mas mesmo de uma qualquer outra inda que essa outra fosse uma phyna? Será possível que os cartões de convite, em Porto Alegre, jamais tivessem encontrado uma senhora casada que égide da honra e Castello inesgotável de brio, n'um brado de indignação, cheia de dignidade dissesse a um irmão, a um filho, a um esposo, a um pai: - vingança? [grifos nossos]

Continuando, a defesa se detém num tipo de agressão contra a família porto alegreense, insinuando se haveriam mulheres que se submeteriam ao “vício da mais desregrada libidinagem”, sem qualquer tipo de pensamento racional e que cairiam “aos braços de qualquer homem a um simples cartão de convite”. Vejamos bem. Acionando a vingança como sinal de masculinidade, de um homem (irmão, filho, esposo ou pai) o advogado questiona porque ninguém se indignou com os cartões que supostamente Fausta produzia. O advogado investe numa fala que demonstra que as senhoras casadas e honrosas da capital do estado deveriam ter sua dignidade protegida por um homem.

Provavelmente o advogado assume o discurso da imoralidade da prostituição para enquadrar Fausta como uma pessoa sem moral e sem caráter, mas não uma criminosa, a fim de livrar a ré das grades da cadeia.

Pois que! Desde que não se sugestione, não se determine, não se afronte e não se prove que falou qual moça de família ou senhora casada foi induzida por Fausta, - temos então duas conclusões, cada qual peor e mais grave:

1° que na capital do Rio Grande do Sul (caso certo), condena-se uma mulher, por crime de induzir mulheres, ao vício da prostituição sem apresentar-se ou nomear-se a induzida, ou, o que é o mesmo que condenar-se em virtude de uma suposição.

2° que em Porto Alegre (ó magoa e dor) quando amanhã qualquer estrangeiro olhe para as nossas patricias, moças e senhoras casadas que passam, possa dizer: será esta uma das freqüentadoras do lupanar?!!!

Ah!... que idéia tão tremenda acabamos de escrever?!



Como nos sentimos enrubecer a face de vergonha e desespero, pois somos filhos, somos esposos e somos pais!

- mas, continuaremos nossa argumentação: estas proposições que vimos examinando (allegação), não são verdadeiras, porque felizmente para orgulho de Porto Alegre, e brilho do Rio Grande do Sul, em satisfação de nossa cara pátria, não existe n'estes autos prova alguma de tal aviltamento da família porto alegreense.

Portanto, a partir de um discurso envolvendo sentimentos patriotas, a defesa tenta abordar que sem o nome das mulheres que foram induzidas por Fausta, o crime não passa de uma mera suposição, buscando mostrar que na base de suspeitas, qualquer mulher porto alegreense poderia passar por uma mulher pública, já que elas conseguiriam esconder de suas famílias as *promiscuidades* feitas às escuras. Após esse discurso em que as mulheres são arditosamente consideradas todas suspeitas, o advogado continua a defesa mostrando outro lado. Felizmente para o Orgulho de Porto Alegre e o brilho do Rio Grande do Sul, as famílias podem ficar sossegadas, pois não há provas que incriminem Fausta, apenas *ouvi dizer*. Condenar Fausta seria, assim, jogar sobre todas as mulheres de Porto Alegre a dúvida se seriam honestas ou frequentadoras de lupanares!

Fausta foi levada a sessão do júri em 14 de junho de 1899. O juiz determinou que os juízes de fato, os furados, se recolhessem a sala secreta e deliberassem sobre os seguintes quesitos:

1º A ré preta Fausta Marçal, moradora nesta cidade à rua general Paranhos, antigo beco do Poço, nº 42, presta a prostitutas e por conta própria e sob sua responsabilidade, assistência, habilitação e auxílio para auferir, diretamente, lucro desta especulação?

2º A ré foi impelida a prática deste crime por motivo reprovado?

3º Existem circunstâncias atenuantes a favor da ré? Quais?

Os jurados, evidentemente todos homens, discutiram entre si e decidiram sobre o primeiro quesito, sim, por unanimidade. Ao segundo, não, também por unanimidade, já que o júri achou que isso era apenas circunstancial ao crime. Quanto ao quesito três os jurados se desentenderam, sendo que quatro deles (Fernando Dias Campos, Leopoldo Masson, Domingos Pinto Siqueira e Luiz de Azevedo Rabelo) responderam que a ação de Fausta deveria ter como circunstância atenuante o § 1º do artigo 42 do Código de Processo Penal de 1890: "Não ter havido no delinquente pleno conhecimento do mal e directa intenção de o praticar". Nesse caso, provavelmente os jurados atribuíram a Fausta pouco discernimento,

embasados nas representações que circulavam sobre os limites dados por sua condição de mulher e negra.

O Juiz então, de acordo com o deliberado pelos *juízes de fato*, condenou-a de acordo com o artigo 409 do Código Penal republicano e no grau mínimo das penas do artigo 278, a um ano com prisão com trabalho na Casa de Correção desta capital, acrescido da multa de 500\$000 réis e nas custas. Fausta não era uma qualquer e depois de dirigida uma apelação ao Superior Tribunal, ela pagou uma fiança arbitrada em 2 contos de réis, substancial quantia na época. Em 17 de novembro de 1899, em Porto Alegre, sua apelação foi analisada pelo presidente interino do *Egrégio Superior Tribunal*, desembargador Antunes Ribas, que confirmou a sentença.

Fausta, ao longo de todo o processo, também sofreu com representações e repreensões morais pelos jornais locais. Sandra Pesavento (2008, p.153), ao retratar crimes na cidade de Porto Alegre, dedica um capítulo sobre o caso de Fausta. De acordo com a historiadora os jornais da cidade não poupavam acusações de que ela alugava quartos para meretrizes, como também para crianças. A Gazeta da Tarde, em 30 de abril de 1895, pelas palavras de Germano Hasslocher (já mencionado no capítulo), estetiza um discurso onde Fausta é colocada como *crioula* que seduz “raparigas novas e incautas” ao caminho da perdição, “os *pretendentes a crianças que vivem empregadas no serviço doméstico recorrem a tal Fausta, e indicam-lhe a residência do fruto cobiçado*”. Vemos que nesse caso o jornal, além de empregar um discurso social contra a prostituição, tenta colocar Fausta como uma mulher perigosa que atraía crianças empregadas em serviços domésticos para fins libidinosos. O advogado Hasslocher, assim, enuncia a presença de crianças na esfera doméstica laboral, as quais poderiam ser vítimas de abuso sexual infantil, de certa forma também estigmatizava o trabalho doméstico, pois, deu a entender, que era dele que saiam futuras meretrizes. Em outro momento os jornais noticiavam que Fausta deixava crianças conviverem em meio a meretrizes, como a menina Georgina que vivia com sua mãe. Para a época e para os moralistas, isso se tornava um escândalo. Ao se apoiar nesse discurso sobre a infância, o jornal buscava alertar a cidade sobre o grande perigo que era Fausta.

A censura social exercida pelo periódico certamente punha em xeque dos desvios de conduta, expondo o perigo que pairava na cidade tendo por centro o bordel e que tinha seu alvo as mulheres. A rigor,

todas, desde as solteiras às casadas e às viúvas, das classes mais favorecidas às mais desvalidas.

O bordel de Fausta era ainda associado com o destino natural das mulheres egressas de casamentos desfeitos. (PESAVENTO, 2008, p.155)

Mas não só por meretrizes e mulheres casadas interessadas em encontros libidinosos a casa de Fausta era frequentada. Os jornais alertavam para mulheres que fingiam honestidade, noivas, normalistas, viúvas. Qualquer mulher poderia recorrer às *garras* de Fausta. O advogado de defesa de Fausta não declarou os casos dos jornais, mas por seu discurso, pedindo nomes, provavelmente se referia a esses tipos de comentários que iam de denúncias, ameaças a *mexericos*.<sup>310</sup>

Um dos motivos para que a justiça entrasse com uma ação contra Fausta, possivelmente foi pelos apelos e alardes dos Jornais. Sandra Pesavento (2008, p.164) explica que a Gazetinha, em 1896, iniciou uma campanha pela moralidade pública, reclamando da Intendência Municipal providencias contra a “*hidra da prostituição, espécie de horrível e cancerosa chaga da sociedade*”. Os jornais também alertavam para a propagação de doenças como a sífilis, que como vimos, era o *veneno da sociedade*. Pediam medidas como inspeções de sanidade nas prostitutas e em suas casas. Fausta não se livra da doença e em 24 de julho de 1896 é internada como pobre na Santa Casa de Misericórdia com sífilis secundária, nessa mesma internação é classificada como de cor preta, de 32 anos, ficando internada até 5 de dezembro do mesmo ano.<sup>311</sup>

Os jornais, entre as denúncias e mexericos, também investiam em imagens que beiravam o ridículo. Em 23 de agosto de 1896, A Gazetinha constrói uma imagem do estabelecimento de Fausta, comparando-o a uma coudelaria e as profissionais do sexo que ali estavam empregadas a éguas, descritas e avaliadas segundo critérios sexistas e raciais.

*E em satisfação aos distintos corretores Quirino & Comp., inserimos como final dos Apanhados o anuncio infra, para o qual chamamos a atenção dos srs. Criadores e apreciadores de boas éguas. Desnecessário é dizer que todos os animais anunciados pela “Coudelaria Santa Fausta” já foram aprovados em seus trabalhos. Este estabelecimento, talvez o mais importante do Universo, dispõe de excelentes éguas puro sangue, belíssimos reprodutores da mesma*

<sup>310</sup> Além disso, atacam a moralidade de padres e outros religiosos, “se havia padres no bordel, a sociedade estava mesmo corrompida, alertava a cômica e moralizante coluna”, explica Sandra Pesavento (2008, p.155) ao citar o jornal A Gazetinha de 11 de agosto de 1895.

<sup>311</sup> LMGE - número 7. Ano 1896. Disponível em CHC/POA.

*raça para sela e tiro de 3 ou mais, todos adquiridos na Arábia, ou aliás nesta cidade, os únicos que jamais foram introduzidos noutra qualquer país. Recebem-se encomendas de produtoras puras e mestiças bem como animais de qualquer raça que se possam adquirir aqui ou importar. Para esse efeito possui o estabelecimento das melhores relações e de pessoal habilitado. Na presente primavera, receberão como até aqui éguas e jumentas para serem fecundadas pelos reprodutores;*

A Coudelaria possui atualmente as seguintes:

TUYA, colorada, puro sangue inglês, nascida na Inglaterra.

AUGUSTE, crioula, mestiça, legítima de Pelotas.

SYLVINA, requeimada, 3/4 de sangue, nascimento ignorado.

BEBÉ, branca, puro sangue, uma das melhores crias até hoje conhecidas.

HANNA, requeimada, 1/2 sangue, nascida em Mostardas;

ZABEL, colorada, 2/4 de sangue, deste Estado. (PESAVENTO, 2008, p.176 – 177) (grifos nossos)

A Gazetinha a partir de uma comparação de mulheres com éguas e jumentas, começa dizendo que os *animais* anunciados seriam da Coudelaria da Santa Fausta, sendo que estes animais já seriam aprovados. Aqui, numa relação com o animalesco, o anúncio sarcástico busca mostrar, ao chamar Fausta de Santa, que a mesma gozava de proteção, já que após várias denúncias do jornal, apelando pela moral e bons costumes, nada tinha sido feito, além de dizer que os *animais* [mulheres] já haviam sido *aprovadas em seus trabalhos*, ou seja, já haviam sido *usadas*. Ao dizer que a Coudelaria (haras) recebia encomendas de “produtoras puras e mestiças bem como animais de qualquer raça que se possam adquirir aqui ou importar”, o jornal mostra que as mulheres do bordel de Fausta compunham um leque plurirracial eram de todos os *tipos e raças*, bem como a alusão logo abaixo descrita, onde mulheres foram classificadas como éguas e diferenciadas por sua mestiçagem.

Mesmo que o jornal tenha inventado pseudônimos para as prostitutas que ali atuavam ou que tenha usado os *legítimos* apelidos (já que isso era uma prática usual do mundo do sexo pago), de qualquer forma os jornalistas nos fornecem uma interessante planilha descritiva daquelas profissionais. Temos seis mulheres, sendo uma estrangeira (inglesa), duas cuja naturalidade é desconhecida ou não mencionada e três deste estado (sendo uma de Pelotas e outra de Mostardas). A libido dos jornalistas parece prestar muita atenção na *cor* daquelas mulheres, sendo destacada Bebe, cujo apelido remete a juventude (real ou talvez de aparência), que era *puro sangue* e “uma das melhores crias até hoje conhecidas”. Duas foram descritas como *coloradas*, o que na linguagem voltada a pecuária (tanto do gado

cavalar como mular) indicava *pelos encarnados ou vermelhos*, ou seja, eram mulheres ruivas.<sup>312</sup> Uma delas era Tuya, de *puro sangue inglês*, mas a outra era Zabel, ruiva, mas com 2/4 apenas de sangue puro. Aliás, essa descrição sarcástica e preconceituosa dos jornalistas comparando mulheres com éguas, usa critérios raciais parecidos com os norte-americanos quanto a determinação da pureza e da mistura racial. Duas mulheres eram *puro sangue*, sendo as demais mestiças, descritas como *crioula* (Auguste), *requeimada com 3/4 de sangue* (Sylvina), *requeimada com 1/2 de sangue* (Hanna) e a já citada *colorada* Zabel, com 2/4 de sangue puro.

Giovana Xavier (2008, p.70) explica que esse comparativo de comportamentos de características animais estava presente principalmente na descrição da população escravizada, em diálogos dos escritores da época, que se pautavam na ciência e na literatura naturalista, sendo ainda utilizada no pós-abolição para inferiorizar mulheres negras. Tais escritores discursavam que o comportamento dos indivíduos seria determinado pelo seu meio de origem, o determinismo social e pela genética africana, culminando na construção de tipologias de inferiorização dos negros e mestiços, em que a superioridade do branco seria exaltada em detrimento destes estereótipos negativos.

Fausta, mesmo com todo o deboche e toda a carga de desmoralização que os jornais noticiavam a seu respeito, sendo apresentada como, “encarnação do lado perverso da condição feminina: ela seduz, atrai, engana, arrasta para perdição”, possuía recursos financeiros e autonomia “dizia o Correio do Povo que a Crioula Fausta tinha na Caixa Econômica um depósito de 7800\$000, soma considerável para uma pessoa da sua extração social, corrigida, dias depois, para a precisa quantia de 7654\$120 [...]”. (PESAVENTO, 2008, p.200)

Como vimos, por meio de ironias, reclamações e comparações, os folhetins noticiavam o caso, misturando cenas cotidianas com ficção. Anna Fausta Marçal morreu no dia dois de junho de 1911, na Santa Casa de Misericórdia, de peritonite aguda<sup>313</sup>. Em 5 de outubro de 1911, o mesmo jornal acima comunica que o Juiz

<sup>312</sup> BOSSLE, Batista. *Dicionário Gaúcho Brasileiro*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2003, p. 124; NUNES, Zeno Cardoso; NUNES, Rui Cardoso. *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Martins Livreiro, 1992, p. 160.

<sup>313</sup> “Como o peritônio é uma membrana serosa que reveste, além da face interna das partes do ventre, todas as vísceras contidas nesta cavidade, segue-se necessariamente que deve acompanhar as diferentes inflamações das respectivas vísceras, muito principalmente aproximando-se estas a

Manoel Orphelino Tostes, juiz de comarca da 1ª vara, “devolveu” a dona Manoela Pereira de Quadros, “a herança de sua irmã dona Anna Fausta Marçal, falecida em estado de solteira e sem descendentes e ascendentes”.<sup>314</sup> Manoela, sua única herdeira colateral, *preta*, brasileira, residente a Rua Marcílio Dias, número 126 herdou um terreno em Pedras Brancas (atual Guaíba), no valor de 400\$, além da quantia avultosa de 1:221\$829 réis, depositada numa conta da Caixa Econômica.<sup>315</sup> Vemos que Fausta é oriunda de uma família pobre, sua irmã analfabeta e sua mãe, Balbina Marçal, uma ex-escravizada.

Não sabemos, ainda, se depois do processo de 1899 Fausta retomou sua sina de *cafetina* ou meretriz. Sua morte foi comunicada sem alarde pelos jornais, listada com vários outros defuntos, em 1911. Ainda nesta notícia de seu falecimento, a sua cor não foi invisibilizada, morreu *preta*, lembrança evidente de um passado familiar calcado no cativo. Não podemos tomar as representações dos jornais por mais do que elas são, ou seja, elas não expõem a realidade, mas sim uma visão sobre a realidade social e étnica da cidade. A cartografia urbana enunciada pelos *jornalistas* é uma descrição. Discretamente, em 3 de junho de 1911, em sua folha 2, na coluna “Registros Cíveis”, o jornal republicano A Federação comunicava a morte, naquele mesmo dia, de Ana Fausta Marçal, “deste estado, *preta*, solteira, 38 anos”. Nossa personagem desencarna descrita com a mesma cor que a ligava a experiência do cativo de sua família negra. Curiosamente, mais de dez anos depois, ela ainda *aparentava* a mesma idade de quando sofreu o processo de cafetinagem, mostrando como o mundo dos amores ilícitos era cheio de ilusões.<sup>316</sup>

Anos antes, em 12 de fevereiro de 1900<sup>317</sup>, às 11 horas da manhã, o leiloeiro Silva Lima procedeu o arremate das “existências da hospedaria Flor da Mocidade, cita a rua General Paranhos (antigo Beco do Poço) nº 3”. Tal leilão nos permite uma mirada na materialidade daquele indecente estabelecimento. Os avaliadores a serviço do leiloeiro parecem ter descrito os bens daquela hospedaria a medida que iam adentrando no estabelecimento, o que nos deu uma certa impressão de visita involuntária ao ambiente de trabalho da *preta* Fausta. Vendia-se um balcão, mesas,

---

superfície destes órgãos”. (LANGAARD, Theodoro J. H. *Dicionário de Medicina Doméstica e Popular - Volumes III*. 2ª edição, Rio de Janeiro, Laemmert & Cia., 1872, p. 277).

<sup>314</sup> A Federação, 8 de fevereiro de 1900, ano XXVII, Nº 32 – folha 2.

<sup>315</sup> APERS - 3º Cartório Civil, Porto Alegre, processo 279, maço 8, 1911, Suplicante: Manoela Pereira de Quadros, falecida: Ana Fausta Marçal.

<sup>316</sup> A Federação, 3 de junho de 1911, ano XXVIII, Nº 127 – folha 2.

<sup>317</sup> A Federação, 3 de junho de 1911, ano XXVIII, Nº 127 – folha 2.

cadeiras, tina para lavar copos, uma gaita, “bebidas diversas engarrafadas, garrafas vazias”. Logo depois descreviam-se 4 quartos, os dois primeiros com camas de casal e lavatório e os dois seguintes com camas de ferro para solteiros. Caso se trate ainda de um ambiente de luxúria e prostituição, imaginamos que os quartos com cama de casal e lavatório deviam ser mais caros e quem sabe serviam para aqueles amantes que queriam gozar a noite inteira. Uma sala de jantar de dimensões razoáveis comportava duas mesas grandes, cadeiras de assento de palhinha e pau e alguns armários. Uma cozinha com os *apetrechos* completos garantia a satisfação culinária dos clientes, sendo apenas mencionadas sumariamente *outras dependências*, como por exemplo, um galinheiro. Aqueles que quisessem poderiam alugar o imóvel por 70 mil réis mensais.

Os trechos que citamos até agora, mostram a insistência dos jornalistas nos referenciais etnico-raciais da personagem, *a crioula, a preta, a pretota Fausta, retinta como carvão*, trajada *à moda de uma baiana, toda quebrada, toda mexida*. Segundo Pesavento (2008, p. 174), no imaginário das elites expresso nos jornais analisados, “tudo se associa, em correlação de sentidos: feitiçaria, sexualidade desenfreada, negros”. Encontramos, assim, segundo Eder Silveira (2005, p. 11-12), “a reiteração de narrativas pejorativas – marca do contexto de ideias de fins do século XIX e das primeiras décadas do século XX -, embasadas nas teorias do racismo científico” que atuaram “na sedimentação de estereótipos acerca de amplos grupos sociais, reservando-lhes um papel desabonador na formação dessa unidade inventada que chamamos ‘Brasil’”. O nome de Fausta, portanto, era geralmente acompanhado de adjetivações cromáticas, como *crioula, preta*, por uma elite intelectual que via e interpretava o mundo através de uma perspectiva racializada.

A historiografia nos mostra que a conquista de bens e ascensão social faziam parte da vida das mulheres negras.<sup>318</sup> Anna Fausta Marçal conquistou bens financeiros, conseguiu deixar um terreno para sua irmã, como também uma quantia em dinheiro. No processo analisado, vimos que Fausta ficou aproximadamente um ano presa, cumprindo pena por lenocínio. Possivelmente isso afetou seus negócios, pois não poderia mais supervisionar sua casa de prostituição e de encontros furtivos.

---

<sup>318</sup> Ver mais: XAVIER, Giovana. Entre personagens, tipologias e rótulos da “diferença”: a mulher escrava na ficção do Rio de Janeiro no século XIX. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-abolição*. São Paulo: Selo Negro edições, 2012; GRAHAM, Sandra Lauderdale. Uma certa Liberdade. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-abolição*. São Paulo: Selo Negro edições, 2012.

As notícias vinculadas a anúncios cômicos, misturados com ficção, mas cheios de preconceitos raciais e de gênero, deixou o negócio de Fausta mais conhecido e, possivelmente, menos frequentado, pois ali haveria vigilância da imprensa da época. Se pessoas com alguma notoriedade pública frequentavam a casa de Fausta, essas podem ter deixado de serem clientes, já que os anúncios perseguiram constantemente sua pessoa e estabelecimento.

### 6.3.1 *NEM PRETA, NEM BRANCA: A COR DE FAUSTA E DAS PORTO-ALEGRENSES.*

Um fator que nos interessa é a questão da *cor* de Fausta. Não buscamos compreender qual de fato é a tonalidade de sua epiderme, ou de qualquer outro personagem, mas as representações construídas e veiculadas sobre ela. Já vimos que os discursos sobre a mulher nos processos judiciais mudavam de acordo com a defesa e a acusação, podendo se aproximar dos estereótipos femininos como se distanciar, dependendo das falas e das intenções de quem as pronunciava. O período analisado já não concentra as experiências do cativo, onde a *cor* se apresentava como um mecanismo de distinção social em que se fundamentava, na maioria das vezes, na condição de liberdade x escravizado. Com o pós-abolição as nomenclaturas tiveram que se ajustar a realidade da população negra e as formas de classificação da *cor* acabaram marcando outras diferenças.

Essas nomenclaturas sobre determinado indivíduo não funcionavam como características somente sobre o tom da pele, mas também a partir dos traços fenóticos, a textura do cabelo, as ações e as representações que essas pessoas tinham na sociedade. Fausta no decorrer de todo o processo analisado é colocada como preta, assim como em sua entrada na SCMPA. Provavelmente essa era sua *cor* a partir de seu fenótipo, com traços de origem africana, como traduzem seus cabelos carapinhos e seu nariz chato. Mas por que chamar Anna Fausta Marçal de preta? Nesse sentido, ela acabava sendo estigmatizada pela justiça duas vezes, quando chamada de cafetina e quando adjetivada de *preta*, como forma de reafirmar sua inferioridade, e, possivelmente, de afirmar sua pré-disposição à imoralidade.

Ao longo dessa dissertação, não encontramos nos processos criminais quaisquer menções e adjetivações sobre a cor branca, na fala de juristas,



promotores ou advogados, por isso acreditamos na carga de sentidos negativos atribuídas a nossa personagem, atrelada ao adjetivo *preto*, antes de seu nome.

Ao tratar sobre a literatura do século XIX, Giovana Xavier (2012) explica que há um esforço “em demonstrar a confluência entre traços ‘anormais’ e o caráter ‘duvidoso’ como a principal marca da mulher ‘de cor’ e do seu corpo”. Além disso, o corpo da mulher negra, principalmente da mulata, foi convertido pela literatura e pelas representações da época, que se conservam em parte até hoje, em um corpo sexualizado, isto é, sensual e de perdição. Giovana Xavier (2012, p.76), analisando a obra literária “O Cortiço” de Aluísio de Azevedo, observa que a descrição física de Rita Baiana, personagem do livro, que *seduz* um português, tirando-o do seio da família e do caminho do trabalho, é marcada por uma figura de linguagem que mistura gostos e sensações: “Dona de balanços cheios de uma graça irresistível, simples, primitiva, feita toda de pecado, toda de paraíso, com muito de serpente e muito de mulher’, a baiana era arдил como ‘cobra amaldiçoada’ e se fazia valer de sua beleza para alcançar seus objetivos”. Giovana (2008), em outro texto, explica que as tipologias literárias das mulheres de *cor* cristalizaram as contradições de uma intelectualidade que defendia um projeto de nação mestiça, mas que também, possuía receios com as influências das heranças escravistas e africanas.

Lembremos que Fausta era acusada de *seduzir* moças honestas, tirando-as da família e levando ao caminho da *perdição*. Dona de um bordel, Fausta seria o mau caminho de homens e de mulheres da cidade, causadora de dissolução de lares, como também da propagação de doenças e da imoralidade.

Ao estudar o inventário de Fausta, descobrimos que sua mãe é ex-escravizada, chamada Balbina Marçal. No processo de apelação Fausta diz ser filha de Adão Marçal, mas em sua entrada na SCMPA diz ser filha de Marcellina, talvez ela busque uma forma de não ser identificada pelo nome de sua mãe e/ou seu estigma do cativo ou, ainda, poderia ter sonogado um nome, relatando o primeiro ou o segundo nome da mãe. Lembremos que anteriormente vimos que era comum as pessoas mudarem seus nomes. Poderia, também, haver um nome perante a comunidade e outro dos registros oficiais. O importante dessa informação é que Fausta é filha de uma ex-escravizada.

Pensando por outro viés, e tendo consciência de que a *cor* pode refletir no processo de identificação social das pessoas, a cafetina também é classificada como crioula, principalmente nos discursos literários encontrados por Sandra

Pesavento (2008). O termo crioulo, como o preto, é abordado pela historiografia como de características que remontam ao passado escravista, sendo o primeiro relacionado aos escravos nascidos no Brasil e o segundo, principalmente, aos africanos ou aos filhos de ventres africanos. (Mattos, 2013) Contudo, nesse caso, Fausta é brasileira e o termo crioula, assim como o termo preto, foram usados de forma pejorativa, associando sua cor a um estado servil e inferior, remetendo a uma memória recente do cativo ao qual sua família esteve subjugada.

Marcus Rosa (2014), ao utilizar o jornal *O Exemplo* como estudo, mostra uma reportagem de “Cândido, filho da Candinha”<sup>319</sup>, replicando o advogado Germano Hasslocher, que se valeu da expressão *crioula* num sentido que caracterizava animalização. De acordo com o historiador:

Convém lembrar que “crioulo” não era o único termo aplicável a gentes e bichos; como se viu em outros capítulos, havia estrangeiros referindo os brasileiros em geral e os negros em particular como “macacos”, além disso, “mulato” era expressão cuja etimologia derivava de “mula”. Apesar da multiplicidade de sentidos possíveis, esses termos pareciam ter algo em comum: implicavam um processo de animalização que tomava como alvo principal aqueles que tinham cor. (ROSA, 2014, p.262)

Atualmente atitudes como as que ocorreram com Fausta e outras mulheres adjetivadas pela sua *cor* em situações pejorativas, são classificadas como racistas. Na época, século XIX, tal ação não possuía tanta problematização como nos dias atuais, mas de acordo com a República e todo o seu discurso de igualdade, todos eram iguais diante da lei, portanto, atitudes como essas na época também devem ser pensadas como racistas. Sabemos, no entanto, que essa igualdade era meramente ilusória e servia apenas para alguns casos, sendo que as populações negra, pobre e feminina, eram socialmente vistas como inferiores. E com isso, esse estudo compreende racismo como “[...] qualquer fenômeno que justifique diferenças, preferências, privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres humanos, baseados no conceito de raça”.<sup>320</sup> (SCHUCMAN, 2014, p. 85)

---

<sup>319</sup> Pseudônimo que o autor não identificou.

<sup>320</sup> Schucman (2014, p.85) pensando nas diversas formas de racismo encontradas atualmente, utiliza Wierviorka (2006) para explicar as diferenças entre racismo biológico e cultural. O primeiro procura sustentar seus argumentos em hierarquias sociais no conceito de raça e traços fisionômicos herdados, já o segundo, também nomeado como novo racismo ou racismo diferencialista, “apresenta-se como um racismo sem raça, um racismo que justifica hierarquias sociais com base numa ideia essencialista de cultura em que diferenças linguísticas, religiosas e de modos de vida de diferentes

Diferente de outros países, o racismo no Brasil desenvolveu-se de forma particular, pois o Estado nunca o legitimou explicitamente. Hebe Mattos (2013), ao estudar os significados da liberdade no sudoeste paulista, explica que:

No Brasil, entretanto, é especialmente acentuada, não apenas pela inexistência, desde a Independência política, de práticas legais baseadas em distinções de cor ou raça, mas também pela presença demograficamente expressiva, e mesmo majoritária, de negros e mestiços livres, antes da Abolição e pelo desaparecimento, que se faz notar desde meados do século XIX, da discriminação da cor de homens e mulheres livres nos registros históricos disponíveis. (MATTOS, 2013, p.31)

O silêncio sobre a *cor*, de acordo com a historiadora, está relacionada aos significados atribuídos a liberdade. Com o fim do cativeiro, as categorias e identidades socioculturais, no local analisado pela autora (Sudoeste Paulista), deixaram de fazer sentido, desestruturando as antigas formas e bases em que eram assentadas as dominações sociais. Mas novas identidades passaram a ser construídas:

Se, até a primeira metade do século XIX, a população livre se dividia, à maneira colonial, em brancos e pardos, a vivência da liberdade, na segunda metade – se bem que continuasse fundamentalmente hierarquizada – já não incorporava a diferenciação racial ao controle social dos livres pobres, inclusive em termos policiais e criminais. O desaparecimento da marca racial dos registros policiais não foi uma invenção republicana, mas uma prática já plenamente vigente, em relação aos nascidos livres nas últimas décadas da escravidão, nas áreas analisadas. Perder o estigma do cativeiro era deixar de ser reconhecido não só como liberto (categoria necessariamente provisória), mas como “preto” ou “negro”, até então sinônimos de escravo e ex-escravo, e portanto, referentes a seu caráter de não cidadãos. (MATTOS, 2013, p.290)

A igualdade entre os cidadãos brasileiros deveria prevalecer principalmente em documentos legais, já que a cidadania suprimia a qualificação racial. Então, porque as *cores* de Fausta e de algumas mulheres que aqui ainda foram analisadas apareceram nos processos? Não é incomum vermos referencia a *cor* nos registros criminais, muitas testemunhas, réis e autores utilizam desse tipo de (des)qualificação

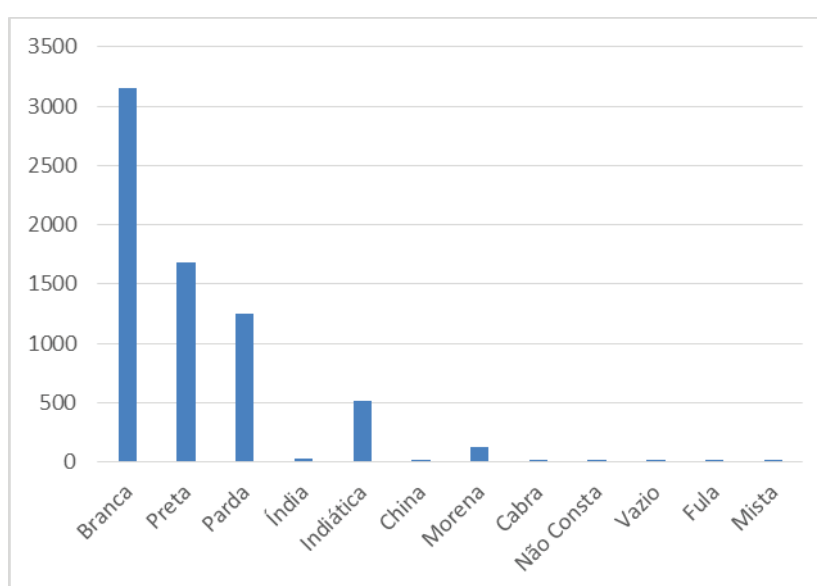
---

grupos são significadas como inferiores ou inassimiláveis à cultura dominante”. Além disso, a autora também explica que o racismo pode ser individual ou institucional: “o racismo individual é entendido aqui como atitudes e ações individuais de discriminação raciais feitas nas práticas de relações interpessoais. Já o racismo institucional se configura por meio de mecanismos de discriminação inscritos no corpo da estrutura social, e que funcionam mesmo sem a intenção dos indivíduos, ou seja, se estabelece nas instituições traduzindo os interesses, ações e mecanismos de exclusão perpetrados pelos grupos [...]”.

para nomear e adjetivar algumas pessoas. Pensando nisso, questionamos o porquê de aparecer à *cor* de Fausta no processo. Provavelmente assumindo as notícias vinculadas sobre a ré nos jornais e toda a sua história ligada à prostituição, o promotor, assumindo um estigma social referente à *cor*, utiliza dessa artimanha para dar maior ênfase na perversão moral da criminosa.

Para compreender um pouco mais sobre as significações de *cores*, utilizamos os dados das SCMPA, já que assumimos que a maioria de suas enfermas eram mulheres populares:

Gráfico 16 - A *cor* das mulheres na SCMPA (1889 – 1900)



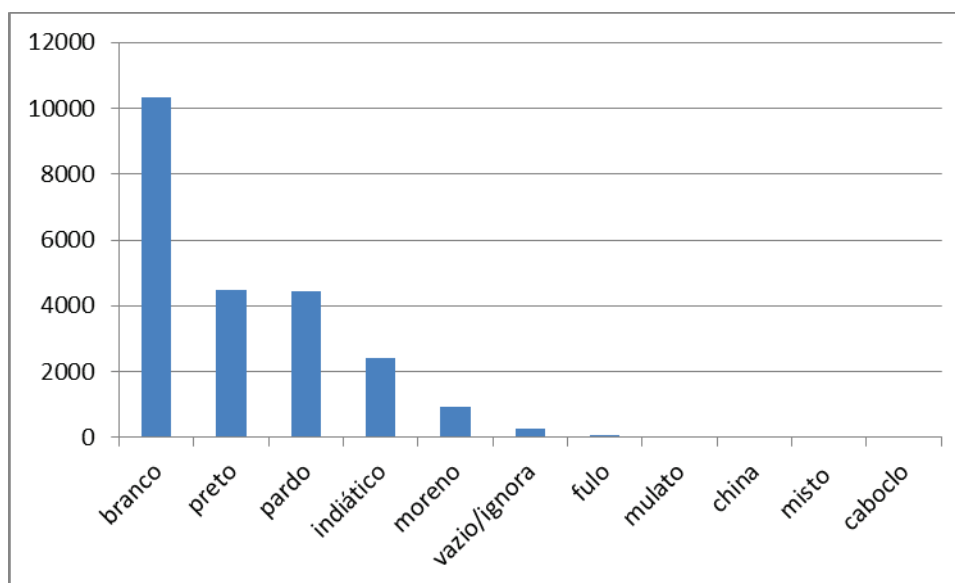
Fonte: LMGE - número 6, 7, 8 e 9. Disponível em CHC/POA.

Numa primeira análise, declaramos que a maioria das enfermas eram mulheres brancas. Contudo, tendo em vista a realidade social de Porto Alegre e construindo uma melhor visualização do gráfico, vemos que, somando todas àquelas que não são declaradas brancas (preta, parda, indiática, china, morena, cabra, fula e mista), temos uma maioria não-branca na instituição. Como já vimos, com gráficos que demonstram a origem das enfermas, compreendemos uma mobilidade territorial e imigração muito forte no estado. Muitas são as mulheres vindas de outros países e estados, fazendo com que a instituição contasse com pessoas de variadas *cores* e origens.

Propomo-nos a estudar as representações de *cor* relacionadas com o gênero e o discurso situacional encontrado nas fontes, construímos o segundo gráfico numa tentativa de entender as nomenclaturas, pensando que talvez as classificações de

*cor* mudassem com o gênero. Observamos que apenas *fulo* e *mulato* aparecem a mais, em comparação com o gráfico das mulheres, mas em números baixos, não nos dando uma observação de análise mais construtiva.

Gráfico 17 - A *cor* dos homens na SCMPA (1889 – 1900)



Fonte: LMGE - número 6, 7, 8 e 9. Disponível em CHC/POA.

Importante perceber que a SCMPA utilizava quatro maiores descritores sobre as cores: *branco*, *preto*, *parda* e *indiática*. Não encontramos a utilização do designativo *mulata* para mulheres, e as outras nomenclaturas aparecem em números bem menores. Provavelmente a SCMPA assumia uma postura que considerava as raças divididas nessas nomenclaturas: brancos, negros, mestiços e indígenas. Incorporando a *cor*, na raça que melhor se adequava, na percepção do escrivo.

Lia Schucman (2014, p.83) fez um estudo sobre a branquitude no Brasil na atualidade, ou seja, uma análise para compreender como os sujeitos brancos se apropriam da categoria raça e do racismo na constituição de subjetividades. Com isso, a autora percebe que ser branco na sociedade atual vai muito além de estereótipos e representações de padrões físicos, mas o termo carrega características morais e intelectuais que levam a privilégios sociais e a sensação de poderes a partir de aptidões intrínsecas.

Ser branco, ou seja, ocupar o lugar simbólico de branquitude, não é algo estabelecido por questões genéticas, mas sobretudo por posições e lugares sociais que os sujeitos ocupam. Dessa forma, a

branquitude precisa ser considerada “como a posição do sujeito, surgida na confluência de eventos históricos e políticos determináveis” (Steyn, 2004, p.121). Ser branco assume significados diferentes, compartilhados culturalmente, em diferentes lugares. (SCHUCMAN, 2014, p.83)

Com isso, a autora explica que ser branco difere de local para local, e cita o exemplo estadunidense já mencionado, mas complementa que no Brasil ser branco além da *cor* da pele, carrega um aspecto de autoridade e respeito, devido à posição simbólica e social que o branco exerce no país.<sup>321</sup> Essa percepção da autora não é algo que podemos explicar somente para os dias atuais, pois foi construída ao longo da história da escravidão e no pós, onde o branco era associado ao poder e o negro<sup>322</sup> a servidão. Schwarcz (s/ano), em breve explicação, mostra que a *cor* branca, em fins do XIX, se valia de características da epiderme que se classificariam pelas tonalidades, quanto mais clara melhor e mais superior, posicionando atitudes e a qualidade social da origem desse branco.

Estudando os censos, Schwarcz (s/ano) ainda explica que o termo *pardo* surge como uma *sobra*, ou seja, a autora utiliza esse termo para explicar que a terminologia lhe parece um tipo de curinga, onde pessoas que não são classificadas em outras cores acabavam sendo taxadas como pardas. Sobre isso, a autora explica que a classificação *parda* sempre vem de fora, sendo pouco o uso de autotaxações com esse termo. De forma paradoxal, o termo é muito usado para demonstrar uma pessoa de pele mais morena.

Contudo, os autores que analisam o período escravista, possuem outras percepções. Rodrigo Weimer (2013, p.143), citando Larissa Viana (2007), que se dedicou a um estudo sobre as irmandades de pardos e à investigação do significado dessa categoria no período colonial, explica que a autora constata que o termo se prestava a preencher espaços de indefinição nas hierarquias sociais da sociedade escravista, constando o uso preferencial do termo pardo em relação ao mulato

---

<sup>321</sup> A autora explica que a mudança de visão nos assuntos raciais se deve ao deslocamento dos “outros racializados” para o centro sobre o qual foi construída a noção de raça. “Estes novos enfoques foram chamados de estudos críticos sobre a branquitude (*critical whiteness studies*)”. A lógica desses estudos, portanto, foi tirar o olhar sobre aqueles considerados *a margem* e voltar a crítica para a autoconstrução do centro. (SCHUCMAN, 2014, p.84)

<sup>322</sup> Compreendendo que o termo negro historicamente politizou-se durante a década de 1930, com a Frente Negra Brasileira e a Legião Negra e que a terminologia busca e ocupa um lugar de posituação social e de orgulhos das raízes africanas, culturais e históricas de luta, buscamos referenciar no trabalho pessoas com descendência africana como negros. Contudo, isso nem sempre foi possível, pois privilegiamos a terminologia encontrada na fonte, podendo variar de acordo com a narrativa e o sentido que fonte adjetiva.

precisamente por ele não estar imbuído dos estigmas associados àquele particularmente no que se refere às pessoas livres *de cor*. A autora também preserva e destaca que as atribuições de sentido sobre o termo podem diferenciar de acordo com a situacionalidade e significação que podem ser assumidos.

Hebe Mattos (2013, p.41), problematizando e analisando os processos criminais no sudeste Paulista e questionando o termo pardo como meramente referente à *cor* da pele, explica que todas as testemunhas nascidas livres foram qualificadas como brancas ou pardas, sendo as designações como forma de mostrar diferenciação social, “assim, todo escravo descendente de homem livre (branco) tornava-se *pardo*, bem como todo homem nascido livre que trouxesse a marca de sua ascendência africana – fosse mestiço ou não”. Essa categoria, de acordo com a autora, no início do XIX marcaria um lugar social, associado à ascendência cativa entre os nascidos livres no Brasil, “como também a ascendência ‘branca’ (livre) entre os escravos crioulos”. Sobre a ascensão social, a autora explica que havia um tipo de branqueamento, contudo, o preferencial sobre pardo, para aqueles nascidos livres, sem referencia a mestiçagem, representava muito mais o ideal hierárquico da sociedade.

Sobre os termos negro e preto, Schwarcz (s/ano), voltando no tempo da escravidão e utilizando o exemplo do jornal Correio Paulistano de 1886, mostra que as categorias eram referentes a atitudes dos escravizados:

*Negro* era o escravo insubmisso e rebelde, *preto* era o cativo fiel. É isso que mostra a notícia que foi veiculada no jornal *Correio Paulistano* em 1886, que altera como os termos se correspondessem a realidades distintas: “Certo dia o *preto* João Congo, estando tranquilamente a trabalhar na fazenda de seu senhor, notou que dois *negros* fugidos se aproximavam e que logo foram dizendo: - ‘Sai dessa vida, *preto velho*, ela não serve para ti’. Ao que o *preto* leal reagiu: - Eu [e que não vou ficar andando de para par tal qual *negro* quilombola’. Ao que os *negros* irados disseram: - ‘Então, *preto covarde*, tu vais é morrer’.

Giovana Xavier (2012, p.175), estudando as páginas do jornal *O Manelik* (jornal da cidade de São Paulo, destinado aos homens *de cor*, 1915 – 1916), para analisar a participação e a representação feminina nas páginas desse periódico, mostra que as taxonomias referentes à *cor* poderiam ser acionadas na própria comunidade jornalística negra, na crítica de comportamentos, como “o das ‘pretas’ que o ‘Grupo XX’ recusava que tomassem ‘parte do próximo baile’”, ou no

enaltecimento de um padrão de beleza mestiço “como no caso contado pelo *Clarim d’Alvorada* das ‘moreninhas alegres lavadeiras’, ‘jovens simples’, que ‘labutando sempre’ cantarolavam ‘cantigas sentimentais’ na ‘estrada empoeirada do Ibá”.

O termo indiático possivelmente assumia uma percepção visual em relação a pessoas de traços indígenas. Outras categorias, como *mulata*, *china* e *fula* também devem ser originadas da identidade visual destas pessoas. Talvez não seja só a cor da pele que influenciara nessas declarações, mas também atitudes, vestimentas e aspectos físicos, que possivelmente auxiliava a classificação por parte do escrivão. Por exemplo, *china*, também era uma denominação que associava a mulher pública e prostituta. Já Giovana Xavier (2014, p.78) explica que as *mulatas* e *morenas* eram associadas à sensualidade e a permissividade sexual.

Como podemos visualizar, ao longo dessa dissertação foi comum o uso de adjetivos e (des)qualificações em referência a população negra. Eram comuns designações como *preta*, *pardo*, *crioulo* e até mesmo *boçal* para identificar os personagens sociais não-brancos, sendo que essas designações poderiam ser modificadas ao longo do mesmo processo. Nem sempre só os acusados eram adjetivados, os autores dos processos também poderiam ser, caso a defesa acreditasse que isso poderia contar a favor da ré.

Encontramos, como pode ser visto no gráfico 7, uma imigração africana na capital, evidenciando que o Rio Grande do Sul também contava com mão-de-obra escravizada no período anterior a abolição e no pós com uma população negra oriunda da África. Pessoas que provavelmente vieram numa imigração forçada, mas que foram de grande relevância para a construção do estado, com diversas contribuições culturais e sociais, sendo parte do mercado de trabalho da cidade, disputando lugar com os imigrantes europeus e nacionais brancos:

[...] trabalhando ao lado deles na indústria artesanal, na construção civil e no serviço doméstico. Em resumo: enquanto os imigrantes europeus, como os alemães estavam bem distribuídos verticalmente na estrutura social, os negros ocupavam em massa as camadas mais baixas da população. (ROSA, 2014, p.98 - 99)

Sobre isso, Marcus Rosa ainda salienta que era comum nos anúncios dos jornais a exposição do perfil étnico-racial, a condição jurídica e as atividades que seriam desempenhadas, sendo que os maiores pagamentos iam para mulheres e homens brancos:



[...] havia quem declarasse explicitamente a preferência por uma criada ‘branca’ no Centro de Porto Alegre (Rua Andrade Neves) e uma ‘italiana’ na Cidade Baixa (Rua do Imperador). [...] Aqueles dois anúncios cumprem melhor a função de sugerir que a cor branca e a nacionalidade europeia (indicativa de cor da pele clara) poderiam ser critérios raciais de seleção de serviços”. (ROSA, 2014, p.102)

Contudo, o autor ainda esclarece que as desigualdades e hierarquias eram fortemente presentes, sendo que apesar da convivência inter-racial a diferença de *status* era marcada pela relação entre patrão x empregado e usuário x prestador de serviço.<sup>323</sup> Ele ainda explica que a ideia de raça dividia e hierarquizava a humanidade em grupos e na cidade de Porto Alegre as significações raciais também carregavam depreciativos, sendo que os negros eram identificados pela *cor* numa forma de adjetivação negativa:

Analisando os anos finais da escravidão e o período pós-abolição, é possível perceber que vincular as supostas peculiaridades étnicas e raciais aos xingamentos, estigmatizações, distinções e hierarquizações era um procedimento recorrente em situações que envolviam ampliação ou restrição de direitos, apagamento ou reforço das distinções sociais, desrespeito ou reafirmação de hierarquias e, em alguns casos, certa intolerância ao convívio. [...] A atitude de atribuir adjetivos depreciativos e inferiorizantes à pele escura era um costume disponível a sujeitos pertencentes a diferentes alturas da hierarquia social, incluindo gente pobre que recorria aos significados raciais em situações particulares e de acordo com seus próprios interesses. (ROSA, 2014, p.25)

Com a presença africana na SCMPA, podemos perceber que as mulheres negras, talvez ex-escravizadas, que tanto contribuíram para a cultura e a economia do estado/país, provavelmente foram às últimas a virem de seu continente de origem e por toda a sua trajetória merecem um espaço nessa dissertação.

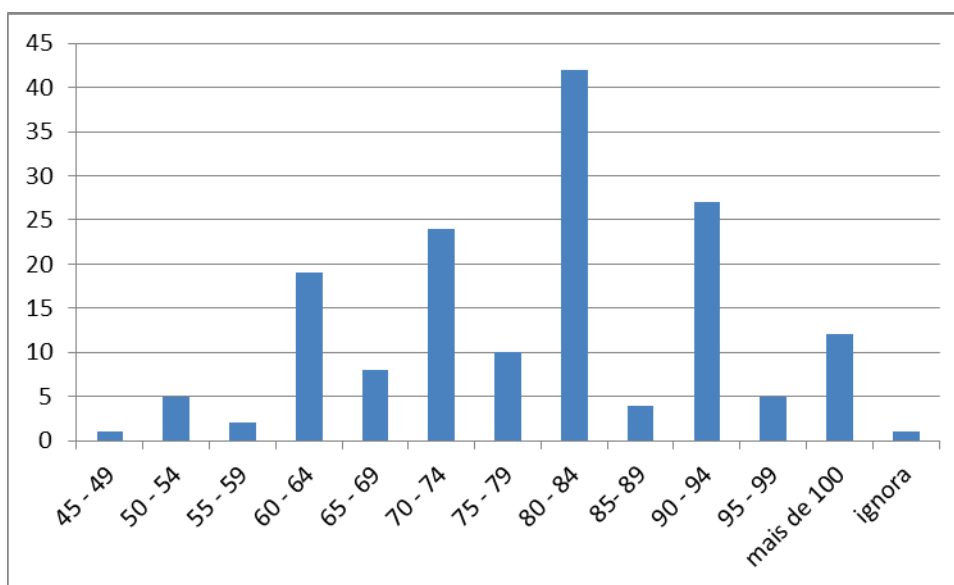
Nos anos de 1831 e 1850 foi proibido o tráfico Atlântico de escravizados, sendo que uma das alternativas encontradas para a reposição da mão de obra escrava foi o chamado tráfico interprovincial, ou seja, eram feitas compras de escravizados de outras províncias para o estado. Falamos nisso, pois queremos

---

<sup>323</sup> A partir disso o autor explica que o padrão social seria o branco ocidental, o europeu, tido como *superior* por sua biologia e suas aptidões morais e sociais e a que a imagem do estado como lugar de europeus livres cumpria funções simbólicas e políticas, pois caracterizaria uma província isenta da ‘desordem’ e do ‘caos’ que a multidão de africanos seria capaz de causar.

salientar que muitas das mulheres que foram para a SCMPA podem ser escravizadas oriundas de outros estados, via o tráfico interprovincial.<sup>324</sup>

Gráfico 18 – Idade das Mulheres Africanas na SCMPA (1889 – 1900)



Fonte: LMGE - número 6, 7, 8 e 9. Disponível em CHC/POA.

A partir do gráfico acima conseguimos visualizar a idade das africanas internadas na SCMPA. Vemos que as idades são por volta de 80 a 85 anos, mas encontramos mulheres com mais de 100 anos. Muitas mulheres populares, principalmente as africanas, não tinham consciência de sua idade exata. Comum visualizarmos nos processos criminais pessoas que utilizavam o termo *mais ou menos* para declarar sua idade, por isso, essas mulheres provavelmente não tinham mais de 100 anos, como a africana Florentina Maria Alves, que declara ter 120 anos, de pais ignorados, que morre em sete de novembro de 1898 com disenteria.<sup>325</sup>

Essas africanas provavelmente são mulheres cansadas e desgastadas fisicamente pelo trabalho manual exaustivo, que procuravam na SCMPA um conforto para seus incômodos físicos. Sabendo da dificuldade de empregos na sociedade oitocentista para pessoas com idade avançada, podemos pensar que essas mulheres passavam árduas dificuldades financeiras caso não contassem com uma

<sup>324</sup> Sobre isso ver mais em: FLAUSINO, Camila Carolina. *Negócios da escravidão: Tráfico interno de escravos em Mariana, 1850 – 1886*. 2006. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.

<sup>325</sup> LMGE - número 8 – ano 1898. Disponível em CHC/POA.

rede de apoio solidificada, utilizando a instituição como uma forma de assistência em momentos de aperto.

Lilhana Belardinelli (2012, p.3) explica que as ocupações das mulheres negras em Porto Alegre no final do século XIX eram, em sua maioria, ligadas ao trabalho doméstico, sendo que “[...] era muito pesado e oneroso, e eram poucas as famílias que empregavam mais de uma doméstica, acumulando todo o serviço do lar numa única criada”. A partir dessa consideração buscamos os trabalhos das africanas encontradas nas fontes. Concluímos que a maioria não declarava sua profissão, possivelmente pela idade avançada já tinham dificuldades de trabalhar. Contudo, em 1891 encontramos Maria, de 70 anos, como criada; em 1892, Theodora de Castro, com 70 anos e Antônia Leopoldina com 80 anos, ambas quitandeiras; em 1893, Delfina de 70 anos, Maria Antônia de 80 anos e Joaquina de 80 anos, quitandeiras, como também Maria de Jesus, de 80 anos, criada; Delfina, de 75 anos, quitandeira, em 1894; Esperança e Maria Antônia, ambas quitandeiras, de 70 e 75 anos respectivamente, em 1896; em 1899 Joaquina Maria da Conceição, de 92 anos, lavadeira; e a quitandeira Maria Rosa de Araújo, de 56 anos, em 1900.<sup>326</sup>

Ser quitandeira se insere em uma tradicional área de trabalho, que remete a uma dimensão atlântica, tendo em vista que tanto de um lado como de outro do oceano essa fundamental agência feminina era praticada. Várias pesquisas já evidenciaram que essas atividades ligadas ao abastecimento alimentar urbano, mas também a circulação de itens dos universos da cura e da religião possibilitaram a autonomia de famílias (principalmente negras), objetivadas na obtenção de certa acumulação de capitais que permitiu a obtenção de alforrias, residências próprias e padrões de consumo diferenciados.<sup>327</sup>

Se Maria Rosa de Araújo veio nos últimos navios do tráfico de escravizados, ainda era uma criança de seis anos de idade, sendo que a maioria de suas companheiras de internação teria na faixa dos 20 anos de idade, se vieram pelo tráfico.

As pessoas por mais que se envolvessem com núcleos de afinidade, língua, cultura ou labor não ficavam reclusos a estes nichos e se envolviam com as mais diferentes etnias e culturas, por vizinhança, amizade ou rixas. Comum vermos nos

---

<sup>326</sup> Fonte: Livros de Matrícula número 7,8 e 9. Disponível em Centro Histórico Cultural da Santa Casa/POA.

<sup>327</sup> Ver: PANTOJA, Selma. A Dimensão Atlântica das Quitandeiras. In: FURTADO, Junia Ferreira. *Diálogos Oceânicos*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001: pps. 45 – 68.

processos testemunhas de diferentes localidades e *cores*, mostrando a diversidade que era a capital do Rio Grande do Sul no século XIX, colorida e cheia de cultura, apesar de uma crença de um estado branco e de maioria imigrantes de origem europeia.

Portanto, o que vimos nesse subcapítulo é que as representações sobre as *cores* são diferentes e dependem de muitas variáveis. Sobre a fonte, desde nosso primeiro contato com ela, questionamos o sentido da informação sobre a *cor*. Já esclarecemos que, possivelmente, esses dados tenham relação com o saber médico que estava fundamentado na época por questões raciais. Também vimos que a *cor* do sujeito funcionava na sociedade como forma de localização social, portanto potencialmente modificada de acordo com a situação e os aspectos relacionais de sua emergência. A tonalidade da pele também poderia ser um modo classificatório, mostrando hierarquias e qualificando, assumindo que a *cor* era sinal de características e atitudes ligadas à genética. Contudo, nesse caso, acreditamos que a *cor* esteja relacionada a um sentido de percepção do escrivão da SCMPA referente à tonalidade do enfermo. Comum é encontrar alguns casos de pessoas surdas, onde variadas informações que não estão no alcance de sentido de saber do escrivão, como nome dos pais, estado civil, idade, origem, por exemplo, não são preenchidas e seu nome consta como “um homem mudo” ou “uma mulher muda”, contudo, a *cor* sempre se encontra presente. Outro motivo que nos leva a pensar nesse argumento é a quantidade de pessoas que frequentavam a instituição, pessoas que não eram somente da cidade de Porto Alegre, vindas de localidades vizinhas ou do interior elas encontravam refúgio na SCMPA, e o escrivão, não saberia os percursos de vida ou a ascensão social dessa população.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação teve o objetivo principal de compreender o cotidiano das mulheres populares e as múltiplas formas com que elas procuravam organizar suas vidas. Não é uma pesquisa que se esgota por aqui, pois ainda há muito que se pesquisar sobre as vivências femininas e populares do período oitocentista, como também por toda a história. A partir de nossas fontes e recortes (temporal – metodológico) buscamos ao máximo resgatar experiências, vivências e agências a fim de mostrar que as mulheres tinham amplas possibilidades de vida e que suas cotidianidades não se enquadravam apenas nas representações de feminilidade da época. Percorremos um caminho difícil, pois as formas de viver a vida são multifacetadas e o cotidiano mostrou-se cheio de amplitudes e possibilidades.

Começamos com a fonte da SCMPA, mostramos um pouco da história da instituição, seu caráter de caridade e assistência para entendermos à criação da Misericórdia na cidade de Porto Alegre, que teve como principal personagem uma mulher negra, Ângela Reiuna. Esse detalhe é importantíssimo para os estudos das mulheres negras no pós-abolição como um problema histórico, pois mostra que elas tinham importantes funções sociais que foram silenciadas, indo muito além dos estereótipos que a elas foram imputados. Após, buscamos mostrar o protagonismo feminino dentro da instituição. Quando a SCMPA é referenciada nos textos acadêmicos, as Irmãs de Caridade parecem que fazem um papel secundário na história da instituição, principalmente se o foco for a gerência/administração, que acabam dando ênfase para a Mesa Administrativa e aos Provedores. As irmãs nos deixam em seus relatos fortes aspectos de protagonismo (além do cotidiano hospitalar), mostrando que elas não ficavam submissas aos desejos masculinos (médicos/provedores, por exemplo), fazendo sempre o que acreditavam que era melhor para o grupo de religiosas e seus enfermos, colocando a fé, muitas vezes, antes da medicina. Com isso, mostramos que a Instituição, apesar de ser historiograficamente inserida num contexto masculino, contou com mulheres na sua criação e administração.

A partir das fontes médicas também concluímos que as mulheres tinham variadas possibilidades em casos de enfermidades e as que não procuravam a SCMPA faziam isso ancoradas por variáveis sócio-comportamentais. A baixa frequência feminina pode ser pensada a partir de um conjunto de situações diárias

baseados na sociedade e no cotidiano porto-alegrense, como também podia ser fruto de uma opção pessoal. Ter como foco pessoas torna os estudos históricos delicados, pois os rumos da vida podem ser plurais, o que faz sentido pra um personagem histórico pode não fazer para outro. São essas as possibilidades que buscamos mostrar em nosso texto.

Logo em seguida buscamos algumas representações sobre as mulheres populares, a partir de casos como o de Clara e Alípia. Mostramos a flexibilidade com que os estereótipos de gênero podiam ser manejados nos processos criminais, a favor ou contra as réis/vítimas. Clara, incriminada como incendiária e ladra, no começo tem seus atos associados ao demoníaco e suas ações estruturadas pela teatralidade e pelo fingimento. Ao fim do processo é apresentada como uma *pobre* empregada ludibriada pelo patrão, seu amante, sendo inocentada e o crime reputado aos ciúmes da mulher de seu empregador. Alípia acusa seu suposto namorado de defloramento, mostrando ao leitor que a honra era uma arma em potencial para mulheres naquela sociedade e a justiça poderia ser usada como suporte para buscar *reparação*.

A maternidade e o aborto também tiveram espaços especiais nessa dissertação, numa tentativa de mostrar que não há uma natureza biológica no ser mãe e mulher, mas que são representações históricas construídas a partir de discursos médicos no século XIX. Tanto a maternidade como o aborto podem ser relacionadas às táticas de construção de redes de solidariedade futuras, como também, a falta delas. Criar uma criança dependeria de uma série de fatores organizacionais como também financeiros, pais, parentes e amigos poderiam ser usados nessas relações e a falta delas poderia fazer com que as mulheres optassem sobre o aborto. Contudo, tanto a gravidez como o aborto fazem parte da construção de uma mentalidade sócio-familiar, como também individual, e por isso, as motivações para a realização de ambos são inúmeras. Pensando em mostrar a quantidade de mulheres que iam parir seus filhos na instituição como também as que iam realizar abortos, montamos gráficos e quadros que aludem a essas questões, mostrando que as parteiras tinham um espaço especial na vida das mulheres, como o espaço domiciliar, sendo a SCMPA, utilizada como um dos últimos recursos.

As práticas cotidianas foram abordadas no capítulo “Diferentes e únicas: diversos cotidianos”, numa busca de inserir o leitor nas diferentes vivências dessas

mulheres a partir de suas redes de vizinhança, moradia e relacionamentos. A moradia muito próxima aos vizinhos, os chamados cortiços, por exemplo, podiam atrapalhar ou auxiliar na vida de homens e mulheres, dependendo de como seus comportamentos, ou os “ouvi dizer”, eram gerenciados naquelas relações de sociabilidade. Vemos os vizinhos dando depoimentos contra ou a favor das rés e muitos casos de brigas por difamação ou calúnia, mostrando que a rede de vizinhança era fundamental para o bom convívio em sociedade, como também a imagem que as pessoas construía sobre o outro.

Na tentativa de fazer um estudo de gênero buscamos sempre que possível relacionar os dados masculinos e femininos para compreender as diferenças comportamentais desses sujeitos populares. Não eram somente as mulheres que tinham expectativas sobre seu sexo, os homens também as possuíam, sendo que ambos poderiam manejar os estereótipos, a partir de suas bagagens culturais e expectativas de vida. As diferentes práticas masculinas acabavam recaindo sobre suas companheiras e familiares e por isso é importante, sempre que se tratar sobre mulheres, não esquecer que de uma forma ou de outra, os homens participavam de suas vidas e que isso influencia na categorização dos papéis. A intersecção com a classe se faz presente ao longo do texto, intrinsecamente, pois escrevemos sobre pessoas que se assemelhavam na situação financeira e na subalternidade de seus trabalhos. Mesmo algumas de nossas rés possuem certa independência financeira elas se enquadram nesse discurso de classe devido as suas histórias serem oriundas de uma trajetória popular ou por sua vida estar intrinsecamente ligada a de outros populares.

Ao trabalhar sobre questões laborais visualizamos que os serviços domésticos eram fundamentais para a sobrevivência feminina. A mulher relacionada à casa e seus afazeres ficava, portanto, apta a fazer esse trabalho nas casas alheias, muitas vezes com um salário que não bastava ao sustento. Contudo, as trabalhadoras domésticas não ficavam passíveis em seus trabalhos, adquirindo artimanhas para buscar um labor mais digno, recorrendo à troca de empregos na busca de mais dignidade e melhor remuneração, como também uma mobilidade entre as variadas funções do serviço doméstico. Algumas recorriam a outras formas de sobrevivência, como a prostituição, profissão que era representada como imoral, em termos religiosos e propensa a contágios, em termos médicos, mas não era ilegal.

Com a intenção de traçar uma breve compreensão das representações sobre a *cor* dos sujeitos e como eram modificáveis sob aspectos relacionais e situacionais, buscamos histórias de mulheres negras encontradas nos processos criminais. A partir de seus crimes (e como eram narrados nos documentos judiciais) vemos possibilidades de conduta, inteligência e grande articulação para modificarem as representações feitas pela acusação. Utilizando as réas para sair do esquema de vitimização que a mulher é geralmente relacionada, mostramos que as criminosas agiam assim a partir de suas escolhas e suas trajetórias.

Liane Muller (2013) ao estudar as mulheres nas associações negras na cidade de Porto Alegre observa que a presença feminina agia com um papel destacado nos grupos religiosos, desenvolvendo iniciativas, estabilidade financeira, etc. Pensando em nossas réas e buscando desassociar a mulher negra dos empregos subalternos e ligados à esfera do lar, podemos observar que Januária, Joanna e Fausta são mulheres que não queriam se encaixar nas relações meramente servis e de dominação. Ou seja, elas não tinham apenas em comum o mundo do crime, mas as três evidenciam em suas experiências sociais um esforço por autonomia.

A vida social é muito mais rica e complexa do que os meios que criamos para descrevê-la. Utilizamos perspectivas lineares de análise enquanto que as relações interpessoais estão cheias de ambiguidades e inconsistências, as quais para nós, como historiadores, passam despercebidas ou não são transparentes nas fontes. As relações são processos dinâmicos onde as pessoas dizem palavras diferentes em momentos variados e todas estas falas devem ser observadas em seus contextos próprios, onde as pessoas não possuem uma resposta lógica pra tudo e muito menos para suas ações. Com isso queremos ressaltar a riqueza da dinâmica social e a complexa tarefa que nos é dada, desmistificar padrões e condutas e reorganizar o processo cotidiano perplexo e multifacetado.

\*\*\*

Ser mulher é uma tarefa difícil. Ser mulher requer cuidados, atenção e vigilância. Não por uma atribuição natural biológica, mas porque desde pequenas somos ensinadas a nos comportar diferente dos homens, e eles de nós. A fim de terminar essa dissertação escolhi um trecho do livro “Filha da Fortuna” de Isabel Allende:



No dia em que acordou com a camisola manchada por uma substância vermelha, saiu à procura de Miss Rose a fim de comunicar-lhe que estava sangrando por baixo.

- Não fale disso com ninguém. É um assunto muito pessoal. Você agora é mulher e como tal terá de se comportar, acabou-se o tempo das brincadeiras. [...] Foi toda a explicação que sua mãe adotiva lhe deu [...].

- Agora você terá com que se aborrecer, seu corpo mudará, suas ideias se atrapalharão, e qualquer homem poderá fazer com você o que lhe der na cabeça – advertiu Mama Frésia, a quem Eliza não pôde ocultar a novidade.<sup>328</sup> (ALLENDE, 2011, p.57)

Essa situação envolve muito do que é dito sobre o ser mulher: aborrecimentos, privacidade, comportamentos e abusos. Nosso corpo é feio, é sujo, é passível de invasão e por isso devemos nos comportar e nos esconder. Criados, esses estereótipos ainda são muito fixos na mentalidade patriarcal brasileira. Mas isso não pode continuar assim. Em um momento que achamos que os direitos femininos são construídos de avanços sociais, onde as mídias digitais, facilitadoras na busca de conhecimento podem ser usadas no enriquecimento de saberes, temos muitos retrocessos. Claro, muito se é aprendido graças a essas ferramentas, mas muitos discursos de ódio são despejados todo os dias. Terminamos com esse assunto, pois é um tema muito caro para milhares de mulheres que não tem acesso ao entendimento da construção histórica dos estereótipos, que acham que devem se comportar de determinada maneira por que são mulheres, ou ainda, aquelas que são violentadas (em vários graus de violação e abuso, físico e psicológico).

Muito ainda deve ser construído, pesquisado e compartilhado para que nosso sistema brutal, que ceifa vidas e deixa tristes marcas para quem fica na espera de um mundo melhor, não faça mais vítimas. Marielle Franco, cientista social, vereadora do PSOL, assassinada com quatro tiros na cabeça nesse começo de 2018, foi mais uma vítima de um sistema político quase ditatório que precisava calar suas reivindicações e protestos. Indiferente de nossas posições políticas, escolhemos terminar essa dissertação com a esperança de que sua morte não tenha sido em vão e que mais uma mulher negra não tenha sido calada por expor os problemas reais de toda uma população marcada por desigualdades sociais.

---

<sup>328</sup> Eliza Sommers é uma jovem chilena que vive na cidade de Valparaíso. A trama se passa na metade do século XIX e envolve como contexto histórico a descoberta de ouro na Califórnia. Eliza é adotada por um casal de ingleses, criada com por uma índia (Mama Frésia), empregada da casa.

Quantas mulheres brancas ou negras já foram vítimas de nossa sociedade patriarcal? Quantas morreram buscando reconhecimentos? Quantas crianças como Naiara Gomes, menina pobre de 7 anos que caminhava 4km por dia, sozinha, para ir a escola na cidade de Caxias do Sul, foram vítimas de homens estupradores? Quantos gritos de socorro e lágrimas de desespero. Desde que entrei no mestrado buscamos tentar fazer um texto que mude os significados sociais, ou que pelo menos tente mudar. Não somos ingênuos ao ponto de acharmos que o sistema mudará, mas acreditamos que é na busca do saber histórico que algumas atitudes podem ser redesenhadas e quem sabe, redefinidas. Ficam aqui registrados nossos anseios e questionamentos.

## LISTA DE FONTES

- Centro Histórico-Cultural Santa Casa:

Livros de Matrícula Geral dos Enfermos da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre números 6, 7, 8 e 9;

Introdução à crônica da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1886-1892).

- Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul:

Processo número 1731, maço 70, estante 11;

Processo número 26, maço 7 A, estante 29;

Processo número 1887, maço 78, estante 33;

Processo número 3638, maço 135, estante 1;

Processo número 19, maço, 32 e estante 119 B;

Processo número 1901, maço, 86 e estante 123 G;

Processo número 2009, maço 87, estante 11;

Processo número 1692, maço 68, estante 11;

Processo número 2035, maço 88, estante 334 C;

Processo número 192, maço 68, estante 11;

Processo número 1765, maço 72, estante 11;

Processo número 3699, maço 115 e Estante 11;

Processo número 1928, maço 87, estante 11;

Processo número 2035, maço 88, estante 334C;

Processo número 3834, maço 118, estante 11;

Processo número 1872, maço 77 e estante 11;

Processo número 3812, maço126, estante 11;

Processo número 3633, maço 135 e estante 11;

Processo Número 1972, maço 84 e estante 11;

Processo número 2900, Maço 179 e Estante 119;

3º Cartório Civil, Porto Alegre, processo 279, maço 8, 1911, Suplicante: Manoela Pereira de Quadros, falecida: Ana Fausta Marçal

1º Tabelionato de Porto Alegre, Registros Diversos livro nº 23, folha 146;

- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Relatório apresentado ao Sr. Dr. Júlio Prates de Castilhos Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Dr. João Abbott, Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, 1895 e 1896: 112-119 / 155-160.

Leis, Decretos e Atos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul – 1896. Porto Alegre, Oficinas gráficas d'A Federação, 1926: 317/344. L-627.

Arquivo Particular de Júlio Prates de Castilhos. Carta de Aurélio Viríssimo de Bittencourt, 14-2-1899.

- Livro:

JESUS, Maria Carolina de. *O diário de Bitita*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Jean Luiz Neves. Higiene e conservação da saúde no pensamento médico luso-brasileiro do século XVIII. *Asclepio (Madrid)*, v. 62, pp. 225-250, 2010.
- ABREU, Laurinda. *O Poder e os pobres*. As dinâmicas políticas e sociais da pobreza e da assistência em Portugal (séculos XVI e XVIII). Lisboa, Gradiva, 2014.
- ABREU, Martha. *O Império do Divino*. Festas Religiosas e Cultura Popular no Rio de Janeiro, 1830 - 1900. 3ª edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999.
- \_\_\_\_\_. Sobre mulatas orgulhosas e crioulos atrevidos: conflitos raciais, gênero e nação nas canções populares (Sudeste do Brasil, 1890 – 1920). In: *Tempo*, Rio de Janeiro, n. 16, 2003.
- ALMALEH, Priscilla. *Pobres Mulheres ou Mulheres Pobres? Uma análise da condição de vida feminina no século XIX (1889 – 1895)*. 2015 (Trabalho de Conclusão de Curso). Unisinos: São Leopoldo, 2015.
- ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina Mestiça. Saberes e práticas curativas nas minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 2010.
- ALVES, Adriana Dantas Reis. *As mulheres negras por cima, o caso de Luzia Jeje*. Escravidão, família e mobilidade social – Bahia, c. 1780 – c.1830. 2010 Tese (Doutorado em História) Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2010.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos. A filosofia política da religiosidade afro-brasileira como patrimônio cultural africano. *Debates do NER*: Porto Alegre. Ano 9, n.13, p. 77-96, jan/jun, 2008.
- AREND, Silvia Maria Fávero. *Amasiar ou casar? A família popular no final do século XIX*. Porto Alegre: Editora Universidade/ UFRGS, 2001.
- AUGUSTO, Cristiane Brandão; ORTEGA, Francisco. Nina Rodrigues e a patologização do crime no Brasil. *Revista direito GV*, p.221-236, jan./jun. 2011.
- AZEVEDO, Aluísio de. *O cortiço*. São Paulo: Ática, 1998.
- BARBOSA, Carla Adriana da Silva. *"José casou com Maroca e Antônio casou-se com Fina": Relações de gênero e violência e afetivo-sexual no Sul do Brasil. (RS, 1889-1930)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- BARBOSA, Carla Adriana da Silva. Violência conjugal e relações de gênero na fronteira sul do Brasil (RS, 1889 – 1930). *OPISIS, Catalão*. V.11, n.1, p.98-110 – jan – jun 2011.
- BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

BASTOS, Cristiana; BARRETO, Renilda. (orgs.) *A Circulação do Conhecimento: Medicina, Redes e Impérios*. Lisboa: IMT-ICS on line. Disponível on line: [www.imprensa.ics.ul.pt](http://www.imprensa.ics.ul.pt)

BATISTELLA, Carlos. Abordagens Contemporâneas do Conceito de Saúde. In: FONSECA, Angélica Ferreira; CORBO Anamaria D'Andrea (Org.). *O Território e o Processo Saúde-Doença*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007, pp. 51-86.

\_\_\_\_\_, Carlos. Saúde, Doença e Cuidado: complexidade teórica e necessidade histórica. In: FONSECA, Angélica Ferreira; CORBO Anamaria D'Andrea (Org.). *O Território e o Processo Saúde-Doença*. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007, pp. 25-49.

BELARDINELLI, Lilhana. Estereótipo feminino e o cotidiano das trabalhadoras negras em Porto Alegre no final do século XIX. *Seminário Internacional acolhendo as línguas africanas – Siala*. Africanias, Imagens e Linguagens: Salvador (Bahia), 29 a 31 de agosto de 2012.

BITTENCOURT, Aurélio Viríssimo de. Resumo Histórico sobre a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do RS*. 2ª série, outubro de 1872, nº 4.

BITTENCOURT, Dóris Maria Machado de. *Casa, alcova e mulher*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da história ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORDIEU, Pierre. *A dominação masculina: A condição feminina e a violência simbólica*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

\_\_\_\_\_. A Força da Representação. In: \_\_\_\_\_. *Economia das Trocas Linguísticas*. EDUSP, São Paulo, 1996.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, v.26, p.329-376, 2006.

BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas*. Povo e Polícia na Cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

BRÜGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade* (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

CAMPOS, Adriana Pereira. *Nas barras dos tribunais: direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX*. 2003. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CANCELLI, Elizabeth. *A cultura do crime e da lei: 1889-1930*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

CAPONI, Sandra. Georges Canguilhem y el estatuto epistemológico del concepto de salud. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*, IV(2): 287-307, jul-out., 1997.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003.

CARRARA, Sérgio. *Tributo a vênus: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1996. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>.

CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Entre a Solidariedade e a Animosidade: As relações interétnicas populares (Santa Maria – 1885-1915)*. 2005. Dissertação (Mestrado em História). Unisinos: São Leopoldo, 2005.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. *Diálogos*. Maringá, v.9, n.1, 2005.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 7ª edição, Belo Horizonte / Rio de Janeiro, Editora Itatiaia Limitada, 1988.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra*. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918 – 1940). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 2002.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: Entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DIAS, Maria Odila da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Contexto, 2004.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo – SP: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Trabalho, Lar e Botequim*. SP, Brasiliense, 1986.

CORRÊA, Mariza. *Morte em Família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

CORTES, Giovana Xavier da Conceição. “Leitoras”: Gênero, raça, imagem e discurso em *O Menelik* (São Paulo, 1915 – 1916). *Afro-Ásia*, v.46, p.163 – 191, 2012.

COSTA, Ana Paula do Amaral. *Criados de servir*. Pelotas: Ed. Universitária, 2013.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*. Ano 10, p.171 – 188, semestre de 2002.

CRUZ, Lisiane Ribas. “A Infância abandonada é a sementeira do crime”: O Julgamento de menores pela comarca de Santa Maria (1910-1927). 2017. Dissertação (Mestrado em História) Unisinos, São Leopoldo, 2017.

- DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- DIAS, Maria Odila Leita da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- DREHER, Martin N. *190 anos de imigração alemã no Rio Grande do Sul: esquecimentos e lembranças*. São Leopoldo: Oikos, 2014.
- ELMIR, Cláudio Pereira. *A história devorada: no rastro dos crimes da Rua do Arvoredo*. Porto Alegre, Escritos, 2004.
- ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840 – 1890)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.
- FERLA, Luis. *Feios, sujos e malvados sob medida: A utopia médica do biodeterminismo*. São Paulo: Alameda, 2009.
- FERNANDES, Floresta. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Global, 2007.
- FIGUEIREDO, Ângela. Carta de uma ex-mulata à Judith Butler. *Revista Periódicus*, n. 3, v. 1 mai.-out. 2015.
- FIGUEIREDO, Ângela. Gênero: dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. In: PINHO, A. O., SANSONE, L., orgs. *Raça: novas perspectivas antropológicas* [online]. 2nd ed. rev. Salvador: EDUFBA, , pp. 237-255, 2008.
- FIGUEIREDO, Betânia. Barbeiros e cirurgiões: atuação dos práticos ao longo do século XIX. *História, ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. 2, jul-out. 1999.
- FLAUSINO, Camila Carolina. *Negócios da escravidão: Tráfico interno de escravos em Mariana, 1850 – 1886*. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.
- FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson. *Crimes de Fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. 2012. Tese (Doutorado em História) Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2012.
- FONSECA, Cláudia. *Família, Fofoca e Honra*. Porto Alegre, editora da UFRGS, 2000.
- FONSECA, Cláudia. Pais e filhos em camadas populares no início do século. In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). *Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.



FONSECA, Claudia. Mulher, Mãe e Pobre. In PRIORE, Mery del (org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, p. 511-531, 1997.

FORTES, Amyr Borges; WAGNER, João B. S.. *História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora Globo, 1963.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Junia Ferreira. *Chica da Silva e o contratador de diamantes – O outro lado do mito*. São Paulo, Cia. Das Letras, 2003.

GARZONI, Leriche de Castro. *Vagabundas e conhecidas: novos olhares sobre a polícia republicana (Rio de Janeiro, início século XX)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Campinas, Campinas, 2007.

GAYOL, Sandra. *Sociabilidad en Buenos Aires. Hombres, honor y cafés: 1862-1910*. Buenos Aires: Del Signo, 2000.

GERGEN, Mary McCanney. Rumo a uma Metateoria e uma Metodologia Feminista nas Ciências Sociais. In: \_\_\_\_\_. *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, p. 110 – 128, 1993.

GERTZE, Jurema Mazuhy. *Infância em perigo: a assistência às crianças abandonadas em Porto Alegre 1837-1880*. 1990 Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 1990.

GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo. In: \_\_\_\_\_. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso e fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 280-292, 2007.

\_\_\_\_\_. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais. Morfologia e história*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

\_\_\_\_\_. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

GOMES, Fabrício Romani. *Associativismo Negro em Caxias do Sul. 3º encontro escravidão e liberdade no Brasil Meridional*. Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

\_\_\_\_\_; MAGALHÃES, Magna Lima. Sport Club Cruzeiro do Sul e Sport Club Gaúcho: associativismo e visibilidade negra em terras de imigração europeia no RS. In: *RS Negro: Cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre : EDIPUCRS, p.273 – 282, 2010.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GONÇALVES, Leandro Pereira; TORRES, Livia Filgueiras Azevedo; OLIVEIRA, Thaís Rodrigues de. Denúncia, submissão e preconceito: Crime sexual contra a mulher em Juiz de Fora. *Revista Fazendo História*. ano II, 3. ed. Rio Grande do Norte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, p. 9-28, 2006.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. Uma certa Liberdade. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-abolição*. São Paulo: Selo Negro edições, 2012.

GRIJÓ, Luiz Alberto. *Ensino Jurídico e Política Partidária no Brasil: A Faculdade De Direito De Porto Alegre (1900-1937)*. 2005. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

GRINBERG, Keila. A história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de. (orgs.) *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

GROSSI, Ramon Fernandes. “Dos físicos aos barbeiros: aspectos da profissão médica nas minas setecentistas”. *História & Perspectivas*, n. 29 e 30, Jul./Dez. 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça cor e outros conceitos analíticos. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Lívio. *Raça: novas perspectivas antropológicas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados. *Cadernos Pagu*, v.5, p. 11-41, 1995.

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto*. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

JARDIM, Rejane Barreto. *Desvelando o implícito: irmãs de caridade e parteiras na formação do saber médico em Porto Alegre, 1872-1940*. 1998 Dissertação (Mestrado em História) Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 1998.

JESUS, Maria Carolina de. *O diário de Bitita*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

KABENGELE, Daniela do Carmo. As narrativas e os arranjos da terminologia racial no período escravista brasileiro: o caso de Antonio Ferreira Cesarino. *Histórias e Perspectivas*. Uberlândia n.53, p.401-422, jan/jun. 2015.

KRAAY, Hendrik. “Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos”: o “recrutamento” de escravos na guerra da Independência na Bahia. *Revista Brasileira de História*. N. 43, v. 22, São Paulo, p. 109 – 126, 2002.

LEITE, Ilka Boaventura (org.). *Negros no Sul do Brasil*. Invisibilidade e territorialidade. Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1996.

LEVI, Giovanni. *A herança Imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O Feiticeiro e sua magia. In: *Antropologia Estrutural*. Ed: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, 1985.

LIPOVETSKY, Gilles. *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LONER, Beatriz Ana. A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande. In: *RS Negro: Cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2010, p. 246 – 261.

LOPES, Nei. *Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana*. São Paulo, Selo Negro, 2004.

LOTIERZO, Tatiana; SCHWARCZ, Lilia. Raça, gênero e projeto branqueador: “a redenção de Cam”, de mosdesto Brocos. *Artelogie*, n. 5, setembro de 2013.

MAGALHÃES, Magna Lima. *Entre a preteza e a brancura brilha o Cruzeiro do Sul: associativismo e identidade negra em uma localidade teuto-brasileira*. Tese (Doutorado em História). UNISINOS, Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo, 2010.

MAGGIE, Yvonne. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional de Pesquisa, 1999.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Magia e Ciência no Brasil Setecentista. In: CHALHOUB, Sidney et al. (org.) *Artes e Ofícios de Curar no Brasil: Capítulos de História Social*. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 2003, p. 163-195.

MATTOS, Hebe. *Das cores do silêncio*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre, 1896-1929*. Porto Alegre, PPGH/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

\_\_\_\_\_. *Ordem Pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004.,

MCCLINTOCK, Anne. Couro Imperial: raça, travestismo e o culto da domesticidade. *Cadernos Pagu*, n.20, p. 7 – 85, 2003.

MEAD, Margaret. *Sexo e temperamento*. São Paulo: Perspectiva, 1988.

MÉNDEZ, Natália Pietra. Do lar para as ruas: capitalismo, trabalho e feminismo. *Mulher e trabalho*, v.5, 2005.

MOHANTY, Chandra Tapade. Bajo los ojos de Occidente: academia feminista y discursos coloniales. In: *Descolonizando el feminismo*. NAVAZ, Liliana Suárez; CASTILLO, Rosalva Aina Hernandez. Valencia, España, Instituto de la mujer: Cátedra, Universidad de Valencia, 2008.

MORAES, José Geraldo V. de. *Cidade e cultura urbana na Primeira República*. São Paulo: Atual, 1994.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Escravidão, família e compadrio: a comunidade escrava no processo de ilegalidade do tráfico internacional de escravos (1831-1850). *História Unisinos*. v.18, p.312-337, 2014.

\_\_\_\_\_. “Com ela tem vivido sempre como o cão com o gato”: alforria, maternidade e gênero na fronteira meridional. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-abolição*. São Paulo: Selo Negro edições, 2012.

\_\_\_\_\_. *Entre o deboche e a rapina*. Os cenários sociais da criminalidade popular (Porto Alegre - século XIX). Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

\_\_\_\_\_. Joana Mina, Marcelo Angola e Laura crioula: os parentes contra o cativo In: *RS Negro: Cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2010, p. 46-62.

\_\_\_\_\_. *Os Cativos e os Homens de Bem*. Experiências Negras no Espaço urbano. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

\_\_\_\_\_. Sou Lavrador e Curo: Saúde e feitiço na sociedade escravista oitocentista (Litoral Norte - RS). In: VENDRAME, Maíra (e outros, org.). *Micro-História, Trajetórias e Imigração*. Santa Maria : Editora da UFSM, 2015, p. 68-83.

\_\_\_\_\_; ELMIR, Cláudio. *Odiosos Homicídios: O Processo 5616 e os crimes da Rua do Arvoredo*. São Leopoldo : Oikos Editora / Editora UNISINOS, 2010.

\_\_\_\_\_; TASSONI, Tatiani. *Que com seu Trabalho nos Sustenta: As Cartas de Alforria de Porto Alegre (1748 / 1888)*. Porto Alegre : EST, 2007.

MOUTINHO, Laura. *Razão, ‘Cor’ e Desejo*. Uma análise comparativa sobre relacionamentos afetivo-sexuais “inter-raciais” no Brasil e na África do Sul. São Paulo, Unesp, 2004.

\_\_\_\_\_. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cadernos pagu (42)*, Janeiro-junho de 2014, pgs. 201-248.

MULLER, Liane Susan. *As contas do meu rosário são balas de artilharia*. Porto Alegre: Pragmatha, 2013.

MÜLLER, Ricardo Gaspar. *Razão e utopia: Thompson e a história*. Tese de Doutorado. São Paulo, PPGH/Universidade de São Paulo, 2002.

NOGUEIRA, André Luís Lima. *Entre Cirurgiões, Tambores e Ervas*. Calunduzeiros e curadores ilegais em ação nas Minas Gerais (século XVIII). Rio de Janeiro, Garamond, 2016.

NOVAES, Elizabete David. Entre o público e o privado: o papel da mulher nos movimentos sociais e a conquista de direitos no decorrer da história. *História e Cultura*, Franca, v.4, n.3, p.50-66, dez.2015.

OLIVEIRA, Daniel. *Morte e Vida Feminina: Mulheres Pobres, Condições de Saúde e Medicina da Mulher na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1880-1900)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grando do Sul: Porto Alegre, 2012.

OLIVEIRA, Kathlen Luana de. *Corpo como palco político: tramas e entraves nas lutas pelos direitos das mulheres no Brasil*. In: Castro, Amanda Motta; Machado; Rita de Cássia Fraga (org.) *Estudos Feministas: mulheres e educação popular*. Curitiba: Editora CRV, 2016.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-abolição*. São Paulo: Selo Negro edições, 2012.

PANTOJA, Selma. A Dimensão Atlântica das Quitandeiras. In: FURTADO, Junia Ferreira. *Diálogos Oceânicos*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2001: pps. 45 – 68.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa de história. *História*, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

\_\_\_\_\_. Mulheres do Sul. In: *História das mulheres no Brasil*. 1 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

PEREIRA, Cristiana Schettini. “*Que tenhas teu corpo*”: Uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. 2002 (Tese de Doutorado) Unicamp, Campinas, 2002.

PERROT, Michelle. Figuras e Papéis. In: *História da Vida Privada*. Vol. 4. Da Revolução Francesa a Primeira Guerra. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

\_\_\_\_\_. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. *Os Excluídos da História (Operários, Mulheres e Prisioneiros)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jatayh. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. Cortiços. In: TOPOLOV, Christian; BRESCIANI, Stella, LILLE, Laurent Caudroy; D’ARC, Hélène Riviere. *A aventura das palavras da cidade através dos tempos, das línguas e das sociedades*. Editora Romano Guerra. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B1tQ2XAFclGdWkJ4cGpUQzFxaFE/view>> Acessado em 17 de outubro de 2017.

\_\_\_\_\_. *Os pobres da cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1994.

\_\_\_\_\_. *Os sete pecados da capital*. São Paulo: Hucitec, 2008.

\_\_\_\_\_. *Visões do cárcere*. Porto Alegre: ZOUK, 2009.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. Dilemas e desafios da historiografia brasileira: a temática da vida cotidiana. *História e Perspectivas*, Uberlândia, v.6, p.24-44. jan./jun. 1992.

PIMENTA, Tânia Salgado, “Barbeiros, sangradores e curandeiros no Brasil (1808-28)”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 1998.

PINTO, Celi Regina J. *Positivismo: Um projeto político alternativo (RS: 1889 – 1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, p.263 – 274, jul/dez 2008.

\_\_\_\_\_. Feminismos e prostituição no Brasil: uma leitura a partir da antropologia feminista. In. *Cuadernos de Antropologia Social*, n.36, 2012, p.11-31.

PUFAL, Diego de Leão. *A irmandade da Santa Casa de Porto Alegre: primórdios, curiosidades e “homens bons”*. In: Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre: Histórias Reveladas III. Porto Alegre: Evangraf/Ed. Da ISCMPA, 2013, pp.11 – 80.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. Relações de gênero no cotidiano de mulheres negras na Bahia oitocentista. In: FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Org.). *Mulheres Negras no Brasil escravista e do pós –emancipação*. São Paulo: Selo Negro, 2012, pp. 172 - 185.

REMEDI, José Martinho Rodrigues. *Palavras de honra: Um estudo acerca da honorabilidade na sociedade sul-rio-grandense do século XIX, a partir dos romances de Caldre Fião*. 2011. Tese (Doutorado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v.5, n.8, jan-jun. 2004, p.170 – 198.

RODRIGUES, Nina. *As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil*. Salvador: Livraria Progresso, 1957 (1894);

\_\_\_\_\_. *Collectividades Anormas*. Organização e prefácio de Arthur Ramos. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1939.

RODRIGUES, Andréa da Rocha. As Santas Casas da misericórdia e a Roda dos Expostos. In. VENÂNCIO, Renato Pinto.(Org.). *Uma história social do abandono de crianças*. De Portugal ao Brasil: séculos XVIII-XX. São Paulo: Alameda. 123-143. p. 2010.

RODRIGUES, Cátia Cilene Lima. *Lilith e o arquétipo do feminino contemporâneo*. Disponível em:

[http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Graduacao/EST/Revistas\\_EST/III\\_Congresso\\_Et\\_Cid/Comunicacao/Gt06/Catia\\_Cilene.pdf](http://www.mackenzie.com.br/fileadmin/Graduacao/EST/Revistas_EST/III_Congresso_Et_Cid/Comunicacao/Gt06/Catia_Cilene.pdf) Acessado em 23 de fevereiro de 2018.

ROHDEN, Fabíola. Ginecologia, gênero e sexualidade na ciência do século XIX. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alefre, ano 8, n. 17, p.101-125, junho 2002.

\_\_\_\_\_. *Uma ciência da diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição (1884 – 1918)*. 2014. (Tese de Doutorado) Unicamp, Campinas.

ROSEMBERG, André. *Ordem e burla: processos sociais, escravidão e justiça, Santos, década de 1880*. São Paulo: Alameda, 2006.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. *O Saneamento e a Politização da Higiene no Rio Grande do Sul (1828-1930)*. 2015 (Tese de doutorado).Unisinos, São Leopoldo.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *A História do Feiticeiro Juca Rosa: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro Imperial*. Tese de doutorado. Campinas, PPGH/Unicamp, 2000.

SANCHES, Nanci Patrícia Lima. O crime e a história na jurisdição do Império do Brasil. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*. Nº 38, ano 21, p. 29-44.

SANTIAGO, Silvana. *Tal Conceição, Conceição de Tal: Classe, gênero e raça no cotidiano de mulheres pobres no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. 2006 (Dissertação de Mestrado) Unicamp, Campinas, 2006.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Sim nós somos racistas: Estudos psicossocial da branquitude Paulistana. *Psicologia&Sociedade*. V.26, p.83-94, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira*. Claro Enigma, s/ano.

\_\_\_\_\_. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 - 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, Joan W. Igualdad versus diferencia: los usos de la teoria postestructuralista. *Feminist studies*, vol. 15, n.2, p.71-99, jul-dez 1990.

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*.

SERNA, Justo; PONS, Anaclet. O buraco da agulha. Do que falamos quando falamos de micro-história? In: MARTINS, Maria Cristina Bohn; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt (Orgs.). *Uma história em escalas: A microanálise e a historiografia latino-americana*. Editora Oikos: São Leopoldo, 2012.

SILVA, Eduarda Borges. Parteiros Madrinhas (Sul do RS, 1960-1990). *História em revista / publicação do Núcleo de Documentação Histórica*. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. v.21/v.22, (dez. 2015/ dez. 2016). – Pelotas: Editora da UFPel.

SILVA, Marinete dos Santos. Reprodução, sexualidade e poder: as lutas e disputas em torno do aborto e da contracepção no Rio de Janeiro, 1890-1930. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.19, n.4, out.-dez. 2012, p.1241-1254.

SILVA, Gilberto Ferreira da; SANTOS, José Antônio dos; CARNEIRO, Luiz Carlos da Cunha. (Org.). *RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre, EdiPUCRS, 2008b, p. 83-99.

SILVA, Mozart Linhares. *Eugenia, Antropologia Criminal e Prisões no Rio Grande do Sul*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2005.

SILVEIRA, Anny Jackeline Torres da; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. A doença revelando a história. Uma historiografia das doenças. In: NASCIMENTO, Dilene R. e CARVALHO, Diana Maul de. (orgs.). *Uma história brasileira das doenças*. Brasília: Paralelo 15, 2004.

SILVEIRA, Eder. *A Cura da Raça. Eugenia e Higienismo no Discurso Médico Sul-riograndense nas primeiras décadas do século XX*. Passo Fundo, Editora da Universidade de Passo Fundo, 2005.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. 2ed. São Paulo: nacional, 1977.

SLENES, Robert w. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

SOHIET, Rachel. *A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*. Rio de Janeiro: Edição Fundação Getúlio Vargas, 1998.

TELLES, Lorena Féres da Silva. *Libertas entre sobrados: Contratos de trabalho doméstico em São Paulo na derrocada da escravidão*. 2011(Dissertação de Mestrado) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. *Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)*. 2007 (Dissertação de Mestrado) Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2007.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A Organização Social dos Imigrantes: A colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850*. São Leopoldo: UNISINOS, 2000.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VENDRAME, Maria Ines. *O poder na aldeia: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil – Itália)*. São Leopoldo: Oikos; Porto Alegre: ANPUH – RS, 2016.

WADI, Yonissa Marmitt. *A História de Pierina: Subjetividade, crime e loucura*. Uberlândia: EDUFU, 2009.



WADI, Yonissa Marmitt. *Palácio para guardar doidos: Uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

WAISMANN, Moíses; MÉNDEZ, Natália Pietra. Uma questão de gênero: debates teóricos em torno do conceito e usos possíveis para a análise do mundo do trabalho. In: *XII encontro estadual de História: história, memória e patrimônio*. Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Julho de 2012.

WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928*. Santa Maria: UFSM, 1999.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. *A gente da Felisberta: Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c.1847 – tempo presente)*. 2013 (Tese de Doutorado) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

WITTER, Nikelen Acosta. *Males e epidemias: sofredores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)*. 2007 (Tese de Doutorado) Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2007.

WITTER, Nikelen Acosta. Os muitos obséquios das senhoras: mulheres em Santa Maria, século XIX. In: WEBER, Beatriz Teixeira e RIBEIRO, José Iran. *Nova história de Santa Maria: contribuições recentes*. Santa Maria: [s.n.], 2010.

XAVIER, Giovana. Entre personagens, tipologias e rótulos da “diferença”: a mulher escrava na ficção do Rio de Janeiro no século XIX. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio. *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-abolição*. São Paulo: Selo Negro edições, 2012.

\_\_\_\_\_. Esculpindo a “Nova Mulher Negra!”: feminilidade e respeitabilidade nos escritos de algumas representantes da raça nos EUA (1895 – 1904). *Cadernos Pagu*. N.40, janeiro – junho de 2013.

ZENHA, Celeste. As práticas da Justiça no cotidiano da pobreza. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 10, março/agosto de 1985, pp. 123-146.

WESCHENFELDER, Viviane Inês. *Modos de Re(existir), de (Res)Sentir: Mulheres Negras e Relações Raciais na Educação*. 2018 (Tese de doutorado). Unisinos, São Leopoldo.

WINTER, Jay. A geração da memória: reflexões sobre o “boom da memória” nos estudos contemporâneos de história. In: SILVA, Márcio Seligmann (Org.). *Palavra e imagem: memória e escritura*. Chapecó: Argos, 2006, p. 67-90.

## APÊNDICE A – PROFISSÕES MASCULINAS

### Profissões masculinas (1889 – 1900)

Profissões	Total
Não tem/ilegível/vazias	14028
Jornaleiro	1547
Marítimo	925
Agricultor	671
Trabalhador	463
Pedreiro	446
Carpinteiro	378
Lavrador	335
Sapateiro	307
Cozinheiro/doceiro/confeiteiro	262
Padeiro	200
Ferreiro	194
Comercio/Comercio	165
Polícias	165
Carroceiro	162
Marcineiro	159
Servente	146
Pintor	124
Caixeiro	96
Foguista	93
Charreteiro/Cocheiro/Boleeiro/conductor de bonde	92
Criado	92
Alfaiate	87
Operário	85
Bombeiro	59
Negociante	58
Barbeiro	50
Agencias	48
Maquinista	48
Chapeleiro	47
Funileiro	41
Empregado Público	30
Chacareiro	29
Chacareiro	29
Tamanqueiro	26
Fundidor	26
Professor	25
Copeiro	24
Artista/Músico/Compositor	23
Mascate	22
Tipógrafo/typographo	22

## Profissões masculinas (1889 – 1900) (continuação)

Tanoeiro	21
Empregado	21
Açogueiro	20
Charuteiro	20
Serralheiro	20
Canteiro	19
Criador	18
Sacerdote/Padre	18
Mineiro	17
Ourives/Relojoeiro	17
Colonista	16
Agente Administrativo	16
Seleiro	15
Corrieiro	15
Serviço Doméstico	15
Cortidor	15
Oleiro	15
Campeiro	13
Guarda Livro	12
Tecedor/tecelão	12
Jardineiro	12
Calceteiro	11
Mecânico	10
Cervejeiro	10
Estufador	9
Vidraceiro	9
Calafate	9
Tintureiro	9
Cambista	8
Carreteiro	8
Cigarreiro	8
Estudante	8
Encanador	8
Marmorista	8
Pescador	8
Torneiro	7
Quitandeiro	7
Pharmaceutico	7
Cargueiro	6
Fogueteiro/Fogueiro	6
Engenheiro	6
Caldeeiro	6
Refinador	5
Colchoeiro	5
Estivador	5
Caseiro	4
Colorista	4
Corneta	4
Empalhador	4

## Profissões masculinas (1889 – 1900) (continuação)

Carteiro	4
Impressor	4
Tecelão	4
Trançador	3
Fotógrafo	3
Cangueiro	3
Entregador	3
Ferrador	3
Retratista	3
Industriante/Industrialista	3
Lustrador	3
Telegrafista	3
Latoeiro	3
Mercador	3
Enfermeiro	3
Espingardeiro	2
Corrieiro	2
Lytógraho	2
Armador	2
Tropeiro	2
Esticador	2
Linguizeiro	2
Hydraulico	2
Tramador	2
Vigilante	2
Carniador	2
Ouleiro	2
Celeiro	2
Cortume	2
Canoeiro	2
Carniceiro	2
Livreiro	2
Dispenseiro	2
empre. Na c. telephonica	1
Jornalista	1
Mergulhador	1
Saboeiro	1
Trovador	1
Viajante	1
Fazendeiro	1
Florista	1
Taverneiro	1
Caleteiro	1
Pasteleiro	1
Telégrafo	1
Contador	1
Eletrecista	1
empreg. E. ferro	1

## Profissões masculinas (1889 – 1900) (conclusão)

Papeleiro	1
Tapeçeiro	1
Tecedor	1
Tijoleiro	1
Mestre de fiação	1
Advogado	1
Calçador	1
Estocador	1
Apicultor	1
Capataz da estrada	1
Fabricante de Vidros	1
Patriota	1
Plantador	1
Sineiro	1
Verdureiro	1
Charqueadas	1
Empreiteiro	1

Fonte: LMGE, números 6, 7, 8 e 9 – Disponível em CHC/POA.

## APÊNDICE B – SIGNIFICADO DAS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

Significado das doenças sexualmente transmissíveis encontradas no gráfico 15

Doença	Significado	Fonte
Blenorrhagia	<p>“Molestia parasitaria da mucosa da urethra. Em razão de seus principais symptomas, também dá-se os nomes de: ESQUENTAMENTO, PURGAÇÃO OU GONORRHEA. [...] Pelos estudos recentes sabe-se definitivamente que a causa da blenorrhagia é sempre a mesma; o contágio. Na verdade, um indivíduo que está fraco e que tem uma irritação da urethra por excessos venereos. apanhará mais facilmente um esquentamento do que um homem são; não obstante, porém, pode-se duvidar actualmente, apesar da opinião da escola de Ricord, que seja possível ter uma blenorrhagia a não ser pelo coito com uma mulher que tenha ou teve essa moléstia”.</p>	<p>Pedro Luiz Napoleão Chernoviz: <i>Diccionario de Medicina Popular - volume 1</i>. Disponível em: <a href="http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/diccionario/4/BLNORRAGIA">http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/diccionario/4/BLNORRAGIA</a> Acessado em 30 de março de 2018.</p>
Cancro/ Cavallo Venereo/ Sifilitico	<p>“Chama-se cavallo as ulcerações produzidas pelo contágio venereo e que são muitas vezes o signal do começo de accidentes mais graves e mais extensos. Há uas especies de cancro, <i>molle</i> e <i>endurecio</i>. Como o cancro rnfurecido é accidente primitivo da syphilis [...]”.</p>	<p>Pedro Luiz Napoleão Chernoviz: <i>Diccionario de Medicina Popular - volume 1</i>. Disponível em: <a href="http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/diccionario/4/cavallo">http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/diccionario/4/cavallo</a> Acessado em 30 de março de 2018.</p>
Condiloma	<p>“Excrescencia carnosa de formas irregulares que existe em geral nas partes onde a pelle é fina e humida, por exemplo, no prepucio, no anus, no pernino, etc. Esses tumores do tamanho de uma ervilha, de um feijão e até mesmo de um ovo de pombo, se acham ás vezes pegados apenas por um pediculo fino. São dolorosos e sangram com facilidade. Outr'ora eram considerados de natureza dyphilitica, o que não é exacto”.</p>	<p>Pedro Luiz Napoleão Chernoviz: <i>Diccionario de Medicina Popular - volume 1</i>. Disponível em: <a href="http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/diccionario/4/condiloma">http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/diccionario/4/condiloma</a> Acessado em 30 de março de 2018.</p>

Significado das doenças sexualmente transmissíveis encontradas no gráfico 15  
(continuação)

Infecção hunteriana	A infecção hunteriana pode ser relacionada a um cancro que provém da sífilis.	Encontramos mais sobre a infecção hunteriana pelos registros dos clínicos feitas na seção de "dermatologica e syphiligraphica, annexa á secção de clinica gynecologica ( 7° secção)". Internos do prof. Serapião Mariante e prof. Alvaro Furtado. Texto online assinado pela secretaria da Faculdade de Medicina em 14 de Novembro de 1911 pelo Secretário Dias Campos. Disponível em: <a href="http://www.muham.org.br/admin/files_db/ati_27.pdf">http://www.muham.org.br/admin/files_db/ati_27.pdf</a> Acessado em 30 de março de 2018. Ver também: Valor clínico da soro-reacção de Wassermann. Disponível em: <a href="https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/download/56469/59539">https://www.revistas.usp.br/revistadc/article/download/56469/59539</a> Acessados em 30 de março de 2018.
Papilloma/ Papillome	"Designam-se debaixo d'este nome certos tumores produzidos por uma grande hypertrophia das papillas da pelle e das mucosas. São tumores irregulares, salentes, que ás vezes deitam sangue com muita facilidade; quase sem dôr, que apresentam na superficie muitos pequenos prolongamentos que são papullas. as errugas e as vegetações dos órgãos genitais encontram-se nas mulheres peçadas sem que provenham de molestia venerea e n'aquellas acometidas de corrimentos gonorrheicos. essas vegetações são contagiosas".	Pedro Luiz Napoleão Chernoviz: <i>Diccionario de Medicina Popular volume 2</i> . Disponível em: <a href="http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/diccionario/4/papillome">http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/diccionario/4/papillome</a> Acessado em 30 de março de 2018.
Salpingite	Inflamação nas trompas causada por vírus ou bactéria. Pode ser sexualmente transmitida.	Disponível em: <a href="https://www.dicio.com.br/salpingite/">https://www.dicio.com.br/salpingite/</a> Acessado em 30 de março de 2018.
Sifilises/ Lues	"[...] molestia caracterizada por varios symptomas [...]. Esta molestia é eminentemente contagiosa, e depende do <i>virus</i> , cuja natureza intima, como a de todos os outros virus, não é conhecida, mas cuja influencia deleteria manifesta-se sufficientemente na economia, pelos diversos efferitos que occasiona. transmite-se pela aproximação dos sexos, mas contrahe-se tambem por qualquer outra especie de contacto immediato, comtanto que os logares, que correm este risco, sejam simplesmente cobertos de membrana mucosa, como a glane, os labios, etc., ou então que, sendo cobertos pela pelle, esta se ache casualmente despida de sua epiderme por qualquer ferida ou esfoladura".	Pedro Luiz Napoleão Chernoviz: <i>Diccionario de Medicina Popular volume 2</i> . Disponível em: <a href="http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/diccionario/4/syphilis">http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/diccionario/4/syphilis</a> Acessado em 30 de março de 2018.

Significado das doenças sexualmente transmissíveis encontradas no gráfico 15  
(conclusão)

Ulceras sifiliticas	<p>“Chama-se ulcera a solução de continuidade das partes molles, mais ou menos antiga, acompanhada de um corrimento de pus, e entretida por vicio local ou por causa interna. Differe a ulcera da ferida em que sendo esta sempre produzida por uma causa externa, tende a sarar, e sára com effeiro quando nada lhe impede a marcha; a ulcera é, pelo contrario, uma affecção chronica, produzida ou entretida por uma causa interna.” Ulcera sifilitica provém da doença sífilis.</p>	<p>Pedro Luiz Napoleão Chernoviz: <i>Diccionario de Medicina Popular volume. 2.</i> <a href="http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/4/ulcera">http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/4/ulcera</a> Acessado em 30 de março de 2018.</p>
Ulceras venereas	<p>“As ulceras venereas podem ser primiticas, isto é, resultar immediatamente do contacto impuro, ou consecutivas, isto é, succeer a uma affecção antiga, cujos primeiros symptomas já tinham desaparecido”.</p>	<p>Pedro Luiz Napoleão Chernoviz: <i>Diccionario de Medicina Popular volume 2.</i> Disponível em: <a href="http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/4/ulcera">http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/4/ulcera</a> Acessado em 30 de março de 2018.</p>
Vegetações	<p>“Em medicina, chama-se vegetações todas as producções carnosas que se desenvolveram e parecem vegetar na superficie de um órgão ou de uma ferida; por exemplo: as carnosidades das feridas e as excrescencias que apparecem, ás ezes, á roda do anus das pessoas affectadas de syphilis”.</p>	<p>Pedro Luiz Napoleão Chernoviz: <i>Diccionario de Medicina Popular volume 2.</i> Disponível em: <a href="http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/4/vegeta%C3%A7%C3%A3o">http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/4/vegeta%C3%A7%C3%A3o</a> Acessado em 30 de março de 2018.</p>